

(Livro I, destina-se o presente livro às actas de exames dos alummos do Grupo Escolar Bueno Brandão, aos termos de visitas de auctoridades escolares, bem como a quaisquer actas ou termos referentes a serviço do mesmo Grupo. pg. 1,2. Uberabinha, 29 de janeiro de 1927, p 156 e 157)

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DA TEORIA EDUCACIONAL DE
ALVARO VIEIRA PINTO

Silvano Saverino Dias

Uberlândia - MG

2002

SILVANO SEVERINO DIAS

MON
37(091)
D5412
TES/ME/EM

EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DA TEORIA EDUCACIONAL DE
ÁLVARO VIEIRA PINTO

SISBI/UFU



1000210049

UBERLÂNDIA — MG
2002

SILVANO SEVERINO DIAS

EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DA TEORIA EDUCACIONAL DE
ÁLVARO VIEIRA PINTO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: Educação Escolar

Orientador: Professor Dr. José Carlos Souza Araújo.

UBERLÂNDIA — MG
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Silvano Severino Dias

Em busca dos fundamentos da teoria educacional de Álvaro Vieira Pinto.

Dissertação aprovada em 20 de setembro de 2002 para obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Sousa Araújo

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido

Prof. Dr. Almiro Schultz

*À minha filha TUANNI e à minha
esposa NÚBIA*

NOTA PRÉVIA

Esta dissertação, apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, em agosto de 2002, busca ordenar e compreender algumas categorias que norteiam o pensamento educacional de Álvaro Vieira Pinto.

Trata-se de um trabalho no campo educacional, ou seja, no âmbito do pensamento educacional, que obedece às normas e protocolos acadêmico-burocráticos vigentes. A opção aqui feita, mais se aproxima, segundo Nietzsche, dos passos do andarilho:

Um andarilho vai pela noite
A passos largos;
Só curvo vale e longo desdém
São seus encargos.
A noite é linda —
Mas ele avança e não se detém.
Aonde vai seu caminho ainda?
Nem sabe bem.

Questões e comentários formulados pelos membros da banca examinadora — constituída pelos professores Célia Pezzolo de Carvalho, José Carlos Souza Araújo, Humberto Aparecido de Oliveira Guido e Almiro Schultz — foram responsáveis por algumas das modificações feitas naquela primeira redação da dissertação. Neste reconhecimento, ficam registrados, pois, nossos agradecimentos às suas participações nesta banca. Contudo, uma referência especial deve ser feita a José Carlos Souza Araújo, pois através de sua orientação, pudemos compreendê-lo melhor. Com isso, aprendemos a apreciar ainda mais suas qualidades pessoais e intelectuais.

Somos gratos à Universidade Federal de Uberlândia, em particular, ao Programa de Mestrado em Educação, nas pessoas de Graça Aparecida Cicillini (ex-coordenadora deste programa de mestrado) e de Selva Guimarães Fonseca (coordenadora deste programa de mestrado), pelas condições de pesquisa a nós possibilitadas para a realização deste trabalho. Sensibilizados, igualmente, somos pela eficiência e disponibilidade demonstradas por seus funcionários — Jesus e James.

Aos nossos professores doutores: Geraldo Inácio Filho, Décio Gatti Júnior, Selva Guimarães Fonseca, Graça Aparecida Cicillini, Rossana Valéria de Souza e Silva, Apolônio Abadio do Carmo, Wenceslau Gonçalves Neto, Ilma Passos Alencar Veiga, Marcelo Soares Pereira da Silva, Maria Veronilda Soares Mota, Sandra Vidal Nogueira, Damaris Naim

Márquez e Fernando Marson e, também aos nossos colegas de turma: Adriana, Ana Ferola, Cristina, Elza, Fátima, Geovana, Jason, Lúcia, Luciana, Núbia, Patrícia, Sirlene, Sônia, Sheila, Tânia, Vicente, Vilmar e Wilson.

À Faculdade de Artes, Ciências Sociais e Filosofia, em particular, ao Departamento de Filosofia, nas pessoas de Humberto Aparecido de Oliveira Guido (chefe de Departamento) e de Marcos (coordenador de Curso) e, aos meus colegas de Departamento. À UNICALDAS — Faculdade de Caldas Novas e ao Instituto João Paulo II, nas pessoas de, respectivamente, Tarcísio Alencar (Diretor da UNICALDAS) e Pe. Geraldo Majela Gontijo (Diretor de Estudo).

A nossa gratidão estende-se a meus irmãos e seus familiares: Deda, Fátima, Felipe, Pedro, Eduardo, Lourdes, Marcelo, Marcos Aurélio, Marcio, Carlos, Ulisses, Alisson, Welington, Tarcílio, Carla, Camila, Mauro, Wanderléia, Janine, Jacqueline, Vera, Antonio, Silvania, Vanessa. A minha mãe Laura e meu pai Severino (ambos in memoriam). Aos meus amigos e colegas: Mauro, Juciene, Socorro, Dirceu, Regina, Dino, Fábio, Michele, Leandro, Edílson, Gláucia, Simeão, João, Beatriz, Paulo, Ana Lúcia, Ana Maria, Iza, Turco, Silvania, Veridiana, Odilon, Selma, Silma, Ricardo, Leda, José, Cristina, Pe. Amauri, Iara, Maristela e Sandra que, de uma forma ou de outra, compartilharam comigo nesta caminhada.

Foram decisivas a cooperação e as sugestões críticas de Célia Pezzolo de Carvalho que, desde o início desta caminhada, tem incentivado, auxiliado e estado presente em todas as etapas deste processo, muito obrigado; de Moacyr Bertolozz e José Carlos Souza Araújo que, em muito contribuíram para encontrarmos o eixo central do pensamento de Vieira Pinto, muito obrigado; de Silma do Carmo Nunes, de Dirceu Lopes Barbosa, de Rosana e de Juciene das Graças Cardoso, que contribuíram para que pudéssemos elaborar o percurso do primeiro capítulo e, de Sandra, que tem indicado o caminho, não somente da leveza do conhecimento como também da convivência no dia-a-dia.

EPÍGRAFE

A EDUCAÇÃO PELA PEDRA

Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, frequentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria

ao que flui e a fluir, a ser maleada;
a de poética, sua carnadura concreta;
a de economia, seu adensar-se compacta:
lições de pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.

Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
e se lecionasse não ensinaria nada,
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
uma pedra de nascença, entranha a alma.

(João Cabral de Melo Neto)

SUMÁRIO

SIGLAS.....	x
RESUMO.....	xi
INTRODUÇÃO.....	13
 CAPÍTULO 1 — O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRAPINTO.....	 23
1.1. Trajetória biográfica de Álvaro Borges Vieira Pinto.....	24
1.2. Vieira Pinto e o cenário brasileiro.....	28
1.2.1. A conjugação das ideologias nacional-desenvolvimentista e nacional-popular.....	28
1.2.2. Confrontos em torno da educação.....	30
1.2.3. A importância de Álvaro Vieira Pinto para a educação.....	32
1.3. Analisando o contexto histórico republicano de 1889 a 1964.....	34
1.3.1. A Primeira República: entre a democracia liberal e a oligarquia.....	35
1.3.2. Revolução de 1930: reestruturação do poder e a diferenciação das elites.....	40
1.3.3. A democratização e seus impasses.....	48
1.3.3.1. Nacionalismo e desenvolvimento nacional.....	55
1.3.3.2. Os movimentos populares e suas reivindicações entre os anos 50 e 60.....	63
1.3.3.3. O nacional-desenvolvimentismo e o ISEB.....	66
 CAPÍTULO 2 — CATEGORIAS BASILARES DO PENSAMENTO DE ÁVARO VIEIRA PINTO.....	 68
2.1. Subdesenvolvimento.....	72
2.2. Ideologia do desenvolvimento nacional.....	85
2.3. Massas populares.....	96
2.4. Consciência ingênua e crítica.....	108
2.4.1. Subjetividade e emancipação.....	109
2.4.2. Vieira Pinto: realidade e consciência nacional.....	114
2.5. Estado/ Nação.....	124
 CAPÍTULO 3 — CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO.....	 139
3.1. Concepção de homem em Vieira Pinto.....	141
3.2. Concepção de educação.....	150
3.2.1. Lugar epistemológico e ontológico das massas populares no pensamento de Vieira Pinto.....	151
3.2.2. Concepção de consciência ingênua e crítica de educação.....	153
3.2.3. Educação e ideologia do desenvolvimento nacional.....	157
3.2.4. Concepção de educação infantil e de adultos.....	165
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 170
BIBLIOGRAFIA.....	176

SIGLAS

- ISEB** — Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- IBESP** — Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
- URSS** — União das Repúblicas Socialistas Soviética
- EUA** — Estados Unidos da América
- PSD** — Partido Social Democrático
- PTB** — Partido Trabalhista Brasileiro
- UDN** — União Democrática Nacional
- BNDE** — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- UNE** — União Nacional dos Estudantes
- CPC** — Centro Popular de Cultura
- MEB** — **Movimento de Educação de Base**
- MCP** — Movimento de Cultura Popular
- JUC** — Juventude Universitária Católica
- CNBB** — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- JEC** — Juventude Estudantil Católica

RESUMO

EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DA TEORIA EDUCACIONAL EM VIEIRA PINTO

Autor: Silvano Severino Dias

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo

O presente estudo propõe buscar e analisar como os fundamentos da teoria educacional em Álvaro Vieira Pinto (1909 — 1987) se relacionam com o contexto histórico, visto que o entendimento da vivência e dos resultados de seus empreendimentos ganharam forma no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a partir dos meados dos anos 50, do século XX. Esse período foi marcado pela acentuada crise da elite agrário-mercantil, pelo êxodo rural, pela efervescência dos movimentos populares, pela crescente luta em torno da reforma universitária, contando com a participação da UNE (União Nacional dos Estudantes), JEC (Juventude Estudantil Católica), AP (Ação Popular), MCP (Movimento de Cultura Popular), MEB (Movimento de Educação de Base), que buscavam, também, consolidar o processo de democratização do país. O intuito dessas mobilizações sociais era subsidiar as massas populares para que essas reivindicassem sua inclusão no processo produtivo do país, e participassem do seu sistema educacional e das decisões dos seus rumos políticos. Nesse período, o Brasil estava vivenciando uma fase de desenvolvimento econômico jamais vista em toda a sua história. Em consonância com os rumos desse desenvolvimento, Vieira Pinto elabora a sua visão acerca da educação, enquanto possibilidade de transformação da realidade sócio-cultural, sustentando que, os conceitos de cultura e de educação são condicionados pela ideologia do desenvolvimento nacional. Assim sendo, ao considerarmos que o pensamento educacional de Vieira Pinto e a realidade brasileira estão imbricados, a compreensão e a interpretação daquele far-se-ão no horizonte da história. A nosso ver, as categorias: *subdesenvolvimento*, *ideologia do desenvolvimento nacional*, *massas populares*, *consciência ingênua e consciência crítica* e, de *Estado/ Nação*, fundamentam a concepção de educação, que se encontra presente nas seguintes obras: *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956), *Consciência e realidade nacional*, vol. I e II (1960), *A questão da universidade* (1961), *Ciência e existência* (1969) e *Sete lições de educação de adultos* (1982), cujas reflexões se iniciaram no Chile em 1966.

RESUMEN

EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DA TEORIA EDUCACIONAL EM VIEIRA PINTO

Autor: Silvano Severino Dias

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo

El presente estudio propone buscar y analizar cómo los fundamentos de la teoría educacional en Álvaro Vieira Pinto (1909 – 1987) se relacionan con el contexto histórico, puesto que el entendimiento de la vivencia y de los resultados de sus obras ganaron forma en el interior del Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a partir de la mitad de los años 50, del siglo XX. Ese período fue marcado por la acentuada crisis de la élite agrariomercantil, por el éxodo rural, por la efervescencia de los movimientos populares, por la creciente lucha en torno a la reforma universitaria, contando con la UNE (União Nacional dos Estudantes), JEC (Juventude Estudantil Católica), AP (Ação Popular), MCP (Movimento de Cultura Popular), MEB (Movimento de Educação de Base), que buscaban, también, consolidar el proceso de democratización del país. El propósito de esas movilizaciones sociales era subsidiar las masas populares para que éstas reivindicasen su inclusión en el proceso productivo del país y participasen de su sistema educacional y de las decisiones de sus rumbos políticos. En ese período Brasil estaba viviendo una fase de desarrollo económico jamás vista en toda su historia. En consonancia con los rumbos de ese desarrollo, Vieira Pinto elabora su visión acerca de la educación, como posibilidad de transformación de la realidad sociocultural, sustentando que, los conceptos de cultura y de educación son condicionados por la ideología del desarrollo nacional. De esta manera, al considerar que el pensamiento educacional de Vieira Pinto y la realidad brasileña están imbricados, la comprensión y la interpretación de aquél se subdesarrolla, ideología del desarrollo nacional, masas populares, conciencia ingenua y conciencia crítica y, de Estado/ Nación, fundamentan la concepción de educación, que se encuentran presentes en las siguientes obras: *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956), *Consciência e realidade nacional*, vol. I e II (1960), *A questão da universidade* (1961), *Ciência e existência* (1969) y *Sete lições de educação de adultos* (1982), cuyas reflexiones se iniciaron en Chile en 1966.

INTRODUÇÃO

Lazer e ócio. — Há uma selvageria pele-vermelha, própria do sangue indígena, no modo como os americanos buscam o ouro: e a asfixiante pressa com que trabalham — o vício peculiar ao Novo Mundo — já contamina a velha Europa, tornando-a selvagem e sobre ela espalhando uma singular ausência de espírito. As pessoas já se envergonham do descanso; a reflexão demorada quase produz remorso. Pensam com o relógio na mão, enquanto almoçam, tendo os olhos voltados para os boletins da bolsa — vivem como alguém que a todo instante poderia “perder algo” (NIETZSCHE).

As dimensões e direções da teoria educacional brasileira no século XX foram marcadas por suas feições pluralistas. Qualquer estudo nessa área requer, portanto, um recorte a partir de uma preocupação que propicie a relação entre uma determinada reflexão sobre o pensamento educacional e a realidade brasileira. Isso, porque a reflexão educacional busca uma leitura compreensiva dessa realidade, esforçando-se por dimensioná-la a partir do processo educativo, a fim de que se constitua numa mediação significativa do processo social, com intuito de objetivar uma reforma, uma mudança ou até mesmo uma transformação social.

O estudo em torno da teoria educacional, a partir do pensamento de um autor, não se limita a ser uma iniciação filosófica, nem tampouco se resume ao que os filósofos disseram. Ao realizarmos uma reflexão sobre o pensamento educacional, ela nos possibilita efetivar mais que um conhecimento teórico sobre a educação. Refletindo, assim, estamos formando em nós, educadores, uma postura que está imbricada com a nossa prática pedagógica. Dessa maneira, essa reflexão sobre os fundamentos de uma teoria educativa visa a discutirmos as finalidades da educação e, ao mesmo tempo, a pronunciarmo-nos, até certo ponto, sobre as questões e os fatos imediatos que nos atingem enquanto educadores.

Assim sendo, percebemos que foi nos anos 50 e 60 que o Brasil ingressava no processo de industrialização, o que significou compartilhar do capitalismo monopolista assumindo um processo de urbanização, de tecnificação e de modernização nunca vivenciado. Além desses fatores, esse período foi marcado pela acentuada crise da elite agrário-mercantil, pelo êxodo rural, pela efervescência de vários movimentos populares.

Embora houvesse divergência de orientações, os movimentos de cultura popular que trabalhavam conjuntamente, objetivavam educar o povo, também, através das artes e da cultura. Esses movimentos populares tinham o intuito de desenvolver a conscientização das massas populares através de programas de alfabetização de adultos e educação de base. Foi a partir daí que um significativo contingente das massas populares, tanto das cidades, como das

zonas rurais começava a ser mobilizado, politicamente, através da conscientização.

Essas mobilizações sociais permitiram as massas populares reivindicarem a sua inclusão e participação no processo produtivo, no sistema educacional, na participação das decisões dos rumos políticos do país. Além dessas lutas, o contexto político e sócio-cultural foi marcado pelo debate a respeito da educação pública e privada. De um lado, estudantes, intelectuais e políticos defendiam uma educação pública, gratuita e leiga sob a organização e administração do Estado. De outro, segundo ROMANELLI (1978), a iniciativa privada reivindicava para si o direito de elaborar e deliberar sobre os rumos da educação no país.

É, neste contexto, que buscamos compreender e interpretar os fundamentos da teoria educacional de Álvaro Vieira Pinto. Essa expressão do seu pensamento emergiu no cenário nacional, entre os anos 50 e 60, no interior do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A nosso ver, o teor de sua teoria educacional está estreitamente relacionado com as condições históricas em que este autor viveu e atuou como intelectual. Diante disso, para que desenvolvêssemos esse tema, foi necessário recuperarmos as mudanças históricas, políticas e sócio-culturais que se processaram no período republicano brasileiro do século XX, que foi marcado por propostas e lutas em favor de um desenvolvimento nacional. Tais mudanças visavam, dentre outras perspectivas, a construir a autonomia política, econômica, social e cultural do Brasil. Podemos, então, salientar que houve, por parte dos intelectuais, políticos e estudantes, empenho em criar uma reflexão e ação sobre a realidade nacional com o intuito de compreendê-la, e, concomitantemente, difundir uma ideologia de desenvolvimento nacional que visasse à superação do atraso histórico, econômico, social e cultural do país, passando pela luta contra o imperialismo. Isso porque a ideologia nacional-desenvolvimentista, defendida por Juscelino Kubistchek entre os anos de 1956 — 1961, que visava ao desenvolvimento industrial do país, mantinha estreitas relações com o capital internacional.

O nosso estudo objetiva ordenar, sistematizar e interpretar o pensamento de Vieira Pinto para buscarmos evidenciar algumas categorias que fundamentam a sua teoria educacional. Estas categorias também comprovam a sua concepção de educação. Nesse sentido, entendemos que deveríamos situar essa ordenação e interpretação das categorias que exprimem a sua visão de mundo, alicerçadas no contexto histórico em que o autor viveu e atuou. É no intervalo do percurso vivido por Vieira Pinto que buscaremos compreender como o seu pensamento emergiu e ganhou força no cenário nacional dos anos 50 e 60, bem como, as categorias que concorrem para evidenciar os fundamentos de sua teoria educacional.

Isto, por compreendermos que uma interpretação de uma dada teoria educacional

expressa no pensamento de um autor, não é apreendida em sua totalidade somente por meio de suas obras e de sua biografia, uma vez que compreendemos o pensamento como sendo uma operação viva, inacabada, e, concomitantemente, “*um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro*”, o qual é “*um elemento de conjunto que é o grupo social*”¹ (GOLDMANN, 1967, p. 8).

A abordagem que procuraremos desenvolver buscará construir o pensamento educacional de Álvaro Vieira Pinto no tocante à educação das massas populares. Teremos, porém, como ponto de partida, as obras do autor, que serão interpretadas e integradas no contexto histórico do mesmo.

Além desse contexto histórico, buscaremos ordenar e interpretar as categorias disseminadas em suas várias obras, com o intuito de compreendermos o lugar em que está situado o pensamento de Vieira Pinto e quais os interesses que assumiu.

É neste sentido que a nossa tarefa de selecionar categorias procura compreender a concepção de mundo² de Vieira Pinto. Ao realizarmos essa ordenação, estamos efetivando uma sistematização e explicitação de tal concepção. Assim, por meio dessa sistematização, pudemos construir categorias significativas para que, através de um percurso cognitivo, tivéssemos acesso ao real.

No decorrer desse processo, inúmeros critérios puderam ser adotados. Tais critérios vêm nos auxiliar na análise do pensamento educacional de Vieira Pinto, que, a nosso ver, oscila entre o histórico, o político, o educacional e as condições sócio-culturais. Daí a importância do papel que as categorias desempenham e representam no momento de conceituação e interpretação dessa realidade.

Neste sentido, dizemos que toda categoria é muito mais que um instrumento de cognição, visto que, da forma como ela estrutura uma dada realidade acaba por se constituir num modelo de cognição. Processando-se dessa forma, tal modelo não possui simplesmente a tarefa de descrevê-la, porque, ao fazermos isso, a nossa intenção e nossa ação não são neutras,

¹ Em torno do conceito de grupo não há um significado inteiramente definido. ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1956, p. 61, define a partir da “*tensão entre o indivíduo e a sociedade, a divergência do universal e do particular implica, necessariamente, que o indivíduo não se insere de forma imediata na totalidade social, mas através de instituições intermediárias. Estas instituições intermediárias são as que se encontram abrangidas pelo conceito de grupo. Mais adiante continua, “podemos definir como grupo uma comunidade de interesses, como uma aglomeração casual ou, pelo contrário, dispersa; uma comunidade cônica de si mesma ou uma apenas vinculada por algumas características objetivas. Já GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 8, assinala que, “A relação entre indivíduo e sociedade está subordinada à dinâmica social, a qual varia historicamente e coexistem numa mesma época estruturas que não são contemporâneas”.*

² Visão de mundo é o conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo ou mais freqüentemente, (de uma classe social) e os opõem aos outros grupos (Cf. GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 20).

como se poderia imaginar. À medida que ocorre a descrição e a análise da realidade, surgem as comparações, os juízos de valores, bem como os critérios implícitos e explícitos que nos servem de base para efetivarmos a elaboração da descrição e da análise. Nesse sentido, a teorização acerca da realidade assume um caráter prescritivo e axiológico.

Diante do que, até então, foi exposto, ao seguirmos nossos objetivos, acreditamos abarcar e apreender o significado do pensamento de Vieira Pinto. Esse pensamento é constituído de uma abordagem crítica e abrangente tanto da realidade brasileira, onde ele se encontrava situado existencialmente, quanto da problemática educacional.

No que diz respeito à questão educacional, Vieira Pinto indica que ela se processa simultaneamente ao processo de desenvolvimento nacional, de tal forma que não há sobreposição de um sobre o outro. Ao elaborar a sua visão acerca do processo educacional, enquanto possibilidade de transformação da realidade sócio-cultural, Saviani (1987) nos diz que Vieira Pinto idealiza um conceito de cultura e de educação centrado na ideologia do desenvolvimento nacional. Assim, a educação e a ideologia do desenvolvimento nacional são tidas, por Vieira Pinto como produto da consciência crítica, mesmo que esta seja iletrada ou que esteja em estágio incipiente de formação, ou seja, são produtos da consciência das massas populares. Essa reflexão educacional, fundamentada nesses parâmetros, no dizer de GADOTTI (1998) pode ser caracterizada como pedagogia progressista.

Evidenciando um caráter crítico, a modalidade de pensamento desse autor exerceu influência sobre a realidade brasileira e, ao mesmo tempo, garantiu um lugar de destaque no quadro histórico de seu tempo. Dessa maneira, o pensamento de Vieira Pinto tornou-se significativo por evidenciar: a vida, a situação do homem e a dramaticidade do ser brasileiro, a partir da sua realidade sócio-cultural, no período anterior ao do golpe militar.

Embora tenha sido considerado por muitos intelectuais o primeiro universalmente importante filósofo brasileiro, Álvaro Vieira Pinto foi lançado no ostracismo e passou a dedicar-se à produção de um extenso e profundo trabalho intelectual, que nos deixou compendiado em várias obras, sem contar as não publicadas.

Quanto a nós, os primeiros contatos que tivemos com a obra de Álvaro Vieira Pinto se deram em 1995, quando buscávamos elaborar um projeto de pesquisa para um Programa de Mestrado em Educação. Foi nesse período que lemos parte de *Ciência e existência* — problemas filosóficos da pesquisa científica (1969) e, em seguida, entramos em contato com duas outras obras desse mesmo autor. São elas: *Consciência e realidade nacional* — consciência ingênua (1960a) e *Consciência e realidade nacional* — consciência crítica (1960b).

Ao lermos estas obras, percebemos que o pensamento de Vieira Pinto nos possibilitava redimensionar a nossa prática educativa, como professor de Filosofia do Ensino Médio, da rede pública do Estado de São Paulo e, concomitante a isso, suscitava em nós maior interesse pela pesquisa.

Com o intuito de aprofundar nossos estudos, em 1999, ingressávamos no curso de especialização História da Filosofia Tópicos Especiais, promovido pelo Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia — MG. Nesse curso, tivemos várias disciplinas e, dentre elas, Metodologia do Ensino Superior. Nesta disciplina, estudamos *Ideologia e desenvolvimento nacional*, obra datada de 1956. Nela pudemos compreender a importância desse autor para o campo educacional brasileiro. Assim, o nosso interesse em estudar o pensamento de Vieira Pinto efetivou-se quando apresentamos nosso projeto de pesquisa projeto no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

A partir de então, efetuamos um levantamento bibliográfico sobre as obras desse autor e de outras publicadas sobre ele. Encontramos, com este levantamento, as seguintes obras do autor: *A questão da universidade* (1961), *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento* (1963) e *Sete lições sobre educação de jovens e adultos* (1982). Quanto aos comentadores sobre o autor, estão: SAVIANI, Demerval; RODRIGO, Lídia Maria; ROUX, Jorge; VAZ, Pe. Henrique Lima; GADOTTI, Moacir; PAIM, Antonio; LEBRUN, Gerard; DEBRUN, Michel; FREITAS, Marcos César de; KONDER, Leandro e TOLEDO, Caio Navarro.

De posse destas informações, pusemo-nos a definir a nossa metodologia, visando a alcançar os nossos objetivos. Antes de tudo, porém, cabe-nos ressaltar que esse estudo pretende chegar a um fim e alcançar um resultado, mas de forma alguma, a nossa tarefa pretende esgotar, exaurir, encerrar essa temática em sua totalidade. Isso porque o entendimento da problemática de nossa pesquisa, além de requerer mais tempo, não possui um fim em si mesma, mas em sua atualização. O resultado de uma pesquisa somente abarcará o seu todo, quando este estiver vinculado ao seu vir-a-ser.

A determinação de um fim, de um resultado de um estudo, de antemão, está relacionada com a limitação do tempo de pesquisa. Isso, por sua vez, *limita* a reflexão do pesquisador sobre o seu objeto de estudo, impossibilitando-lhe demorar no interior da problemática, para, a partir dali, apreendê-la e analisar o seu significado. É por meio da visitação a essa problemática que podemos captar os seus significados e construir conceitos que, de uma forma ou de outra, encontram-se relacionados com a realidade sócio-cultural

tanto do autor em questão, quanto do pesquisador.

Apesar desse entendimento, é possível, num determinado intervalo de tempo, debruçarmo-nos sobre um problema e captarmos o sentido mais amplo dele. Contudo, essa amplitude está relacionada com as circunstâncias a que este pesquisador esteve submetido. Além do que, atualmente, o tempo da pesquisa não é mais o do pesquisador, mas das instituições, dos órgãos de pesquisa a que este estiver vinculado. Feitas estas ressalvas, passemos a apresentar o nosso itinerário metodológico.

Como já mencionamos em parágrafos anteriores, o nosso interlocutor, nesse estudo, é o pensamento educacional de Vieira Pinto, que emergiu no cenário nacional dos anos 50 e 60, do século XX — o qual encontra-se expresso nas obras já mencionadas. O exercício interpretativo que pretendíamos assumir constituiu-a numa tarefa não muito fácil, porque o autor não explicita as fontes que fundamentaram as suas reflexões. Isto permitiu a alguns de seus comentadores classificar, ou melhor, *rotular* o seu pensamento de idealista, pragmático, etc. Essas classificações, juntamente com a ausência de citação, por parte do autor, causaram-nos estranheza e trouxe-nos dificuldades para adentrarmos no interior da obra de Vieira Pinto e apreendermos o significado do seu pensamento em sua totalidade. Por outro lado, ao penetrarmos no interior do seu pensamento, percebemos a sua sintonia com o seu tempo, além do seu compromisso com as massas populares e com a transformação da realidade sócio-cultural do país, além da busca de uma identidade nacional fundamentada na consciência emergente das massas populares.

Por conseguinte, parece-nos que a preocupação com a elaboração de um pensamento educacional que respondesse ao contexto brasileiro, fosse um dos focos centrais da perspectiva de Vieira Pinto. Assim, a leitura que dele faremos não é a única possível, nem mesmo é de cunho definitivo. Nesse sentido, nunca é demais lembrar que uma teorização social, como ocorre no campo educacional, tem um processo de formação social.

Um outro dado que pode auxiliar nossa postura metodológica é a relativa ausência de publicações sistematizadas no campo da educação acerca do pensamento educacional de Vieira Pinto. Como tivemos a oportunidade de observar, na área da educação, as publicações são poucas, mas, em maior número, as vinculadas a outras áreas. As publicações de SAVIANI, Demerval; de RODRIGO, Lídia Maria; de ROUX, Jorge; de VAZ, Pe. Henrique Lima; de PAIM, Antonio; de LEBRUN, Gerard; de DEBRUN, Michel; de KONDER, Leandro e de TOLEDO, Caio Navarro foram produzidas a partir do horizonte filosófico; a de FREITAS, no campo histórico e a de GADOTTI, Moacir, no limiar da educação.

Nota-se, então, a partir dessas observações, que, embora haja poucas publicações

acerca do pensamento de Vieira Pinto no campo educacional, a nossa pesquisa levou em consideração aspectos que se referem direta e indiretamente às publicações que foram produzidas em outras áreas ou campos de saberes.

Para que o objetivo desse estudo pudesse ser alcançado, buscamos definir um método. A nosso ver, um método somente se justifica na medida em que nos permite conhecer as obras que nos propusemos a estudar. Para tanto, nesta pesquisa, utilizamo-nos do método hermenêutico, que, segundo Tugendhat (1996, p. 242), *“realiza-se num ir e vir entre o esclarecimento de pensamentos próprios e a discussão com o pensamento de outros”*.

Para que pudéssemos esclarecer e evidenciar o pensamento de Vieira Pinto, à medida que íamos lendo as suas obras, selecionamos e ordenamos categorias. Essas categorias nos possibilitaram ter acesso a sua teoria educacional. Dessa maneira, para que conseguíssemos alcançar os nossos objetivos nessa pesquisa, o método aqui empregado percorreu quatro etapas essenciais, que se relacionam intrinsecamente, a saber:

- a) a análise das obras de um autor, que se constituem em *“um conjunto preciso e limitado de fatos empíricos”* (GOLDMANN, 1967, p. 4-5), são, no dizer desse mesmo autor, impossíveis de serem compreendidos no domínio das Ciências Humanas, se não forem ligados *“à sua essência conceitual concreta”* (1967, p. 13). Além disso, a compreensão e interpretação de uma obra não se realizam a partir de si mesma, nem, tampouco, quando a relacionamos somente com a biografia de um autor, mas, sobretudo, quando integramos a sua obra *“no conjunto histórico do qual ela faz parte”* (GOLDMANN, 1967, p. 10);
- b) o estudo biográfico de um autor, mesmo não nos possibilitando entender as suas obras em sua totalidade, não pode ser excluído da pesquisa, pois deve ser visto como um processo de pesquisa auxiliar e parcial. Nem tudo o que o autor escreveu, tem a mesma importância para a compreensão de sua obra, já que o indivíduo não está, a todo instante de sua existência, no mesmo nível de consciência e com sua capacidade criadora ativada. Entretanto, de uma forma ou de outra, ele se encontra sempre aberto a influências exteriores e acidentais. Em decorrência do que foi dito, concordamos com Goldmann, quando afirma que: *“a separação entre o essencial e o acidental só pode se fazer pela integração ao conjunto, das partes ao todo”* (1967, p. 13);
- c) o grupo ou classe social com a qual o autor se relaciona é outro fator

determinante para entendermos a sua obra, pois, devemos ir do texto ao indivíduo, e, deste, ao grupo social de que ele faz parte. Toda obra de um autor expressa o local, o posicionamento que ele defende, o que é evidenciado pelo grupo social de que participa. Por isso, para Goldmann (1967, p. 19) *“não se pode separar o seu pensamento e suas aspirações da sua atividade cotidiana”*;

- d) enfim, a visão de mundo de um autor constitui-se não somente em um instrumento que nos permite separar o essencial do acidental, mas, sobretudo, em um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para compreender as aspirações imediatas do pensamento dos indivíduos. Por ser o principal aspecto concreto da expressão de um escritor, ela ultrapassa o seu pensamento e a sua obra. Nesse sentido, pode ser compreendida, no dizer de Goldmann, como sendo o *“conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente de uma classe social) e os opõe aos outros grupos”* (1967, p. 20).

Ao descrevermos e explicitarmos os passos metodológicos de nossa pesquisa, partimos da compreensão de que o conhecimento não caminha em linha reta, nem, tampouco, de que existam pontos de partida absolutamente certos ou problemas definitivamente resolvidos. Pelo contrário, acreditamos que a marcha do conhecimento aparece como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo que devem se esclarecer mutuamente.

Ao buscarmos interpretar o pensamento educacional de Vieira Pinto, percebemos que ele ganha maior significado quando o relacionamos com as dimensões histórica, política e social da realidade em que o autor está situado existencialmente, pois foi a partir desta realidade que ele desenvolveu a sua reflexão. Assim, podemos dizer que o seu pensamento não está descolado da realidade em que viveu.

Dessa forma, para cimentar e descrever a construção do pensamento educacional deste autor, recuamos alguns anos na história do Brasil republicano para analisarmos as mudanças e transformações ocorridas nos setores econômico, político e sócio-cultural por que passou o Brasil. Essas mudanças nos possibilitaram perceber, com mais clareza, os determinantes de tais transformações que, por sua vez, condicionaram o pensamento de Vieira Pinto, quando este elaborou a sua interpretação.

Para analisar a obra deste autor em questão, procuramos situá-la no âmbito das transformações ocorridas no processo histórico, sócio-cultural, político e econômico do século XX. Essa análise levou em consideração o grupo e a classe social em que Vieira Pinto estava

situado e com os quais estava comprometido. Nesse sentido, percebemos que a sua visão de mundo, de sociedade e de homem só ganha sentido e significado quando levamos em consideração estes condicionantes sociais.

Foi nesse sentido que tomamos, como ponto de partida, o processo de substituição das importações, porque é nele que se encontram as raízes dos movimentos políticos em torno da consolidação de um desenvolvimento nacional, com relações estreitas com o processo educacional do país. As conjugações entre o processo de desenvolvimento nacional e o educacional seriam fontes apropriadas para a divulgação de uma ideologia nacional que propiciasse a transformação de uma estrutura sócio-econômica atrasada e de dependência, em relação ao capital internacional em que o país estava inserido.

Nesse horizonte de compreensão e de interpretação da realidade é que se elabora o conhecimento das abordagens epistemológicas da realidade educacional brasileira, que tem contribuído para a construção do conhecimento concreto dessa mesma realidade. Isso porque o discurso educacional elaborado pelos intelectuais que lidam com a problemática educacional está, de uma forma ou de outra, condicionado às determinações políticas, econômicas e sócio-culturais de cada período histórico.

Dessa forma, ao buscarmos compreender e interpretar as categorias: *subdesenvolvimento, ideologia do desenvolvimento nacional, massas populares, consciência ingênua e consciência crítica, Estado/ Nação e a concepção de homem* em Vieira Pinto, nós estávamos procurando entender de que forma a noção de educação é vista enquanto possibilidade de difusão da ideologia do desenvolvimento nacional e, até que ponto, ela concorreria para a transformação da realidade do país. Nesse sentido, é de fundamental importância a análise histórica do país, para percebermos de que maneira ele se situa em todas estas questões, frente às transformações que o processo de desenvolvimento industrial aqui implementou, entre os anos 50 e 60. Nestes termos, o pensamento crítico de Vieira Pinto a respeito da situação política e sócio-cultural é de grande importância para uma concepção realista e crítica da sociedade brasileira antes do golpe militar.

Por conseguinte, nos capítulos desse estudo, procuramos realizar algumas incursões pela reflexão educacional desse autor. Nesse sentido, é preciso deixar claro, desde já, que nossa intenção não foi esmiuçar o pensamento de Vieira Pinto.

A escolha do caminho temático foi se efetivando à medida que o exame compreensivo da literatura educacional em apreço foi avançando. E foi nessa relação com tal literatura que fomos situando determinadas convergências temáticas, apresentadas nos diferentes capítulos

deste estudo. Foi por meio desse exercício que realizamos a busca da compreensão dessa problemática.

Essa pesquisa foi realizada com maior entusiasmo quando atingimos a significação do pensamento em questão. As leituras que desenvolvíamos, remetiam-nos a diferentes aspectos a serem abordados. E a sistematização prévia do conteúdo a ser desenvolvido em cada capítulo não se deu sem dificuldades, uma vez que o referido pensamento apresentava diferentes ângulos de análise. Assim, pretender entendê-lo para organizá-lo foi um dos desafios.

Na determinação do conteúdo desse estudo, passamos por desânimos, pois parecia que estávamos simplesmente reproduzindo o próprio pensamento pedagógico em análise. No entanto, houve da parte de alguns, com os quais discutíamos nosso objeto, apoio à nossa tentativa, o que nos dava mais força no caminho da busca de sua conclusão.

O nosso estudo encontra-se dividido em três capítulos que estão estruturados da seguinte maneira:

- a) o capítulo primeiro enfoca, por meio da abordagem de alguns historiadores, sociólogos, economistas, filósofos e educadores, o contexto histórico brasileiro e a emergência do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. Isso nos permite perceber o compromisso do autor com a transformação da realidade brasileira e os grupos sociais dos quais participa. É nesse contexto que ele forma e explicita o seu pensamento educacional;
- b) o capítulo segundo é um desdobramento do anterior, na medida em que busca reunir as categorias centrais que norteiam o pensamento desse autor. Estas categorias expressam o desejo e a vontade da transformação da realidade nacional. Além do caráter volitivo e transformador, essas categorias contribuem, terminantemente, para a construção do seu pensamento em torno da educação. Essas categorias são: de *subdesenvolvimento*, de *ideologia do desenvolvimento nacional*, de *massas populares*, de *consciência ingênua e consciência crítica* e, por fim de *Estado/ Nação*. As construções desses conceitos se deram a partir de suas reflexões tanto de cunho filosófico quanto de cunho sociológico, tendo em vista a situação histórica brasileira;
- c) o terceiro capítulo, basicamente, se refere à discussão em torno da noção de homem e de educação proposta por Álvaro Vieira Pinto. Essas noções, a nosso ver, estão estreitamente relacionadas com as transformações por que passava a sociedade brasileira. Nesse sentido, acreditamos que, em sua ocupação intelectual, Vieira Pinto estabelece um novo rumo para se pensar a educação e a pedagogia.

CAPÍTULO 1 — O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

O valor de complexo filosófico reside no grau de articulação que consegue estabelecer entre as respostas que fornece às questões colocadas pela sua inserção histórica num tempo e numa sociedade determinados e a ampliação da problemática e das soluções que introduz no interior do conjunto cultural de que, de uma forma ou de outra, é herdeiro. Precisamente, a avaliação de um tal complexo exige o trânsito entre o esclarecimento que traz às “questões do dia” e a contribuição com que acresce o conjunto ideológico-cultural mais abrangente em que se situa (LUKÁCS).

Para onde é preciso viajar. — A observação imediata de si está longe de ser suficiente para aprender a se conhecer: precisamos de história, pois o passado continua a correr em nós em cem ondas; nós próprios nada somos senão aquilo que sentimos dessa correnteza a cada instante. Até mesmo aqui, se quisermos entrar no rio de nosso ser aparentemente mais próprio e mais pessoal, vale a proposição de Heráclito: não se entra duas vezes no mesmo rio (NIETZSCHE).

Como já foi mencionado na introdução a compreensão do pensamento de um autor não se faz somente por meio de suas obras e de sua biografia, visto que o seu pensamento exprime a sua visão de mundo a partir de uma dada realidade. Neste sentido, obra, biografia e contexto histórico circunstancial do autor, por estarem imbricados, constituem ponto e de partida e de chegada da análise do seu pensamento.

Dessa maneira, o objetivo desse capítulo é construir a biografia de Vieira Pinto para, logo em seguida, desenvolvermos o caminho existencial do autor. Para isso, buscamos contextualizar, primeiramente, o período em que o seu pensamento ganhou força no cenário nacional dos anos 50 e 60 do século XX, com o intuito de podermos compreendê-lo a partir de sua situação concreta, ou seja, de sua existência.

Este percurso histórico em torno do contexto em que Vieira Pinto viveu, faz-se necessário para entendermos como a sua trajetória biográfica foi construída no contexto do Brasil República. Além disso, esse percurso possibilita-nos compreender mais claramente suas obras e sua biografia. Partimos do entendimento de que a compreensão da obra de um autor não se dá nem somente pela interpretação de sua biografia, nem somente das suas obras em si mesmas, mas quando ambas, biografia e obras estiverem integradas ao conjunto histórico do que fazem parte, ganhando maior compreensão e significado.

Sendo assim, iniciaremos a nossa análise a respeito da configuração dos fundamentos da teoria educacional de Vieira Pinto e suas implicações com a dimensão política, a ideológica, a econômica, a sociológica, etc., sobretudo no período em que atuou como

militante do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), nos anos 50 e 60 do século XX.

O procedimento utilizado aqui terá como tarefa compreender o fio condutor da teoria educacional desse filósofo brasileiro. Para isso, elegemos algumas categorias que foram emergindo de leituras de suas obras. Tais categorias possibilitam melhor representar a estruturação do pensamento do referido intelectual que trabalhou com a discussão em torno da problemática educacional.

Dessa maneira, torna-se importante salientar a configuração deste capítulo. Ele abordará o processo histórico, político, econômico e sócio-cultural da sociedade brasileira, desde os antecedentes da substituição das importações de produtos econômicos (1889 — 1930) até o período em que a sociedade brasileira passou a incentivar, desenvolver e ampliar o setor industrial no país (1930 — 1960). Foi nesse último período, principalmente entre os anos de 1950 e 1960, que se deu o desenvolvimento, a formação e a emergência do pensamento de Vieira Pinto no cenário nacional. Buscaremos o contexto para compreender a sua influência na formação deste intelectual, bem como para assimilar, compreender o significado de suas obras. O contexto não determina, contudo, o pensamento de um autor por completo.

Com o conhecimento de que uma dada realidade não se processa de forma linear, mas de que oscila entre as partes e o todo e de que não há ponto de partida absolutamente certo, compreendemos que a estruturação desse capítulo deveria ser organizada em três eixos, da seguinte forma: a) Trajetória biográfica de Álvaro Borges Vieira Pinto; b) Vieira Pinto e o cenário brasileiro dos anos 50 e 60; e, por fim c) Analisando o contexto histórico republicano de 1889 a 1964.

1.1. Trajetória biográfica de Álvaro Borges Vieira Pinto

Álvaro Borges Vieira Pinto, filho de Carlos M. Vieira Pinto e de Arminda Borges Vieira Pinto, nasceu a 11 de novembro de 1909, em Campos, Estado do Rio de Janeiro. Fez seus estudos primários e secundários com os jesuítas, no colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro. A cada ano, conforme exigências da época, prestava, no Colégio Pedro II, exames, ou seja, avaliações que o tornavam apto a dar continuidade a seus estudos. Ao concluir essa fase de sua vida, aos 13 anos de idade, tinha como objetivo cursar a Faculdade de Medicina, todavia, não possuía idade mínima necessária para ingressar na universidade. Esse fato coincidiu com a transferência de sua família para São Paulo, onde ficou um ano sem estar matriculado em nenhum curso regular. Contudo, foi um ano muito importante, em termos de sua formação literária e filosófica. Com efeito, ocorria o ano de 1922 e, estando ainda em São Paulo, Vieira

Pinto participou das agitações da Semana de Arte Moderna, seguindo os intelectuais que participavam desse evento, quando estes se reuniam, todas as noites, no café do Largo do Ouvidor, em São Paulo. Essa convivência com os intelectuais da Semana de Arte Moderna influenciou na formação do seu pensamento no que se refere à valorização da cultura nacional e na formação da consciência do autor sobre a realidade nacional.

Aos 14 anos, Vieira Pinto regressou para o Rio de Janeiro para fazer o concurso vestibular para a Faculdade de Medicina, conseguindo passar em penúltimo lugar, mesmo não tendo tido nenhuma formação preparatória para este concurso. No período em que cursava o quinto e o sexto ano da Faculdade de Medicina, ocorreram os fracassos econômicos de seu pai, seguidos da morte de sua mãe, acontecimentos esses que o obrigaram a trabalhar para sustentar a sua família, que era composta de quatro irmãos. Em decorrência disso, via-se sem apoio e sem condições de fazer alguma coisa, terminando, assim, com muita dificuldade o curso.

Então, no último ano do curso de Medicina, Vieira Pinto teve que lecionar Filosofia e Física, num colégio de freiras, para garantir o seu sustento e o de sua família.

Concluídos esses estudos, Vieira Pinto tentou abrir uma clínica no Estado de São Paulo, na cidade de Aparecida, mas, como as condições eram adversas ao seu projeto, não obteve sucesso. Em seguida, voltou ao Rio de Janeiro e conseguiu um emprego num laboratório de biologia, que desenvolvia pesquisas sobre o câncer, onde trabalhou por 16 anos.

Mas, já nesse período, lecionava na Faculdade de Filosofia do Distrito Federal, então Rio de Janeiro. Logo em seguida, com o fechamento dessa faculdade, foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia, onde Vieira Pinto passou a ser professor adjunto. Iniciou-se no magistério de Filosofia, no ensino superior, dando curso de Lógica Matemática; mas, com o retorno de professores alemães, que lecionavam História da Filosofia, ao seu país de origem, durante a Segunda Guerra Mundial, Álvaro Vieira Pinto passou da qualidade de professor adjunto à de substituto da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro. Esse fato foi possível por ter ficado em vacância a cadeira de História da Filosofia naquela instituição.

Em 1949, foi à Europa estudar na Universidade da Sorbonne, onde teve tempo suficiente para delimitar o tema de sua tese para a defesa da cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia, no Brasil, em 1951. A sua tese foi intitulada *Ensaio sobre a cosmologia de Platão*. Antes de voltar para o Brasil, ministrou duas palestras acerca desse tema na França. Isso serviu como preparação para defendê-la e se tornar professor titular da cadeira de História da Filosofia. No período em que esteve na França, estudando, visitou a Itália, Portugal e a

Espanha.

No que diz respeito à sua orientação filosófica, em entrevista com Saviani em 1981, ele a descreve da seguinte forma:

... era uma orientação exclusivamente pragmática, ou seja, eu dava curso seguindo os manuais de filosofia comum, idealista, mas sempre num nível superior e elevado, desenvolvia cronologicamente o pensamento. Depois outro período, que é o do aparecimento do ISEB, e o convite casual que recebi de Roland Corbisier, para ser professor de Filosofia no ISEB. Isto em 1955. Com a entrada no ISEB fui mudando aos poucos de orientação, fui tomando uma orientação mais objetivista, menos idealista e deixando de lado toda aquela formação clássica de ensinar História da Filosofia, que era puramente repetir o que o outro disse (PINTO, 1983, p. 17).

O exercício do magistério da História da Filosofia foi decisivo na conformação de seu próprio pensamento, pois a necessidade de ministrar aulas sobre os princípios filosóficos levou-o a estudá-los em profundidade, a ponto de assumir a lógica interna do pensador que lecionava. Compreendemos, assim, a sua adesão ao platonismo com a tese concluída em 1950, a sua passagem pelo kantismo e pelo idealismo alemão. Foi, também, influenciado pelo existencialismo e pelo marxismo. Essa mudança de posicionamento no ato de ensinar fez com que o professor Vieira Pinto alargasse o seu campo de pensamento. Com isso, ele ‘buscou’ desenvolver um método próprio de ensinar os conteúdos de filosofia.

É bom lembrar que, em meados dos anos 30 e dos anos 40 do século XX, Vieira Pinto passou pelo integralismo, juntamente com Corbisier, sendo que, em 1955, eles se encontraram no ISEB. Contudo, entre meados dos anos 50 e início dos 60 do século XX, ganhou força o seu pensamento dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Este foi criado em 1955, e seus membros eram originários do grupo Itatiaia. Esse grupo se reunia com a denominação de Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Tanto o IBESP como o ISEB tinham o objetivo de buscar uma interpretação sobre a realidade brasileira, bem como elaborar uma ideologia de desenvolvimento nacional para o país. Dessa forma, o ISEB, num primeiro momento, foi reconhecido durante o governo de Juscelino Kubitschek, que defendia uma política nacional desenvolvimentista durante o período de 1956 — 1961, mantendo estreitas relações internacionais com o capital estrangeiro.

Com novas funções desenvolvidas no interior do ISEB, a orientação filosófica de Vieira Pinto atingiu maturidade e ganhou outra dimensão. Tendo partido de uma influência tomista que remontava ainda aos estudos desenvolvidos no Colégio Santo Inácio, dos jesuítas, Vieira Pinto, que havia adotado no final dos anos 40 a concepção platônica, assumia, mais tarde, o idealismo crítico de Kant e, no decorrer de seus trabalhos no ISEB, passou pela perspectiva existencialista, conforme declarou em entrevista em 1981, da seguinte maneira:

Como estava numa transição rápida, eu assumi muitas das posições existencialistas que não conhecia até então, e assim tive oportunidade de sentir o que havia de verdade nelas, não apenas no sistema que apresentavam, mas nos conceitos que se podiam aproveitar e procurava formular por mim novas maneiras de expor certas idéias de ordem humanista, de ordem historicista e nacionalista; e acabou sendo o oposto do próprio existencialismo, no sentido de que via a realidade do homem passando por aquela situação e chegando a outras conclusões (PINTO, 1983, p. 18).

E, também, foi influenciado por pensadores marxistas, principalmente quanto à sua abordagem dialética, pois:

Os pensadores marxistas, especialmente os clássicos, de há muito haviam utilizado o método lógico dialético, e aplicado as categorias de concreto e abstrato à análise de questões essenciais, como a procura da definição de valor, mais-valia, classe, imperialismo, etc.. Provada estava, pois, a viabilidade e fertilidade do método. Mas não havia, para ele, historicamente, a possibilidade de virem a dirigir o seu instrumento metodológico para o exame desse particular objeto, que é a realidade do país subdesenvolvido (PINTO, 1963, p. 262-3).

O trabalho desenvolvido no interior do ISEB levou-o a aplicar categorias filosóficas à compreensão da realidade nacional para poder entendê-la e expressá-la em sua aula inaugural dentro desse instituto, em 1956. Esse trabalho originou um livro intitulado *Ideologia do desenvolvimento nacional* e que, a nosso ver, se constituiu numa forma de manifesto acerca do desenvolvimento nacional, apontando várias categorias, que nortearam o seu pensamento.

Assim, podemos perceber que foi no interior do ISEB que se deu a consolidação do pensamento de Vieira Pinto, que repercutiu no cenário nacional nos anos 50 e 60. Datam desse período as seguintes obras: *ideologia e desenvolvimento nacional* (1956), *Consciência e realidade nacional — consciência ingênua* (1960a), *Consciência e realidade nacional — consciência crítica* (1960b), *A questão da universidade* (1961) — publicada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento* (1963).

Em consequência do golpe militar de 1964, Vieira Pinto exilou-se do país em setembro daquele ano. Durante o exílio, foi para a Iugoslávia e depois para o Chile, onde proferiu várias conferências sobre educação, no ano de 1966. Acerca da educação, Vieira Pinto abordava temas relativos a sua conceituação, origem, base, finalidade, significado, recursos, técnicas e meios. Com isso, demonstrava como a realidade social poderia ser modificada por meio de um projeto de desenvolvimento nacional, que teria como meio de difusão a educação. Nessas conferências, preocupava-se em apresentar uma conceituação de educação mais ampla, que abarcava os problemas mais gerais relativos à educação para adultos, para professores que 'educavam' adultos, analfabetos, homens originários do campo.

Nos início dos três primeiros anos que permaneceu no Chile, conseguiu trabalho de

tradutor de panfletos no Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE). Em seguida, a diretoria do CELADE o contratou para escrever um livro sobre *Demografia* para este mesmo Centro, o qual foi intitulado: *El pensamiento critico em demografia*, publicado pela ONU, e, até os dias atuais, não divulgado no Brasil, mas difundido em toda a América Latina.

Além desse livro, escreveu: *Ciência e existência* (1969), publicado pela Editora Paz e Terra, um ano após a edição do Ato Institucional de número cinco (AI-5). Em 1982, publicou o livro: *Sete lições sobre educação de adultos*, que foi estruturado a partir de ‘apontamentos’ de aulas que ministrou no Chile, em 1966.

A sua volta para o Brasil se deu em fins de 1968, num período nefando de nossa história. Em tais circunstâncias, Vieira Pinto recolheu-se em seu apartamento no Rio de Janeiro, juntamente com sua esposa Maria Aparecida Fernandes Vieira Pinto. Neste refúgio, ele se dedicou exclusivamente à tarefa de redigir manuscritos, que compuseram um conjunto de obras, até o presente momento, inéditas. Estas obras são compostas por diversos temas, tais como: “*Tecnologia; Filosofia Primeira; A educação para um povo oprimido; Cursos de educação para adultos; Considerações éticas para um povo oprimido; A sociologia do povo subdesenvolvido e A crítica da existência*” (SAVIANI, 1982, p. 20).

Já em 1981, encontrava-se com a saúde muito debilitada. A sua visão e audição estavam enfraquecidas, impedindo-o de prosseguir o seu trabalho de escritor. No dia 11 de junho de 1987, na cidade do Rio de Janeiro, aos 78 anos, morreu Álvaro Borges Vieira Pinto. Após a sua morte, foi lançado no ostracismo e ignorado pela intelectualidade brasileira. Contudo, o seu pensamento influenciou muitos pensadores de sua época como, por exemplo, Paulo Freire e, ainda hoje, suas proposições filosóficas e educacionais são componentes de reflexões *obrigatórias* para todos os profissionais da educação.

1.2. Vieira Pinto e o cenário brasileiro dos anos 50 e 60

1.2.1. A conjugação das ideologias nacional-desenvolvimentista e nacional-popular

Nos anos 50, emergiram no cenário nacional as ideologias: nacional-desenvolvimentista e nacional-popular. Por um lado, a ideologia nacional-desenvolvimentista buscava teorizar e orientar o processo de industrialização que ganhou impulso no governo de Juscelino Kubitschek. Esta orientação econômica que visava a pôr o Estado a serviço de um processo acelerado de substituição de importações, vivida desde o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, teve como meta uma política emancipatória para o país, embora mantivesse estreitas relações com o capital internacional.

Sobre as relações econômicas do Brasil, Caio Prado Júnior (1966, p. 26), um dos opositores do modelo econômico adotado por Juscelino, tomado pelo calor das discussões do momento histórico, afirma que:

Juscelino Kubitschek se apresentava com seu programa de desenvolvimento e metas que implicava claramente, e pode-se mesmo dizer expressamente, a promoção dos interesses do grande capital brasileiro e internacional. Particularmente deste último, pois é na base do apelo aos grandes trustes internacionais e estímulo às iniciativas deles no Brasil que, fundamentalmente, assentava o programa desenvolvimentista endossado pelo candidato.

Além disso:

Paralelamente e ligada a esta política de favorecimento dos interesses imperialistas, estava a promoção do grande capital nacional, seja por estímulos creditícios [...], seja pela inflação, que reduz os salários reais e acrescenta com isso os lucros capitalistas. Entreguismo e inflação em escalas sem precedentes, foi o essencial do Kubitschek, sem contar com as negociatas e oportunidades de bons negócios à custa do estado e da Nação, como em particular na construção de Brasília (PRADO JR, 1966, p. 27, grifo do autor).

Esse processo de desenvolvimento se deu através de acúmulo de capitais e ampliação do mercado interno, possibilitando, com isso, a arrancada do Brasil para o desenvolvimento industrial. Este fato se deu devido à transferência de recursos do setor tradicional (agrário - mercantil) para o "moderno" (industrial). Cabe ainda lembrar que, nos anos 50, a oligarquia agrário-mercantil estava em declínio, enquanto que a perspectiva nacional burguesa (industrial) estava em ascensão.

Por outro lado, a ideologia nacional-popular procurava exercer influência sobre as organizações nacionalistas, os movimentos populares e os grupos progressistas da sociedade, com a intenção de se contrapor à concepção desenvolvimentista e realizar uma transformação na sociedade brasileira.

Segundo Caio Prado Júnior, a revolução brasileira tinha tudo para se efetivar, pois:

Embora contando com condições altamente favoráveis para o desencadeamento do processo revolucionário, dada a maturidade das contradições presentes na conjuntura econômica e social brasileira, as esquerdas não somente permaneceram anos marcando passo — uma vez que a estéril agitação na qual se meteram não se pode reputar progresso — mas ainda comprometeram e atrasaram consideravelmente a marcha daquele processo (1966, p. 31).

A interpretação de uma determinada realidade diverge de indivíduo para indivíduo. Acerca dessa afirmação de Caio Prado, podemos dizer que outros se comprometeram para que houvesse a efetivação da revolução, por parte da esquerda. Havia, por exemplo, uma diversidade de ideologias, bem como ambigüidades de posicionamentos. Enquanto parte dos intelectuais e dos movimentos populares, vinculados à esquerda, acreditavam que a revolução deveria seguir as etapas feudal, capitalista e, por fim, comunista e apostavam, inclusive, no

desenvolvimento econômico proposto por Kubitschek, acreditando no esgotamento das forças produtivas para que a revolução pudesse acontecer; outro grupo acreditava que o momento era aquele, pois *quem sabe faz a hora e não espera acontecer*.

Contraopondo, também, o tipo de desenvolvimento adotado por Juscelino e confrontando com Caio Prado, Vieira Pinto (1956, p. 49-50) diz que, antes de discutirmos o modelo de desenvolvimento nacional, é necessário refletirmos sobre: *“que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país?”*.

Vieira Pinto (1960b, p. 33) acreditava que o projeto de desenvolvimento nacional deveria caminhar na direção de substituir *“o capital externo pelo autóctone”*, possibilitando, assim, formar em nosso país uma economia própria.

É com base nesta afirmação que ele disse:

A possibilidade de instaurar-se um capitalismo nacional vigoroso com base na iniciativa pioneira do estado em cuja posse deve permanecer a produção e a distribuição de todas as formas de energia, e no emprego do capital de origem interna, existe concretamente; os sucessos obtidos na rápida industrialização de muitos ramos da produção, no melhor nível de poupança interna, não ocorreram por acidente; são provas da presença de fatores objetivos de crescimento, que admitem expansão ulterior imensamente mais ampla. É o desenvolvimento e a consolidação dessas tendências que é preciso, no momento, fazer (PINTO, 1956, p. 159-60).

Para ele, a fundamentação de uma economia nacional sólida, capaz de alterar as reais necessidades sociais e culturais do povo, é que alteraria a consciência das massas populares. Somente quando forjarmos o projeto de existência econômica autônoma é que efetivaremos a transformação sócio-cultural da nação e transformaremos a consciência nacional. Mas, para que isso aconteça, é preciso entender que o *“progresso da ideologia do desenvolvimento nacional passa pela formulação do problema da educação”*, pois, a concepção de educação popular *“não precede o processo de desenvolvimento, acompanha-o contemporaneamente. Entre ambos existe uma tensão dialética que os condiciona mutuamente”* (PINTO, 1960a, p. 118).

1.2.2. Confrontos em torno da educação

Além desses embates, após a promulgação da Constituição de 1946, caracterizada pelo espírito liberal e democrático, começou, então, um dos períodos mais fecundos em torno da luta ideológica dos problemas da educação. Nesse período, a LDB era debatida, a partir de 1948, mas somente foi votada em 1961. A LDB representou uma das maiores conquistas no campo educacional da sociedade brasileira. Esse debate estava situado entre o setor público e privado. De um lado, estudantes, intelectuais e políticos defendiam uma educação pública,

gratuita e leiga, sob a organização e administração de uma política nacional. Dentre estes intelectuais, destacamos Vieira Pinto (1960a, p. 122-3), defendendo que:

Se, em razão da fase ainda elementar do desenvolvimento e em consequência de pressões das forças sociais retrógradas, exploradoras do rendoso comércio do ensino particular, os representantes do povo votarem uma lei de diretrizes e base da educação que favoreça aquele comércio em detrimento da escola pública, leiga, universal e gratuita, deveremos ver neste episódio um índice da verdade do processo político, uma demonstração, por mais que a lamentemos, da qualidade da consciência existente. Sendo, como efetivamente é, um projeto reacionário e oposto aos interesses nacionais, seus efeitos logo se evidenciarão pela oposição que suscitará nas camadas esclarecidas da sociedade, que serão assim educadas pela luta que terão de travar para impedir a concretização de tal lei.

E, opondo-se a esta idéia, Romanelli (1978, p.175) — uma historiadora da educação, ao estudar as legislações educacionais e as reformas promovidas pelo Estado desde os anos de 1930 até 1973 — afirma:

... a iniciativa privada estava reivindicando para si a prioridade absoluta de ação e proteção por parte do Estado e, para tanto, ela se opunha a que este expressava uma função democrática, que era de fornecer educação ao povo, educação que, sendo pública, seria gratuita e, como tal estaria em condições favoráveis, na linha de competição com a educação particular. Cabia, portanto, à iniciativa privada opor-se ao ensino oficial.

A defesa de uma educação pública, gratuita, leiga e universal era de fundamental importância, por dois motivos: primeiramente, o ISEB acreditava que a educação ajudaria a resolver o problema da alienação cultural e da identidade nacional, bem como proporcionaria superar o estágio de atraso em que vivíamos. Depois, além disso, auxiliaria a efetivação de um novo modelo de desenvolvimento nacional, voltado para as massas populares. Estas, por sua vez, deveriam ser reconhecidas como força criadora e modificadora do atual estágio de desenvolvimento em que se encontrava o país. Portanto, defender a educação privada, nesse momento, significava defender o atraso, o estado de subdesenvolvimento, a permanência do atual estágio de desenvolvimento econômico e do atraso sócio-cultural em que o país se encontrava.

Dessa maneira, a educação que vinha sendo ministrada era questionada por Vieira Pinto. Isso, porque o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil suscitava novas exigências quanto à educação escolarizada. Mas, por outro lado, o modelo educacional vigente buscava manter a desigualdade social presente e não havia interesse em possibilitar a formação de indivíduos iguais.

A proposta de Vieira Pinto era oposta a essa visão de educação, pois, para discutir a respeito da educação, assim como a respeito do desenvolvimento nacional, é preciso termos em vista a concepção de homem que a realidade social suscita em cada momento histórico.

Dessa forma, ao refletirmos sobre sua concepção de educação, temos que relacioná-la com o desenvolvimento sócio-cultural brasileiro, do qual emergiu. Assim, poderemos analisar a orientação dada pela sociedade ao desenvolvimento econômico, político e sócio-cultural, rumo ao processo de emancipação ou não das consciências e do país.

O pensamento de Vieira Pinto influenciou alguns membros do ISEB, como Paulo Freire e também movimentos ligados ao meio acadêmico, como o dos estudantes e setores progressistas, tanto das camadas populares brasileiras, como da classe média. O pensamento de Vieira Pinto estava condicionado à sua realidade existencial que refletia o estágio de desenvolvimento do país. Desse modo, ao discutirmos suas idéias, estamos ao mesmo tempo, refletindo sobre a realidade histórica, econômica e sócio-cultural em que o autor estava situado.

A importância do pensamento de Vieira Pinto para uma análise acerca do pensamento educacional brasileiro e da consciência nacional é notada por vários intelectuais brasileiros, como abordaremos no item a seguir.

1.2.3. A importância de Álvaro Vieira Pinto para a educação

A importância de Vieira Pinto para a cultura do pensamento filosófico e educacional brasileiro é explicitada por filósofos e educadores de diversas formas. Para Saviani (1987b, p. 149):

Álvaro Vieira Pinto foi um pensador ao mesmo tempo profundo e erudito. Lia fluentemente oito idiomas (grego, latim, inglês, francês, alemão, russo, espanhol e italiano) estrangeiros, além do servo-croata que aprendeu quando estava exilado na Iugoslávia. Uma das inteligências mais brilhantes já surgidas em nosso país, soube aliar a amplitude de erudição às responsabilidades do intelectual comprometido com as mais legítimas aspirações da sociedade brasileira.

Paim (1967, p. 261), a respeito de Vieira Pinto, diz que:

Qualquer que seja o futuro, não pairam dúvidas de que [Álvaro Vieira Pinto] contribuiu à sua maneira para explicar a problemática ante a qual nos defrontamos quando se trata de superar o positivismo, sem que isto corresponda a uma volta ao passado, precisamente a aspiração mais geral este é o legado da Escola de Recife. E a questão central é a do homem e do sentido de sua existência, que Vieira Pinto pretendeu sem resultado, transferir a uma exterioridade de rigidez análoga à natureza. Ao fazê-lo, entretanto, feriu o problema que é a conquista de nossa consciência filosófica contemporânea.

Paulo Freire (1983), em passagens da obra: *Educação como prática da liberdade*, refere-se a ele, caracterizando-o como o “mestre brasileiro”. Já Jorge Roux. (1989, p. 63), percebe Vieira Pinto como:

Médico, humanista, professor, filósofo sobretudo, Álvaro Vieira Pinto voltou-se

necessariamente para a pedagogia também, visto ser esta uma disciplina de imediato interesse para seu projeto nacional, a única sistemática produzida até hoje pela reflexão filosófica no Brasil e para o Brasil enquanto nação subdesenvolvida. Suas premissas pedagógicas são hoje matéria obrigatória para a reflexão de todo profissional da educação

Severino (1988, p. 9-10), diz que:

Álvaro Vieira Pinto legou-nos uma significativa obra filosófica, tanto mais valiosa por não ser feita apenas de especulações abstratas, mas de ardorosa paixão de um crítico, denunciador e militante. O seu era um pensamento gestado também para transformar o mundo — a nossa realidade brasileira. Nessa realidade histórica, feita de homens reais e concretos, ele buscava as raízes do pensar filosófico que, dela nascido, a ela retornaria para transformá-la. Sem dúvida, essa paixão, provocada ainda mais pela euforia do nacionalismo desenvolvimentista da época, acabou levando Álvaro Vieira Pinto a confundir a dimensão filosófica do pensamento com a postura ideológica da consciência. Mas não há como não lhe reconhecer a significativa contribuição de sua obra para que se pense a própria questão da filosofia no Brasil.

E, por fim, Vanilda Paiva (1984) aponta Álvaro Vieira Pinto como sendo o ideólogo do ISEB, o pensador que exerceu maior influência no pensamento de Paulo Freire, durante os anos 50 e 60. Essa autora assinala que o pensamento de Vieira Pinto foi influenciado pela corrente filosófica do existencialismo cristão, principalmente, por meio do personalismo de Mounier, da valorização das classes populares em Proudhon, e, também, de autores — de visão popular — russos. A contribuição dessas leituras serviu para a explicitação e articulação de elementos ideológicos que fundamentaram as forças católicas que rejeitaram o capitalismo pelo que ele representava como instrumento de desumanização e destruição de valores cristãos — essa problemática não será abordada aqui por não se referir diretamente a nosso objeto de estudo. Além disso, Vieira Pinto via o papel dos intelectuais como sendo aquele que contribuía para que as massas populares fossem capazes de proferir o seu ideário.

Em suma, o pensamento de Vieira Pinto está assentado nas seguintes categorias: *objetividade, processo, historicidade, existência, consciência ingênua e consciência crítica, totalidade, cultura e dialética*. Essas categorias norteiam o pensamento de Vieira Pinto, e atribuem sentido e significado à categoria *trabalho* — que não será abordada, diretamente, em nosso estudo no capítulo dois (2) pois, foi através desta que ele procurou esclarecer a questão central do homem e do sentido de sua existência, levando em consideração as circunstâncias que o condicionavam. Contudo, outra categoria que complementaria a de trabalho, que não pode deixar de ser visitada na obra de Vieira Pinto, é a *amanualidade*, porque, para ele, o homem, ao manipular a matéria, transforma-a pelo trabalho. Esse fato é que origina, nas massas populares a consciência do estado em que se encontram e é, através dessa consciência, que as massas populares tornam-se portadoras da realidade nacional e, conseqüentemente, fomentadoras da ideologia do desenvolvimento nacional.

Tendo em vista que o esclarecimento da obra de um autor não se dá somente por meio de sua biografia, iniciaremos, no momento que se segue uma análise histórica concisa que nos propiciará um melhor entendimento acerca das relações sócio-culturais, políticas e econômicas que circundam o pensamento de Vieira Pinto, visto que o percurso existencial que o autor realizou, possibilitou-lhe entrar em contato com várias visões de mundo e, conseqüentemente, estruturar a sua. Assim, a visão de mundo que Vieira Pinto expressou em suas obras, está, até certo ponto, condicionada pelo contexto histórico em que se encontrava situado.

1.3. Analisando o contexto histórico republicano de 1889 a 1964

O contexto em que emerge, no cenário nacional, o pensamento de Álvaro Vieira Pinto, nos anos 50 e 60, precisa ser compreendido dentro do processo de transformação social que se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro e manifesto pela tentativa de democratização do país em meio à instabilidade política que se iniciou a partir da Revolução de 1930, findando com o golpe militar de 1964.

Para tanto, ao buscarmos compreender como se iniciou o desenvolvimento industrial brasileiro a partir de 1930, torna-se necessário que analisemos os seus antecedentes. É de fundamental importância lembrar que esse retorno à história republicana não objetiva detalhar, pormenorizar e esmiuçar os seus acontecimentos. A nossa preocupação com esse percurso é construir um itinerário que nos sirva de suporte ou como pano de fundo para evidenciarmos as relações entre o processo histórico de desenvolvimento implementado no Brasil, após a Revolução de 1930 e as proposições presentes no pensamento filosófico e educacional de Álvaro Vieira Pinto.

O período histórico delimitado para termos como fundamentação, tanto para inserirmos o pensamento de Álvaro Vieira Pinto, quanto para discutirmos a sua concepção de desenvolvimento, não pode ser circunscrito ao momento do surgimento do ISEB. Compreendemos que esse instituto representa, no Brasil, uma conjugação de ideologias que tiveram os anos 50 como auge da discussão do modelo de desenvolvimento que deveríamos seguir, ou seja, entre o modelo econômico associado ao mercado internacional e o modelo autônomo, sem auxílio do capital internacional.

É neste contexto, também, que a busca por uma identidade nacional faz-se presente no cenário do país. Este é um tema corrente desde a instauração do Regime Republicano até os dias de hoje. Contudo, foi após a Segunda Grande Guerra Mundial, com o esfacelamento dos

Estados nacionais europeus, que o nacionalismo ganha força. Essa busca por fortalecer o território nacional rompe as fronteiras da velha Europa e espalha-se por todo Ocidente.

É dentro desse contexto que apresentaremos como se deu o desenvolvimento do processo de industrialização do país e as suas formas de atuação frente aos mercados interno e externo e a sua relação com os setores sociais. Nesse caso, privilegiaremos o setor educacional como análise neste percurso, por ser objeto direto de nosso estudo.

1.3.1. A Primeira República: entre a democracia liberal e a oligarquia

Ao iniciarmos essa abordagem histórica, em fins do século XIX, de uma forma ou de outra, percebemos que ela está relacionada com os acontecimentos mundiais de ordem política, econômica e sócio-cultural. Enquanto, na Europa, comemorava-se o centenário da queda do Antigo Regime, no Brasil, em 1889, ocorria a instauração do regime republicano. E desde os meados do século XIX a economia brasileira desenvolvia-se com maior impulso; o café brilhava no mercado mundial, e novas necessidades começavam a se implantar, no mercado nacional, tais como: de maquinaria pesada, de construção naval, e outras.

Embora o rumo político do Brasil apontasse para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista moderna, uma vez que a República fora proclamada em nome da implantação de um Estado liberal, e a Constituição de 1891 tivesse assumido a forma de consagração dos princípios liberais democráticos, veremos que as abstrações desses ideais burgueses proclamados estavam desvinculadas da realidade social do país. Para compreendermos esse feito, Souza (1988, p. 167-8) nos diz que:

As normas liberais que regiam o quadro político e econômico brasileiro, contudo, não devem ser vistas somente enquanto características impostas externamente. Sua utilização foi possível desde que também se revelou instrumental do processo político e econômico do país. Os exportadores brasileiros, especificamente aqueles ligados ao mercado cafeeiro que detinham o monopólio do fornecimento do produto para o consumo mundial, mostravam-se permeáveis à lógica do liberalismo econômico, segundo a qual a liberdade de iniciativa e de comércio resultava no predomínio do melhor produto a menor preço.

Por outro lado, essa mesma condição de monopólio e mais o fato do controle da produção ser exercido por uma classe nativa (e não estrangeira como em outros países latino-americanos) permitiu a execução de medidas contrárias ao liberalismo econômico. Quando se fizeram necessárias tais medidas, de modo a atender a seus interesses, a classe dirigente soube reformular o princípio do Estado não-intervencionista. A política de defesa dos preços do café, do nível de renda e de emprego no setor cafeeiro, foi uma constante na Primeira República.

Nesse sentido, podemos perceber que as expressões da ideologia dominante até 1930 as quais se configuravam como as bases de sustentação para manter a 'hegemonia da

burguesia agrário-mercantil' no poder eram exclusivamente agrárias. Mesmo tendo sido iniciada nesse período, a formação de uma nova mentalidade a partir da formação de uma burguesia industrial nacional, esta só se tornará oposição à ideologia predominante, agrário-mercantil, no decorrer dos anos 40¹.

A característica da primeira fase do período republicano é, na fala de Souza (1988, p.166-7), assim descrita:

O panorama geral da Primeira República que vimos esboçando, encontra correspondência num sistema político cujo foco de poder se localiza nos Estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo.

Não obstante o quadro leval instaurado com a República permitir o funcionamento de um Estado democrático, as elites dirigentes, (...) não partilhavam o poder com os novos grupos que tinham teoricamente, assegurada sua representação no processo político.

Assim, a elite proprietária, ao mesmo tempo que aspirava, do ponto de vista ideológico a uma democracia liberal, agia de modo que a participação política se restringisse a seus representantes.

A respeito desse mesmo período, Patto (1990, p. 55-6) afirma que:

O período de 1889 a 1930 foi de vigência de uma República oligárquica; arranjos de bastidores e a manipulação do voto pelas elites dirigentes garantiam o domínio dos coronéis e transformavam o princípio do "governo do povo, pelo povo e para o povo", inscrito na primeira Constituição da República, num claro indicador de que a "comédia ideológica", iniciada no Império, continuava. Portanto, embora o conjunto de princípios que justificavam a instalação deste período fosse de natureza democrático-liberal, sua política tinha um caráter notoriamente autoritário e elitista e suas semelhanças com o Império eram maiores do que um exame pouco atento poderia sugerir.

Tendo como fundamento as posições de Souza e Patto, podemos dizer que esse período é produto de uma longa dominação imposta pelo setor agrário-mercantil no cenário da política brasileira, de forma variada. As modificações que o setor agrário-mercantil vinha realizando para se manter no poder — principalmente a partir da Proclamação da República — mostrava o Brasil como sendo uma democracia presidencialista, embora não passasse de um regime oligárquico.

No setor econômico, a base industrial, segundo Cohn (1988, p. 285-6), foi favorecida pela crise das economias exportadoras de produtos primários a partir da segunda metade do

¹ Embora a burguesia agrário-mercantil apeie do poder político a partir de 1930, somente entre 1940 e 1950 a burguesia industrial desponta no cenário nacional como classe dirigente. Isto porque não existia uma oposição, do ponto de vista econômico, entre a burguesia agrária e o setor industrial. Sem dizer que as atividades industriais neste período não contribuíram para a formação de um grupo social estável neste período (Cf. FAUSTO, Boris. A República de 30. In: *Brasil em perspectiva*. MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988, p. 231-2).

século XIX, ou seja, o país já apontava para o desenvolvimento do processo de industrialização, uma vez que:

Entre os fatores históricos necessários para isso, os principais são dados pelo seguinte conjunto, reciprocamente complementar. Condição primordial para o desenvolvimento de uma economia capitalista é a existência de um forte excedente, exprimível em termos monetários, relativo ao necessário para a simples manutenção corrente do sistema; em seguida, uma parcela significativa desse excedente, ao invés de distribuir-se por todo o conjunto social, deve concentrar-se em poder de um grupo minoritário; depois, esse grupo beneficiado pela concentração da renda derivada do excedente deve ser suficientemente diferenciado para incorporar elementos aptos a assumirem novas formas de comportamento econômico em relação àquelas vigentes no sistema original: a incorporarem e introduzirem inovações na atividade econômica; por último, esses novos agentes econômicos devem contar com um suprimento de mão-de-obra e de consumidores para novos produtos (o que já impõe limites à concentração da renda), assim como matéria-prima disponível (ou transportável) e fontes de energia.

Nesse sentido, percebemos que o elemento essencial é a própria complexidade expressa pela ampliação do leque das atividades que, mais tarde, desenvolverão uma economia mais diversificada e que desencadearão o processo industrializante nessa época. Isto, levando em consideração o amplo investimento em infra-estrutura de serviços, de transportes, de casas comerciais e bancárias, com os investimentos estrangeiros que a economia cafeeira implementou no país, com intenção de sustentar o crescimento econômico. Assim, a economia cafeeira deu vazão ao crescimento de uma rede de estabelecimentos exportadores e importadores estrangeiros que controlavam não só a comercialização do café, mas também tudo o que compravam e vendiam no comércio interno do Brasil. É através dessa infra-estrutura implantada no país, no auge do café, que o processo de industrialização vai se beneficiar.

Mesmo que o assentamento das bases do processo de industrialização tivesse se desenvolvido no período da Primeira República, não podemos ignorar que a preocupação básica, nas diretrizes da política econômica, era a sustentação do setor exportador, ou seja, agrário-mercantil. Com isso, a indústria ficava em segundo plano sendo, inclusive, ameaçada pela concorrência externa. Isso porque não havia uma ação do Estado favorável ao desenvolvimento desse setor.

Além dessas características econômicas e políticas que a oligarquia utilizava para se manter no poder, temos, ainda, em decorrência de uma economia alicerçada na agricultura, a configuração do processo de urbanização do país neste período. No dizer de Singer (1980, p. 66):

O baixo nível de urbanização do país se devia, antes de mais nada, ao fato de que grande parte da população vivia, neste período, fora da "economia de plantação",

inserida em economia de subsistência, produzindo quase nenhum excedente capaz de alimentar a vida urbana.

Somente, a partir das últimas três décadas do século XIX, ficou evidenciado o surgimento de uma classe média atuante que incentivava revoluções que abalaram a primeira República, nos anos de 1920². Embora fosse incipiente, a classe média brasileira estava localizada nos centros urbanos — situada nas cidades costeiras (Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Santos), contando com apenas 11,3% da população brasileira.

Desse modo, podemos notar que as estruturas das cidades que eram reservadas a um fluxo permanente de excedente alimentar proveniente do campo, se constituíam numa forma de isolamento da classe dominante. Esse distanciamento da realidade do país proporcionava à classe hegemônica da época 'produzir' e consumir a sua própria cultura. Contudo, ocorre, em São Paulo, uma manifestação de descontentamento em relação à expressão cultural produzida e consumida pela classe dominante da época. Tal manifestação foi promovida por intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo na Semana de Arte Moderna.

A concepção de cultura dos artistas, escritores, arquitetos e músicos de São Paulo e do Rio de Janeiro, participantes da Semana de Arte Moderna, expressava a atualidade que havia em nosso meio. Para eles, a concepção de arquitetura, de música, de literatura e de escultura era rigorosamente atual. Esse modo de ver o Brasil era uma contraposição ao pensamento da elite agrária, que ignorava a cultura brasileira, caracterizando-a como mero ornamento de salão, portanto, desvinculada do desenvolvimento das forças produtivas. Na realidade, o que existia era uma cultura transplantada, sem capacidade de formulação teórica original e, até mesmo, crítica. Isto porque: *“os intelectuais brasileiros procuravam moldes literários, artísticos e filosóficos da Europa”* (MOREIRA LEITE, 1976, p. 306).

As elites agrárias, ao reafirmarem e reforçarem os moldes culturais cultivados na Europa, mantinham a estrutura do sistema de educação pública que a República havia herdado do Império. Assim, notamos que, com a passagem do Império para a República, *“menos de 3% da população freqüentava a escola, em todos os seus níveis e que 90% da população adulta era analfabeta”* (PATTO, 1990, p. 55). Diante disso, o que se pretendia era instaurar

² A manutenção da burguesia agrário-mercantil no poder até os anos 30 é denominada — embora sua ingerência no poder é predominante até os anos 40 e 50 —, por Bresser Pereira, de “Interpretação da vocação agrária”. O período que sucede a este, ou seja, que vai de 1946 a 1964, é denominado de “Interpretação nacional-burguesa” — a qual era marcada por uma ideologia modernizante e desenvolvimentista —, e, o período que se inicia em 64 é denominado de “Interpretação autoritário-modernizante”. (Cf. BRESSER, Luiz Carlos. Seis interpretações sobre o Brasil. In: *50 anos de pensamento econômico (1946 — 1996)*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1997, p. 17-8). Estes serão os períodos e interpretações que passarão a nossa abordagem histórica.

um 'novo' projeto de educação pública para o Brasil. Embora algumas facções da elite, as mais progressistas, tivessem evocado os princípios liberais de educação, sonhavam com uma sociedade igualitária, de tal maneira que englobasse a classe operária, bem como os pequenos comerciantes e funcionários moradores nos centros urbanos mais desenvolvidos, em seu projeto.

A partir de então, a 'bandeira' da educação era defendida por:

Políticos e empresários dissidentes do jogo político em vigor valiam-se da bandeira da educação para todos tendo em vista não só aumentar a população votante e enfraquecer a manipulação do voto e da corrupção eleitoral, mas também, enveredar por uma política catalisasse a vontade popular enquanto estratégia de tomada do poder; os ingredientes das classes subalternas que viviam nos centros industriais, por sua vez, reivindicavam o direito à educação escolar (PATTO, 1990, p. 57).

Mesmo com as reformas educacionais planejadas nessa época, o que podemos notar é uma tímida expansão do sistema de educação pública e, conseqüentemente, um decréscimo da taxa de analfabetismo. No início da República, o analfabetismo estava em torno de 90%. Já no princípio dos anos de 1930, passou para a ordem de 75%, enquanto que, no mesmo período, o aumento da população que morava na zona urbana, aumentou para 35%.

No entanto, não podemos subestimar a importância desses anos para a história brasileira no que diz respeito aos destinos da educação escolar e, também, para os anos que estavam por vir. Se por um lado, os ideais liberais que permeavam a educação nos ajudaram a superar o estado em que nos encontrávamos na história política brasileira, por outro, contribuíram para a criação de condições que propiciassem a expansão do imperialismo, enquanto expressão da política econômica mundial.

Em suma; podemos dizer que, no fim dos anos de 1920 e início dos anos de 1930, a política econômica brasileira, devido ao processo de substituição das importações, inseriu-se em um 'novo' modo de pensar e viver, ou seja, na era da industrialização³. Embora o processo de industrialização ganhasse predominância a partir dos anos de 1930, ele não excluiu por completo o setor agrário mercantil, uma vez que foi esse setor que possibilitou o desenvolvimento, ou melhor, o germe do processo de industrialização. A metamorfose do capital agrário para o industrial não eliminou a dependência em relação ao capital estrangeiro, mas ampliou as perspectivas de desenvolvimento interno do país.

³ Com esse acontecimento a sociedade brasileira entra em uma nova fase. No dizer de Caio Prado Júnior (1966) se dá o início da 'revolução brasileira'; no de Florestan Fernandes (1987) o início da 'revolução burguesa no Brasil' e de Bresser Pereira é o momento em que se instala a 'interpretação nacional-burguesa'.

Para melhor justificar essa idéia, Otávio Ianni (1978, p. 54) nos lembra que a passagem do setor agrário e mercantil para o industrial se deu:

... em decorrência da inadequação do padrão exportador para atender às exigências crescentes e multiplicadas da economia e da sociedade nacionais, por meio da constituição do modelo de *substituição de importações* (Grifo do autor).

O fim da Primeira República caracterizou-se pela transição do setor agrário para o industrial. Isso nos possibilita analisar mais de perto a história do Brasil, de agora em diante, a partir dos acontecimentos econômicos e sócio-culturais desenrolados no período de 1930 a 1945. A consideração acerca desse período é significativa, tanto em nível político, quanto em nível econômico, mesmo levando em consideração as limitações que o modelo de substituição das importações lhe legará.

1.3.2. A Revolução de 1930: reestruturação do poder e a diferenciação das elites

O que notamos, a partir de 1930, foram as transformações ocorridas, principalmente no que se refere ao avanço da acumulação capitalista no país, quando da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como na redefinição do papel do Estado. Esse último, em matéria econômica, transformou o pólo urbano-industrial no eixo da economia do país.

As transformações ocorridas, tanto na estrutura do Estado quanto no seu direcionamento, foram, de certa forma, favorecidas pela conjuntura internacional, que se encontrava desestabilizada pela eclosão da crise de 1929. A vinculação direta e indireta do Brasil ao capital internacional, principalmente o europeu, foi outro fator que possibilitou o desenvolvimento industrial. Contudo, tal desenvolvimento tinha como ideologia básica a construção de uma *nação*. No período de Vargas, a noção de *nação* passou a ser entendida e assumida através da centralização do poder nas mãos do Presidente, que intervinha nos rumos da economia interna do país com o intuito de desenvolver o setor industrial. Esta foi a tônica dada por Vargas à concepção de nacionalismo.

Embora tivesse havido um intenso esforço para construir uma *nação* forte, independente, buscando configurar-se como identidade nacional autônoma, a sociedade brasileira não conseguiu usar, autonomamente, os seus meios de produção e as suas forças produtivas, nem, tampouco, assimilou a tecnologia moderna sem perda de autonomia. Essas referências, além de caracterizar uma sociedade economicamente dependente, tornam-se importantes instrumentos de análise para os acontecimentos ocorridos entre 1930 e 1945.

No nível político, ocorreu uma redefinição do papel do Estado. Isso porque o governo assumiu o papel de árbitro das diferentes disputas locais, embora dependesse das novas oligarquias e dos grupos sociais que foram se formando e que, politicamente, subiram ao poder. Esses novos setores não possuíam, a princípio, a força de um núcleo mais coeso, semelhante ao da oligarquia agrária que manteve a hegemonia política e econômica na primeira República e que, nesse momento, se encontrava deslocada do poder político. Esse acontecimento se deu em função de que:

O Estado que nasce em 1930 e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café está deslocada do poder, em consequência da crise do café; as classes médias não têm condições para assumir o seu controle; os "tenentes" fracassaram como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem freqüentemente com os daquele setor, seja porque o café, apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia (FAUSTO, 1988, p. 254).

A partir de então, podemos dizer que o Estado não estava subordinado aos interesses imediatos de qualquer um dos setores que controlavam a economia interna do País, sendo, portanto, um Estado de massas. Este feito tornou-se possível devido à crise agrária e à dependência dos setores médios e urbanos, e à crescente pressão popular.

Os primeiros cinco anos, após a implantação do Estado Novo, apontavam para a consolidação do poder centralizado nas mãos do Estado e, de forma indireta, do setor industrial. Este fato foi assim descrito por Cohn (1988, p. 297):

...as medidas adotadas para fazer frente à ameaça de colapso no setor econômico dominante lograram preservar o sistema global das repercussões que a sua busca contratação teria, mas à custa de profundas mudanças no plano das relações econômicas com o exterior. Com exportações declinantes e moeda desvalorizada, não havia como sustentar um fluxo intenso de importações (nem se poderia cogitar de uma valorização da moeda, pois isto, mesmo se viável em princípio, golpearia ainda mais o setor exportador); mas existiam, internamente, as bases sociais e econômicas para reagir dinamicamente a essa situação. O setor industrial já existente fora preservado do pior impacto da crise, a qual atingira mais diretamente o setor importador. Com isso, lançavam-se as bases para o desenvolvimento de um processo sustentado de substituição de importações, através do aproveitamento, pela indústria interna, das oportunidades oferecidas pela conjugação entre os altos preços dos produtos importados (em virtude da desvalorização da moeda) e a escassez global de recursos para manter o fluxo de compras no exterior. A manutenção desse estado de coisas revelar-se-ia extremamente benéfica ao setor industrial, que se expandiu notavelmente nos anos subsequentes à crise: entre 1929 e 1937, enquanto as importações caíam em 23%, a produção industrial acusou um aumento da ordem de 50%. A própria pressão conjugada dos setores exportadores e industrial faria, mais tarde, com que essa taxa cambial baixa se mantivesse até o final da Segunda Guerra Mundial (Grifo nosso).

Embora as reformas administrativas e políticas, efetivadas nesse período, não diferenciasssem muito das anteriores, o Estado Novo instalou uma maneira diferente de

administração política a partir de 1935, passando por uma visão dita 'a-partidária' e com um mínimo de fricção e contestações políticas.

Ainda, nessa direção, podemos dizer que, internamente, as medidas administrativas representavam um progresso quanto à questão social, porque trouxeram benefícios até então não vistos para a classe trabalhadora. Mas, por outro lado, essas mesmas medidas implicavam um maior controle de atividade política dos trabalhadores. Tais procedimentos, realizados por parte do governo, eram conscientes, visto que, já antes do Estado Novo, procurava-se disciplinar o movimento sindical, unificando-o sob o controle da esfera governamental.

O novo direcionamento dado ao País, no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista, com a implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como a redefinição do papel do Estado em matéria econômica, tornaram-se o pólo urbano-industrial, o eixo dinâmico da economia. Esta é a característica básica do Estado brasileiro defendido por Vargas após a Revolução de 1930.

Contudo, o controle sobre a situação política e econômica do país aumentou a partir de 1937, ano em que Vargas se encontrava destituído da representatividade das massas populares e do setor industrial emergente. Com o apoio dos militares, realizou-se, então, um golpe de Estado. Essa 'nova' forma de governar foi marcada por contradições, tanto internas quanto externas.

Internamente, o governo de Vargas buscou efetivar a realização dos interesses "universais" da Nação a partir do fortalecimento do poder pessoal. Isso se explica melhor pela concentração dos poderes executivo e legislativo em mãos fortes, que visavam à reconstrução nacional. O ajuste entre os interesses universais da Nação e o fortalecimento do poder pessoal foi marcado por uma contradição que foi resolvida, ideologicamente, quando Vargas reivindicou a plena identidade entre ele e a Nação. Dessa maneira, ao ter aumentado o seu poder pessoal, Vargas criou uma imagem paradoxal de si mesmo, porque despessoalizou o Presidente e passou a ser apenas um suporte da coletividade.

Foi com essa vontade de poder que Vargas iniciou o projeto do Estado Novo. Uma das primeiras medidas foi *"A dissolução do Congresso, medida decisiva que permitia a Vargas amplos poderes, logo sancionados pela Constituição outorgada naquele mesmo dia, se dera sem oposição organizada, a não ser no nível do próprio parlamento"* (SOLA, 1988, p. 258).

Esta atitude de Vargas não estava respaldada por apoio de partidos políticos organizados, nem mesmo das massas populares. Foi a ausência de setores organizados da sociedade que facilitou a realização do golpe de 1937.

Mesmo com a falta de mediadores organizados entre Vargas e o País, salvo a

mediação das Forças Armadas, houve eficácia na implantação do Estado Novo. Contudo, a ausência de mediadores políticos de diversos setores da sociedade, nos indica que o Estado ditatorial caracterizou-se em *"um golpe de elites político-militares contra 'elites político-econômicas"* (SOLA, 1988, p. 258). Isso fica mais claro quando Sola (1988, p. 258) nos diz que:

À primeira vista, realmente, ele significa a derrota de um legislativo, composto em boa parte por representantes das oligarquias rurais, velhas e novas, por grupos ligados às finanças e por profissionais liberais; enquanto representantes individuais, eram assim, temporariamente eliminados da vida política. É significativa, entretanto, a atitude dos oitenta deputados que forma saudar Vargas, após o cerco do Congresso por tropas federais, sem dúvida indicava ao mesmo tempo, o alívio de seus integrantes por se verem obrigados a "transferir" uma incômoda responsabilidade (Grifo do autor).

A desmobilização dos representantes das oligarquias rurais — ainda vivas⁴— através da implantação da ditadura, foi tida como um mal menor por boa parte dos representantes do governo, visto que *"O mal maior que procuravam assim exorcizar, constantemente reinvocado por Vargas e seus colaboradores, já convertido em mero fantasma em 1937, era "o radicalismo comunista" "* (SOLA, 1988, p. 259, grifo do autor).

Em suma, essa mesma autora aponta que:

A ideologia daquela ala golpista das Forças Armadas aplicava, entretanto, em motivações muito mais específicas e que não se esgotavam nas tarefas de ordem e de conservação. Elas se orientavam por certas exigências na instauração do novo, e que afetam o papel desse grupo de uma ambigüidade fundamental, o que torna difícil sua caracterização. De um lado, estavam comprometidos com a violência contra civis, com a neutralização dos grupos militares oposicionistas, através da intensa aplicação das medidas previstas na Lei de Segurança Nacional: reforma, exoneração, perda de patentes e mesmo prisão; organizavam e participavam das tarefas de controle e de espionagem. Esta é uma de suas faces; a outra se manifesta no interior de um contexto mais amplo. O problema da unidade e da segurança nacional era tema universalmente valorizado, num mundo dividido por "nacionalismos" e em preparativos de guerra. No Brasil, nação economicamente dependente, em que predominava a produção de matérias-primas, o problema da defesa nacional era associado pelas cúpulas militares (e por Vargas) à instalação de indústrias de base, à exploração autônoma das fontes de energia e à proteção das riquezas do subsolo, condições também de "reaparelhamento militar eficiente". Eram medidas que apontavam para a transformação de nossa infra-estrutura (SOLA, 1988, p. 265, grifo do autor).

Como pudemos ver, a organização da administração do Estado, internamente, passou pela montagem de uma infra-estrutura favorável ao desenvolvimento industrial do país. Mas, para que isso ocorresse, era preciso buscar ajuda do capital internacional, através de uma política externa.

⁴ No sentido de serem representantes de uma elite agrária que legislava em função da manutenção de uma política econômica que os favorecesse.

No que diz respeito às relações internacionais, a postura de Vargas foi, até certo ponto de 'neutralidade', em relação às potências mundiais. No período ditatorial, possibilitou, por exemplo, num primeiro momento, manter o equilíbrio entre os compromissos panamericanos⁵ — que defendiam um modelo de democracia liberal —, e os compromissos das nações européias — que eram totalitárias.

As posturas do governo Vargas frente às nações européias foram interpretadas por Sola (1988, p. 274), da seguinte maneira:

A política oficial se caracterizou, portanto, por idas e vindas, por técnicas de protelamento e de contemporalização que não implicavam em adesão definitiva, mas apenas em compromissos parciais. Vargas e seus colaboradores militares se aproveitaram das lutas interimperialistas, do estado de equilíbrio em que se encontravam na época, para fortalecer o "Estado Nacional", e sua infra-estrutura. Estava consciente de que ele próprio capitalizaria os principais resultados políticos e seus efeitos ideológicos, aumentando assim seu prestígio pessoal entre as mais diversas camadas da população — e, sobretudo do Exército. Por alguns anos, em virtude da conjuntura internacional, a dependência anterior do Brasil se tornaria problemática (Grifo do autor).

Aproveitando-se desse momento, Vargas elegeu a Alemanha como uma aliada econômica e, intencionalmente, política, como alternativa em relação aos EUA naquela fase de tensão internacional, de sorte a aproveitar a importância estratégica do Brasil a fim de obter ajuda financeira e equipamentos para a entrada em duas áreas de importância capital para o desenvolvimento industrial do pós-guerra: a exploração do petróleo, por meio do Conselho Nacional do Petróleo, entidade estatal criada em 1938, e, principalmente, a criação da grande siderurgia, com a Companhia Siderúrgica Nacional, instalada na fase final da guerra.

Mas, na segunda metade desse mesmo período, começou a haver uma influência externa, cada vez maior, para a tomada de decisões internas do Brasil no que dizia respeito ao posicionamento do país frente a essas questões externas, ou seja, frente ao processo de democratização e da abertura do país ao comércio norte-americano. Isso possibilitou a mobilização dos meios de comunicação e do povo para forçarem o governo, no dizer de Pinsky (1988, p. 343), a tomar as seguintes decisões: "...a) rompimento das relações diplomáticas com as nações do Eixo; b) medidas de ordem policial contra espionagem e sabotagem; c) formulação de declarações anti-racistas".

Em suma: após essas decisões, Vargas definiu-se pela democracia e contra o

⁵ Movimento de cunho americano que resultou em três conferências: uma no Panamá, a Segunda em Havana e a terceira no Rio de Janeiro com a finalidade de criar uma zona de segurança ao redor do continente americano; elaborar princípios de cooperação defensiva contra os países totalitários, ficando estabelecido, inclusive ajuda material, na eventualidade de uma agressão contra qualquer das nações americanas; além de despertar a consciência nacional para uma tomada de posição contra os países totalitários.

totalitarismo nazi-fascista. Essa atitude alterou os rumos do quadro político do país. Para melhor enfatizar essa questão, Pinsky (1988, p.349), diz que:

As relações internas, consequência da Segunda Guerra Mundial, transcendem em muito à queda de um homem. Este seria apeado do poder, mas as transformações efetuadas durante o seu governo seriam irreversíveis. A dificuldade de importação faria com que o país tivesse um desenvolvimento industrial muito grande, o que viria transformar toda a estrutura econômica nacional com o surgimento de novos grupos de interesse. Estes, por sua vez, viriam influir na reelaboração da nossa política exterior.

Como pudemos acompanhar, conforme esses autores citados, as decisões políticas interferiram diretamente na economia do país, não só pelo fato de se tratarem de atitudes intervencionistas, mas, também, por dizerem respeito às questões públicas e nacionais. O desenvolvimento econômico, implementado por Vargas, propiciou a criação de um vigoroso setor industrial no Brasil; o Estado se tornou o centro nacional mais importante das decisões sobre a política econômica. Isso, porque o poder político não só formulava e orientava a política econômica como, também, passava a executar alguns pontos de seu programa de desenvolvimento.

Desde 1930, o Estado passou a dirigir a política econômica, visando a melhorar as condições políticas e econômicas da Nação por meio de uma política econômica nacionalista. Para tanto, Vargas efetivava, nesse período, uma política de substituição das importações associada à intervenção do Estado na economia. Esses dois fatores levaram o setor industrial a se beneficiar da política implementada por Vargas. E, com a explosão da Segunda Guerra Mundial, o setor industrial brasileiro acelerou ainda mais. Esse conjunto de acontecimentos foi, assim, descrito por Cohn (1988, p. 302-3):

De modo geral, contudo, o setor industrial foi o grande beneficiário das transformações ocorridas nesse período, na medida em que produzia para um mercado seguro e em que era impelido a penetrar em áreas mais complexas do que a dos bens de consumo final: a indústria mecânica e de metalurgia expandiu-se na época, e alguns bens de produção fundamentais e de relativa envergadura tecnológica (como os tornos mecânicos) passaram a ser produzidos intensamente.

Embora as transformações ocorridas no setor político e econômico tivessem alterado a estrutura administrativa e os rumos do Estado brasileiro, principalmente no que diz respeito ao processo de migração interna da população, não alteraram, quantitativa e qualitativamente, a sociedade no que se refere à questão educacional do país.

Para entendermos os impactos das transformações políticas e econômicas ocorridas sobre a educação, faz-se necessário observarmos, primeiramente, como se deu a expansão, nesse período, do processo migratório associado à industrialização do país. Em virtude disso,

veremos algumas implicações que o setor industrial trouxe para a sociedade brasileira.

Para fundamentarmos essa questão, Singer (1980, p. 32), afirma que:

O processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. Numerosas atividades manufatureiras, que antes eram combinadas com atividades agrícolas, são separadas destas, passando a ser realizadas de forma especializada em estabelecimentos espacialmente aglomerados. A aglomeração espacial da atividade industrial se deve à necessidade de atualização de uma mesma infra-estrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transportes, comunicações etc.) e às economias externas que decorrem da complementaridade entre os sistemas industriais. Para reduzir os custos de transportes que consubstanciam essas economias externas, as empresas que realizam intenso intercâmbio de mercadorias tendem a se localizar próximas umas às outras. Surge daí a cidade industrial.

Diante disso, podemos dizer que a sociedade brasileira, ao ter desenvolvido uma política nacionalista industrial, não alterou somente estruturas administrativas, mas, ampliou a divisão social do trabalho. Esse fato é marcado pelo ganho salarial que os operários da indústria tiveram e pela proteção garantida em leis que o governo concedeu a esses operários. Isso, sem dizer que, enquanto a produção industrial aumentava e ganhava espaço nacional e internacional, a produção agrícola permanecia em crise.

Embora o desenvolvimento industrial possibilitasse uma maior aglomeração populacional em torno das cidades industriais, não podemos dizer que os processos de urbanização e industrialização foram causas exclusivas do movimento migratório para as cidades. No dizer de Ianni (1978, p. 59):

A despeito de serem as razões mais importantes do êxodo, paralelamente a eles operaram também as modificações que estão ocorrendo no âmbito rural. Em certa escala, expandem-se as técnicas capitalistas no campo, o que produz desemprego e a expulsão de uma parte dos trabalhadores.

Além disso, com a circulação de pessoas e grupos em busca de melhores condições existenciais, o crescimento demográfico da cidade tornou-se um mercado para bens e serviços de consumo, passando a constituir-se em um núcleo de atração de atividades produtivas que usufruíam direta e indiretamente dos produtos desenvolvidos pela industrialização.

Este ponto é explorado por Singer (1980, p.32) da seguinte maneira:

A industrialização, por sua vez, fez surgir uma gama de variedade de novos serviços (de educação, de pesquisa científica, governamentais, de finanças, contabilidade etc.) Além de crescer enormemente os muitos dos já existentes. Sendo os serviços atividades que têm que ser executadas junto aos usuários, a cidade acabou sendo o lugar onde todas estas atividades passaram a se realizar.

Dentre os novos serviços advindos com o desenvolvimento industrial estavam os serviços essenciais de que o Estado deveria cuidar. Nesse sentido, fazemos a seguinte

pergunta: como estava, naquela época, a educação desse país industrializado? Para nos auxiliar na resposta, Romanelli (1978, p. 61-2), nos lembra que:

O sistema escolar entrou não só a sofrer as influências do contexto, como a refletir o aprofundamento das contradições entre os aspectos modernos assumidos pelo desenvolvimento e o ainda persistente arcaísmo de certas facções das elites dominantes e até de parte da estrutura sócio-econômica que permanecia inalterada. Se, de um lado, o capitalismo industrial avançou a passos firmes, de outro, o latifúndio persistiu e, com ele, toda a gama de situações culturais e de valores próprios da aristocracia rural decadente e da ignorância das massas.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a questão referente à expansão do ensino passava, necessariamente, pela contradição que o crescimento industrial nos legara. Enquanto que, de um lado, houve crescente procura pela escola e pelas oportunidades educacionais, por outro, permaneceu uma inalterável estrutura escolar que não favoreceu a oferta de uma educação nem em termos quantitativos nem qualitativos para os que chegavam às cidades.

Romanelli (1978, p. 62) vai mais longe ao referir-se ao aumento da demanda educacional por meio do crescimento da densidade demográfica, quando diz que:

Quanto ao primeiro aspecto, a intensificação do processo de urbanização, crescimento demográfico e o aumento gradativo da renda per capital fizeram acompanhar, naturalmente, de uma diminuição da taxa de analfabetismo. Isso demonstra que a demanda social de educação cresceu na medida em que aumentou a densidade geográfica, diminuiu o isolamento social e acelerou-se o processo de urbanização, que a industrialização sempre acarreta.

Dessa forma, quando relacionamos a densidade demográfica — índice de urbanização — e analfabetismo, percebemos que o processo de urbanização decorrente do desenvolvimento industrial influenciou, seguramente, no índice de alfabetização do povo. Isso é mais bem observado a partir dos anos de 1940, quando a mão-de-obra na indústria passava a ser mais bem remunerada do que a do trabalhador no campo. Concomitante a esse fato, após os anos de 1930, Vargas efetivou uma política de valorização salarial do trabalhador da indústria. Sem dúvida alguma, esses fatos combinados contribuíram para duplicar a taxa de urbanização do país, embora a questão da expansão do ensino permanecesse distante de ser resolvida, mesmo com a taxa de analfabetismo tendo caído pela primeira vez.

O que se notou, nessa segunda era do governo Vargas — 1937 a 1945 —, foi uma preocupação com a manutenção do desenvolvimento industrial, relacionado com países totalitários europeus. Isto facilitou, e muito, o desenvolvimento da nossa base industrial na direção de consolidar um conceito de nação por meio de uma integração do país à economia capitalista. Nesse período, Vargas não possuía um posicionamento unilateral em torno das relações internacionais. Com a mudança de posicionamento diante dos países totalitários, Vargas foi pressionado pela imprensa e pelo povo brasileiro a tomar uma posição firme frente

aos acontecimentos que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Diante de tais posições a serem tomadas, Vargas se viu sem o prestígio popular, internamente, e sem prestígio dos grupos internacionais. Esses fatos o levaram a propor, em substituição ao Estado Novo, um regime eleitoral representativo, com princípios multipartidários.

Foi a partir dessas mudanças que o Brasil entrou em uma nova etapa, tanto política quanto econômica, que foi denominada de democratização do país. Veremos como isso se desenvolveu após 1945.

1.3.3. A democratização e os seus impasses

O período que se estendeu de 1945 a 1964, ou seja, do pós-guerra, é de fundamental importância para entendermos as novas relações internacionais que vão surgir entre os países ditos 'desenvolvidos' e 'subdesenvolvidos'. Ao despertarem para os interesses nacionais, percebemos a maturação de uma consciência nacional voltada para os problemas específicos de cada país, visando a modificar as formas de relacionamentos diplomáticas com as outras nações. As mudanças advindas dessa forma de relacionamento deslocaram o centro das decisões do plano exterior para o interior, fortalecendo, assim, o surgimento e desenvolvimento de uma conscientização em torno das necessidades específicas de cada país.

As relações diplomáticas, especificamente, do Brasil com os outros países, sofreram um deslocamento e passaram a ser realizadas, segundo Odália (1988, p. 350), da seguinte maneira:

Se nos dois primeiros anos, nossa política diplomática é quase sempre o reflexo da conjuntura internacional, já, em seus últimos anos, as considerações atinentes aos problemas internos, no que se refere ao desenvolvimento econômico e à industrialização, possibilitam uma reviravolta consubstanciada na chamada política externa independente.

O Brasil do pós-guerra lutava por uma política de libertação econômica, que tinha como base o desenvolvimento industrial interno, promovido por Vargas, enquanto que, no plano internacional, podemos dizer que:

A morte, a dor, o sofrimento, o espanto e mesmo a incredulidade, quanto a ponto de degradação a que o homem podia chegar, quando levado pelo fanatismo e por uma propaganda habilmente concebida para dar-lhe em sonhos o que não possuía na realidade, seguiram a trágica derrota do Terceiro Reich. Ruínas e sofrimentos foram tudo o que ficou desse sonho, cujos prolongamentos, [que] sob formas disfarçadas e camufladas, sofremos. A Europa destruída atingira o fim do fosso que se abria aos seus pés, quando da guerra de 1924-18. Sua voz debilitara, transformando-se numa voz suplicante (ODÁLIA, 1988, p. 351).

À Europa de então vivenciava o flagelo do segundo pós-guerra, o que a destronava da arrogância do século XIX e início do XX, enquanto 'senhora' que determinava as relações internacionais, devido à hegemonia de alguns países no domínio tecnológico e bélico. As novas vozes que se levantavam não possuíam passados gloriosos diante do que se tornavam agora — a União Soviética e os Estados Unidos.

Os anos de guerra não podem ser vistos, estritamente, como uma capacidade de resistência humana frente aos sofrimentos e aos escombros que a guerra deixou ao mundo. Representavam, também, um teste de solidariedade humana, evidenciada a partir do esforço promovido, conjuntamente, por países de ideologias diferentes. Essa forma de colaboração entre os participantes dos diversos Estados Nacionais foi possível devido ao cultivo do sentimento de fraternidade e de tolerância diante dos estragos que a guerra causou.

Nesse clima de benevolência dos grandes Estados, traduzidos pela transmutação da opressão contra a liberdade, da intolerância e do asco pelo inimigo em harmonia, a palavra liberdade ganhou um novo significado ao se transformou em um instrumento de luta e de libertação. Essas formas de expressões que a palavra liberdade ganhou, foram ecoadas por todos os cantos, por chefes de Estados, abordando não somente os indivíduos presos, os que se encontravam encarcerados dentro de seus países, por ditaduras nativas, mas também a usurpação das nações subdesenvolvidas. Assim nos diz Odália (1988, p. 252):

Era parte imprescindível dos pronunciamentos oficiais, e seu alcance não se restringia aos homens submetidos à penosa humilhação de uma ocupação militar alienígena, mas se estendia, também, àqueles que, em seus próprios países, sofriam nas garras de ditaduras nativas. Liberdade aqui significa lutar contra a opressão e a usurpação do poder político por minorias, que se haviam aproveitado do momento histórico para instaurarem seus arremedos nativos do nazi-fascismo vitorioso na Europa.

Buscando evidenciar com mais clareza o momento histórico do pós-guerra, torna-se necessário que analisemos as aspirações dos homens frente a esta situação, tendo como ponto de partida dois planos superpostos e interligados: o individual e o nacional. Para captar o sentimento que a destruição causou com a guerra, nos indivíduos, retomemos Odália (1988, p. 253), a partir da seguinte citação:

... é o homem da rua, o homem sem nacionalidade, porque é de todas nações, o combatente silencioso das noites de guerra que reage contra sua própria miséria física e moral, contra a impossibilidade de comunicação com o outro, com a esperança de que um dia pertenceria a um mundo, onde não mais existissem fronteiras físicas ou ideológicas, que o separam dos outros, que separam as nações em ricas e pobres, em fracas e poderosas. Esperança de um mundo novo, onde a sorte de um é a sorte de todos; onde os problemas comuns são solucionados coletivamente; onde a solidão de agora se transforma em vivência comum. De tal estado de espírito, nada mais característico do que a pretensão de uma sociedade universal em que o indivíduo abandona sua nacionalidade para ser um cidadão do

mundo e sua existência é tudo quanto necessita para ser considerado um homem (Grifo do autor).

Essa concepção de homem veio indicar, juntamente com a filosofia existencialista, a noção de homem no pós-guerra. Embora aqui expresse a luta pela vida no cotidiano, em busca de um sonho — o de cidadão universal — proposto como uma forma de ideologia, essa concepção de homem em nada expressava a realidade vivenciada no período pós-guerra. Por outro lado, o existencialismo ganhou força, nesse momento, por referir-se às angústias, aos medos dos indivíduos e por conceber o homem como um ser lançado no mundo, de tal modo que é a partir de suas decisões que ele vai se fazendo. Tal fazer-se lança o homem diante das várias possibilidades de ser e da reconstrução da vida.

Por outro lado, oposto ao plano individual, encontrava-se o plano nacional o qual é, também, descrito por Odália (1988, p. 353-4), da seguinte forma:

... as aspirações tomavam caráter mais concreto e imediato: significavam, para os povos e nações da Europa, a libertação em relação ao poderio nazi-fascista. Mas a luta contra a máquina de guerra alemã envolvera, também, as colônias desses países, possibilitando-lhes uma consciência nova com relação aos liames que permaneciam com a metrópole. Empurrados e obrigados a uma guerra que deveria permanecer circunscrita às metrópoles, delas aprenderam a sentir o desejo de libertação. A luta que travavam ombró a ombro com os metropolitanos passou a ter sentido quando entenderam que aquilo que nada mais era do que a primeira fase de uma luta maior a ser travada contra os circunstanciais companheiros de armas. O processo de desintegração dos impérios coloniais, iniciado com a Primeira Guerra Mundial, acelerava-se pelas novas experiências dos nativos nos campos de batalha. A igualdade com que se viam lançados a uma luta não desejada e não provocada por eles próprios, descomplexou-os perante os padrões europeus; as armas e técnicas de que precisavam eram-lhes fornecidos; o duro aprendizado do ofício guerreiro ensinava-lhes o difícil caminho do sentimento de liberdade nacional.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se a luta em favor da libertação em todos os continentes. Isto, devido à ruptura do monolítico domínio do sistema colonial europeu.

As lutas de libertação nacional trouxeram, no seu bojo, uma reformulação do conceito de nacionalismo, que era muito diferente daquele herdado do século XIX. O nacionalismo do século XIX mantinha a crença em valores universais, correspondentes aos desejos de estabilização de uma classe revolucionária que, após ter efetivado a revolução, abandonou o seu caráter revolucionário, tornando-se conservadora. Essa crença romântica começou a ser abalada quando a Revolução de Outubro, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS —, tornou-se realidade concreta diante daquilo que parecia sonho. O reaparecimento do nacionalismo no século XX não pode ser desassociado da experiência do marxismo como filosofia política.

Desse modo, podemos dizer que:

As guerras de libertação, no século XX, trazem em seu bojo o objetivo de uma libertação que não se traduz, simplesmente, em uma liberdade política, e sim, principalmente, na superação do estágio de consumidores de produtos industrializados e fornecedores de matérias-primas, as quais acabam por reverter a ponto de origem sob a forma de produtos manufaturados. A consciência político-econômica e a consciência histórica do homem evoluíram: o sentimento romântico cedeu lugar a uma objetiva formulação dos problemas que envolviam o desligamento das bases metropolitanas (ODÁLIA, 1988, p. 355, grifo do autor).

Essas condições foram favoráveis para que a expansão de novas formas de nacionalismo se propagasse, principalmente naquelas nações que se sentiam marginalizadas do processo histórico. Como a guerra atingira todos os países industrializados da Europa e os reduzira a pó, a visão que se teve foi a de que o processo industrial serviu, antes da guerra, para acentuar e não para diminuir as diferenças entre as nações. Portanto, a luta por uma libertação econômica, dos países periféricos, passou a ser o objetivo dessas nações, por serem tidas como subdesenvolvidas. Assim, segundo Odália, 'o nacionalismo deixa de ser uma atitude xenófoba' e passa a se tornar a fonte de união de todos os povos, com o objetivo de solucionar os problemas advindos da guerra: a fome e a miséria.

Embora esses sentimentos permeassem o cenário internacional, surgiram, nesse mesmo contexto, duas novas superpotências mundiais, cujos poderes não se fundamentavam mais no terror do desconhecido, mas no que realizaram durante os anos de guerra. A URSS terminou a guerra como a segunda potência mundial, apenas superada pelos EUA, cujo parque industrial se expandiu enormemente durante o conflito. Isso lhes garantiu tornarem-se as grandes potências mundiais e substituírem a hegemonia das nações européias.

Agora, a divergência dos aliados que havia sido camuflada durante a guerra, começara a surgir após ter superado o inimigo comum — o nazi-fascismo. Então, novos interesses se impuseram. Podemos notar, então, que:

A rápida expansão do comunismo na Europa Central e Oriental, sob a influência decisiva do Exército Vermelho, aliado à simpatia mundial com que foi acolhido o ressurgimento da URSS no certo das nações, teve como contrapartida a reação dos EUA, cuja preocupação fundamental foi colocar um dique a tal expressão, quer através de uma política de assistência econômica (Plano Marshall⁶), quer através de influências diplomáticas, junto aos países que, longe embora, do palco principal - a Europa - representavam uma força política, dentro das organizações recém-criadas, notadamente a ONU, cuja instalação ocorreu ainda no ano de 1945 (ODÁLIA, 1988, p. 357).

⁶ Com este plano, adotado entre 1948-1952, e que consistia na aplicação maciça de capitais norte-americanos na reconstrução européia, pretendia-se conter a 'ameaça' comunista e consolidar a influência dos EUA na Europa Ocidental. (Cf. ROBETS, J. M. Em defesa do Ocidente. In: *História do século 20*. São Paulo: Abril, 1968, v. 5, p. 2317).

O período do pós-guerra foi marcado pela equação básica para as relações internacionais. E, na medida em que o conflito entre EUA x URSS se tornou ideológico e de aniquilação mútua, o mundo teve que se posicionar entre um e outro, formando áreas de influência e blocos diplomáticos.

Assim, para compreendermos melhor a situação de dependência do Brasil frente às relações externas e internas, analisaremos o período que vai de 1945 a 1964. Para tanto, o subdividiremos em dois momentos: o primeiro, que vai de 1945 a 1955, compreendendo os governos Dutra, Vargas (na fase democrática) e Café Filho que defenderam a autonomia do país, tendo, como ponto de partida, o desenvolvimento industrial como a base para o processo de substituição das importações. O segundo, que vai de 1955 a 1964, período dos governos de Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, compreendido pela mudança no rumo do desenvolvimento nacional, que teve como fundamento econômico a associação ao capital internacional e a implantação de um parque industrial mais amplo, com base na produção de bens de capital. Neste período, o Estado reconheceu a importância dos estudos que o grupo Itatiaia desenvolvia e o transformou em Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com a finalidade de produzir a ideologia necessária para o desenvolvimento do País.

Assim, a questão referente ao desenvolvimento nacional nos remete à forte participação popular nas decisões do país. Esse fato é outro marco importante desse período histórico que abordaremos nesse item, incluindo, também, a preocupação com o tipo de ensino a ser oferecido.

O período que vai de 1945 a 1955 tornou-se linha divisória entre a ditadura de Vargas, caracterizado pelo Estado Novo, e a retomada do processo de democratização do país. O momento foi marcado por um grande número de propaganda em torno das eleições democráticas, por parte de setores militares brasileiros, estudantes e membros dos movimentos populares que se opunham ao governo Vargas e exigiam que esse governo marcasse a data para as eleições. Diante desses problemas internos, Vargas tomou as seguintes decisões: apoiou, juntamente, com um grupo de oficiais do exército, a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra para a disputa da presidência da República; concedeu anistia aos presos políticos e, por fim, fixou a data para a realização das eleições, em 2 de dezembro de 1945.

Após a anistia política e o fim da censura, concretizou-se, no cenário nacional, uma luta acirrada em torno das eleições. De um lado estava Dutra, candidato apoiado por oficiais do exército e por Vargas e representante do Partido Social Democrata (PSD) —, que era integrado por membros das oligarquias rurais, industriais, banqueiros e empresários que

defendiam a intervenção do Estado na economia, como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Além desses setores, Vargas conseguiu apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que era composto por sindicalistas. Esse era um dos pólos em torno do qual se organizavam as camadas populares urbanas, que representavam um conjunto significativo de votos.

Do outro lado, encontrava-se a União Democrática Nacional (UDN) — formada por grupos antigetulistas e antigos liberais, proprietários dos meios de comunicação e a burguesia comercial urbana — ligada aos interesses exportadores e importadores, que foram prejudicados pelo intervencionismo do Estado Novo na economia. Além desses grupos, fazia-se presente a classe média urbana que fora atraída pelo discurso do fim do protecionismo ao desenvolvimento industrial, principal causa do aumento dos preços, e por estar assustada com a retomada da inflação. Esse grupo defendia a implantação de uma ideologia liberal, tanto no plano político quanto no econômico.

Mas nem tudo é perfeito. A alta dos preços do café e o conseqüente aumento da exportação resultaram um saldo positivo na balança de pagamentos. Esse fato poderia fortalecer o grupo que buscava o fim das medidas protecionistas para que a economia se desenvolvesse mediante a associação ao capital estrangeiro, principalmente, os capitais dos Estados Unidos que viam, no Brasil, oportunidades para investimentos.

Como a industrialização já era considerada um fato, o impulso que fora dado, até então, a esse setor, abre no cenário nacional, um debate em torno dos rumos do desenvolvimento do país. Um grupo, liderado pelos membros da UDN, defendia a tese de complementaridade do Estado para o desenvolvimento da economia. O outro, liderado pelos membros do PSD e PTB, defendia a participação decisiva do Estado como aquele que planeja, executa e fiscaliza o desenvolvimento nacional.

Os posicionamentos desses grupos tornaram-se mais acirrados quando os membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) decidiram reorientar o seu posicionamento em direção às forças nacionalistas, apoiando Vargas. Esse partido acatava a ideologia de Moscou e se posicionava contra o imperialismo dos Estados Unidos na América Latina.

Mesmo com esse quadro a seu favor, Vargas foi 'apeado' do poder sendo, portanto, deposto no dia 29 de outubro de 1945, após permanecer 15 anos no poder. Esse fato encerrou o período da ditadura e instaurou o processo de democratização no país. Diante desses fatos, a síntese da época do Estado Novo é marcada por contradições entre os aspectos progressistas, devido ao impulso dado à industrialização e pela repressão aos movimentos de esquerda. Para

melhor resumir esse período, convocamos Sola (1988, p. 282), para nos auxiliar na descrição desse momento. O seu dizer expressa que:

As características contraditórias do Estado Novo, combinando aspectos progressistas, como o impulso à industrialização, e conservadores, como a repressão aos movimentos de esquerda, e a utilização de técnicas de propaganda e coerção, apoiado nos grupos militares, integrou elementos típicos (ao lado de outros, sem dúvida conjunturais), bastante comuns na evolução dos países subdesenvolvidos. O Estado autoritário, surgido de movimentos democráticos, se fazia, conscientemente, o principal instrumento de acumulação capitalista, a serviço principalmente de uma burguesia industrial fraca. Essa fraqueza, definida em grande parte pelo fato de se ver obrigada a folgar, em suas lutas para romper o "Pacto Colonial", com a colaboração de forças contraditórias: aquelas tradicionalmente ligadas ao imperialismo de um lado, mas ainda capitalismo, e as massas de outro (Grifo do autor).

O acirramento das forças liberais, oposicionistas à política econômica implementada por Vargas desde 1930, revela os primeiros sintomas de esgotamento do modelo de substituição das importações, que se tornará mais agudo a partir de 1950, provocando sérias manifestações políticas que resultariam na crise do pacto populista de 1964.

O liberalismo defendido por membros que se opunham ao governo, não foi fruto tão somente de uma intervenção na economia, mas revelou a aversão a qualquer tipo de regime político que lembrasse o fascismo europeu. Além disso, buscou consolidar a predominância norte-americana no interior do bloco capitalista e sua ofensiva sobre o cenário mundial. É nesse sentido que revivem os princípios de uma política econômica que enaltecia o fim do protecionismo e o retorno à livre-concorrência nas relações de trocas internacionais.

Percebemos, então, que a resposta do governo à reação dos setores exportadores e importadores brasileiros foi a mobilização das massas e dos grupos contrários ao liberalismo econômico. No que diz respeito ao resultado das eleições democráticas, o que tivemos foi uma política do continuísmo, porque o processo de democratização não deixou de ser condicionado por certas regras que garantiram a permanência do grupo Estado-novista no poder. Em outras palavras, o que podemos dizer é que houve a sobrevivência, por meio da criação de mecanismos eleitorais, do 'velho' no 'novo'.

É nesse período que está posto o acirramento da concepção de desenvolvimento nacional associado ao capital internacional e o desenvolvimento nacional autônomo, buscando o auxílio externo quando necessário.

Para melhor entendermos essa discussão, analisaremos como se deu a formação e a expansão da ideologia nacionalista a partir dos anos de 1930 até aos de 1964.

1.3.3.1. Nacionalismo e desenvolvimento nacional

O que pretendemos destacar, neste sub-item, é que a ênfase dada ao caráter nacionalista da política de desenvolvimento nacional construída pelo Estado, constitui uma apropriação ideológica e, como tal, deve ser encarada criticamente, ainda que estivesse presente a preocupação de alguns setores sociais revolucionários.

Assim, podemos dizer que:

De uma maneira geral podemos afirmar que nos representações de alguns segmentos sociais mais urbanizados já se tinham afirmado algumas convicções importantes, que podem ser resumidas em três pontos: a) a consciência de que o desenvolvimento ocorrido no país era um reflexo das flutuações do capitalismo mundial; b) a descoberta de que os surtos de desenvolvimentos eram relacionados às conjunturas críticas do sistema capitalista; e c) a certeza de que as transformações do sistema econômico se associavam no grau de nacionalização das discussões políticas e econômicas (MENDONÇA, 1986, p. 36).

Se por um lado, a intervenção estatal precisava ser vista como uma possibilidade de superação dos pontos frágeis da economia brasileira, buscando justificar e preservar o modelo de industrialização, por outro, expressava 'o bom funcionamento do Estado', voltado para o interesse público. Desse modo, o nacionalismo traduzia-se em possibilidade de independência econômica. Seria necessária, portanto, a elaboração de uma estratégia que propugnasse contra a subordinação ao capitalismo internacional⁷.

Por outro lado, o nacionalismo correspondia à noção de Estado nacional. É sobre esse aspecto que se tornara importante, visando à consolidação do regime político e da aliança entre os novos parceiros do poder. Ao distanciar-se da pura rejeição ao capital internacional, o nacionalismo era visto como um projeto mais amplo, que objetivava a construção da categoria Nação.

É a partir daí que os conceitos de nação, de nacionalismo e de nacional ganham significados diferentes dos apresentados por Silvio Romero, e até mesmo, por Gilberto Freyre. Esses conceitos passaram a ser fundamentados na temática da cultura brasileira. Vejamos como isso se deu no contexto histórico. De um lado, encontravam-se os ideólogos do Estado Novo que defendiam uma concepção totalitária e intervencionista. Do outro, a vertente dos opositores, imbuída de interesses contrários, correspondentes ao da burguesia industrial.

Embora apresentassem aspectos diferentes, ambas as visões possuíam um ponto em comum. Acreditavam que a construção da nação passaria pelo controle da classe trabalhadora

⁷ O nacionalismo passou a ser parte dos discursos governamentais e das justificativas das realizações do governo, sendo encampado como "projeto" do Estado e que tinha como papel a mobilização dos setores sociais no sentido de engajá-los na tarefa de solucionar os problemas do país (Cf. MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 36).

pelo Estado. Mas, enquanto alguns ideólogos do Estado Novo colocavam como necessidade a participação das massas populares no processo de desenvolvimento nacional, a outra visão, ligada aos setores industriais e agro-exportador, se opunha a essa idéia.

Contudo, nos anos de 1950, o modelo econômico que fora implantado nos anos de 1930 demonstrava sinais de esgotamento. Esse fato provocou uma série de manifestações populares, acarretando o agravamento da crise do pacto populista de 1964. É daqui que surge, no bojo do processo político do populismo, um vigoroso movimento de mobilização das classes populares que conseguiam falar por si mesmas, ou seja, expressavam e defendiam os seus interesses. Para entendermos essas modificações, recuemos ao fim da Segunda Guerra Mundial, início do período de redemocratização do País.

Para tanto, foi importante levar em consideração os condicionamentos externos e internos da economia brasileira. No que se refere aos condicionantes externos, notamos os efeitos do fim da Segunda Guerra Mundial sob os regimes totalitários do Ocidente, enfatizando a contradição existente entre eles, principalmente quando esses países lutaram lado a lado com as forças aliadas. Esse era o caso do Brasil. E, no que diz respeito à questão interna, 'O Manifesto dos Mineiros', documento de 1943, opunha-se abertamente à ditadura Vargas. Esse foi um dos marcos na defesa dos ideais liberais e em favor do restabelecimento das liberdades político-partidárias em nosso país.

Desse modo, no período do pós-guerra, o liberalismo emerge com bastante força contra qualquer tipo de regime político que lembrasse o nazi-fascismo europeu. Concomitante a isso, a versão nacionalista correspondia à predominância norte-americana no interior do bloco capitalista e sua ofensiva sobre o mercado mundial.

Para compreendermos essa situação, vejamos o que Mendonça (1986, p. 40) nos diz:

Por certo, este liberalismo se prestaria para justificar o interesse das potências hegemônicas em exportar capitais para países de Terceiro Mundo, na medida em que se adiantassem os planos de reconstrução do pós-guerra. Ressaltemos, pois, que existia — a nível internacional — uma pressão significativa contra "modelos de desenvolvimento econômico" baseados em soluções de tipo nacionalista contendo forte intervencionismo protecionista por parte do Estado, como era o caso brasileiro (Grifo do autor).

Internamente, a concepção de democracia liberal foi utilizada como 'bandeira' de oposição à política defendida pela Estado Novo, que aglutinava, em seu entorno, forças heterogêneas. Aqui se destaca o setor tradicional ligado à agro-exportação, que estava desejoso de se livrar do confisco cambial, exercido pela política intervencionista do Estado, pois, enquanto grupos de importadores, eles se viram prejudicados com o controle da taxa de

câmbio. A frente oposicionista estava composta pelos segmentos descontentes da sociedade, como a classe média, a que se sentia lesada pela política econômica do governo.

Além desse inconformismo,

... a forma assumida pela transição política de 1945, veio condicionar duas características essenciais do processo partidário brasileiro. Por um lado, a preservação da margem de arbítrio consagrada durante o estado Novo; por outro, a concentração de poderes em torno do Executivo, que permaneceu inalterada mesmo após a abertura do sistema político (MENDONÇA, 1986, p. 43).

Com o acirramento das discussões em torno do processo de democratização e dos rumos do país, a UDN lançou mão do discurso moralizante e se opôs ferrenhamente ao governo de Dutra e combateu a forma de intervenção do poder público, tornando-se uma força antiintervencionista, antiestatizante e favorável ao capital estrangeiro.

Contudo, as massas populares urbanas, componentes estratégicos do Estado Novo, e avalista do jogo político-partidário promoveriam o retorno de Vargas ao poder em 1951. A vitória de Vargas significaria a manutenção do crescimento urbano industrial e da sobrevivência do pacto populista.

O segundo governo Vargas, agora eleito pelo voto direto, veio comprometer, tanto o modelo econômico quanto o regime populista. Isso, devido à restrição do desenvolvimento da industrialização imposta pela sua política econômica. A feição nacionalista torna-se palco de debates. Assim, o modelo intervencionista do Estado e a recusa do capital estrangeiro para implementar o desenvolvimento nacional foram postos em xeque.

Um dos últimos empreendimentos realizados dentro deste modelo econômico foi a criação da Petrobrás e do Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o que só veio aumentar a polêmica entre os dois projetos de desenvolvimento nacional.

No dizer de Mendonça (1986, p. 44):

Na prática, a postura nacionalista se inviabilizava e tornava-se insustentável. Isto deveu-se, muito mais, às contradições inerentes ao modelo de industrialização restringida do que a qualquer outro fator. Se a expansão industrial dependia, quantitativamente, da capacidade de importar gerada pelo setor agrário-exportador, era evidente que sua modernização tecnológica ficaria confinada à "estagnação" enquanto contida nos limites da "substituição das importações". A eclosão, em 1953, de séria queda dos preços internacionais do café foi a demonstração cabal desta contradição (Grifo do autor).

A crise no modelo econômico de base intervencionista assolava a economia brasileira, provocando um descontentamento das massas urbanas revelando, assim, um desgaste do pacto populista. Concomitante a isso, os setores tradicionais, ligados direta ou indiretamente ao capital estrangeiro, pressionavam o governo para que adotasse medidas de estabilização tanto da economia quanto das tensões sociais. Além disso, denunciavam o esgotamento do modelo

de substituição de importações e apontavam a burguesia industrial como a grande beneficiária pela implementação da industrialização no país.

É nesse sentido que a abertura ao capital internacional colocou-se como solução ao impasse que provocara o modo de substituição das importações para o desenvolvimento nacional. Doravante, esse novo modelo de acumulação do capitalismo brasileiro redefiniria e aprofundaria as relações de dependência econômica do país.

Assim, entramos na era do desenvolvimento nacional, associado ao capital internacional. Em 1955, Juscelino realiza, no cenário nacional, uma ruptura com a antiga orientação política econômica, tanto na redefinição do novo setor industrial a ser privilegiado pelo Estado, quanto no estabelecimento de metas para adquirir financiamentos externos.

As alterações dos rumos do desenvolvimento econômico derivaram-se da concentração de renda resultante do modelo econômico industrial, que proporcionava incentivar a formação interna de capitais, e alternava o perfil da demanda nacional. Outros fatores predominantes para tais mudanças foram as transformações ocorridas no mercado interno nacional, pois, com o crescimento do pólo urbano-industrial, aumentou o contingente populacional da cidade.

Mediante esses fatos, o modelo econômico brasileiro transformou-se profundamente a partir dos anos de 1950. Com a conclusão dos planos de reconstrução do pós-guerra, a estabilidade econômica internacional proporcionou aos centros capitalistas buscarem oportunidades lucrativas por meio de investimentos de capitais. É nesse curso que são redescobertos os países periféricos ou ditos subdesenvolvidos. Tais investimentos advêm não somente dos E. U. A., mas também, do Mercado Comum Europeu e do Japão que pressionavam o Terceiro Mundo a receberem os seus investimentos. Assim, os recursos externos reorientaram a política econômica do Estado brasileiro reforçando o posicionamento dos setores da sociedade que denunciavam o esgotamento da substituição das importações.

Devido às pressões internas e externas, entre 1955 e 1960, o governo optou pela internacionalização da economia brasileira. Em outras palavras, isso significaria, a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. Os recursos provenientes desses investimentos colocavam o Brasil diante de um dilema:

Adiante-se, apenas que o recurso ao capital externo como instrumento de financiar o progresso tecnológico indispensável à consolidação do capitalismo no país era uma faca de dois gumes. Por um lado, resolvia-se a contradição crucial do modelo anterior, liberando-o da dependência do desempenho agrário-exportador. Por outro, semeavam-se novas contradições que surgidas no médio prazo, revelariam as fragilidades da dependência brasileira (MENDONÇA, 1986, p. 48).

Ao recorrer ao capital externo, o governo evitava tomar medidas fiscais de efeitos redistributivos, não atingindo as classes proprietárias e seus lucros. Contudo, essa medida afetou diretamente os setores subalternos da sociedade com a explosão da inflação.

Esse procedimento do Estado foi camuflado com o envolvimento da classe trabalhadora no projeto de construção da nação, e, também, a partir da aceleração do crescimento industrial e a conseqüente ampliação da massa de emprego. Isso compensaria os efeitos da inflação sobre o custo de vida e os salários.

Apesar dos efeitos negativos da inflação, o clima foi favorável à montagem de um setor industrial brasileiro mais moderno e dinâmico. Assim, as bases da modernização do processo de industrialização estavam ancoradas na associação da economia brasileira ao capital internacional.

Tal associação possibilitou ao país elaborar um plano de metas e definir a alocação de tais investimentos. Portanto, o capital nacional que se dividia em privado e estatal, foi, alocado em setores estratégicos, sendo responsável pela produção de bens de consumo e bens de produção. Enquanto isso, o capital internacional foi responsável pela produção de bens duráveis. A mediação dessas frações de capital, para tornar o desenvolvimento industrial possível, ficou a cargo exclusivamente do Estado.

Com essas medidas, a industrialização brasileira deu um salto tecnológico significativo. Ao assentar a sua capacidade produtiva no setor de bens de consumo duráveis, possibilitou impulsionar os setores de bens de produção e de consumo. Podemos, então, afirmar que a instalação das 'multinacionais', no país, proporcionou uma modernização considerável das indústrias nacionais e a sua capacidade produtiva.

Mas, segundo Mendonça (1986, p. 56):

...as transformações do padrão de acumulação capitalista no Brasil, ocorridos neste período, tiveram um lado bastante problemático. Elas foram responsáveis pela germinação de algumas das contradições em que se debate nossa economia até o presente. Por um lado, situa-se o favorecimento do processo de concentração do capital e das empresas; por outro, a questão da inflação e da dívida externa. Quanto ao primeiro, cumpre ressaltar os efeitos da instalação de multinacionais em nosso território. Em função de sua superioridade tecnológica e de capitais - aliada ao favorecimento institucional com que as beneficiou o Estado - o dinamismo dos novos ramos produtivos passou a requerer fornecimentos dos outros setores industriais numa intensidade tal que somente poderiam ser atendidas mediante investimentos de alto porte (grifo do autor).

Concomitante ao processo de modernização do país, ocorreu um descompasso entre os setores industriais produtivo e de consumo. Isso devido ao ritmo de crescimento determinado e às vantagens econômicas e técnicas de cada setor. Ou seja, o capital estatal não conseguiu crescer proporcionalmente ao capital estrangeiro.

Tal descompasso acentuou ainda mais a crise econômica brasileira. Com isso, a crise da Balança de Pagamentos somou-se à nova contradição do modelo econômico, — *"na produção de bens duráveis que se realizavam no mercado interno, e o fato de sua propriedade ser do capital estrangeiro, que necessitava retornar às matrizes externas sob a forma de lucros, juros e dividendos"* (MENDONÇA, 1986, p. 57, grifo do autor). Essa crise ocasionou uma grande concentração de renda. A raiz disso encontrava-se no 'diferencial entre a produtividade' e os salários. Embora se conseguisse alcançar um alto patamar de produtividade, este não seria redistribuído em ganhos salariais para a classe trabalhadora, ocasionando, portanto, uma concentração dos lucros nas mãos dos industriais.

Em decorrência disso, a crise política e econômica do país acentuava-se cada vez mais, pois, mesmo com o aumento da capacidade produtiva, em um curto espaço de tempo, *"não poderia ocorrer se acentuar as tensões político-sociais latentes ao longo do período"* (MENDONÇA, 1986, p. 58).

A solução encontrada por Juscelino para resolver ou para apaziguar as tensões sociais foi convocar os movimentos sociais para pugnar em favor da implantação do capitalismo nacional. Tal convocação, contudo, esconderia as contradições presentes no interior do capitalismo brasileiro.

Dessa forma, se entre os anos de 1940 e início de 1950 o tema discutido, no cenário nacional, por empresários e intelectuais fora a intervenção estatal na economia, a partir de 1955, a ênfase dada às discussões se deslocou para a participação do capital estrangeiro. Embora mudasse o rumo da economia do país, a temática nacionalista ganhava novas configurações. Nesse sentido, segundo Fernandes (1981, p. 59):

A revolução burguesa, na América Latina, prende-se a condições estruturais e a ritmos históricos que fazem dela o pivô da associação dependente e das sucessivas transições que articulam a organização e o funcionamento das economias nacionais latino-americanas às evoluções externas do capitalismo.

Verificamos que o capitalismo dependente não possuía condições para organizar uma ordem social competitiva e dinâmica. Diante disso, o 'subdesenvolvimento' econômico, no máximo, promove uma modernização limitada em todos os níveis da organização da sociedade, da cultura e da economia. Continuará nessa condição se o relacionássemos com países desenvolvidos. Portanto, dois fatores caracterizavam essa dura realidade:

a) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; b) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e a uma autonomia real (FERNANDES, 1981, p. 26).

O estado de dependência e de atraso do país tornava-se um bom negócio, tanto para os setores sociais que controlavam o poder político e econômico da sociedade dependente, quanto para os grupos externos que tiravam proveito dele. Assim, faz-se necessário, a partir de então, evidenciarmos a emergência dos grupos sociais e suas ideologias para o desenvolvimento nacional.

Para melhor compreendermos a questão referente à noção de nacional-desenvolvimentismo, passaremos em revista três noções que julgamos ser as mais importantes neste estudo. Para sintetizá-las com clareza, chamamos Mendonça (1986, p. 60), para nos auxiliar nessa compreensão. Para ela:

Em primeiro lugar, situa-se o nacionalismo neoliberal, que considerava o capital estrangeiro uma necessidade vital e justificava a sua atuação em nossa economia de forma totalmente livre do controle do Estado. Politicamente falando, esta vertente correspondia às "bandeiras" da UDN e setores por ela representados. Em segundo lugar, colocava-se o nacionalismo radical, ainda ligado à noção da substituição das importações e que rejeitava a participação do capital externo na industrialização brasileira, posto que isto implicaria o reforço da sua subordinação aos setores centro capitalistas. Seus defensores eram o PCB e alguns setores da esquerda do PTB e do remanescente grupo varguista. Finalmente, em terceiro lugar, havia o nacionalismo desenvolvimentista, que propunha a necessidade do capital estrangeiro, porém submetido a controles do Estado.

As três concepções de desenvolvimento tinham em comum o objetivo da construção da nação. Contudo, elas se diferenciavam quanto à participação da classe trabalhadora no projeto de desenvolvimento do país. Se por um lado, a primeira perspectiva de construção de um projeto nacional propunha que a liberdade do capital estrangeiro fosse irrestrita e, politicamente, rejeitava a participação popular na construção desse mesmo projeto, a segunda perspectiva buscava implementar a sua proposta de desenvolvimento nacional intervindo na economia e rejeitando, até mesmo, instalação de indústrias estrangeiras, de capital exclusivamente externo, no Brasil. Defendia, portanto, a associação do capital nacional associado ao estrangeiro. Contudo, o Brasil mantinha-se subordinado a este capital ficando, conseqüentemente, cada vez mais dependente. Essa foi a proposta de desenvolvimento nacional dos setores da burguesia industrial e das classes populares. Por fim, a terceira perspectiva, que teve Juscelino como iniciador, no período de 1956-1961, buscou conciliar a participação do capital estrangeiro e nacional, na construção de uma política nacional desenvolvimentista; politicamente, Juscelino buscou apoio das massas populares para a realização do projeto nacional.

É importante dizer que o entusiasmo nacionalista dos anos de 1950 camuflava, economicamente, a dependência do Brasil em relação aos países capitalistas centrais. Em suma: o projeto nacional desenvolvimentista trazia, no seu bojo, uma forma distorcida acerca

das suas relações políticas com os investimentos estatais e internacionais. Dessa forma, partes da intelectualidade brasileira e os movimentos populares concebiam o nacionalismo como um projeto de industrialização autônomo. Essa orientação política e econômica tomou forma e ganhou as ruas com os movimentos populares que buscavam levar a cabo tal projeto de desenvolvimento. O ápice desse movimento se desenvolve a partir da metade dos anos de 1950, indo até o início dos anos de 1960.

Por um lado, parte da população brasileira acreditava que o papel da burguesia industrial seria o de liderar tal projeto e levá-lo a cabo, por meio da formação de um pacto político e social com as massas urbanas e o campesinato. Tal pacto fortaleceria o capital nacional e, conseqüentemente, se oporia ao capital internacional. Outra parte, ligada ao setor agrário-exportador, não possuía essa visão, por acreditar serem os únicos 'iluminados, cultos, e possuidores da consciência social. Dessa forma, acreditavam que as massas populares não eram possuidoras de consciência.

O impacto do pensamento dos intelectuais brasileiros acerca do desenvolvimento nacional, nesse período, possuiu uma estreita relação com a origem, formação e organização do Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB). Em meados dos anos de 1950, o Estado Brasileiro, por meio de um decreto do presidente Café Filho, institucionalizou o nacionalismo como ideologia nacional, criando o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Esse Instituto tinha como finalidade elaborar uma ideologia do desenvolvimento nacional que alterasse o estado de atraso, tanto político e econômico, quanto sócio-cultural em que o país se encontrava. O ISEB foi idealizado no início dos anos de 1950, mas tornou-se realidade em 1955 e só conseguiu alcançar reconhecimento nacional durante o governo de Juscelino Kubistcheck.

No período em que se deu a criação do ISEB — meados dos anos 50 e início dos anos 60 — ocorreu com maior intensidade o ritmo das mobilizações populares, no cenário nacional, as quais transcendem os limites das cidades e atingem as áreas rurais que, até então, se mantinham marginalizadas do processo de desenvolvimento. Essa mobilização popular, de caráter urbano e rural, significava que a elite agrário-mercantil teria de encarar a contestação do seu poder o que, até então, não havia acontecido.

Foi nesse contexto de tensões em que as massas populares reivindicavam a sua participação nos rumos do desenvolvimento nacional que o ISEB buscou compreender e interpretar os clamores delas, e, por meio de seus intelectuais elaborar uma ideologia do desenvolvimento nacional. Assim sendo, buscaremos explicitar as características dos movimentos populares, bem como suas ações empreendidas para a transformação da realidade

brasileira e, em outro momento, apresentá-los como o ISEB surge no cenário nacional e que papel desempenhou.

1.3.3.2. Os movimentos populares e suas reivindicações entre os anos 50 e 60

Nesse período, o País ingressava no processo de industrialização, o que significou compartilhar do capitalismo monopolista, assumindo um processo de urbanização, de tecnificação e de modernização nunca vivenciado. Além desses fatores, o contexto histórico foi marcado pelo êxodo rural, pela efervescência dos movimentos populares e por uma crescente luta da União Nacional dos Estudantes (UNE).

É a partir daí que os movimentos populares ganham força, principalmente, quando passam a questionar o caráter elitista do ensino e a promoção de práticas vinculadas à transformação da realidade. Os movimentos populares não surgem das universidades, mas, do próprio movimento estudantil. A UNF, fundada em 1938, engaja-se no enfrentamento das questões nacionais a partir de 1956 e alia-se aos setores de movimento popular no período que vai de 1961 a 1964.

A proposta da UNE é elaborada após vários debates em seminários sobre a reforma universitária. Esses debates se deram em maio e em junho de 1961, em março de 1962 e em 1963. O resultado dessas discussões reafirmou o compromisso da UNE com as classes populares, na luta pela transformação social do país. Um dos documentos mais importantes, ao nosso ver, foi a **Declaração da Bahia**, em que a UNE propõe a democratização do ensino, com acesso de todos à educação, em todos os níveis de ensino; a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de mestres-de-obras e de líderes sindicais; a colaboração da universidade a serviço do povo, mediante a criação de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológica, etc. (UNE, 1961, p. 50; Cunha, 1983, p. 218-26).

Desse modo, segundo Fagundes (1985, p. 42):

... ao mesmo tempo que pretendiam colocar-se sob a influência revolucionária das classes trabalhadoras, revelam uma visão semelhante àquela que as elites mantêm sobre essas classes e sobre o papel da universidade. Esta teria a função de formar os profissionais e a elite dirigente que, de posse da cultura superior, passaria a transmiti-la ao 'povo ignorante', chamando a si a tarefa de conscientizar esse mesmo povo e de prestar serviços aos desvalidos.

Mesmo com essas ambigüidades, o movimento estudantil se engajou, entre 1960 e 1964, nas campanhas de alfabetização de adultos e de cultura popular. Esses movimentos

populares, que emergiram no cenário nacional no fim dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, correspondem às novas exigências postas pelo avanço da organização das classes populares. Assim, intelectuais, políticos e estudantes se engajam nas lutas camponesas e operárias, apoiando a sua mobilização e engajando-se em movimentos de educação e cultura popular. Segundo Paiva (1985, p. 230):

Deles participam os liberais, as esquerdas marxistas e os católicos influenciados pelos novos rumos abertos pela reflexão de filósofos cristãos europeus e pelas transformações que se anunciavam na doutrina social da Igreja; o número de católicos interessados em tais problemas multiplica-se, principalmente a partir do momento em que os membros da Juventude Universitária Católica (JUC) começam a buscar um 'ideal histórico', em função do qual pudessem orientar a sua ação no mundo. Os diversos grupos lançam-se ao campo da atuação educativa com objetivos políticos claros e mesmo convergentes, embora cada um deles enfocasse o problema à sua maneira e mesmo lutassem entre si. Pretendiam todos a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos da ordem vigente; buscavam criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Além disso, fortemente influenciados pelo nacionalismo, pretendiam o rompimento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura do povo. Para tanto, a educação parecia um instrumento de fundamental importância.

A partir de 1961, com a iniciativa de intelectuais e artistas que visavam difundir o teatro e o cinema políticos destinados às classes populares, surgiram os Centros Populares de Cultura (CPCs) que, por sua vez, aliam-se à UNE com a intenção de criar uma empresa de cultura nacional. Essa união entre a UNE e o CPC possibilitou a multiplicação de centros semelhantes por todo o país. Isso porque a UNE percorre vários Estados brasileiros, promovendo mobilização social. A base de atuação da UNE e do CPC foi o teatro de rua, por meio de festivais e gravações. Nesse período, chegou-se a construir um teatro na sede da UNE e já se pensava em cuidar da alfabetização e em criar uma universidade de cultura popular.

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado por um convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o governo federal, com o objetivo de oferecer educação de base a camponeses das áreas subdesenvolvidas do país, sobretudo do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste, passando a ser a ampla mobilização social da época. O MEB, segundo Wanderley (1984), vai alterando suas características: de um movimento de educação "paroquial", alfabetizadora, com práticas modernizadora e paternalista, vai se secularizando, assumindo práticas de educação de base, de auto-ajuda e de construção de um poder popular e local.

Essa mudança é percebida quando, num primeiro momento, os coordenadores do MEB se definem como um movimento engajado com o povo e em prol da transformação social, em defesa das classes menos favorecidas. Assim, realizam programas de educação

através do rádio e desenvolvem metodologias de animação popular. Essa modalidade de animação foi assim descrita por Paiva (1985, p. 242):

A Animação Popular, sistematizada após 1964, mas derivada da experiência do período de 1962-64, era definida como um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. Com tais grupos visava-se à integração de pessoas que pensam, planejam e agem em comum, buscando atender a todos os membros da comunidade local, sem desvinculação da problemática nacional e internacional. Através dela buscava-se, conjuntamente, a reflexão e ação no contexto da luta pela transformação de estruturas. A animação popular era, portanto, essencialmente, um processo político enquanto conscientização que prepara para a participação política na vida da comunidade e no processo de Desenvolvimento e Organização de Comunidades, a partir de uma perspectiva política. O trabalho era desenvolvido a partir de treinamento da liderança local e formada por elementos do próprio povo, com assessoria às comunidades e ao movimento de sindicalização rural. Buscava-se integrar a escola à vida da comunidade, formando os alunos e monitores, e estimulando a atuação da liderança treinada, o esteio da Animação Popular.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi criado em maio de 1960, partindo da iniciativa de estudantes universitários, artistas e intelectuais pernambucanos, inspirados nos ideais cristãos e socialistas que se juntaram à Prefeitura de Recife para promover a conscientização das massas populares, através da alfabetização e da educação de base.

Para enfrentar o problema do analfabetismo, tentou-se ampliar o sistema municipal de ensino, instalando-se classes de alfabetização em salas cedidas pelas comunidades. Enfim, foi nesse contexto que o Movimento de Cultura Popular se envolveu com o método Paulo Freire. A proposta elaborada pela equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife suscitou interesse nos estudantes paulistas que começaram a aplicá-la em Osasco.

Inserida nessa efervescência dos movimentos populares foi que a educação ganhou destaque no cenário nacional, sendo, portanto, objeto de disputa por setores progressistas e conservadores da sociedade. Devido às novas exigências do processo de desenvolvimento implementado em nosso país, as massas populares, constituídas de trabalhadores de diversos segmentos da sociedade, tanto das áreas urbanas como das rurais, reivindicavam para si o acesso à cultura. Esse acesso lhes possibilitaria participar tanto do processo produtivo do país, por meio do trabalho, como das decisões políticas e sociais que norteavam o projeto de desenvolvimento nacional. Sendo assim, passaremos a analisar como o ISEB se organizou e, até certo ponto, o empenho de alguns intelectuais como, por exemplo, Vieira Pinto, que se tornou 'porta voz' dos anseios das massas populares. Agora, passemos a analisar a formação do ISEB e as suas propostas de desenvolvimento nacional.

1.3.3.3. O nacional-desenvolvimentismo e o ISEB

Como já mencionamos no item 1.1. desse capítulo, os fundadores do ISEB que estava interessado em estimular e promover estudos referentes ao desenvolvimento nacional, eram originários do “Grupo de Itatiaia”. Esse grupo tornou-se conhecido pela denominação de IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e, mais tarde, como ISEB. O movimento nacionalista desenvolvido no interior desse instituto, no entanto, objetivava criar postulados teóricos e ideológicos, conforme nos relata Mendonça (1986, p. 32):

Sua atividade teórica consistia no exame intensivo da economia política do desenvolvimento brasileiro, seus problemas e possibilidades, dentro de uma perspectiva macroscópica e do contexto internacional. Sua proposta de elaborar uma ideologia nacional do desenvolvimento, fundamentada nessas análises teóricas, objetivava formular uma definição global da situação nacional a partir de uma concepção do desenvolvimento como valor central, com vistas a mobilizar a coletividade para a consecução das metas do desenvolvimento num prazo relativamente curto.

O ISEB foi, juntamente com as universidades, uma das principais instituições responsáveis, pela redescoberta da realidade brasileira. Para realizar tal empreendimento, esse instituto ganhou forma e feição em cada etapa de sua existência. Essas mudanças ocorreram em função do seu amadurecimento frente à realidade nacional.

Segundo Jaguaribe (1979), o ISEB atravessou três fases distintas: a) a constituição do Instituto, em 1955, quando Vieira Pinto foi convidado para ser chefe do Departamento de Filosofia. Nesse período, o ISEB se preocupou em teorizar e problematizar a realidade social brasileira, para depois viabilizar a mobilização da sociedade brasileira; b) o período de 1959 a 1960, quando Roland Corbisier assumiu a direção do Instituto dando ênfase, não mais que à elaboração de uma teoria do desenvolvimento para depois viabilizar as mudanças sociais, numa perspectiva, porém, militante; c) o período em que Corbisier foi eleito Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, em 1960, e se afastou do Instituto. O Instituto passou, então, a ser dirigido por Álvaro Vieira Pinto, que deu maior ênfase à militância, no período entre 1960 e 1964, quando o Instituto foi dissolvido pela ditadura militar⁸.

Se por um lado, a posição de alguns membros do ISEB estava ligada ao nacionalismo desenvolvimentista de Juscelino, outros partilhavam de um posicionamento mais de esquerda.

⁸ Este período é caracterizado, na história do Brasil, de início como sendo: “A crescente radicalização política do movimento popular e dos trabalhadores, pressionando o Executivo a romper os limites do ‘pacto populista’, levou o conjunto das classes dominante e setores das classes médias — apoiados e estimulados por agências governamentais norte-americanas e empresas multinacionais — a condenar o governo Goulart. A derrubada do governo contou com a participação decisiva das forças armadas (...) excluindo, assim, as classes trabalhadoras e populares da cena política e pondo fim à democracia populista” (Cf. TOLEDO, Caio Navarro. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 120).

Os que faziam parte desse último posicionamento defendiam que o desenvolvimento nacional não poderia ser alcançado sem a tomada de consciência, não apenas do que seria a realidade brasileira, mas do que se deveria fazer dela. Nesse sentido, dizemos que o pensamento do ISEB encontrava-se marcado por categorias de análise social, que levaria em consideração as condições existenciais do país.

Desse modo, podemos dizer que, o pensamento de Álvaro Vieira Pinto emerge, no cenário nacional, sendo carregado dessas categorias.

Terminada a construção biográfica e a do itinerário histórico vivido por Vieira Pinto — pois ele nasceu em 1909 — passaremos, então, a analisar, no segundo capítulo, as categorias que exprimem a sua visão de mundo — configurada a partir de componentes políticos, sociais, econômicos, ideológicos e culturais — e, conseqüentemente, a do grupo social a que este autor esteve vinculado ideologicamente. Essa análise dar-se-á a partir do desenvolvimento das seguintes categorias: *subdesenvolvimento*, *ideologia do desenvolvimento nacional*, *massas populares*, *consciência ingênua e consciência crítica* e, por fim, a categoria *Estado/ Nação*. Essas categorias nos possibilitarão evidenciar o posicionamento de Vieira Pinto frente à realidade brasileira. Elas também podem ser entendidas como explicitações das massas populares no seu movimento de transformação da realidade.

CAPÍTULO 2 — ALGUMAS CATEGORIAS BASILARES DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Que a filosofia como pensamento e compreensão do espírito dum tempo particular seja a priori é essencialmente um resultado, visto que o pensamento é um produto não menos que vida e atividade de se produzir a si próprio. Tal atividade contém o momento essencial duma negação, já que produzir é também destruir (HEGEL).

Em capítulo anterior, procuramos apontar o percurso histórico que estruturou a formação e emergência do pensamento de Vieira Pinto no cenário nacional. Tal estudo, tanto em sua trajetória biográfica quanto no seu curso histórico, procurou focar os determinantes históricos, políticos, econômicos e sócio-culturais que influenciaram o seu pensamento e, conseqüentemente, a sua visão de mundo.

Um procedimento básico que esteve em capítulo anterior a nos orientar foi a reunião de escritos, cujas abordagens teóricas apontavam o itinerário em se que desenvolveu o pensamento de Vieira Pinto. Ficou patente que, no interior do ISEB, o seu pensamento ganhou força no cenário nacional, enquanto membro integrante de uma das diversas vertentes desse Instituto.

Neste capítulo, pretendemos apreender a visão de mundo de Vieira Pinto explicitadas em suas obras, que exprimem, além de sua consciência individual, uma consciência de grupo ou classe social. A visão de mundo desse autor se expressa pelas categorias que manifesta no interior de suas obras. Portanto, para compreendermos a sua visão de mundo, nos apoiaremos nas seguintes categorias: *subdesenvolvimento, ideologia e desenvolvimento nacional, massas populares, consciência ingênua e consciência crítica* e, por fim, *Estado/Nação*. Por se tratar de um conteúdo rico e amplo, entendemos que, para melhor apreendermos o seu sentido e significado, estruturaremos esse capítulo a partir das análises que faremos dessas categorias.

A tarefa de selecionar categorias teve o intuito de classificar e ordenar a realidade em apreço que se configura no pensamento de Vieira Pinto. Ao realizarmos essa eleição e ordenação das categorias, estávamos efetivando uma sistematização dessa mesma realidade. Assim, por meio dessa sistematização, pudemos construir categorias significativas para que, por meio de um percurso cognitivo, tivéssemos acesso à sua estrutura conceitual.

Para que obtivéssemos êxito em nossas análises, quando optamos por uma análise categorial, estávamos cientes de que toda categoria é muito mais que um instrumento de cognição, uma vez que, da forma como é estruturada uma dada realidade, acaba por se

constituir num modelo de cognição dessa mesma realidade. Processando-se dessa forma ela não possui, simplesmente, a tarefa de descrevê-la, por que, ao fazermos isso, nossa intenção e nossa ação não são neutras, como se poderia imaginar. À medida que ocorre a descrição e a análise, surgem comparações, juízos de valores, bem como critérios implícitos e explícitos que nos servem de base para efetivarmos a elaboração da descrição e da nossa interpretação. Nesse sentido, a teorização acerca da realidade assume um caráter prescritivo e axiológico.

Diante do que até então foi exposto queremos dizer que, ao realizar tal intento, podemos alcançar duas finalidades, a saber: a) devido ao seu caráter analítico, o processo de classificar e ordenar um dado pensamento em categorias, tendo em vista o nosso tema, já realizará um determinado papel, o de sistematizá-lo; e, b) embora as categorias sejam utilizadas como um instrumento que pretende apreender a realidade, por ser um modelo de cognição, este processo não possui um caráter estritamente descritivo, e sua tarefa de classificar e ordenar não é neutra, como se poderia imaginar. É dessa forma que a teorização acerca da realidade assume uma tarefa prescritiva e axiológica.

É importante lembrarmos com Bobbio (1988) que o emprego de valores de qualquer conceito, vinculado estritamente à idéia de uma mudança na estrutura da realidade, é tanto desejável como possível; além do que um julgamento de valor pressupõe que as coisas a que atribuímos importância podem vir a ser diferentes do que de fato são. Ou seja, um julgamento dos fatos só tem a pretensão de apontar um certo estado das coisas, enquanto que um julgamento de valor pretende modificar o estado das coisas existentes.

Dessa maneira, podemos dizer que, enquanto a teoria busca compreender aspectos referentes à natureza, ela é uma teoria; mas, quando uma teoria diz respeito a uma realidade histórica e social, referindo-se às relações humanas, transforma-se sempre numa ideologia; ou seja, a ideologia é um conjunto de avaliações, mais ou menos sistemáticas, que procura induzir o indivíduo a desejar, a querer uma determinada coisa e não outra. É a partir dessa última perspectiva que analisaremos as categorias constituintes do pensamento de Vieira Pinto.

Assim, ao considerarmos que, na sua primeira fase, os estudos e debates, no interior do ISEB, se propunham a uma compreensão geral da problemática sócio-cultural, política e econômica da realidade brasileira, buscamos, inclusive, no dizer de Jaguaribe (1979, p. 95), *"...superar os problemas teóricos e metodológicos para, a partir de 1958 mobilizar o país através do nacionalismo desenvolvimentista"*.

Já na segunda fase do ISEB, no plano da práxis política, é que Vieira Pinto iniciou a formulação de uma ideologia do desenvolvimento nacional, visando à mobilização da

sociedade brasileira, frente aos desafios que o seu momento histórico lhe apresentava. Contudo, ao buscar superar o estado de atraso existencial em que o ser do Brasil se encontrava, Vieira Pinto, como ideólogo do ISEB, esboçou uma crítica às metodologias e concepções de mundo, de sociedade e de homem, tendo, como parâmetro, a sociedade brasileira, e propôs uma nova metodologia para se analisarem questões pertinentes aos países subdesenvolvidos, quanto à sua natureza, aos seus projetos e possibilidades de vir-a-ser o que ainda não são.

Diante disso, nesse capítulo, nossa intenção é apontar como o pensamento de Vieira Pinto procurou abarcar a realidade brasileira, tendo como referência o centramento em torno dos anseios das massas populares. Assim, a categoria massas populares constituiu o eixo central de suas reflexões, pelo fato de se relacionar com as demais categorias. Além dessas preocupações, o seu pensamento indicava a possibilidade de superação das limitações que as abordagens histórico-sociológicas do positivismo e marxismo apresentaram. Por outro lado, empenhava-se em alcançar o entendimento da problemática sócio-cultural que o país suscitava. Assim, o ponto de partida para se analisar a realidade brasileira centrava-se na consciência das massas populares acerca de si mesmas e do país.

Para Vieira Pinto (1956, p. 12), o deslocamento, ou seja, a alteração do ponto de vista que fundamentava as análises acerca da realidade brasileira tornava-se imprescindível, necessária, pois *"...a falta de uma concepção universalizadora em nossa incipiente consciência converteu-se, por sua vez, em um dos fatores de opacidade da nossa visão de nós mesmos, e conseqüentemente também, de retardamento de progresso"*.

Dentre outros fatores, o pensamento de Vieira Pinto relaciona a falta de uma consciência própria do país com as circunstâncias que permeavam a dependência externa a que estava submetido, desde a colonização. Foi nesse processo de dependência que as teorias sociais, pautadas no modelo de pensar das nações dominantes, a partir dos anos 50 e 60, foram postas em questão pelos intelectuais brasileiros. O autor nos diz que, embora a condição de dependência nos tenha privado da visão de nós mesmos, além de reforçar a visão que os 'grandes' sociólogos europeus elaboravam sobre o nosso ser, ou seja, estado existencial, ela, também, não conseguiu apreender e expressar a realidade brasileira em sua totalidade. Isto porque:

No nosso ponto de vista sempre o do finito, ou porque o observador não se interessava senão por algum aspecto parcial da nossa realidade, e dele esgotava a capacidade de análise e compreensão, ou porque, — e, isto é mais grave — mesmo quando tentava abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço e no tempo histórico, o fazia segundo a simples e elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva. Faltou-lhe o instrumento indispensável, que só a

compreensão filosófica poderia ter proporcionado, permitindo transcender o plano em que se situava e ultrapassar o finitismo de sua visão (PINTO, 1956, p. 13-4).

Privado de recursos conceituais, a imagem do Brasil, formada a partir desse ponto de vista, não lhes permitiu apreender o sentido, a estrutura do ser da nação brasileira. As palavras com que expressavam a nossa realidade são destituídas de significados, uma vez que os sentidos das palavras só ganham significado quando transcendem do plano empírico ao expressivo, ao significativo.

Dentro dessa perspectiva, o pensamento de Vieira Pinto tornou-se uma das expressões significativas, por empenhar-se em evidenciar o ser do Brasil, rompendo com os limites das abordagens que a 'velha sociologia' permitia enxergar. Se, até então, acreditávamos nas abordagens européias que formulavam a expressão do nosso ser, negávamos, conseqüentemente, a nossa situação e nos reduzíamos ao ser do outro. Não nos tornávamos expressão da nossa realidade a partir da consciência de nós mesmos. Assim sendo, ao assimilarmos interiormente a consciência doada pelos outros, seguindo a sua orientação, estávamos nos constituindo não como um ser autêntico, mas inautêntico.

Para melhor evidenciarmos o significado do que seja este ser inautêntico, citemos Vieira Pinto (1956, p. 29-30).

A inautenticidade consistia em que, por falta de consciência própria, utilizávamos o que era próprio de consciências alheias e pelo modo como essas nos pensavam é que igualmente é que nos compreendíamos. Estávamos assim entregues ao ponto de vista alheio, regulávamos o juízo sobre nós mesmos pelo modo de pensar alheio, isto é, no sentido rigorosamente etimológico da palavra, alienados. A alienação foi o traço peculiar à nossa sociedade até o presente. A consciência com que nos concebíamos foi uma consciência alienada. (...) O próprio da colônia é não possuir consciência autêntica, é ser objeto do pensamento de outrem, é comportar-se como objeto. (...) Mas, quando numa comunidade nacional, até então conduzida pelo espírito inautêntico, chega o momento histórico em que começa a ver-se como possível sujeito, e logo depois como sujeito de fato, produz-se a transformação qualitativa da consciência, de alienada em autêntica.

O ponto a que chegou o desenvolvimento das condições materiais da nação, possibilitou a transmutação da consciência inautêntica em autêntica, visto que houve a substituição de um complexo de semicolonialismo por uma estrutura que se inicia na reinterpretação do Brasil.

O pensamento de Vieira Pinto estava imbuído pela busca de superação do estado de atraso existencial em que o ser do Brasil se encontrava, embora, a seu ver, não pudesse fixar-se nele, este estado de atraso é visto de forma transitória, pois poderíamos encontrar novos caminhos para mudarmos o nosso estado existencial.

Acerca de nossa análise, não espere o leitor uma teoria que abarque a totalidade do pensamento do autor, mas reflexões relativas a sua rede conceitual em torno de aspectos temáticos que podem oferecer uma certa visão da totalidade do seu pensamento. Essa visão advém tanto da reflexão filosófica ocidental contemporânea, quanto da leitura que o mesmo fez sobre a estrutura e a conjuntura histórica brasileira.

2.1. Subdesenvolvimento

Ao buscar definir a situação de subdesenvolvimento dos países periféricos, Vieira Pinto diferiu de vários intelectuais de sua época, não só por questões ideológicas partidárias, mas também pela profundidade filosófica com que tratou essa problemática. O arcabouço teórico que utilizou para configurar essa categoria, compreendeu essa questão como sendo o estado de desenvolvimento da consciência da nação periférica em relação à visão que possui de si mesma, da sua situação existencial. Essa forma de perceber a realidade possibilitou chegarmos a uma compreensão do ser da nação subdesenvolvida. Tal visão difere das demais perspectivas de sociedade presentes na época, principalmente da econômica, que, segundo ele, reduz o conceito de nação ao de crescimento econômico ou ao de economia.

Ao apresentar a problemática do atraso do Brasil no âmbito de uma consciência nacional que refletisse a situação em que nos encontrávamos, Vieira Pinto buscava não só evidenciar o estado de dependência econômica, como também o ser do Brasil, enquanto país subdesenvolvido. Contudo, para caracterizar e desenvolver esta categoria, ele enfrentou três problemas básicos: a) a questão metodológica, ou seja, o estabelecimento de um novo itinerário que fosse capaz de captar, apreender e expressar a realidade brasileira a partir da sua situação existencial de país subdesenvolvido; b) a problemática do foco de visão do intelectual estrangeiro e brasileiro, tanto o seu estado existencial, quanto o ponto de vista que lhe possibilitava elaborar uma teoria ou noção acerca da realidade do Brasil; e, enfim, c) o esclarecimento do conceito de subdesenvolvimento, ou da consciência de nós mesmos, a partir da nossa realidade. Contudo, o que Vieira Pinto pretendeu mostrar foi como seria possível, concomitante às transformações econômicas, políticas e sócio-culturais do país, efetivar a transformação da consciência nacional, ao passar da fase reflexa à consciência autônoma.

Como vimos, Vieira Pinto apresentou a categoria consciência como sendo fundamental para a elaboração e compreensão tanto do homem brasileiro, quanto do ser da nação. Para evidenciar esta questão, trataremos primeiramente da problemática da questão

metodológica. A revisão metodológica proposta por Vieira Pinto, com o intuito de compreender a realidade brasileira, faz-se necessária por dois motivos: primeiro, por ser distinta a elaboração e efetivação de um “projeto” a ser aplicado no país desenvolvido daquele que deveria ser implementado no país subdesenvolvido; segundo, porque resultou da incompreensão que os intelectuais dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos demonstravam acerca da realidade dos países em fase elementar ou de desenvolvimento. Esses são caracterizados como sendo a fonte da alienação.

Isto porque,

Os primeiros não entendem uma realidade em processo de emergência histórica, pois a única que conhecem de forma vivida não é deste tipo. Os outros, formados numa literatura científica que convém a situações diferentes da sua, transferem-se em espírito para aquela existência alheia e, então, ou se esgotam em aprender tudo quanto lhe diz respeito, só dela se ocupando, ou, quando se debruçam sobre o seu verdadeiro contexto vital, diferenciam por tratá-lo como se fosse idêntico ao real que se habituaram a estudar. Daí a diversidade qualitativa dos “projetos” para os dois casos aqui discutidos (PINTO, 1960a, p. 148).

O projeto, então, para o país desenvolvido, caracterizava-se pela conservação do seu ser histórico, embora este processo ainda não estivesse totalmente concluído, acabado, pois, mesmo gozando do estado de desenvolvimento, sempre há uma infinidade de iniciativas a conquistar, como um melhor desenvolvimento técnico, conquista de melhores meios de existência, com padrão de vida mais elevado, nunca se concluindo. Isso porque, segundo Vieira Pinto, “o país desenvolvido não deixa de ser um processo histórico, inacabado como os demais” (1960a, p. 148).

Neste sentido, dizemos que o projeto para um país desenvolvido, no dizer de Vieira Pinto, abarca a totalidade do seu ser e dele deriva o modo de pensar dos seus intelectuais, bem como dos intelectuais dos países subdesenvolvidos. Ao interpretarem esta realidade, acreditavam que ela deveria se relacionar, de forma simétrica, com o projeto de desenvolvimento dos países desenvolvidos, pois acreditavam que há um único projeto, o dos países desenvolvidos. Os intelectuais dos países periféricos não perceberam que o projeto do país desenvolvido está situado no limiar da expansão quantitativa do progresso material, não precisando conquistar, portanto, uma posição na história — como é o caso dos países periféricos.

Já a nação em estado de subdesenvolvimento ainda buscava conquistar o seu ser histórico. Acerca dessa situação, Vieira Pinto (1960a, p. 149) diz que:

No país subdesenvolvido a energia que o trabalho do povo tem de despender é no sentido de realizar a mutação de qualidade, de passar de uma forma de existência a outra, distinta como espécie e não apenas em grau. É a questão aqui de ascender ao plano do significativo da história, o que implica a transmutação do ser da nação, a

alteração daquilo que objetivamente constitui o seu fundamento: a estrutura econômica, cujo comando e expansão reivindica para si. Não é, portanto, unicamente o incremento em quantidade de produção material, mas a radical mudança de qualidade do produzir, porque deixa de ser a simples extração de matérias-primas destinadas aos centros fabris situados no exterior e passa a ser a utilização, pelo próprio país, dos seus recursos, na forma de produtos que fábrica e consome. É o momento em que o país alcança o estatuto ontológico do ser-para-si econômico.

Com este esclarecimento as compreensões dos sociólogos e economistas acerca do subdesenvolvimento, tanto dos intelectuais europeus quanto dos norte-americanos, não passavam de uma visão turva da realidade brasileira, visto que o seu projeto não se equivaleria ao do Brasil. Os parâmetros de análise de tal projeto, na dimensão do país desenvolvido se pautavam na expansão do desenvolvimento histórico. Além disso, viam as relações econômicas e sociais dos países periféricos, de forma simétrica à sua realidade. Embora os intelectuais possuam diferentes posicionamentos acerca da realidade em que vivem, um desses torna-se predominante, e, portanto, o referencial a ser seguido. Ao confrontar-se com o âmbito do país subdesenvolvido — onde coexistem vários níveis e estágios econômicos — este referencial não seria capaz de apreender a totalidade e a particularidade da realidade brasileira.

Seguindo esta análise, Vieira Pinto caracterizava a nação brasileira, situada entre o subdesenvolvimento e a negação deste, com feições próprias e, portanto, fora do alcance dos diagnósticos e predições que os sociólogos e economistas europeus, norte-americanos e seus 'discípulos nativos' fizeram acerca do Brasil. Além disso, ele nos indicou que:

Para este caso o especialista alienígena está desarmado; seus diagnósticos e predições falham, inexplicavelmente, para ele. Coisa semelhante acontece aos seus discípulos nativos, que, julgando-se, pelo fato de pertencerem ao contexto em exame, naturalmente habilitados a se pronunciar, vêem votados inevitável insucesso os planos que elaboram (PINTO, 1960a, p. 149).

Para que, estrangeiros e seus 'discípulos nativos' conseguissem compreender, apreender e interpretar a realidade brasileira seria preciso que, de antemão, tivessem, no seu domínio, a consciência crítica, que os advertiria da necessidade de converter os enunciados lógicos, vagos, em existenciais, pois a representação da realidade brasileira não advém com o ajuste, adequação, justo posicionamento dos termos lógicos, inferidos de 'fora' à nossa realidade, pois:

O caráter problemático do conteúdo de uma apreensão do real está vinculado ao sistema conceitual e à particular estrutura de leis lógicas onde este conteúdo é acolhido. A lógica, embora na sua perspectiva formal seja universal, na prática e na consideração do concreto não é, pois quando estamos raciocinando sobre o processo real — de que o pensador mesmo é parte e não mero observador externo —, não somos indiferentes às conclusões do raciocínio, nem estamos ausentes dos interesses

que representam. A simples manipulação dos termos iniciais do problema não é livre de propósito (PINTO, 1960a, p. 151).

Dessa maneira, ao empregarmos um determinado conceito com o intuito de representar algo, tal ação supõe uma escolha, que se encontra carregada de intenções. Neste sentido, o conceito escolhido intencionalmente não foi "dado", não está pronto, nem, tampouco, é constituído por um pensamento impessoal. O conceito, na verdade, é conteúdo de uma subjetividade que estabelece um embate com um processo vivo, pelo qual se possui interesse. Assim, ele se configura como elemento da realidade, e sua objetividade afeta a sua produção. Isto, não somente no que diz respeito à realidade representada, mas no sentido de determinar, pela forma, os interesses e predileções na formação de tal conceito quando preferimos um ao outro.

Assim,

O conceito é pois função da maneira como o homem responde subjetivamente às condições da realidade envolvente, não é inato nem a priori, mas procede do mundo tal como se apresenta em certo momento da história pessoal do sujeito (PINTO, 1960a, p. 151).

Essas explicitações só nos indicam que não devemos supor que uma realidade objetiva atribua valor absoluto acerca de um determinado problema. A verdade, então, só é definida em função dos condicionantes históricos, econômicos, sociais e culturais em uma dada particularidade, embora isto se torne evidente ao estar intrinsecamente relacionado com o contexto mais amplo. Contudo estes condicionamentos não são determinantes totais, absolutos da verdade. É, assim, que a configuração do caráter objetiva de certos problemas se daria em razão do avanço do desenvolvimento nacional.

Diante de tal proposição, evidenciamos que:

A suposição de que todos os países participam obrigatoriamente dos mesmos problemas é uma insinuação dos pensamentos das nações poderosas feita à consciência ingênua dos países em fase de atrasos econômico, falso ensinamento da cultura mais adiantada, a qual, por obra dos seus intelectuais, não consegue referir-se aos fatos do contexto primário sem enquadrá-los no sistema de indagações a que está habituada (PINTO, 1960a, p. 152).

Assim sendo, a lógica que o intelectual do país desenvolvido dispõe para analisar os problemas do país atrasado não é pura, nem tampouco neutra, uma vez que ela foi constituída a partir da situação existencial em que este se encontrava. Dessa forma, tal conceito, originário da sua condição, possui significação para a situação de onde se originou, sendo, pois, destituído de sentido para o país atrasado. Pode-se dizer, então, que a consciência de

uma nação, para ser autêntica, deveria captar e elaborar empírica e existencialmente idéias ou conceitos, com o intuito de servir-se deles para interpretar os problemas que a desafiam.

Aqui não estamos ignorando a universalidade dos problemas lógicos e a uniformidade do espírito humano. Essa proposta, embora seja válida, só leva em consideração os aspectos formais do procedimento do conhecimento, sendo, portanto, de importância secundária para a questão em debate. Contudo, ao especificarmos a matéria que incide sobre o raciocínio indutivo e a realidade em que cada indivíduo particular está situado, verificamos que o processo lógico efetivo é aquele que se exerce sobre fatos determinados.

Fica estabelecido, até aqui, que, com a lógica indutiva desde a coleta dos dados, a apreciação destes, como também a conclusão o que pretendemos chegar ficam afetadas pela “situação do intelectual”. Assim, tanto o processo de indução como o intelectual que o elabora, o pensa e o executa, encontram-se submetidos aos condicionamentos históricos, econômicos, sociais e culturais do seu tempo. Tanto os fatos como os intelectuais são produtos de um contexto social particular e determinados por ele.

A tarefa da consciência crítica é apreender da realidade existencial os conceitos específicos que emergem das condições de subdesenvolvimento e da luta pelo desenvolvimento, de tal maneira que, somente nós estamos habilitados a descobrir, bem como a aceitar ou rejeitar os conceitos que nos forem oferecidos ‘prontos’, de fora, isto porque a lógica é universal quanto a sua estrutura formal e por proceder de forma abstrata e por estabelecer relações ideais e conceituais; mas para “...conduzir uma intervenção eficaz da realidade, deve refletir a natureza dinâmica do processo a que se aplica, derivar dele, e proceder no concreto e no limitado” (PINTO, 1960a, p. 154).

Se por um lado, a questão metodológica não pode se resumir ao aspecto psicológico da existência humana do país subdesenvolvido, por este não esgotar o tema e se mostrar insuficiente quanto à apreensão da essência do subdesenvolvimento, por outro lado, também, não será, no dizer de Vieira Pinto (1963, p. 260), a lógica formal que nos ajudará a encontrar a solução deste problema, uma vez que:

A lógica formal não está capacitada a fornecer a definição do estado de subdesenvolvimento de uma nação porque busca-a numa abstração formal, isto é, vazia, genérica, desligada da coisa concreta, sempre única e específica que é cada caso nacional, que se trata de apreender.

Baseando-se nas argumentações anteriores, contrárias a lógica formal, indutiva, por demonstrarem-se incapazes de municiar o intelectual estrangeiro e, até mesmo, o seu discípulo brasileiro, Vieira Pinto apontou o método dialético como sendo o mais adequado à

interpretação da realidade do país subdesenvolvido, visto que este método apreende as peculiaridades do país nesta situação e leva em consideração as condições existenciais, tanto do intelectual que busca interpretar esta realidade como a situação de atraso do próprio país. Por isso, Vieira Pinto (1963) nos disse que o seu intuito é chamar a atenção dos estudiosos do assunto para a necessidade de aplicar o método dialético, descrito por Marx, para analisar o estado de subdesenvolvimento, objetivando construir uma definição rigorosa dessa situação histórica.

Para desenvolver a interpretação adequada da nossa realidade, mediada pelo método dialético, Vieira Pinto não via a necessidade de revisá-lo, como foi proposto ao método indutivo e à lógica formal. Enquanto os últimos privilegiavam a situação existencial dos países desenvolvidos e levavam em consideração os conceitos e as categoriais desta realidade em que se originaram, a lógica dialética, por fazer da contradição categoria essencial para explicitar a realidade, não necessitava, no seu entendimento, ser adaptada à nova realidade. Isto, porque *“a contradição é o âmago do processo, são justamente os benefícios causados ao povo pelo desenvolvimento conduzido pela classe dominante que engendram a nova consciência que a ela vai opor”* (PINTO, 1960b, p.89).

Contudo, seria preciso identificar qual dialética, dentre a idealista e a de cunho materialista, deveríamos seguir para conseguirmos alcançar a interpretação do nosso ser. Para ele:

A teoria dialética da razão, todavia, assume forma imprópria quando admite que a mobilidade onde se manifesta o caráter de racionalidade é primordialmente a mobilidade das idéias, dos conceitos na seqüência em que são pensados pelo espírito, e só secundariamente se projeta no mundo exterior, à medida que este se vai submetendo aos ditames da razão (PINTO, 1960b, p. 65).

O procedimento idealista de captar o mundo o destitui de racionalidade própria, observando nele apenas a sua corporificação da lógica do espírito, que possui em si a razão. A sua atividade se resume em produzir o mundo da realidade através de conteúdos lógicos idealistas. Assim,

Este modo de pensar, mesmo reconhecendo a natureza dialética da razão, é de todo inadequado à eficiente interpretação do país subdesenvolvido, porque, à parte outros enganos que não é o caso discutir agora, conduz ao desinteresse pelo trabalho de alterar materialmente o mundo, uma vez que para fazê-lo coincidir com o sistema da razão é suficiente substituir as idéias umas por outras (PINTO, 1960b, p. 65).

Perseguindo a questão metodológica, Vieira Pinto rejeitou a concepção dialética idealista, que concebia o mundo como sendo reflexo das idéias, incidindo na consciência universal. Por outro lado, apontou *“o conceito de razão tem de ser buscado na própria*

transformação real das coisas, e a racionalidade destas afirmado como propriedade que lhes é inerente, e não cedida de fora pelo espírito que as conhece" (PINTO, 1960b, p. 66).

Desse modo, podemos inferir que o mundo está circunscrito por um encadeamento de fenômenos históricos, sociais e culturais que se estabelecem a partir das relações com a consciência humana e se processam de acordo com esta mesma realidade. Em outras palavras:

O que há de racional nessa mudança é a correlação entre os modos de ser das coisas num e noutro instante; tal correlação liga internamente os fatos mesmos e só porque existe entre eles se encontra secundariamente no espírito que o percebe. Não deriva da consciência, mas é adquirida por esta pelo mesmo ato no qual adquire o conhecimento geral da realidade ao refleti-la em si. A dialética do mundo é do mundo, ou, explicando, a dialética pela qual conhecemos o mundo pertence a ele mesmo e não ao espírito que o apreende. Se vem a se encontrar na consciência, é porque se traslada para aí por efeito do procedimento em virtude do qual se produz o reflexo da realidade no espírito (PINTO, 1960b, p. 66).

Ao buscar evidenciar a compreensão acerca desse novo itinerário, Vieira Pinto (1963) desenvolveu, fundamentando-se em Marx e nos pensadores soviéticos, a noção de dialética e revisou a sua compreensão idealista, que outrora estava presente em *Ideologia do desenvolvimento nacional* (1956). Superando o estágio idealista, ele situava o conceito dialético como sendo o oposto do outro, porque, ao destacarmos o seu caráter fundamental, auxilia o homem do país dominado a sair de sua situação, tornando-se, por outro lado, mortal para o dominador, uma vez que o seu propósito é revolucionário.

Isto porque a dialética contém a lei da mudança, do vir-a-ser, provocando, por isso, uma inevitável transformação do ser. Quando nos referimos ao ser do país subdesenvolvido, percebemo-lo não como mero adjetivo, mas como aquele que apresenta seu significado específico dentro do seu processo histórico, político, econômico, social e cultural. Assim, a noção de subdesenvolvimento só se tornará significativa, quando 'desentranhar-se' da realidade concreta do país pobre, do seu modo de ser, que está na consciência das massas. Para melhor compreendermos como isto se dá, apresentaremos como Vieira Pinto entendeu as etapas do processo dialético.

Basta-nos indicar as etapas pelas quais passa o processo do conhecimento de uma realidade complexa. Nos seus múltiplos aspectos essa realidade é inicialmente oferecida aos nossos órgãos perceptivos; graças à capacidade de refletir em nosso pensamento cada um dos dados sensíveis com que nos deparamos, conseguimos formar a imagem geral da realidade, obtida pela representação de todos aqueles aspectos (PINTO, 1963, p. 268).

Embora os dados sensíveis constituíssem o material concreto do qual partimos — sendo a base indispensável de todo conhecimento verdadeiro —, eles representavam o

concreto na sua primeira manifestação de forma imperfeita, pois, mesmo contendo a verdade da existência objetiva, não nos revelavam a 'essência' dessa mesma existência, ainda, pois:

Tomando como ponto de partida o concreto recolhido na percepção sensível, ingressa em nova etapa, a formação de abstrações, fundadas sobre a representação desse concreto. Constitui operação específica do espírito, a de abstrair do concreto sensível as noções abstratas que nele se acham implícitas (PINTO, 1963, p. 269).

Esta maneira de interpretar os aspectos exteriores da multiplicidade da realidade evidencia novas dimensões acerca dessa mesma realidade estudada, por tratar-se, agora, de aspectos internos que não eram percebidos pela lógica formal e indutiva. Sendo, assim, as abstrações dentro da lógica dialética revelam e apreendem os aspectos internos de uma dada realidade, como também os externos. Desse modo, passam a constituir-se como realidade e não como representação desta.

Vieira Pinto, toma como ponto de partida uma *ilusória* consciência ingênua, arbitrariamente separada de seu contexto vivencial que busca apreender uma realidade a partir de sua esfera estritamente individual. Seguindo até certo ponto o caminho percorrido por Hegel, Álvaro Vieira Pinto tem o mérito de renunciar a esta dupla abstração, que é separar consciência do seu contexto social. Em seguida, Álvaro Vieira Pinto enfatizará que a consciência estará sempre imersa na realidade e que é sempre social, portadora de uma cultura e de uma história que são frutos de seu trabalho e suas conquistas.

Para compreendermos estes aspectos citemos Vieira Pinto (1963, p. 269)

O espírito é capaz de perceber por dentro aquilo que as simples faculdades sensoriais não alcançam: a íntima relação entre os dados externos, exprimindo-a em juízos que enunciam propriedades gerais das coisas. Fica, assim, superado o plano da percepção sensível, mas não o da materialidade, no sentido em que tais abstrações refletem objetivamente, em sua completa verdade, a existência material da coisa de que provém.

Mesmo a atividade do espírito, no que diz respeito à apreensão do essencial na constituição do objeto, só se revela à reflexão abstrativa — de forma inconclusa —, pois estas abstrações iniciam um outro processo cognoscitivo mais 'elevado', elaborado, que garante a apreensão legítima da verdade da coisa, ao constituírem-se na fase de ascensão do abstrato para o concreto.

Enquanto que, no primeiro momento, as abstrações eram tidas como ponto de chegada, tornaram-se, agora, ponto de partida para a nova etapa do processo de conhecimento, embora sendo diversas qualitativamente da anterior, a ascensão do concreto. Não se volta ao mesmo ponto de onde partimos, pois o concreto que atingimos não é o mesmo do primeiro momento, mas o que se encontrava sob a forma de conceito intelectual.

Dessa forma, encontrávamo-nos na operação cognoscitiva final quando nos devolvemos ao concreto sob nova modalidade, em forma de conceito representativo do concreto — constituído de outras qualificações que faltaram à representação do primeiro, exprimindo, assim, a essência, a lei interna da mutabilidade do ser.

Em suma, para encerrarmos esta questão metodológica e prosseguirmos na discussão acerca da noção de subdesenvolvimento, à luz do pensamento de Vieira Pinto, citá-lo-emos para entender o processo pelo qual se dá, no seu modo de entender, a noção de dialética.

O conceito concreto constitui-se pela síntese das abstrações significativas do objeto em estudo, aquelas que, por isso, vão representá-lo numa modalidade superior de reflexão, o conceito concreto. O que nele há de específico é que permite apreender a essência da coisa, porque esta, em vez de ser entendida, conforme faz a lógica formal, como abstração máxima, entende-se ao contrário como concretude máxima, pois contém aquilo que realmente o objeto é, o seu conteúdo material, e o exprime na forma conceitual que efetivamente reflete a totalidade da existência de tal objeto, na forma de sua lei interna. Sendo o objeto, como tudo quanto é real, constante mobilidade, a lei do seu ser identifica-se à lei da sua transformação, do seu 'tornar-se, do seu 'passar a ser'. A lei interna, que exprime a essência da coisa e que se dá no seu conceito, é, portanto, a lei da sua mudança, a lei segundo a qual o objeto se altera e se transforma em outro, muda de qualidades, extingue-se no seu ser anteriormente (PINTO, 1963, p. 270-1).

Ao apontar a dialética como o itinerário próprio da apreensão da realidade do país subdesenvolvido, agora nos cabe analisar, à luz do pensamento de Vieira Pinto, se a situação existencial dos intelectuais que buscavam apreender o ser do Brasil lhes habilitava compreender a situação de atraso e de transformação em que vivíamos, bem como elaborar uma representação da realidade que correspondesse a essa e não a uma outra.

Partindo da necessidade de esclarecermos o papel dos intelectuais, no tocante à noção de subdesenvolvimento, Vieira Pinto diz que, no Brasil, não tivemos filósofos que sugerissem a superação dos campos de pensamento ou de ação com relação aos problemas nacionais. Com isso, faltou aos intelectuais brasileiros a utilização de um instrumento que nos permitisse transcender o plano finito, levando-nos a nos conhecer num âmbito histórico mais de conjunto.

Se, por um lado, nos encontrávamos constituídos de uma visão restrita sobre nós mesmos, essa forma de nos conceber nos remetia à necessidade de "*alterar o ponto de vista em que se perdia a velha sociologia, que, considerando a consciência social sediada exclusivamente nas chamadas elites,...*" (Pinto, 1956, 17). E por outro lado, modificar a interpretação que a maioria dos intelectuais da sociedade subdesenvolvida desenvolvia acerca da realidade econômica, política e sócio-cultural, seria uma nova tarefa a ser feita.

Por isso, esta expressão não representava a possibilidade, o desejo de ser da nação subdesenvolvida por não perceber que a transformação do seu estado consciente se originaria no espírito das massas. Dessa forma, Vieira Pinto (1960a, 46) afirma que: *“A ideologia do desenvolvimento jamais passará de formulação teórica, inoperante, objetivamente, se for apenas plano e sonho de minorias esclarecidas”*.

Tentando evidenciar melhor esta perspectiva, ela incide em alguns equívocos referentes à formulação que realizou acerca da realidade brasileira. No dizer de Vieira Pinto (1960b, p. 46) são eles: *“a presunção aristocrática de outorga de um pensamento às massas populares, a sedução do espírito do povo por artificios psicológicos, a astúcia demagógica”*. À luz dessa proposição, um determinado grupo de intelectuais forjaria uma interpretação da realidade e elaboraria uma proposta econômica ou política. Esses intelectuais agem imbuídos de uma espécie de espírito missionário que a “classe culta” tem com relação à sociedade. Ao elaborarem um projeto sobre a sociedade, passa a doá-lo ao povo para que este o assimile como normas e aja como se estas fossem suas. Contudo, se em seguida não houver acolhimento de tal proposta por parte da classe popular, a classe aristocrática a acusará de ignorante, inculta, por não ter compreendido a proposta doada a ela. Na verdade, o não acolhimento de tal proposta, por parte do povo, diz Vieira Pinto, nos remete a acreditar que os intelectuais não compreenderam a realidade que buscavam interpretar, isto porque:

Enquanto pretendiam tratar o problema da ação política segundo um esquema simplesmente psicológico, partindo da presunção de que o governo detém a inteligência, é o lado que sabe o que deve fazer, e o povo é incapaz de entendimento, porque seus atos são impulsivos, apaixonados, imprevisíveis, não obterão outro resultado senão a desinteligência, a frustração e por fim o conflito entre ambas as partes (PINTO, 1960a, p. 47).

Baseando-se nesta interpretação, a realidade brasileira não deve, segundo Vieira Pinto, estar situada no pólo dos intelectuais que visam apenas a elaborar a ideologia de desenvolvimento e doá-la às massas populares. Isto, porque as elites intelectuais quase sempre pertencem às camadas economicamente privilegiadas, sendo delas clientes ou beneficiárias, atribuindo-se, por isso, o direito exclusivo de pensar a ação que transformaria a sua realidade e a das classes populares, que são vistas como motivo de compaixão moral.

Ao agir dessa maneira, os intelectuais não perceberam que, enquanto ‘classe’, são afetados pelo subdesenvolvimento, mas, enquanto indivíduos, vivem fora desta realidade. Isto os privava de pensar a nossa realidade, pois, mesmo se colocando na situação em que se encontravam as massas populares, sempre lhes faltara algo, visto que a realidade não é apreendida por meio de mero artefato intelectual, mas a partir de uma *“íntima correlação que*

Por isso, esta expressão não representava a possibilidade, o desejo de ser da nação subdesenvolvida por não perceber que a transformação do seu estado consciente se originaria no espírito das massas. Dessa forma, Vieira Pinto (1960a, 46) afirma que: *“A ideologia do desenvolvimento jamais passará de formulação teórica, inoperante, objetivamente, se for apenas plano e sonho de minorias esclarecidas”*.

Tentando evidenciar melhor esta perspectiva, ela incide em alguns equívocos referentes à formulação que realizou acerca da realidade brasileira. No dizer de Vieira Pinto (1960b, p. 46) são eles: *“a presunção aristocrática de outorga de um pensamento às massas populares, a sedução do espírito do povo por artifícios psicológicos, a astúcia demagógica”*. À luz dessa proposição, um determinado grupo de intelectuais forjaria uma interpretação da realidade e elaboraria uma proposta econômica ou política. Esses intelectuais agem imbuídos de uma espécie de espírito missionário que a “classe culta” tem com relação à sociedade. Ao elaborarem um projeto sobre a sociedade, passa a doá-lo ao povo para que este o assimile como normas e aja como se estas fossem suas. Contudo, se em seguida não houver acolhimento de tal proposta por parte da classe popular, a classe aristocrática a acusará de ignorante, inculta, por não ter compreendido a proposta doada a ela. Na verdade, o não acolhimento de tal proposta, por parte do povo, diz Vieira Pinto, nos remete a acreditar que os intelectuais não compreenderam a realidade que buscavam interpretar, isto porque:

Enquanto pretendiam tratar o problema da ação política segundo um esquema simplesmente psicológico, partindo da presunção de que o governo detém a inteligência, é o lado que sabe o que deve fazer, e o povo é incapaz de entendimento, porque seus atos são impulsivos, apaixonados, imprevisíveis, não obterão outro resultado senão a desinteligência, a frustração e por fim o conflito entre ambas as partes (PINTO, 1960a, p. 47).

Baseando-se nesta interpretação, a realidade brasileira não deve, segundo Vieira Pinto, estar situada no pólo dos intelectuais que visam apenas a elaborar a ideologia de desenvolvimento e doá-la às massas populares. Isto, porque as elites intelectuais quase sempre pertencem às camadas economicamente privilegiadas, sendo delas clientes ou beneficiárias, atribuindo-se, por isso, o direito exclusivo de pensar a ação que transformaria a sua realidade e a das classes populares, que são vistas como motivo de compaixão moral.

Ao agir dessa maneira, os intelectuais não perceberam que, enquanto ‘classe’, são afetados pelo subdesenvolvimento, mas, enquanto indivíduos, vivem fora desta realidade. Isto os privava de pensar a nossa realidade, pois, mesmo se colocando na situação em que se encontravam as massas populares, sempre lhes faltara algo, visto que a realidade não é apreendida por meio de mero artefato intelectual, mas a partir de uma *“íntima correlação que*

existe no indivíduo entre sua consciência possível da realidade nacional e o seu comportamento social" (PINTO, 1960a, p. 57).

Foi nessa perspectiva que se estabeleceu, segundo Vieira Pinto, o embate entre as consciências dos intelectuais e a das massas populares, em torno da relação segundo a qual procuram apreender a realidade nacional. Para assentar e compreender esta questão, seria preciso apreender e destacar como estava sendo vista a produção cultural nesse período. A cultura nesse período se caracterizava como sendo alienada, heterônoma, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental e marcada pelo complexo de inferioridade.

Éra nesta realidade histórica, sócio-cultural que estava assentada a universidade brasileira, bem como os intelectuais que a constituíam. Ao referir-se à universidade, Vieira Pinto (1961, 14), aponta o papel desempenhado por esta instituição da seguinte forma:

Mas a universidade desempenha, infelizmente um papel de triste relevância na representatividade das classes sociais declinantes. (...) tinha de caber à universidade do país atrasado e em regime de colonização imperialista, ser o principal instrumento da alienação cultural inventável em tal fase histórica.

Neste sentido, desempenhou suas funções nas únicas condições objetivas que lhe eram então oferecidas, procriando as gerações componentes das classes econômicas e culturalmente dominantes, moldando-lhes o raciocínio e provendo-as de poucos conhecimentos então exigidos para o sucesso social. A universidade era freqüentada, na sua imensa maioria, por estudantes enviados das famílias abastadas. Por esse motivo, o ensino que recebiam, alienado da realidade do país, pouco mal lhes fazia, uma vez que o papel social da universidade já se achava predeterminado pela posição que iriam futuramente ocupar. Fabricar doutores era a sua natural e única função, cumprindo-a a contento. A universidade não era motivo de reclamações por parte da maioria da população, porque os poucos que a procuravam, sabiam, antecipadamente, que nela conseguiriam entrar e encontrariam o ensino que os habilitava a ser o que desejavam.

Enquanto realidade, a universidade encontrava-se desta maneira e, portanto:

Não é de esperar que os grupos professorais tenham a revelação da realidade de si mesmos, pois tudo conspira contra essa revelação, que não depende da acuidade intelectual ou de critério moral, mas lhes é tornada impossível pela sua situação de grupo privilegiado, cumulado de fatores pelas classes econômicas dominantes, que lhes sustentam o ócio e o parasitismo em troca dos fatores que destes recebem consubstanciados no papel alienador que desempenham em relação à consciência das massas estudantis (PINTO, 1961, p. 15).

No tocante a característica dos professores, Vieira Pinto (1961, p. 18-9) apontou que:

Importa-nos pensar o concreto, e considerar o nosso caso particular à luz da história da nossa formação nacional, onde, em dado momento, começam a surgir as escolas superiores, e onde, em época recentíssima, se configuraram os primeiros organismos

com o pomposo nome de universidade. Quanto aos atuais proprietários desses imóveis se julgam a si próprios em comunhão de existência com os ocupantes das tradicionais universidades metropolitanas, se comportam como se fossem descendentes diretos deles ou irmãos de uma mesma fraternidade de cultura, então praticando a primeira e mais elementar das alienações, a de natureza verbal a, pois denominam com a mesma palavra realidades completamente diversas. Contudo, esta alienação tem poderoso efeito, e leva os mestres brasileiros a se julgarem personagens afins aos europeus ou norte-americanos, cuja árvore genealógica é bem mais antiga. Não é de estranhar, pois, que todas as deficiências e ornamentos das numerosas e vetusas sorbonnes de toda parte sejam aquilo que mais encanta os nossos catedráticos e mais açodadamente desejam imitar, para se sentirem realmente professores da universidade, luminares do saber universal e conseguirem que o público igualmente disso se convença.

Os intelectuais brasileiros, por estarem estudando na Europa, buscavam interpretar a realidade do Brasil a partir do referencial de existência e da cultura dos europeus, que possui um projeto de desenvolvimento diferente do nosso; por isso, não conseguiam captar a realidade brasileira na sua objetividade e no seu conjunto, mas somente elaborar uma representação dessa realidade de feição abstrata, que se constituía em tema especulativo. Opondo-se a esta forma de conceber a realidade brasileira, Vieira Pinto percebia a massa popular, como sendo possuidora tanto da consciência do seu estado existencial quanto do mundo a que pertencem.

Dessa forma, evidenciava-se o antagonismo das consciências — caracterizado pelo desencontro entre o velho e o novo Brasil, que estava desejoso de libertar-se das estruturas econômicas e da submissão estrangeira que o oprimiam. A consciência da elite dominante — tanto a que detém o poder político quanto o econômico — e dos intelectuais ligados a ela se fortaleciam, uma vez que:

Consiste em saber-se identificada a consciência dominante universal, em reconhecer não constituir, no seu âmbito nacional, um caso único, e por isso a posição, os interesses, os valores que representa e defende não são exclusivos do contexto onde vive, mas exprimem um modo de ser transcendente dos limites nacionais, revestido de validade universal. Com isso, a consciência da classe dominante de determinado país sente-se amparada pela aprovação internacional; ao mesmo tempo, encontra na identidade com os demais a prova de constituir o grau mais perfeito de compreensão da realidade (PINTO, 1960b, 355).

E, também, a classe dominante revelava-se dócil às influências externas, ao se comportar segundo orientação dessas forças — associadas aos seus interesses econômicos particulares. Ao reafirmar uma forma de cooperação externa, a elite assinalava para a autodeterminação da sociedade atrasada, promovendo, com isso, o atraso do desenvolvimento nacional. Com base nessa visão, a consciência da elite confrontava-se com a dos “grupos [que] vão se gerando no subsolo histórico, os quais acreditam vir a ter a supremacia em

futuro próximo, donde constituirém a consciência opositora da anterior" (PINTO, 1960b, p. 357).

Enfim, a questão relevante no país subdesenvolvido não se encontrava, necessariamente, na divisão do trabalho, segundo Vieira Pinto, mas caracterizava pela luta de classes, pois, para ele, o momento em que o país se encontrava era o da real divisão social do trabalho que se realizava entre o trabalho em benefício dos interesses internos do país e o realizado em proveito dos exploradores estrangeiros. É deste ângulo que ele situa a divisão de classes sociais. Ou seja, segundo Lima Vaz (1962), a estrutura dialética é definida a partir das relações entre consciência nacional e desenvolvimento, evidenciando o embate cultural entre a dimensão do nacional e do internacional.

Após ter apontado o princípio da contradição como categoria central para elaboração tanto do itinerário metodológico a ser percorrido quanto das oposições das consciências para desvendar o que seria subdesenvolvimento, resta-nos agora elaborar tal representação.

O entendimento da categoria *subdesenvolvimento* foi entendida por Vieira Pinto, no momento em que o processo expansivo do país estava na dependência da fase que atravessava, ou seja, é na evolução da consciência de si que o país ia se formando, mediante a apropriação e a expansão das forças produtivas.

A consciência dessa realidade só seria conquistada quando o país atingisse um nível de crescimento econômico que desvendasse, no plano intelectual, as condições que moveriam o seu processo, formando as bases para passar da possibilidade do saber de si à realidade do conhecer-se a si mesmo. Neste sentido, as categorias da dialética — possibilidade e realidade — apontavam o subdesenvolvimento como realidade impregnada de possibilidades, expressando-se a partir do desejo de ser — do devenir — deixando de ser um projeto dos outros e passando a assumir o seu projeto, construindo o futuro estado de desenvolvimento, ou seja, passando de um estado para outro, por meio dos acontecimentos históricos. Por isto, Vieira Pinto (1963, p. 276-7) caracterizou esta passagem da seguinte forma:

Por efeito de substanciais mudanças no curso do nosso crescimento, começamos a possuir uma história para nós, ou seja, começamos a poder considerar o fio do nosso desenvolvimento como eixo de referência, para, em função dele, estabelecer conceitos, definir, interpretar o conjunto dos acontecimentos de que participamos. Elevar-se à altura de possuir história para si, e não apenas história de si, eis a transformação que marca o instante mais significativo no desenvolvimento cultural de uma nação.

Ao afirmar de forma positiva a noção de subdesenvolvimento, enquanto possibilidade de desenvolvimento, sem o complexo de inferioridade e submissão, mas com a perspectiva de autonomia nacional, esse novo olhar sobre a realidade brasileira possibilitava-lhe dizer que:

Nas fases mais obscuras, coloniais, primitivas, a nação tem apenas história de si; mas só terá história para si quando for capaz de se ver a si própria como outro de perspectiva para a totalidade da realidade, e por conseguinte for capaz de incluir os acontecimentos anteriores no processo pelo qual vai criando por si mesmo a sua realidade. Sempre houve para nós a história do Brasil, mas somente em nossa época começa a se constituir a história para o Brasil (PINTO, 1963, p. 277).

O entendimento acerca do subdesenvolvimento estava ancorado na contradição tanto da realidade brasileira quanto da consciência das massas populares que se desenvolvem por meio desta. Assim, ao se fundamentar nas contradições existenciais do ser do Brasil, Vieira Pinto apontou o princípio da contradição como processo de transformação da realidade brasileira. Para ele, a consciência estava impregnada da realidade e esta se tornava conhecedora de si a partir da melhoria das condições materiais do país, que, por sua vez, indicava um novo patamar histórico em que a consciência nacional se encontrava. Assim, empregnada de historicidade e da realidade, a consciência nacional buscava ser aquilo que ainda não era.

2.2. Ideologia do desenvolvimento nacional

Ao investigarmos a categoria *ideologia do desenvolvimento nacional* no pensamento de Vieira Pinto, percebemos que esta se encontra fundamentada na consciência das massas populares. Para melhor compreendermos a origem e a formação dessa ideologia, faz-se necessário responder a duas questões: a primeira, diz respeito ao sentido da palavra ideologia e sua relação com a realidade nacional; a segunda refere-se à origem da ideologia do desenvolvimento da consciência nacional, por meio da consciência das massas populares.

Para analisarmos as questões referentes tanto à ideologia e sua relação com a realidade nacional, quanto à origem da ideologia do desenvolvimento na consciência das massas populares e sua contribuição para a formação da consciência nacional, temos de considerar o estado de vir-a-ser ou de devenir da realidade nacional. Isso, porque o sentido e o significado de tais conceitos ganham força e adesão popular quando se referem e constituem um reflexo das condições existenciais da realidade. Procurando entender a ideologia e a consciência nacional numa perspectiva objetivista, Vieira Pinto nos indicou que os conceitos sobre a realidade nacional devem ter seu ponto de partida na lógica dos fatos existenciais. Em outras palavras, os conceitos carregam o significado das coisas a que se referem e são mediados pelo contexto sociocultural. Isso, porque as coisas estão situadas dentro de um espaço e tempo e aí não são compreendidas em si mesmas, mas a partir de um sentido e significado de que o

contexto as impregna. Por isso, o significado e sentido das coisas e das palavras são, de uma forma ou de outra, apreendidos quando forem analisados levando em consideração a circunstâncias desse contexto.

Nesse sentido, passaremos a analisar, a partir, de então, o significado e sentido da palavra ideologia empregada por Vieira Pinto, relacionando-a ao seu contexto vivencial, dos anos 50 e 60. Agindo, assim, podemos dizer que o conhecimento da realidade brasileira estava assentado em condições sócio-culturais, políticas e econômicas que condicionavam e definiam, em parte, o ser do Brasil. Levando isso em consideração, ao procurarmos por uma definição da realidade brasileira, fundados no pensamento de Vieira Pinto, percebemo-la não estática, mas dinâmica. A realidade, para este autor, era vista como processo e, como tal, não estava definitivamente determinada, mas encontrava-se em estado de possibilidade, de construção, podendo ser o que projetássemos que fosse.

Diante disso, Vieira Pinto nos lembra que não têm faltado homens que se empenharam em sentir e estudar o nosso ser nacional, mas, ao pensarem essa realidade, historiadores, sociólogos, políticos e estudantes se "*sentiam possuídos da necessidade de exprimir o que em suas consciências lhes parecia a realidade, grandiosa e trágica, desta nação*" (1956, p. 11). Ao procurarem expressar a realidade brasileira, construíram uma forma de representação sobre essa mesma realidade a partir de uma consciência que parecia estar 'fora' da realidade, da vivência dos indivíduos. Assim, o que o Brasil, então, sabia de si mesmo fora expresso por essa representação.

A interpretação acerca da realidade brasileira foi elaborada a partir de uma consciência, segundo Vieira Pinto, que não vivenciava a realidade que descrevia. Dessa maneira, tal representação não conseguiu apreender em totalidade esta realidade. Além disso, seus interpretadores tinham como referência o seu posicionamento situacional, que determinava o seu ponto de vista acerca da existência dos outros, tornando-se, dessa forma, o único ponto de vista válido e capaz de apreender e construir a representação da realidade nacional. Ao agirem assim, eles acreditavam que a sua consciência privada, particular seria a única doadora de significado e de sentido às coisas. Essa forma de consciência não visava a inclusão, nem mesmo a aceitação de outro ponto de vista diferente que o seu e possibilitava a privação das massas populares de se conhecerem tal como estavam. Assim, não se apreendia o ser do Brasil em sua totalidade, mas na fração que a essa consciência interessava.

Mediante isso, o que sabíamos sobre nós mesmos era expresso pelo ponto de vista que essa consciência elaborava. Contudo, segundo Vieira Pinto (1960a, p. 42), "*a consciência não existe à parte do real representado, como se fosse um interveniente estranho, que se*

superpusesse à realidade para percebê-la de fora, a distância". Ao proceder, dessa forma, a representação originada, a partir, de então, fora vista como sendo constituída de intencionalidade. Assim:

A consciência não tem existência em si, independente, destacada da coisa que representa, mas é sempre consciência *de algo*, tende sempre para aquilo que é a cada instante o seu objeto e se conforma exclusivamente no momento de representá-lo. Não o constitui a si própria por esse ato. Só assim, ao perceber, é representação subjetiva de alguma coisa objetiva (PINTO, 1960a, p. 42-3).

A subjetividade, modo específico do existir do ser humano, se constitui na "região", no foco de captação da realidade e admitiu efetivar inúmeras relações com essa realidade, bem como com diferentes graus de percepção no ato da representação, com o intuito de elaborar o conhecimento acerca das coisas. Assim, para Vieira Pinto (1960a, p. 43), "*a consciência se define pela subjetividade, e é, portanto, o que determina o sujeito enquanto tal*". Mas, sendo intencional, a consciência só existe enquanto for referencial, 'enquanto tendida' para uma realidade que não seja ela mesma, mas sobre a qual exerce o poder de percepção e de análise de conjunto da realidade da nação.

Para Vieira Pinto, a consciência deveria constituir o caráter que refletisse o modo de ser da nação em face do nosso estado social. Contudo, reconhecendo que havia diferentes formas de intencionalidades, ele nos diz que estas se configurarão em diferentes comportamentos do sujeito diante daquilo que representa a si como sendo a realidade nacional, ou seja, "*deve haver formas ingênuas e críticas de intencionalidade*" (PINTO, 1960a, p.43).

Essa forma de entender a intencionalidade da consciência nos permite dizer que ela estabelece uma "*correlação de convívio ininterrupto*" (PINTO, 1960a, p. 43-4) com a realidade, não havendo, portanto, nenhuma sustentação para uma análise que vise momentânea inserção no processo nacional, por meio de contatos isolados, esporádicos, como pensavam os que utilizavam a interpretação da intencionalidade da consciência individual, privadas e pessoais.

Dessa maneira, Vieira Pinto admitia que havia intencionalidade na consciência social, — não como somatória de intencionalidade das representações individuais — mas porque ela está tendida para um objeto ou aspecto da realidade, e sua consciência se exprime enquanto correlação dessa mesma realidade. Ou seja, a sua "*percepção social está constantemente tendida para um dado objetivo e se identifica com a elaboração da interpretação desse dado*" (PINTO, 1960a, p. 44). Assim, podemos dizer que é por meio dessa correlação que se consegue perceber a existência da intencionalidade coletiva.

Ao levarmos em conta essas considerações, podemos dizer que a representação acerca de uma determinada realidade adquire caráter subjetivo, quando esta se origina no âmbito da subjetividade privada e se esgota em si mesma. Contudo, para que se torne eficaz, é preciso que passe da representação à ação, ou seja, que deixe de ser somente subjetivadora e torne-se, também, objetivadora.

Para Vieira Pinto (1960a, p. 44), a consciência que visa efetivar, na prática, o desenvolvimento, necessitaria deixar de ser "*representação para tornar-se em projeto e origem de ação*". É nesse sentido que a consciência precisaria deixar, também, de fazer especulação acerca da realidade para tornar-se ideologia.

Mediante essas explicitações, chegamos, então, a precisar a noção de ideologia no pensamento de Vieira Pinto. Para ele, o caráter objetivante da ideologia está na consciência que se desenvolve junto ao real enquanto projeto de modificá-lo. E, quando não assumir a feição ideológica, nem tampouco tornar claro o objetivo de sua intenção, a consciência é inoperante. Nessa última forma, a produção que a consciência realiza sobre realidade caracteriza-se como representação, esgotando-se, enquanto imagem mental, e encerrando-se na subjetividade privada, não provocando transformação social. Dessa maneira:

É justamente quando a representação concreta do dado real se associa ao ímpeto da vontade que propõe a transformação desse dado, que se realiza na imaginação, graças à fusão do aspecto intelectual com o volitivo, a visão do estado futuro, de um "a fazer", cuja apreensão plenamente consciente é o projeto, que se constituirá em núcleo da ideologia do desenvolvimento (PINTO, 1960a, p. 45).

Seguindo esse raciocínio, Vieira Pinto (1960a, p. 45) diz que:

Chamamos ideologia a reflexão da sociedade sobre si mesma, originariamente na consciência individual de cada um dos membros e, a seguir, nas modalidades de comportamento relativamente uniformes da consciência coletiva, reflexão essa que é tão subjetivante, enquanto reflexão intelectual de um estado de coisas, quanto objetivante, como projeto de transformação desse estado da realidade.

Esse conceito de ideologia refere-se à forma de representação que a consciência social produz sobre si mesma, levando em consideração o estado existencial com o qual a sociedade se defronta, objetivando transformá-la. Nesse sentido, a ideologia do desenvolvimento precisa realizar concomitantemente tanto a construção da representação, como também precisa associar-se ao 'ímpeto' da vontade de intervir, ativamente, para transformar a realidade e, simultaneamente, a si mesmo.

Em suma, a gênese da ideologia, enquanto possibilidade da construção do desenvolvimento nacional segundo Debrun (1962), exprimia os anseios das massas populares que objetivava a superação do subdesenvolvimento das mesmas, buscando, até certo ponto,

esclarecê-las e impulsioná-las rumo à transformação da realidade do país. Esse impulso transformador das massas populares passa pelo processo da intelecção e da vontade, sustentando-se em causas e influências emocionais concomitantes. Dessa maneira, podemos dizer que há, de um lado, uma forma de representação da realidade brasileira que não a impulsiona para a transformação, levando-a a conservar e manter as coisas como estão; e, de outro, uma representação construída indissociável do ímpeto de ação, que objetiva a transformação da sociedade e do seu estado existencial.

Assim, a primeira forma de compreensão da realidade brasileira reduz-se à construção de uma imagem daquilo que somos, tendo sua origem na consciência privada, particular, ou seja, “*no plano ou sonho de minorias esclarecidas*” (PINTO, 1960a, p. 46).

É esse o ponto de vista que nos possibilitou nos ver, até então. Ele não corresponde a totalidade da realidade brasileira, por reduzir-se à simples representação e excluir o ponto de vista das massas populares. Assim, não apreenderam o ser do Brasil, mas somente uma parte que lhes interessava. Como podemos perceber,

Existem a este respeito vários equívocos que convém dissipar, sendo os principais: a presunção aristocrática de outorga de um pensamento às massas populares, a sedução do espírito do povo por artifícios psicológicos, a astúcia demagógica. Determinado grupo de intelectuais pode forjar uma interpretação da realidade e dela tirar conseqüências que se condensem numa proposta de diretrizes econômicas ou políticas, acreditando que é próprio de sua missão de classe culta doá-la em seguida ao povo, para que assimile e a tome por norma de julgamento e de ação (PINTO, 1960a, p. 46).

Mas, quando as metas para a efetivação desses planos não são objetivadas, esses teóricos culpam o povo por não estarem à altura de entendê-los. Assim, no lugar “*de se considerarem incompreendidos, deveriam esses teóricos admitir que não compreenderam na verdadeira objetividade a realidade que pretendiam interpretar*” (PINTO, 1960a, p. 47). Além disso, esse ponto de vista está assentado nas circunstâncias da dependência externa que se processou até os anos de 1960, conforme Vieira Pinto nos relata abaixo:

A consciência ingênua é essencialmente tímida, ainda que por vezes sujeita a crises espasmódicas de arrogância pueril. Ligada ao contexto pobre do subdesenvolvimento, é naturalmente propensa a conceber o exterior como um Além, onde tem realidade tudo quanto de bom e belo não possui. (...) Admira-se daquilo que vai conseguindo fazer, porque tem a impressão de não ser causa disso, mas devê-lo à generosidade de poderosos benfeitores. Neste sentimento simplório, interpreta a sua dependência como honrosa deferência dos dominadores para com ela, chegando ao ponto, nos casos de alienação extrema, de julgar que, por mais demonstrações de submissão que dê, ainda assim não estará correspondendo devidamente aos favores de que a cumulam os que condescendem em manter com ela relações econômicas.

Para Vieira Pinto, a falta de consciência de nós mesmos nos privou de elaborarmos um projeto próprio, autônomo. Dessa forma, essa visão doadora de consciência passou a se apresentar como sendo turva, opaca, contribuindo para o retardamento do nosso progresso. Fomos, nessa perspectiva, incapazes de, também, percebermos o fenômeno do desenvolvimento em sua verdadeira realidade e significação e privados de gozarmos os benefícios que a visão correta e objetiva dos fatos nos propiciaria.

A interpretação da realidade brasileira que se pauta numa visão particular, restrita não conseguiu identificar os problemas nacionais, por serem produtos parciais de uma dada realidade, e, por não levarem em consideração a totalidade da circunstância em que está situada. Contudo, essa forma de percepção, mesmo sendo parcial, acerca de nós mesmos não poderia, no dizer de Vieira Pinto (1956), ser considerada falsa, mas imprecisa. Segundo Kosik (1995, p.15):

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro – escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.

Dessa maneira, podemos dizer que os intérpretes dessa realidade não utilizaram as categorias e os instrumentos teóricos fundamentais que pudessem abarcar, de forma objetiva, o problema da existência de determinada sociedade e o da significação do ser do homem nela situado. Essa questão é interpretada da seguinte maneira por Vieira Pinto (1956, p. 15):

A falta da tomada de consciência objetiva da nossa realidade, por parte de nossos melhores homens, privava-os de percepção histórica segura e global, desnortando-os e dividindo-os em confusões elementares, o que contribuiu para o atraso do nosso processo de desenvolvimento, pois não há interpretação sem categorias prévias de interpretação.

As transformações ocorridas no nível do desenvolvimento econômico possibilitaram o aumento do número de ingressos de indivíduos na 'área culturalmente 'iluminada' da nossa sociedade' ou estar em torno dela. Nesse entorno, encontravam-se sociólogos, economistas, políticos e estudantes que buscavam interpretar a realidade, por meio da compreensão de categorias reais que se configuravam no processo histórico. Era a partir daí que se construía o projeto de modificar as estruturas básicas da nação. Essas transformações dar-se-iam, quando esses intelectuais e as massas populares alcançassem um conhecimento mais amplo da

realidade em que estavam situados, e a representação que continham da realidade, pudesse mobilizar a adesão individual e alcançar uma proporção cada vez maior da realidade.

Nessa mesma direção, Rodrigo (1988, p. 89) aponta que *“o nacional-desenvolvimentismo tem a intenção de se afirmar como ideologia nacional, o que está em questão não é o comportamento individual e sim a prática coletiva*. Assim, a segunda maneira de apreender, compreender e interpretar a realidade brasileira estava fundamentada na elaboração e transmissão da ideologia do desenvolvimento nacional, pois:

A transmissão da ideologia do desenvolvimento é obra da sua verdade interior, que não é senão a concordância com a realidade e a viabilidade do projeto que conduz. A persuasão que aqui possui decorre dessa verdade e não é obtida por artifícios psicológicos, muito menos pela coação. Ao ser reconhecida pela consciência das massas como o autêntico pensamento de que careciam para exprimir o seu projeto de existência, a ideologia assume automaticamente caráter operatório, desencadeia forças criadoras, que a fazem transformar-se de vivência subjetiva em fator dinâmico (PINTO, 1960a, p.50-1).

Pensando, dessa maneira, a transformação social deveria originar-se objetivamente a partir da consciência de um brasileiro real, que vivenciasse as condições existenciais de nosso país e fosse condicionado por elas. É por isso que a representação que daí surge possui um caráter real, objetivo, originário de uma consciência nacional própria sobre a qual se fundamenta.

Contudo, a ideologia de que falava Vieira Pinto (1960b, p.590) estava

Longe de ser ‘ideologia global’, o nacionalismo, na presente fase da vida brasileira, uma ideologia parcial. A parte da sociedade que nele encontra sua natural expressão ideológica tende evidentemente a se estender cada vez mais, até o momento em que, estando suficientemente forte para arrebatar o poder e comandar sem empecilhos os atos políticos internos e internacionais do nosso País, extinguirá a contradição principal, ao mesmo tempo em que o pensamento teórico pelo qual se guiava não precisará mais existir com o conteúdo de ideológico que agora possui, uma vez que cumpriu o objetivo histórico (grifo do autor).

Mas, enquanto ainda não se efetivou por completo esse objetivo, vemos em nossa sociedade ações libertadoras acontecerem cujos autores *“são os grupos econômicos de exclusiva base interna, neles cooperando tanto os empresários como as massas assalariadas, ademais intelectuais que venceram em si próprios a influência da alienação cultural”* (PINTO, 1960b, p. 591). É por isso que não podemos desprezar a importância das massas populares como tem feito a minoria aristocrática. Isso, por elas se constituírem em quantidade — a maioria da população — e possuírem uma consciência em potência, ou seja, com possibilidade de ser o que ainda não são.

As massas populares, no primeiro instante em que protestam por melhores condições de vida, apresentam-se, ainda, em estado privado, individual. Essa forma de protesto, por

apresentar-se na esfera individual, não visa, ainda, ao bem social, sendo, portanto, imprecisa. Mas, como o processo de crescimento da consciência nunca pára, ela está em constante formação. E esse é o estado ainda incipiente de sua manifestação, podendo chegar à consciência crítica.

Nessa perspectiva, as massas populares que se organizam e clamam por mudanças possuem a consciência de si, pois *“antes não sabia, agora sabe porque sofre”* (PINTO, 1956, p. 20). Ou seja, possuem, agora, a idéia, a representação da sua condição social.

Se por um lado, as idéias das massas populares ainda não expressam o seu estado de existência social, mas constituem-se em representação da sua realidade e situação existencial, as idéias dos historiadores, sociólogos, que concebiam a elite como sendo a única possuidora de consciência social não conseguiam apreender os problemas dessa realidade e interpretá-los concreta e objetivamente. Em detrimento disso, concebiam as massas populares como destituída de consciência. Esse ponto de vista, também, constituiu-se em simples representação da realidade brasileira. Além do mais, essa forma de representação, elaborada pelos intelectuais de outros países e pelos nossos mestres e doutores, estava na contramão do processo de transformação porque passava o País. Nesse sentido, Vieira Pinto (1961) nos diz que o pensamento deve partir da realidade nacional com o intuito de podermos entender a organização do corpo social em que estamos situados e passamos a interpretar a nossa realidade a partir do nosso ponto de vista.

Assim, o modo como esses intelectuais interpretavam a realidade brasileira só lhes dava a possuir uma noção da idéia da sua realidade sócio-cultural. Por sua vez, essa idéia buscava representar o aspecto social dela. Assim, a idéia que tínhamos do Brasil não conseguia expressar não somente a realidade brasileira, como também as aspirações de uma outra consciência nascente nas massas populares. Enfim, dizemos, então, que a representação que melhor expressa a nossa realidade — por brotar das condições existenciais concretas e por reclamar transformação social — são as das massas populares.

Em suma, a ideologia aqui não pode ser entendida como sendo simplesmente um artefato falseador da realidade ou uma idéia enganosa acerca dela, mas, como sendo a representação da realidade que tem suas argumentações formuladas a partir das condições existenciais, concretas e históricas de uma determinada sociedade, cujo objetivo seria uma ação transformadora, tanto da realidade social como de si mesma. Isso, sem restringir-se ao nível da consciência privada, mas transcendem do nível da consciência social. Caso esses fatos se concretizem, estaremos diante de uma representação transformadora da realidade. Assim, a ideologia é toda representação da realidade que transcende o âmbito da consciência

privada e vai em direção à consciência social. Resolvida a questão da ideologia, partiremos agora para a noção de desenvolvimento nacional.

Num primeiro momento, diremos que o desenvolvimento nacional, para Vieira Pinto (1956), se origina de uma consciência prévia que explicita uma representação justa do dado social. Esse dado social, por apresentar-se enquanto processo, exige, por parte do intelectual, que a noção de desenvolvimento nacional seja igualmente processual, visto que as mudanças, matérias produzidas pelo processo nacional, afetam a essência da realidade, obrigando-o a modificar o seu ponto de vista sobre esta realidade e, conseqüentemente, procurar, nas ocorrências vivenciadas, a fonte das idéias que lhe servirão para compreendê-la. Para apreendermos, assim, o real, não devemos prescindir de um modelo, de um esquema interpretativo prévio.

Assim, ao acreditarmos que o desenvolvimento nacional seja produto de uma ideologia, de uma representação que impulsiona para a ação construída a partir da realidade nacional e que leva em consideração as condições existenciais e concretas dessa mesma realidade, Vieira Pinto (1956, p. 32) lembra que estamos anunciando que “*sem ideologia do desenvolvimento nacional não há desenvolvimento nacional*”; e que “*todo processo histórico supõe uma idéia segundo a qual é compreendido, e exige uma consciência na qual essa idéia é idéia*” (PINTO, 1956, p. 33).

Contudo, no dizer deste (1956, p. 33), o país estava diante de duas formas de conceber o desenvolvimento social:

Duas situações distintas, em alternativa, podem, no entanto, ocorrer na etapa em que se acha certa comunidade nacional: ou as idéias diretrizes não estão articuladas segundo uma concatenação sistemática, mas se projetam em forma independente, ao sabor das iniciativas particulares desvinculadas, e neste caso o desenvolvimento adotado assume aspecto multiforme, caótico e imprevisível, com grave sacrifício do rendimento total em relação à mesma quantidade de esforço aplicado; ou a iniciativa criadora aceita um planejamento em conjunto regido por uma concepção diretriz.

O processo de desenvolvimento tem seu “*motor na práxis*” (PINTO, 1960a, p. 52), seu princípio, na consciência que constitui a reapresentação da realidade, da dinamicidade do mundo e dos fatores materiais que a determinam. Dessa forma, a noção de desenvolvimento não pode ser vista descolada da consciência que deseja deixar de ser o que é. É a partir dessa tensão que devemos enunciar que o processo de desenvolvimento nacional deve-se constituir como ideologia e, por conseguinte, ser “*função da consciência das massas*”, (PINTO, 1956, p. 35) que se expressa pela unificação do pensamento e da vontade popular, enquanto uma representação objetiva da realidade e da decisão de modificá-la. Assim, o desenvolvimento se expressa pela noção de ideologia que apresenta como ser em função do querer ser.

É mediante essa representação que a nação vem construindo a consciência que tem de si mesma. Contudo, como as condições materiais estão se alterando, também, a consciência da nação será alterada. Daí decorre a noção mais precisa da significação do que Vieira Pinto entendeu por desenvolvimento nacional. Neste sentido:

Isso significa que o projeto do desenvolvimento nacional é, na verdade, uma sucessão de projetos, mantidos em continuidade pela intenção geral, que, como causa final, os unifica. Deste modo, a apreciação que a cada momento a consciência faz do estado da realidade é condição de possibilidade do projeto seguinte. É fator ideológico necessário à concepção dos projetos parciais (PINTO, 1960a, p. 52).

Enquanto efetivação de um projeto por uma consciência que está respaldada pela intenção geral de uma sociedade, ao objetivar alcançar os fins esperados, concomitantemente a esses resultados ou finalidades, abrem-se novas possibilidades que não estavam previstas num primeiro momento, mas que devem ser levadas em conta para a construção de um novo projeto. Assim, para dar continuidade a esse *“processo é necessário que a consciência apreenda essas possibilidades recém-surgidas, pois terá de levá-las em conta na decisão seguinte”* (PINTO, 1960a, p. 53).

Dessa maneira, dizemos que essa possibilidade de constituição de uma ideologia do desenvolvimento nacional, enquanto fenômeno das massas populares, precisa ser entendida como a expressão da *“autoconsciência que a sociedade tem da exigência de projetar o seu desenvolvimento material”* (PINTO, 1960a, p. 35-6). Isso,

Porque a ideologia que defendemos é aquela que se constitui como consciência da sociedade brasileira atual, fundada essa consciência na situação em que se encontra o país, submetido a um complexo de dominação, que deverá romper para ascender a outra fase, mais adiantada, do seu processo histórico (PINTO, 1960a, p. 36).

A realidade sócio-cultural brasileira, vista por esse ângulo, encontra-se aberta a várias possibilidades; sendo assim, a percebemos de forma aberta e dinâmica. Dessa maneira, segundo Vieira Pinto (1960a, p. 53):

A conclusão capital a tirar dessas considerações é a de não ser lícito compor somente em pensamento a ideologia do desenvolvimento de determinado país. Esta tem de ser feita na prática do processo que desencadeia e a cada momento propulsiona. Por isso, as reflexões aqui expostas servem apenas para delinear a teoria dessa ideologia, não a própria ideologia, pois esta tem conteúdo objetivo variável a cada etapa, de acordo com a anteriormente superada, e só se dá a conhecer na vivência da sua efetiva atualização (grifo nosso).

Dessa maneira, quando Konder (2000, p. 182) disse sobre Vieira Pinto que *“se as massas comparecessem [às suas aulas], não entenderiam o professor Vieira Pinto, que tem uma linguagem abstrata, muito hegeliana”*, essa afirmação não caracteriza o pensamento de Vieira Pinto em sua totalidade, mas em parte, pois, como pudemos perceber na afirmação

9

acima, o processo do desenvolvimento não se dá no pensamento, mas na prática e de forma processual.

Assim, a ideologia do desenvolvimento não se encontra construída, está em construção. Ela, segundo Vieira Pinto, não é fruto do pensamento simplesmente, mas é sobretudo, práxis que se efetiva a partir da consciência das massas populares. É a massa popular que, por meio da sua ação, produz a construção da ideologia do desenvolvimento nacional e a transformação do país. Contudo, a prática não se encontra dissociada da teoria, mas uma perpassa a outra, exigindo novos posicionamentos frente à nova realidade social que surge.

Em outras palavras, a ideologia do desenvolvimento nacional, segundo Vieira Pinto, não está dissociada da prática coletiva. Isso, porque a vivência das condições efetivas da realidade permitiria ao indivíduo tornar-se autor da sua transformação social. A idéia que esse indivíduo possui da realidade, não brotou de uma meditação sobre ela, nem, tampouco, é produto de uma intuição intelectual, *"mas do 'manuseio' da situação concreta, do procedimento dos seus efeitos, em suma, da vivência dos fatos pela incorporação da consciência a eles"* (PINTO, 1960a, p. 55).

É pela práxis que a consciência das massas populares formulará a ideologia do desenvolvimento nacional, pois, entendemos que a consciência, para Vieira Pinto (1960b, p.149), não age no espaço abstrato, *"mas se constitui enquanto representação da realidade, partindo de uma totalidade de relações objetivas, que a determinam e lhe dão a possibilidade de tornar-se um ponto de vista sobre o todo"*.

Em suma, em vista dessas explicitações, dizemos que houve uma tentativa de apreender e compreender a realidade brasileira por duas consciências distintas, que exprimiram, por meio de linguagens e metodologias diferentes, a sua maneira de pensar acerca dessa mesma realidade. De um lado, encontrava-se a elite dominante, política e economicamente, a qual pretendia realizar um projeto distinto, à parte do exigido pelo estado social. Esta visava a reconhecer a si mesma como sendo livre e portadora da compreensão da realidade nacional. Nesse sentido, se constituía como doadora do projeto de desenvolvimento nacional que mantinha o país preso às amarras do imperialismo. Além do mais, a sua representação da realidade nacional partia simplesmente da sua consciência, sem nenhuma ligação com a realidade existencial do povo. De outro lado, encontravam-se as massas populares que executavam as tarefas materiais do desenvolvimento, devendo este, portanto, ser realizado em proveito delas. Eis porque o projeto de desenvolvimento nacional deve partir das massas populares. Para o mundo se abrir à consciência quando esta opera sobre partes

cada vez mais amplas da realidade. Dessa forma, ela se introduz na mobilidade, na dinâmica da realidade com o intuito de realizar a união do homem com o mundo por meio da ação. Assim, o trabalho que as massas populares realizam é o canal de acesso à realidade e, por meio dele, ocorre a adequação do pensamento à realidade material, no ato de transformação dessa mesma realidade, por estar fundamentada numa prática social libertadora.

2.3. Massas populares¹

Devido à amplitude da expressão *massas populares* e à complexidade de seu entendimento, Ortega y Gasset nos diz que:

Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia em que a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos. É falso interpretar as situações novas como se a massas se houvesse cansado da política e encarregasse a pessoas especiais seu exercício. Pelo contrário. A massa presumia que, no final das contas, com todos os seus defeitos e vícios, as minorias dos políticos entendiam um pouco mais dos problemas públicos que ela. Agora, por sua vez, a massa crê que tem direito a impor e dar vigor de lei a seus tópicos de café (1971, p. 54).

Com o intuito de compreender o sentido da categoria *massas populares* na literatura da educação, indagamos acerca do seu significado no pensamento educacional de Vieira Pinto. Em outras palavras, indagamos acerca da sua importância fundamental, enquanto categoria basilar no pensamento de Vieira Pinto. Para tanto, perguntamos: qual é a sua relação com o pensamento sociológico e histórico brasileiro que se realizou entre as ciências sociais dos anos de 1950 — 1960? Que significado essa expressão ganha, uma vez que é reconhecida como categoria-chave para o entendimento desse pensamento? Mesmo a sua significação e o seu sentido, no âmbito educacional, estando circunscritos ao pensamento educacional de Vieira Pinto, também, indagaremos sobre a sua direção bem como sobre sua especificidade no contexto brasileiro.

¹ É importante ressaltar que há outras categorias que possuem significados semelhantes ao de massa popular no interior do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. Os entendimentos dessas categorias se relacionam com as de massas populares, ou se constituem conceitos afins por se configurar em pensamento do existente e simultaneamente da existência, é que se revela a fonte da consciência da comunidade enquanto totalidade. Apresentaremos alguns conceitos dentro de algumas obras do autor. Em *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1959), os conceitos afins são: “massas ignorantes”, p.12; “obscuras massas humanas”, p. 15; “povo”, p. 15; “massas populares”, p. 17 e “massas”, p.17. Em *Consciência e realidade nacional – consciência ingênua* (1960a), os conceitos são: “trabalhador da roça”, p. 56 e “classes oprimidas”, p. 57. Em *Consciência e realidade nacional – consciência crítica* (1960b), os conceitos são: “operário”, p. 18, 439 e “classe obreira”, p. 288 e no texto *Questão da universidade* (1986), tais conceitos são: “operário”, p. 12; “camadas populares”, p. 12; “classe que realmente trabalha, o povo”, p. 27; “massas trabalhadoras”, p. 27 e 30; “consciência popular”, p. 29; “massas”, p. 29; “camadas modestas das classes médias e mesmo massas, proletários”, p. 29 e “povo, enquanto massa trabalhadora”, p.94.

A expressão *massas populares* identifica e descreve sua constituição, tendo em vista a maioria dos participantes de uma sociedade nos movimentos sociais urbanos, rurais, populares e nos partidos políticos que vivenciam as condições de subdesenvolvimento do país. Além da sua preocupação em descrevê-la, procuraremos estabelecer um questionamento sobre o lugar, os limites e as possibilidades das massas populares e suas ações na história.

O intuito desse texto é mostrar como o discurso educacional de Vieira Pinto encontra-se imbricado no desenvolvimento nacional, estabelecendo inúmeras relações em torno das massas populares, pondo-as como ponto central de toda sua reflexão. Assim, as massas populares se constituem como lugar epistemológico dessa reflexão educacional e, portanto, a nossa análise se pautará somente sobre elas.

Para dar melhor compreensão e condução a essa reflexão, procuraremos perceber: 1) como se deu o surgimento da categoria “massas populares”, bem como o seu sentido e significado dentro de uma perspectiva histórica; 2) como essa categoria ganhou expressão no cenário nacional dos anos 1950 — 1960, no pensamento de Álvaro Vieira Pinto; e 3) como ela se constitui em lugar epistemológico de toda a reflexão do autor.

Antes de nos adentrarmos no percurso que iremos desenvolver, esclarecemos que concordamos com Araújo (1995) quando este compreende por lugar epistemológico a posição a partir da qual uma dada teorização se realiza. Desse modo, o termo, lugar, não possui aqui um sentido espacial, mas ontológico. Assim, o entendemos como a base sobre a qual se organizará uma certa reflexão; ele é o fundamento de toda a teorização.

De acordo com o até então exposto, as massas populares constituem-se fundamento básico de toda reflexão educacional do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. É, portanto, por meio dessa categoria que podemos compreender o sentido e significado de sua concepção de educação, ou seja, onde se apóia e desenvolve toda reflexão acerca do seu projeto de desenvolvimento nacional, educacional e de autonomia da nação em relação às nações imperialistas européias e norte-americanas.

Dessa maneira, percebemos que a etimologia da palavra *massa* se origina do vocábulo de origem latina *máza*, vindo a significar *pilha, montão, massa*. O emprego dessa palavra, contudo, embora esteja documentada em Portugal, no ano de 1523 deve ser mais antigo, uma vez que o verbo *amassar* já era presente nessa região em 1258. Em espanhol, a expressão *massa* que recebe a grafia *masa*, desde 1220, possui as várias acepções do étimo latino. Contudo, é na França que o termo *massa*, com a grafia *masse*, existe desde o século XI, mas é no século XIII que recebe os sentidos figurados de *povo, multidão*.

É no Dicionário de Política, entretanto, que Sousa e Garcia (1998) iniciam sua explicação sobre a diferenciação dos vocábulos *massa e povo*, feita pelo Papa Pio XII que em 1944, define *massa* como sendo um conjunto de indivíduos desprendidos de vínculos naturais constitutivos da organicidade social, subjugados por influências exteriores, tornando-se, facilmente, joguetes dos demagogos, enquanto que *povo* possui uma unidade orgânica. De acordo com essa visão, a expressão *massa* designa-se como agregado mecânico.

Mas foi Gustave Le Bon quem procurou desvendar o comportamento das massas. Esse autor diz que a “*massa é um fenômeno sociológico que atesta o predomínio da irracionalidade no procedimento coletivo*” (SOUSA, 1998, p. 346). Ainda, seguindo essa direção, Sousa (1998, p. 346) diz que J. Messner afirma que:

O povo da democracia moderna é massa no sentido quantitativo da magnitude da população territorial em contraposição ao Estado-cidade; é massa no sentido qualitativo do princípio da igualdade formal de que todo voto tenha o mesmo valor; e é massa também no sentido sociológico, uma vez que o povo se constitui politicamente mediante seu agrupamento pela livre decisão dos cidadãos, e não por unidades prévias, determinados pelas funções militares. Políticas, econômicas ou outras funções sociais, por exemplo, na democracia estamental das cidades medievais.

Contudo, Ortega y Gasset (1977, p. 51) nos diz que:

A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. Não se entenda pois, por massa, só nem principalmente ‘as massas operárias’. Massa é ‘o homem médio’. Deste modo se converte o que era meramente quantitativo — a multidão — numa determinação qualitativa: é a qualidade comum, é o monstrengo social, é o homem enquanto não se diferencia de outros homens, mas que repete em si um tipo genérico (grifo do autor).

E, mais adiante, esse mesmo autor afirma que:

A rigor, a massa pode definir-se, como fato psicológico, sem necessidade de esperar que apareçam os indivíduos em aglomeração. Diante de uma só pessoa podemos saber se é massa ou não. Massa é todo aquele que não se valoriza a si mesmo – no bem ou no mal – por razões especiais, mas que sente ‘como todo mundo’, e, entretanto, não se angustia, sente-se a vontade ao sentir-se idêntico aos demais. Imagina-se um homem humilde que ao tentar valorizar-se por razões especiais – ao perguntar de si para si se tem talento para isto ou para aquilo, se sobressai em alguma ordem p adverte que não possui nenhuma qualidade excelente. Este homem sentir-se-á medíocre e vulgar, e mal dotado, mas não se sentirá ‘massa’ (ORTEGA Y GASSET, 1997, p. 52, grifo do autor).

A análise desse autor acerca do que seja massa, se constituiu a partir das aglomerações de vários grupos de pessoas que enchiam as cidades, no início dos anos 20, na Europa do século XX. E a visão de Ortega y Gasset é pessimista acerca do que sejam massas populares, visto que, para ele, as massas não conseguiam expressar uma visão de si e para si mesmas, ou seja, as massas constituíam-se em aglomerados de pessoas sem identidade.

Por outro lado, convém esclarecer que a categoria massa se diferencia da de classe.

Como podemos perceber, a categoria classe se manifesta no “*entardecer da chamada História Moderna, em fins do século XVIII. A partir daí, teve uso estendido, sobretudo a partir dos meados do século XIX*” (ARAÚJO, 1995, p. 125), principalmente nas teorias de Adam Smith (1776); de Babeuf (1796); de Saint-Simon (1816); de David Ricardo (1817); de Engels (1845); de Marx e Engels (1848) e de Proudhon (1865), que discutiram a categoria classe. Contudo, desses autores, a análise marxista tornou-se um instrumental de fundamental importância para se compreender e analisar a sociedade capitalista que estava desenvolvendo a partir daquele momento histórico.

A análise que Marx fez desse termo, deriva da sua aplicação na análise acerca do proletariado e dos capitalistas. Essa concepção de luta de classes se pautou, também, na dialética de Hegel. Assim, dizemos que as análises do marxismo são fundamentais para entendermos uma teorização sobre as classes. Contudo, essa maneira de compreender a categoria classe estava relacionada com a classe trabalhadora, o proletariado, que encontrava em tensão com a classe dominante, a industrial.

Feito esse esclarecimento sobre a origem e o desenvolvimento histórico tanto do conceito de classe quanto massa, a partir do referencial europeu, abrangendo várias perspectivas, vejamos, agora, como essas categorias se desenvolveram e ganharam novos significados nos anos 50, do século XX, na literatura educacional brasileira.

Quanto a Weffort, acerca do sentido que deu as *massas populares*, expressa a seguinte visão da seguinte maneira:

...uma das raízes da capacidade de manipulação dos grupos dominantes sobre as massas está na sua própria debilidade como classe, na sua divisão interna e na sua incapacidade de assumir, em seu próprio nome, as responsabilidades do Estado. Incapazes de legitimar por si próprias a dominação que exercem, necessitam recorrer a intermediários — primeiro Vargas, e depois os líderes populistas da etapa democrática — que estabeleçam alianças com os setores urbanos das classes dominadas. E está aí, por outro lado, uma das limitações decisivas do populismo: Primeiro: a eficácia do líder populista nas funções de governo dependerá da margem de compromisso que ocasionalmente exista entre os grupos dominantes, e de sua habilidade pessoal para superar, como árbitro, os enfrentamentos e para encarnar a imagem da soberania do Estado, em face das forças sociais em conflito. Em segundo lugar: do lado das massas populares a manipulação populista estará sempre limitada pela pressão que espontaneamente estas podem realizar e pelo nível crescentes de reivindicações (1984, p. 2796).

Já Sadér e outros (1986), em suas pesquisas, analisaram o processo de modernização, em face da transformação que estava em curso no Brasil, nos anos 50, do século XX, definindo camadas populares como sendo classe social. Isto, porque o Brasil buscava ingressar na esfera do capitalismo monopolista, com as características de uma sociedade

industrial e urbana. Contudo, essa realidade não se processou em o todo território nacional, mas somente em torno dos grandes centros urbanos.

Foram essas mudanças sociais que nos permitiram caracterizar e acentuar a desigualdade econômica política e sócio-cultural internamente. Também, neste período, as discussões em torno do desenvolvimento, da modernização fizeram-se presentes, sendo criticadas por Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes etc. e exaltadas por Jaguaribe, Juscelino Kubistcheck etc..

Foi neste contexto de transição, no entanto, que, nos anos 50 e 60, do século XX a classe operária se tornou objeto de estudo na sociedade brasileira, pelos nossos intelectuais. Até esse momento, o significado sociológico dessa categoria era o de que as *massas populares* constituíam-se como sendo um agregado amorfo, alienado, inconsciente e heterônimo quando não era tido como pura abstração. Assim, essa visão negativa sobre as classes populares passava pela dinâmica social, que foi substituída por uma outra mais homogênea que perpassava os anos desde 1930, ou seja, desde o integralismo ao nacionalismo populista.

No percurso dos anos 60, segundo Sader e Paoli (1986, p. 48), Juarez R. Brandão, Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues dentre outros, construíram a "*origem sociológica e política dos trabalhadores urbanos e fabris como classe social*".

A imagem que esses intelectuais construíram acerca das classes populares

se tornou paradigmática como representação de um sujeito, cujo traço distintivo era sua negatividade — isto é, a falta de coerência e identidade social e política, a falta de uma coerência e racionalidade a partir de sua posição objetiva no processo de produção, a falta de uma coerência adequada de classe, a falta de uma autonomia mínima de movimentação coletiva (SADER; PAOLI, 1984, p. 49).

Em suma, eis o modo como os estudiosos europeus, do século XVIII e XIX, compreenderam a sociedade do seu tempo: consideravam-na a partir do aspecto da divisão social, apresentando-nos, em decorrência disso, as categorias *classes sociais*. Estas se encontravam em tensão e luta constante, o que nos fez entender que, nessa perspectiva, o entendimento acerca do que seria classe se dava a partir do antagonismo entre burguesia e proletariado, e que, mais tarde, assumiria outras formas, mantendo essa dicotomia, cisão. Já no Brasil, Guimarães (1999) aponta que a tentativa de entender a realidade brasileira e elaborar o seu entendimento acerca do que seria classe não demonstrou nenhum interesse na categoria contradição, no antagonismo entre as classes.

Contudo, segundo Araújo (1995, p. 130):

Especificamente em relação à teorização educacional, o surgimento das "classes populares" na linguagem sociológica coincide com a emergência da idéia de democratização da cultura, idéia cara às posturas progressistas, porém observada entre nós desde o início do século XX. De um modo geral, os mesmos parâmetros cronológicos relativos à emergência política das classes populares no pensamento social instrumentam-nos para a verificação do que vinha ocorrendo no campo da Educação.

E, para reafirmar o posicionamento que as massas populares assumem a partir do processo de urbanização e de desenvolvimento, citemos ainda Ianni (1959, p. 68-9).

De um lado, as camadas e grupos sociais, especialmente nos ambientes urbanos industrializados, tomam progressivamente consciência das suas condições reais de vida, das possibilidades e limites de alteração dessas condições e do significado catastrófico que o agravamento das tensões sociais tem para a sociedade global, tanto quanto para certos grupos particulares, que se encontram mais afastados dos instrumentos de dominação. Por outro lado, no quadro dessa situação, círculos cada vez mais extensos adquirem consciência da precariedade do sistema educacional vigente; do sentido em que deve desenvolver-se e das limitações que os sistemas privados de ensino, dada sua função seletiva e segundo as condições seletivamente anacrônicas em que opera, representam para a expansão do processo democrático.

Essa diferença de posicionamento encontra-se na forma como esses intelectuais concebiam a sociedade. Se, por um lado, a maneira de conceber a sociedade, a partir do acirramento das classes sociais, era vista como sendo aquela capaz de realizar alterações de caráter estrutural, por outro, segundo Fernandes (1981), a temática em torno da luta de classes e da expropriação do capital nacional foi abandonada, num primeiro momento, devido à pressão do nacional-desenvolvimentismo, a partir dos anos 50 e início dos anos 60, segundo Rodrigues (1966).

Contudo, Araújo (1995), em seus estudos, afirma que foi entre fins dos anos 50 e início dos anos 60 que encontramos, na literatura educacional, de forma explícita, a temática em torno das classes populares, porque, nesse período, acreditavam que a escola seria um instrumento de luta e de mudança na sociedade e, concomitantemente na efetivação do processo de desenvolvimento nacional. A educação, também, era vista como um fator de transformação social.

Acerca dessa mesma questão, Weffort destacava a importância do pensamento de Paulo Freire, enquanto educador preocupado com a transformação, com a libertação do oprimido. Assim, ele se refere ao pensamento de Paulo Freire:

Suas idéias nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão prática dirigida sobre o movimento popular. Mas cabe assinalar que se estas idéias trazem nítido os sinais do tempo e das condições históricas brasileiras, isto não significa que se encontre inibida a possibilidade de esclarecimento de sua significação geral. Não seria legítimo pretender que esta visão educacional diga algo de verdadeiro para todos os povos dominados do Terceiro Mundo (1983, p. 14).

Nessa mesma direção, Weffort (1983, p. 4-5) nos mostrou, ao enfatizar a questão social no pensamento educacional, que este pode servir, também, de base para o direcionamento de uma prática política. Isso,

Porque no campo da significação geral do movimento brasileiro de educação popular interessam-nos sobretudo suas implicações sociais e políticas. Esta preocupação que vai além da esfera pedagógica em que se move o autor, constitui um dos motivos básicos dessas nossas reflexões. A experiência educacional com as massas não deveria ser considerada como uma sugestão para o estudo de novas linhas para uma autêntica política popular?

O pensamento pedagógico de Paulo Freire enfatiza a busca da libertação, da autonomia não somente das massas populares, mas de todo corpo social, pois, para ele, ninguém se liberta sozinho².

Nessa mesma direção e vivenciando as mesmas preocupações no contexto sócio-cultural, político e econômico do país, encontrava-se Álvaro Vieira Pinto. Este autor buscava discutir o que seria desenvolvimento nacional e sua relação intrínseca com a educação e com a educação das massas populares que não poderiam ser vistas como sendo classe social. É bom dizer que a divisão da sociedade em massas e minorias excelentes, como faz Vieira Pinto, aproxima-se do pensamento do Ortega que acreditava que não havia, numa sociedade, uma divisão de classes sociais, mas de classes de homens. Por isso, o pensamento de Vieira Pinto não pode ser analisado a partir da divisão de classes sociais.

A categoria *massas populares* é utilizada, pela primeira vez, por Vieira Pinto — no contexto brasileiro dos anos 50 e 60 — quando procurava entender e interpretar a realidade social, política, econômica, cultural e educacional em que vivia. Para este autor, a realidade era concebida de forma dinâmica, precisando ser apreendida a partir da dialética.

Por outro lado, na visão de Florestan Fernandes e de Celso Furtado, as interpretações acerca da realidade brasileira dos anos 50 e 60, efetivadas a partir da categoria classe social, encontram-se vinculadas a de dialética.

Assim sendo, buscaremos compreender como Vieira Pinto fundamentou a sua visão acerca da educação que, para este autor, deve se processar a partir da consciência das massas populares. Segundo Vieira Pinto:

É imprescindível acolhê-la, para integrar o nosso tema. Do que precede, ressalta que a ideologia do desenvolvimento não é doação feita às classes populares, para que cada um a absorva na medida da sua capacidade; ao contrário, é transmutação que se opera na intimidade do "homem em situação", e de que resulta a clarificação

² O que se percebe no pensamento pedagógico brasileiro é a preocupação desde as primeiras décadas do século XX, em democratizar a educação e a cultura. Essa preocupação se encontra entre os libertários, os comunistas, os escolanovistas entre os anos 30 e 40 e, também, quando o pensamento pedagógico enfatizara o autoritarismo do período republicano antes de 1930.

conceitual da representação que faz do seu status social e da evolução histórica. É processo imanente, mas admite aceleração por influência exterior. Isto é que constitui a noção social de educação.

O que nos parece necessário, no entanto, é imprimir novo rumo à educação, a fim de orientá-la, sem compromisso com qualquer credo político, no sentido da ideologia do desenvolvimento econômico e social (PINTO, 1956, p. 49).

Dando continuidade ao anúncio de como e por onde se deve iniciar a educação, Vieira Pinto a explicita como parte integrante do projeto de desenvolvimento social em vista do interesse nacional. Portanto, ele diz que:

Uma teoria da educação deverá surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país. Em função desse objetivo, deverão ser revistos os atuais esquemas educacionais, a fim de que, sem abandonar o que seja aconselhável manter da tradição, se concentrem os esforços pedagógicos para a compreensão do seu papel histórico na criação de nova mentalidade. As gerações em crescimento deverão ser preparadas para a compreensão do seu papel histórico, na transição de fase por que está passando o mundo brasileiro, capacitando-se das suas responsabilidades nesse processo. É tarefa imensa a programação deste setor da ideologia do desenvolvimento. Apresenta-se, assim, a educação como aspecto capital da teoria do desenvolvimento (PINTO, 1956, p. 49-50).

Nessa mesma direção, Vieira Pinto apontava que a educação “*não precede o processo de desenvolvimento, acompanha-o contemporaneamente. Entre ambos existe uma tensão dialética que os condiciona mutuamente*” (1960a, p. 118).

Afirmou também que “*É imprescindível que o educador se converta à sua realidade, seja antes de tudo no seu próprio povo, ou melhor, das camadas populares de sua nação. Aceitar ‘ser do’ país é o primeiro passo para compreender o ‘ser’ do país*” (PINTO, 1983, p. 54).

Ainda referindo-se à educação, mas agora acerca da reforma da universidade que estava em curso, Vieira Pinto (1982, p. 94), nos diz que:

O objetivo verdadeiro da reforma da universidade é a alteração das relações externas da universidade, desligando-a da vassalagem à classe dominante e pondo-a completamente a serviço do povo, enquanto massa trabalhadora. É uma mudança qualitativa. Diz respeito a essência da universidade. Consiste na verdadeira democratização da universidade que se confundirá com a cultura do povo, apenas se distinguindo por ter como tarefa estabelecer o centro da educação das massas. Somente assim alcançará os níveis supremos do saber, criará sumidades intelectuais em todos os ramos da ciência, das letras e das artes e se aparelhará de todo o mais caro e difícil instrumental necessário para se colocar na vanguarda da investigação da natureza e na produção das idéias.

Como podemos perceber, foi entre os anos 50 e 60, do século XX, que se iniciou o entrelaçamento da categoria *educação e massas populares, educação e classes sociais*. A primeira apresentou-se configurada no pensamento em apreço e a segunda nos pensamentos

de Octávio Ianni, Florestan Fernandes e Paulo Freire. Assim, Sader e outros (1986, p. 135) afirmam que:

É no debate entre os autores do final da década de 50 que se constituirá um modelo de análise, dominante até o fim dos anos 70. Nesse período, emergiu uma imagem da classe operária que se solidificou como explicitação de sua natureza, de suas determinações e de seus limites.

O entendimento em torno da expressão classe ganha dois significados: a) o de classe operária, enquanto estrutura social que condiciona as ações coletivas na sociedade capitalista; e, b) o de classe de homens, entendido também, como membros, conjunto de homens que se integram não diferenciando-os em inferiores e superiores.

Portanto, não podemos deixar de observar que a teorização educacional dos anos 50 e 60 adianta um entendimento significativo e positivo acerca da expressão *classes e massas populares*. No pensamento educacional em apreço, a segunda torna-se o que denominamos, como outros autores, de lugar epistemológico. Mas, antes de discutirmos essa questão, veremos como Vieira Pinto conceitua 'massas populares'.

Passemos a analisar nas obras de Vieira Pinto, o que ele concebeu como sendo massas populares e, em que ponto este entendimento difere do que até então foi desenvolvido pela história e pela sociologia no Brasil.

O pensamento de Vieira Pinto desenvolvido no interior do ISEB, entre os anos 50 e 60 do século XX, foi elaborado como uma tentativa de criar uma reflexão e ação sobre a realidade nacional com o intuito de compreendê-la, e, concomitantemente, difundir uma ideologia de desenvolvimento nacional que visasse à superação do atraso histórico, sócio-econômico e cultural do país, passando pela luta contra o imperialismo.

A interpretação desse contexto começa por uma crítica radical, tanto por parte de intelectuais ligados à direita, quanto dos ligados à esquerda nacionalista, ao processo que, até então, vinha sendo desenvolvido no Brasil. Essa crítica enfocava a cultura brasileira como sendo alienada, heterônoma, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial.

O conceito de massa, em Vieira Pinto, é um contraponto ao de elite. A elite, tanto a oligarquia agrário-mercantil³, quanto a burguesia industrial⁴, apresenta os mais elevados índices no seu ramo de atividades produtivas. A partir daí, são formadas a elite que governa e a que não governa, embora ambas se revezem no poder, não só porque possuem os meios

³ Esta encontrava-se em processo de decadência — a partir dos anos 40 — devido o acelerado processo de industrialização em que o país está passando.

⁴ Esta encontrava-se em processo de ascensão — meados dos anos 40 e início dos anos 50 — devido a transformação da realidade brasileira. O país está em processo de transição, de agrário para industrial.

produtivos, mas competência para tê-los, isto é, detêm também o saber. Desse modo, ela possui o monopólio do poder e do saber.

Contrapondo a isso, Vieira Pinto trabalha criticamente o conceito de massa, não aceitando que ela seja desprovida de saber, passiva, vazia, inculta e dirigida.

Para melhor evidenciar esse posicionamento, o entendimento sobre o que seja práxis nos ajudará a entender as duas circunstâncias determinantes do indivíduo na sociedade: uma, *“a posição deste numa estrutura social dinâmica, onde existem extratos diferenciados em sentido econômico ou em hierarquia administrativa”* (PINTO, 1960a, p. 59). O indivíduo, enquanto posicionamento, constitui o seu fator passivo, isso porque é visto como situado existencialmente dentro de um grupo ou classe social que foi constituída antes dele. Assim, ele participa dela involuntariamente. Contudo, as ações do indivíduo estão marcadas pela posição que ele ocupa na sociedade. *“Em caráter amplo, neste primeiro sentido, deve entender-se como determinante da prática o condicionamento situacional do indivíduo, a que se tem de referir a série particular de atos que executa”* (PINTO, 1960a, p. 59).

A segunda circunstância refere-se à natureza e à quantidade do trabalho que o indivíduo realiza na posição que ocupa. Este constitui *“de modo ativo o papel criativo do homem”* (PINTO, 1960a, p. 59). É pelo trabalho que o homem encontra, de forma objetiva, a realidade, tornando-se causa modificadora da realidade externa. Isto pode ser melhor compreendido com as palavras de Vieira Pinto (1960a, p. 60), da seguinte forma:

Qualquer que seja a posição ocupada no espaço social pelo indivíduo, este, a partir de tal posição trabalha. E, ao fazê-lo, altera a realidade, donde necessariamente ser obrigado a constituir uma representação dela, a criar a consciência do estado do real sobre o qual incide a sua operação modificadora. Vemos, assim, que a consciência é determinada pela prática social, primordialmente mediante o trabalho, que, por isto, não basta ser considerado apenas no aspecto social, no significado econômico ou nas repercussões morais. É necessário conceituá-lo do ponto de vista filosófico, como categoria existencial, já que não trata de acidente do ser humano, de condição adjetiva, embora permanente, da sua realidade, mas de um modo de ser que, entre outros, revela a essência do ente que o produz.

Diante disso, dizemos que o trabalho constitui a natureza do homem, por ser, por meio dele, que se efetiva a *“humanização progressiva do homem, e que cada um constrói a sua consciência da realidade”* (PINTO, 1960a, p. 60) Isso nos permite dizer que a consciência é a percepção do mundo enquanto espaço para a ação, sendo, portanto, campo de projetos possíveis.

Continuemos, citando Vieira Pinto (1960^a, p. 60):

Mas, se o mundo só se desvenda, reproduzido na representação, à medida que se oferece como âmbito de trabalho a ser exercido sobre ele, segue-se que a consciência autêntica só vê o mundo enquanto modificável, apreende-o como não exclusivamente a aparência imóvel do dado imediato, concebe-o na perspectiva das

transformações que lhes serão impressos pelo projeto mediante o qual é captado. É, por isso, uma visão dinâmica, no duplo sentido de revelar a mobilidade própria do real e de ser produto de uma percepção que só se cria pela intenção de operar ativamente a transformação desse real.

A compreensão da consciência, para Vieira Pinto, não se restringe ao espaço, à classe ou grupo social que o indivíduo ocupa na sociedade, mas refere-se à essência do processo de humanização do homem, à atividade que este indivíduo realiza a partir dos seus determinantes circunstanciais, com intuito de modificar, transformar a sua realidade existencial e social.

Para Vieira Pinto, *“a rigor, não se tem o direito de chamar as massas de incultas, mas antes lhes conviria o epíteto de pré-cultas, no sentido de que são uma consciência potencial em expectativa”* (1956, p. 18).

Neste sentido, percebemos que o conceito de consciência social atribuído exclusivamente à elite começa a ser posto em questionamento, pois esse era o divisor entre a elite e as massas. Mas, *“o caráter de incultas que se atribui às massas não coincide de modo algum com a ausência de consciência, nem tampouco a traduz. Têm elas uma consciência nascente, uma protoconsciência, (...)”* (PINTO, 1956, p. 18).

Esta concepção de massa popular — como agente transformador e construtor de um modelo de desenvolvimento nacional — tem seu sustentáculo social na consciência e ação das massas populares. Para tornar mais evidente este conceito devemos esclarecer o conteúdo da seguinte tese: *“a ideologia do desenvolvimento nacional tem de proceder das massas, como manifestação da consciência própria que já tenham conquistado”* (PINTO, 1960a, p.128).

No dizer de Vieira Pinto (1960a, p. 128), para compreendermos este aspecto da realidade nacional é preciso dividi-lo em três pontos:

- 1) definir a participação efetiva da massa no processo de desenvolvimento;
- 2) demonstrar porque a ideologia do desenvolvimento deve ser ideologia das massas;
- 3) explicar de que maneira estas poderão gerar, ou adquirir, essa ideologia.

Vieira Pinto, ao propor, primeiramente, a participação das massas populares no processo de desenvolvimento nacional como consequência desse mesmo processo e como função do desenvolvimento, compreender que a essência dessa conceituação não se dá anterior ao processo de desenvolvimento econômico, mas passa a existir quando ele se inicia. Aqui, a expressão massas populares ganha outra conotação, diferenciando-se de multidão, uma vez que a segunda não permite a formação de uma consciência coletiva, não tendo, portanto, a formação de uma consciência social significativa.

O entendimento de Vieira Pinto sobre o que sejam massas populares não passa somente por sua classificação em classe operária, nem por sua participação em estruturas

sociais, enquanto estratificação social, mas identifica-a como sendo membro de um grupo da estrutura dinâmica da sociedade com as minorias. Contudo, está posto o confronto entre uma maioria (as massas populares) e uma minoria (as elites). É a partir desse entendimento acerca do que seja massa popular que percebemos a alteração do seu conceito, por se processar através da transformação existencial das massas populares. Assim, quando ela passa a refletir sobre a sua situação, é capaz de “auto-observar-se” de forma crítica, em função de uma totalidade social, “que inicia a ser alcançada pelo seu olhar intelectual”. Podemos dizer que, mesmo numa comunidade “atrasada”, já está instalado o “germe da futura massa popular”.

A mudança nas condições de trabalho altera progressivamente a consciência individual, ainda incipiente e isso ganha clareza na representação do real a que está associada. Dessa forma, dá-se o fim da subserviência e o início do processo de superação da alienação.

O momento desta mudança marca o enriquecimento da consciência das massas populares, pois:

A comunicação das consciências é um dado indispensável para compreendermos porque é necessário chegar a uma etapa relativamente avançada do desenvolvimento nacional para que tal fase se cristalice uma consciência de massa (PINTO, 1960a, p. 132).

Podemos dizer então que Vieira Pinto, ao referir-se ao pensamento das massas populares, situa-o, condiciona-o ao processo de desenvolvimento nacional. Contudo, a consciência das massas populares só se concebe enquanto tal, quando se percebe como capaz de solucionar os seus próprios problemas. Dessa maneira, as massas populares, ao confrontarem-se com a consciência da elite, percebe-se como diferente desta. Assim, o encontro entre essas duas formas de consciências, possibilita às massas populares se fortalecerem em torno da ideologia do desenvolvimento nacional. Isto faz com que essa consciência seja condição de mudança para outras fases, o que a torna suporte das representações que desenvolverão o projeto nacional que transformará a realidade política, econômica e sócio-cultural. Assim, as massas populares se caracterizam como sendo entidade social tanto pela força de trabalho quanto pelo pensar unificado.

O segundo ponto refere-se à origem da ideologia do desenvolvimento nacional. Isto significa que a existência das massas populares dar-se-á, autenticamente, ao buscar transformar a realidade sócio-cultural, através da elaboração e aplicação da ideologia do desenvolvimento nacional. Assim, é das massas populares que se origina esta ideologia, porque é realizada em função delas. As massas populares tendem a se considerar autoras daquilo que deriva do seu trabalho e, com a execução de um projeto originado a partir dela,

lhe será 'permitido apropriar-se, sem espoliação, do trabalho' que essa executa em favor do desenvolvimento nacional.

E, o terceiro ponto refere-se à característica anterior, à posse consciente das idéias que se encontravam nas massas populares. Neste instante, as massas populares intervêm na sua realidade sócio-cultural, que lhes fornece as condições que as justificam e lhes dão a consciência da fração da sociedade que é construtora do novo estado de coisas. Portanto, é das massas populares que se originam as representações referentes à realidade nacional.

2.4. Consciência ingênua e crítica⁵

A discussão em torno da problemática da *consciência ingênua e crítica*, no pensamento de Álvaro Vieira Pinto, se fundamenta na situação, ou seja, na circunstância vivencial em que está o país. Em outras palavras, a consciência do homem acompanha o processo de formação da consciência da realidade em que vive. Isto, porque é nas relações sociais e vivenciais que o homem estabelece consigo, o mundo e a realidade em que está situado, o processo de formação e transformação da consciência individual e social.

Vieira Pinto, ao considerar a consciência e o pensar que ela produz como produtos e produtores das condições e determinações que a fazem pensar, nos indicou que a consciência do homem e a realidade estão em processo e, dessa maneira, concebe a consciência ingênua e crítica e a realidade nacional imbricadas. Assim, a nossa discussão acerca dessas modalidades de consciência e sua relação com a realidade nacional serão na tentativa de esclarecer dois

⁵ Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido* (1983), *Educação como prática da liberdade* (1983), *Ação cultural para a liberdade* (1982), *Educação e atualidade brasileira* (1959), e em outras obras, elaborou, a partir das categorias de consciência ingênua e crítica de Vieira Pinto, as categorias de consciência intransitiva, transitiva ingênua e transitiva. Estas categorias designam, respectivamente, um estado em que se encontra o homem diante da realidade que o condiciona. Cada resposta dada pelo homem não só modifica a realidade em que está inserido, como também modifica a si próprio. No estado da *consciência intransitiva* o homem centraliza seus interesses em torno das formas mais vegetativas de vida. A sua ação está circunscrita no domínio do seu ponto de vista. É um tipo de consciência à qual falta historicidade. Representa quase o descompromisso do homem com a sua existência. A *consciência transitiva ingênua* se caracteriza pelo saudosismo, vê o presente como algo catastrófico, assume uma postura de resistência aos projetos inovadores. A sua postura é reacionária. Em relação ao conhecimento, esta consciência não reconhece que o homem comum possa ter conhecimento algum, sua postura é arrogante, e absolutiza-se como o único sabedor acerca da realidade, por isso pensa que o seu pensar serve para todos os membros da sua comunidade ou nação. Por fim, a *consciência transitiva* caracteriza-se por manifestar consciência de sua dependência, indagando sobre os fatores de que depende para compreender-se enquanto parte de um meio social que a determina, mas que pode ser modificado por sua ação. Esta consciência vê a si própria diante do mundo, explica a sua dependência em relação ao meio social partindo de uma visão histórica, que a permite perceber a sua origem e os desafios que esses condicionamentos exigem para deixar de ser o que não é: livre. Para Paulo Freire, a passagem da consciência intransitiva para a transitiva se faz de forma paralela à promoção dos padrões econômicos. Esta passagem não se faz automaticamente, mas quando a consciência estiver inserida num trabalho educativo com esta destinação.

pontos centrais acerca dessa questão, são eles: a) como se deu a formação do conteúdo representacional de cada uma delas e b) qual a função que ambas exercem para manter ou transformar a realidade nacional — de onde se originaram.

Esta problemática ganha significado e relevância ao compreendermos que Vieira Pinto concebe, por um lado, a consciência como produto e produtora da realidade em que está inserida e por outro, como sendo sempre consciência representacional de algo real, portanto, sem ser do real. Dessa maneira, a consciência pode ser pensamento tanto do existente como também, da existência, ao transcender os dados imediatos da realidade para abrangê-los num todo. Além disso, a realidade nacional, ao ser concebida como processo contínuo, apresenta-se numa perspectiva de abertura ao novo que há de vir, ou seja, da consciência possível.

Antes de iniciarmos a discussão acerca da problemática da consciência ingênua e crítica no pensamento de Vieira Pinto, nos reportaremos ao século XVIII, época em que essa questão se constituiu no tema central para o entendimento do vir a ser a modernidade.

A compreensão do que seja consciência, naquele momento, não se encontra descarnada da realidade, da história — como muitos imaginam. A consciência, como subjetividade, tem sua gênese na história. Além disso, a busca pela emancipação do homem dar-se-ia por meio da autoconsciência. É nesse sentido que nos reportaremos à modernidade.

2.4.1. Subjetividade e emancipação

Desde o século XVI é que a questão da subjetividade é posta. Mas foi segundo Habermas (1990, p. 27), no século XVIII, em meio aos seguintes acontecimentos históricos: a reforma religiosa, o iluminismo e a Revolução Francesa, que “Hegel descobre o princípio dos tempos modernos: a subjetividade⁶”. Esses acontecimentos, respectivamente, ao fundamentarem-se em tal princípio, expressaram-se da seguinte maneira: a fé proclamada por Lutero transformara o mundo divino em algo postulado por nós. A fé na autoridade e na tradição protestante foi contraposta pela soberania do sujeito que faz valer o seu próprio

⁶ Hegel ao caracterizar o que seja ‘tempo moderno’ recorreu a expressão da subjetividade explicitando-a enquanto liberdade e reflexão. Acerca dessa questão Habermas, explicita que a expressão subjetividade possui quatro conotações, a saber: “... a) ‘individualismo’: no mundo moderno a peculiaridade infinitamente particular pode fazer valer as pretensões; b) ‘direito à crítica: o princípio do mundo moderno exige que o que deve ser reconhecido por cada um se lhe apresente como algo legítimo; c) ‘autonomia do agir’: é característico dos tempos modernos o facto de nos queremos responsabilizar pelo que fazemos; d) por fim a própria ‘filosofia idealista’: Hegel considera ser tarefa dos tempos modernos que a filosofia apreenda a idéia que sabe de si própria” (HABERMAS, Jürgen. *O Discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990, p. 27-8, grifo do autor).

entendimento. No campo científico, a ciência objetivante passou a ter como propósito despir a natureza da magia e libertar, simultaneamente o sujeito cognoscente. O ato de conhecer a natureza visava a tornar o homem livre. E, após a Declaração dos Direitos do Homem — em 16 de agosto de 1789 — o princípio do livre arbítrio estabeleceu-se como fundamento substancial do Estado em detrimento do direito histórico.

Na modernidade, a vida religiosa, o Estado e a sociedade, bem como a ciência transformaram-se em outras tantas encarnações do princípio da subjetividade. A sua estrutura foi englobada como tal desde a filosofia de Descartes, sendo caracterizada como subjetividade abstrata no *Cogito ergo sum* e na forma da autoconsciência absoluta, em Kant⁷. Ambos descreveram a estrutura da auto-relação do sujeito cognoscente que se debruça sobre si e sobre o objeto com o intuito de compreender a si e o objeto. Contudo, enquanto esses pensadores descreveram a estrutura da subjetividade na sua nudez, ou seja, cindida nos seus momentos de apreensão e compreensão da realidade, Hegel procurou, a partir do seu tempo, unificá-la, atribuindo-lhe competência jurídica. Mas, logo que a modernidade se concebe como consciência de uma época, ela se diferencia do seu passado e busca, a partir de si própria estabelecer todas as normas por que se reja a partir de um contexto concreto.

A partir de então, o homem moderno passou a ser concebido como constituído e constituinte de uma consciência histórica que se presentifica mediante uma reflexão do lugar onde se encontra e a partir do horizonte da história no seu todo⁸. Isto porque a compreensão da consciência histórica se desenvolve no tempo. Portanto, Hegel, ao distinguir o mundo moderno do antigo, disse que este se apresenta como abertura, nascimento, passagem, um começo que se repete a cada momento do presente e a partir de si gera o que é novo, não necessitando recorrer ao passado para interpretá-lo. É nessa constante presentificação e atualização de si que a consciência do homem compreende a si própria como também, consciência do seu tempo. Foi a partir desses acontecimentos que ganharam força as expressões 'tempos modernos' ou 'novos tempos' que, no dizer de Habermas (1990, p. 18), foram descritas por Hegel, da seguinte maneira:

⁷ Para Lichtheim, embora Kant afirmasse por um lado, a existência de um mundo 'real' independente da mente humana, esta não conseguia representar o mundo tal como este era realmente, por outro, dizia que a compreensão de todos os fenômenos naturais que se apresentam a mente não poderia solucionar o dilema posto ao próprio pensar: ou seja, o fato de que o homem perceber o mundo mediante o auxílio de um equipamento mental à impõe suas próprias formas (as categorias) à matéria-prima da experiência (LICHTHEIN, George. *As idéias de Lukács*. São Paulo: Cultrix, 1973).

⁸ O termo 'história' empregado por Hegel no século XVIII visava conferir à Idade Moderna o caráter de história universal, por designada de 'novos tempos' ela não exclui as eras passadas, mas encontra-se em relação mútua com elas (Cf. HABERMAS, 1990).

Neste quadro se inserem os conceitos dinâmicos que no séc. XVIII surgem a par da expressão “tempos modernos” ou “novos tempos” ou que ganham então o seu novo significado, válido até aos nossos dias: revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, espírito de época, etc. Estas mesmas expressões passaram também a constituir palavras-chave da filosofia hegeliana, e lançam uma luz histórico-conceitual sobre o problema posto à cultura ocidental pela consciência histórica moderna explicada em função do conceito antitético de idade moderna: a modernidade não pode e não quer continuar a ir colher em outras épocas os critérios para sua orientação, *ela tem de criar em si própria as normas por que se rege*. A modernidade vê-se remetida para si própria sem que a isso possa fugir. Assim se explica a hipersensibilidade como se vê a si própria, o dinamismo das tentativas de se ‘estabelecer’ a si própria que se têm registrado continuamente até aos nossos dias (grifo do autor).

Para Hegel, as dinâmicas das leis não se originam, simplesmente como expressão da razão prática, do princípio da subjetividade por intermédio do conceito de vontade autônoma, mas da desordem das condições de simetria e das relações recíprocas de conhecimento de um contexto da vida constituído *intersubjetivamente* do qual se isolou uma parte, enquanto que todos os outros se alienaram de si mesmos e da sua vida coletiva (HABERMAS, 1990, grifo do autor).

Em outras palavras:

É só com este tipo de separação de um mundo da vida compartilhado intersubjetivamente que é gerada uma relação sujeito-objecto. Em todo o caso, esta é introduzida só posteriormente como um elemento estranho em relações que obedecem desde início à estrutura de uma compreensão entre sujeitos — e não uma lógica da objectivação que tivesse lugar por meio de um sujeito. O ‘positivo’ também adquire assim um outro significado. A absolutização de algo condicional em incondicional já não é reduzida a uma subjectividade *empertigada* que expande as suas aspirações, mas à subjectividade alienada que se separou da vida coletiva. E a repressão que daí resulta remonta à perturbação de um equilíbrio intersubjetivo em vez de à subjugação de um sujeito tornado objecto (HABERMAS, 1990, p. 38-9, grifo do autor).

Como podemos notar, Hegel buscou restabelecer a totalidade da consciência moderna dilacerada, naquilo que exprimiu como a autoconsciência ou, ainda, a relação reflexiva do sujeito cognoscente. Para isso, recorreu à intersubjetividade das relações de entendimento recíproco de forma que o pensar positivo pudesse ser superado a partir do seu ponto de partida, ou seja, a subjetividade. Entretanto, justamente por recorrer à subjetividade é que Hegel, segundo Habermas (1990), não pode ser considerado o conciliador da totalidade da consciência dilacerada, enquanto busca da autoconsciência.

Vimos que foi Hegel quem inaugurou o discurso da modernidade no sentido de tornar possível tanto o contato do eterno com o transitório; a união da essência com a existência, a união do real e do racional, quanto a busca da compreensão da modernidade a partir de si própria, ou seja, enquanto autoconsciência de si mesma. Este posicionamento que privilegia o

conhecimento, entende o processo de formação do espírito, como processo de conscientização. Contudo, foram os neo-hegelianos que fizeram esse discurso perdurar e ultrapassar os limites da modernidade, permanecendo presente até os dias atuais. Enquanto Hegel enfatizou a realidade racional sobre a contingência, o transitório, os neo-hegelianos valorizaram a existência.

Dessa maneira, podemos dizer que estamos imersos, até os dias atuais, na perspectiva de consciência que os neo-hegelianos formularam, quando se distanciaram de Hegel. Essa perspectiva se desenvolve quando:

Feuerbach reivindica a *existência sensível* na natureza interior e na exterior: sensação e paixão comprovam a presença do próprio corpo e a resistência que o mundo material oferece. Kierkegaard insiste na *existência histórica* do indivíduo: a autenticidade da sua existência comprova-se na concretização e na impossibilidade de uma decisão rigorosamente interior, irrevogável e de interesse infinito. Marx, finalmente, insiste no *ser material* dos fundamentos económicos da vida coletiva: a actividade produtiva e a cooperação dos indivíduos socializados constituem o medium do processo histórico de autoconstituição da espécie humana (HABERMAS, 1990, P. 59-60, grifo do autor).

Assim, esses filósofos criticam as falsas mediações que se estabelecem no pensamento entre natureza objetiva e subjetiva, entre saber absoluto e natureza subjetiva. Os três apontam, segundo Habermas (1990), para a '*dessublimação*' do espírito que arrasta, para o interior da sua obsoleta auto-referência, as diversas contradições, que, por sua vez, nos impedem de compreender a realidade, o mundo contemporâneo. Mas é Marx quem privilegia a relação entre sujeito atuante e o mundo dos objetos manipuláveis como processo de formação da espécie como autoprodução. Dessa maneira, estabelece o trabalho e não a autoconsciência como princípio da modernidade.

Em suma:

Os partidos que, desde a época dos neo-hegelianos, concorem entre si para alcançarem a correcta autocompreensão da modernidade, coincidem num ponto: aos processos de aprendizagem que levaram o século XVIII ao conceito de iluminismo está ligada uma profunda auto-ilusão. Unanimidade de pontos de vista há também acerca do facto de os traços autoritário de um certo iluminismo menos esclarecido se encontrarem radicados no principio da autoconsciência ou da subjectividade. O sujeito auto-referente só adquire autoconsciência a custa da objectivação, tanto da natureza exterior como da própria natureza interior. Uma vez que o sujeito, no conhecer e no agir tanto para o exterior como para o interior, se tem que reportar sempre a objectos, ele ainda se torna, ao mesmo tempo, opaco e dependente nos actos que se destinam à assegurar o seu autoconhecimento e a sua autonomia (HABERMAS, 1990, p. 61)

As diversas críticas remetidas ao discurso da modernidade, principalmente, em torno da subjectividade, originaram três partidos com perspectivas diferentes acerca da

potencialidade da razão, são eles: os hegelianos de esquerda, os hegelianos de direitas e os nietzscheanos.

Os hegelianos de esquerda, por orientarem-se para a prática e para a revolução, direcionaram a potencialidade da razão contra a fragmentação dessa mesma razão do mundo burguês. Embora valorizem o sujeito, os hegelianos de esquerda não enfatizam a valorização da razão reflexiva, mas a razão orientada para fins do sujeito atuante. A relação desse sujeito com o mundo se efetiva pela mediação de objetos perceptíveis e manipuláveis que constituem o caráter unificador da razão que se dará como práxis emancipatória desse mesmo sujeito.

Os hegelianos de direita vincularam-se à filosofia de Hegel e permaneceram convictos de que a substância do Estado e da religião compensava a agitação da sociedade burguesa, uma vez que a subjetividade da consciência revolucionária, que provoca tal agitação, cederá lugar ao disernimento objetivo da racionalidade do que é vigente; ou seja, a racionalidade do entendimento se encontra posta no plano do absoluto.

E, por fim, os nietzscheanos que remetem suas críticas tanto aos que postulam a racionalidade, visando a um determinado fim como para os que a centralizam no sujeito. Contudo, para estes, a razão não é outra coisa senão poder, vontade de poder, que a razão oculta ao estabelecer relações com as coisas, com o mundo e com os homens. Nietzsche diz que o fenômeno estético, compreendido como o ato de desocultar-se na concentrada convivência consigo própria de uma subjetividade descentrada, liberta o sujeito, por sua vez, das convenções cotidianas da percepção e do agir.

Nessa perspectiva, Nietzsche afirma que, só quando se *perde*, quando se desvia das experiências pragmáticas do espaço e do tempo, é que o sujeito esbarra no repentino. É neste momento, que percebe a saudade da verdadeira presença e, perdendo-se a si próprio, se funde no momento; ou seja, só quando as categorias do agir e do pensar tiverem ruído, as normas estiverem esfaceladas e as ilusões da normalidade desmoronadas é que se abre o mundo do imprevisto e do surpreendente.

Antes de encerrarmos a apresentação dos pressupostos que orientam as perspectivas da subjetividade, quer criticando-nos, ou servindo-se dela para fundamentar nossas interpretações acerca dos fenômenos culturais, sociais e naturais, discutiremos brevemente as dificuldades de um sincretismo entre marxismo e elementos colhidos da fenomenologia, desenvolvidos nos estudos de Lukács na escola de Budapeste.

Lukács exerceu forte influência sobre o marxismo interpretado pelos filósofos russos antes da Primeira Guerra Mundial e após ela. A sua filosofia apresentava pontos divergentes da ortodoxia dos comunistas, dos anos 20, do século passado. Este autor embora afirmasse o

papel da consciência não como um epifenômeno do processo histórico real, concomitantemente apontava para uma elite intelectual a tarefa de corporificar a consciência negada à classe trabalhadora. Este pensamento contrapunha-se frontalmente ao pensamento de Marx que dizia ser a emancipação da classe trabalhadora assunto dessa mesma classe.

Contudo, os teóricos do Partido Comunista apresentaram uma disjunção entre sujeito da história (o Partido) e o seu objeto (as Massas) que se resolveria a partir do momento em que a classe revolucionária atingisse o nível de autoconsciência. Este posicionamento estabelecia uma identidade entre um tipo de 'sujeito-objeto' e a história. Reagindo contra essa interpretação, Lukács acreditava que esses teóricos compreendiam a cognição da realidade por meio de um simples reflexo do mundo externo, separado da mente humana. Foi diante desse acontecimento que ele introduziu a palavra *reificação*⁹ no lugar do termo alienação. Ao fazer isso, Lukács realizou uma reversão no pensamento do jovem Marx, quando este defendera que uma simples *fagulha de autoconsciência crítica* poderia acender o estopim revolucionário preparado pelas condições de vida desumanas impostas ao proletariado de então (grifo nosso).

Com essa exposição, encerramos a nossa discussão acerca da consciência, no âmbito das filosofias européias, a qual teve apenas o intuito de nos situar quanto às perspectivas e desdobramentos que esta temática assumiu na modernidade e na contemporaneidade. Por não se constituir nosso objeto de pesquisa, nosso propósito, aqui, não era de desenvolvê-la à exaustão, mas apontar o local, os fundamentos e as diversas perspectivas originadas desde o mundo moderno. Destarte, passaremos a analisar, à luz dessas perspectivas, como Vieira Pinto abordou a origem e formação do conteúdo da consciência, estabelecendo o relacionamento entre o pensamento e a realidade nacional.

2.4.2. Vieira Pinto: consciência e realidade nacional

Com o intuito de esclarecermos como se deu a formação do conteúdo representacional da consciência no interior da sociedade brasileira, veremos como Vieira Pinto buscou tal fundamentação nas categorias de: existencialidade, objetividade, contradição, totalidade,

⁹ A expressão reificação vem significar passa pelo entendimento de que os produtos humanos como sendo senão produtos humanos: realidades da natureza, efeitos de leis cósmicas ou revelações de uma vontade divina. Neste sentido, reificação significa que o homem é capaz de esquecer que é ele próprio o autor do mundo humano e, além disso, que, *para consciência*, a dialética entre o produtor humano e seus produtos se perdeu (Cf. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988, p. 314-316).

processo, intencionalidade, práxis, trabalho e finalidade. A seguir, analisaremos como a consciência se constitui, enquanto fator de transformação social, a partir da sua fundamentação. Iniciaremos, agora, dizendo que é, a partir da sua condição existencial, que a consciência elabora o seu conteúdo. Isto significa que a discussão em torno desse assunto requer mais que uma reflexão acerca dessa questão, uma vez que ela exige sempre uma tomada de posicionamento frente à circunstância que nos envolve, ou seja, ou concordamos com o modo de pensar vigente da sociedade “ou criamos para nós mesmos uma interpretação própria” (PINTO, 1960a, p. 13), fundamentada nos condicionamentos da nossa existência.

Para Vieira Pinto, em uma dada sociedade, como a nossa, há diversas modalidades de representações realizadas a partir das variadas consciências individuais, que formam a consciência coletiva dessa mesma sociedade. Contudo, a razão de ser tanto da consciência individual quanto da consciência coletiva só terá legitimidade quando ambas forem consideradas autênticas, ou seja, quando:

...a verdade da sua representação [exprimirem a] fiel reprodução da existência exterior a elas, é possível não só explicar a razão de ser das diferentes modalidades de representação, justas umas e incorretas outras, mas ainda estatuir critérios para que a legítima oriente a sua intervenção no processo da realidade nacional (PINTO, 1960a, p. 16).

Por outro lado, Vieira Pinto afirma que a devida diferenciação entre a consciência individual — privada — e a consciência coletiva — pública — se processa da seguinte maneira: a primeira, a partir do momento em que acredita que a sua percepção acerca da realidade exprime o que qualquer outra consciência pensa, ela realiza uma construção subjetiva do pensamento social, por dizer que o seu modo de pensar expressa o pensamento geral da comunidade em que está situada. Ao fazer a transição do pensar individual ao coletivo, essa consciência não se concebe como produto de um modo pessoal de pensar, nem, tampouco, percebe as demais consciências que compõem a consciência coletiva da comunidade. Já a segunda — a consciência coletiva — vista enquanto consciência de classe e grupo, não se fundamenta na transição imediata do individual ao coletivo, mas tem sua referência na vivência individual criada por cada homem, dessa maneira, é tida como representação objetiva da sociedade.

A diferenciação entre as modalidades de consciências não se faz, enquanto demarcação, somente pelo fato de uma consciência ser esclarecida e a outra inculta, visto que, mesmo a consciência em graus incultos é sempre autêntica; nem tampouco essa diferenciação se faz pelo fato de uma consciência ter condições e a outra não de elaborar uma representação da realidade, uma vez que todo indivíduo se encontra sempre em condições de realizar essa

elaboração, ou seja, está condicionado pela circunstância do seu existir. Assim percebemos que as categorias da consciência autêntica são originadas, determinadas pelas condições existenciais em que o indivíduo se encontra. Disso resulta que as formas mais elementares de consciência não são constituídas de um menor raio de julgamento, mas de maior simplificação de apreciação acerca da realidade em que vive.

As representações da realidade feitas pelos indivíduos que se compõem à sociedade, distinguem-se em duas classes, da seguinte maneira:

Com efeito, a consciência, que deriva da circunstância total, física e social, só algumas vezes objetiva essa própria circunstância. Noutros casos, a consciência tem como objeto coisas ou aspectos particulares, incluídos nessa circunstância, reflete sobre eles, os conhece e manipula, concebe projetos e enuncia julgamentos de valor a respeito deles, mas não se refere à circunstância toda enquanto tal. É consciência de algo real sem ter consciência do real como tal, isto é, do caráter de realidade possuído por toda coisa ou fato singular. Ora, somente quando é pensamento do existente e simultaneamente pensamento da existência, é que se revela fonte de consciência da comunidade com a significação de fatores da totalidade, só neste caso a reflexão cognoscitiva transcende os dados singulares imediatos da realidade para abrangê-la como todo (PINTO, 1960a, p. 26-7).

Como podemos perceber, embora o conhecimento tenha sua raiz no real, podendo ser amplo e aprofundado, ele se conserva no âmbito da representação particular.

Mas, ao lado dessas há outras, que são propositalmente enunciadas sobre a comunidade. São representações que, pretendendo retratar o estado da realidade social em forma de juízos gerais, vão constituir o fundamento de muitos atos que o indivíduo executará tendo por objeto a comunidade, no sentido de modificá-la. São as idéias vigentes no âmbito da nação e cujo correlato objetivo é a nação. São a sua autoconsciência (PINTO, 1960a, p. 27).

Dessa maneira, a representação coletiva não é resultado do pensamento que parte de uma situação existencial de uma consciência singular que se encontra no seio da sociedade; mas é resultado, sim, da realidade existencial em que a sociedade se encontra. Não é a partir da realidade existencial, objetiva e singular do indivíduo que se capta o conteúdo representacional da sociedade, mas é da própria situação existencial da sociedade, vista como totalidade, que os indivíduos devem elaborar as suas representações.

A investigação das formas de consciência adquire toda uma significação quando a compreendemos a partir das várias formas que compõem a representação da realidade dinâmica, que busca a autocompreensão da situação em que se encontra. Isto é possível porque tanto a realidade quanto a consciência que a reflete, encontram-se em processo, ou seja, não possuem um determinismo automático, em relação à outra realidade externa, por exemplo, da espoliação estrangeira. Mas, pelo contrário, *“o país é o espaço da liberdade, só limitada pelas condições materiais com que se defronta”* (PINTO, 1960a, p. 29).

A discussão em torno da formação do conteúdo representacional dessas modalidades de consciência em Vieira Pinto analisadas levou em consideração as categorias já mencionadas e desenvolvidas até aqui. De agora em diante, a nossa análise pautar-se-á, também, no entendimento das categorias de processo, intencionalidade, práxis, trabalho e finalidade. Para Vieira Pinto, processo implica a passagem de um estado a outro, de tal maneira que, se considerarmos como dado o momento presente, a conceitabilidade desse dado está condicionada ao conhecimento da realidade do momento anterior. Isto porque a realidade atual contém tanto o anterior — passado —, quanto o presente. Não se trata, portanto, da exclusão de um em detrimento do outro, mas de um acontecimento simultâneo no inteiro da mesma consciência.

Essa perspectiva opõe-se ao modo de pensar linear, ou seja, àquele que compreende e assimila os acontecimentos como sendo sucessivos, de tal maneira que o antigo cede lugar ao novo. Na perspectiva linear, a consciência só aparecerá em detrimento da destruição, do desaparecimento de uma outra, ou seja, a consciência ingênua, ao desaparecer, cederá lugar à consciência crítica. Contrapondo a essa visão, Vieira Pinto afirma a dinamicidade e simultaneidade dos acontecimentos no interior da consciência.

A dinamicidade que a consciência capta é reflexo da realidade existencial da sociedade que, também, é processual e histórica. Assim, tanto a realidade quanto a consciência são processuais. Dessa forma, a consciência, ao perceber-se condicionada pelos fatores e condições que a determinam, compreende, por si mesma, que tais condicionamentos são constituídos de uma realidade histórica, ou seja, da historicidade desses condicionamentos e, conseqüentemente, de si mesma. Contudo, segundo Lima Vaz (1978, p. 73) "*há uma ambigüidade no que se refere a relação consciência-processo*", em *Consciência e realidade nacional* (1960a.). Esta questão, a nosso ver, foi resolvida quando Vieira Pinto (1963) apresentou, em *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento*, a sua compreensão acerca da lógica dialética. Essas considerações foram desenvolvidas quando apresentamos, neste estudo, a categoria subdesenvolvimento.

A consciência histórica não pode, somente, ser entendida enquanto papel crítico que exerce sobre os fatos, mas também como atividade da consciência, ou seja, tanto a capacidade de elaborar uma representação a partir da realidade existencial, dos condicionamentos quanto a capacidade de agir sobre essa mesma realidade. Dessa forma, podemos dizer que para Vieira Pinto (1960a, p. 42):

... a consciência não existe à parte do real representado, como se fosse um interveniente estranho, que se superpusesse à realidade para percebê-la de fora, a distância. A relação da subjetividade ao plano real não é a de ligação entre um

suposto mundo espiritual e o das coisas materiais, nem a de mera reflexão óptica, como se o objeto real admitisse uma imagem virtual num espelho, mas é a relação de “inencionalidade”.

Para este autor, o conceito de intencionalidade significa não a dependência do objeto em relação à consciência, mas a dependência dela em face da realidade do mundo exterior. A consciência é sempre consciência de algo, que tende sempre para aquilo que é o seu objeto e se confronta no momento de representá-lo. A consciência, ao perceber-se como ato de conhecer a realidade do mundo exterior, concebe-se como representação subjetiva de alguma coisa objetiva. Em face desse seu caráter constitutivo, podemos afirmar que há uma correlação da consciência e o seu convívio ininterrupto com a realidade.

No entanto,

... parece-nos indispensável admitir a intencionalidade na consciência social, como fenômeno diverso da simples soma da intencionalidade das representações individuais. Também a sociedade, na sua compreensão coletiva, está sempre voltada para um objeto ou aspecto real, e sua consciência se define por essa correlação. A percepção social está constantemente tendida para um dado objetivo e se identifica com a elaboração da interpretação desse dado (PINTO, 1960a, p. 44).

Contudo, para que a compreensão da teoria da consciência social seja entendida, devemos partir do exame da intencionalidade da consciência individual para mostrar, em seguida, como se constitui a modalidade coletiva. Daí decorre que a forma de representação oriunda dessa consciência transporá do nível privado ao público, a ponto de tornar-se ideologia.

Para que a consciência social apreenda o objeto que a faz tender a ele, Vieira Pinto situa essa consciência como sendo originada de um grupo ou classe de indivíduos que, a partir da sua situação existencial, concreta, fosse capaz de não somente elaborar uma representação dessa realidade, como também voltar a ela com o intuito de transformá-la. Assim, a intencionalidade da consciência, neste caso, a conduz sempre a uma ação transformadora da realidade.

Nessa perspectiva, a sociedade consciente de si mesma constrói uma representação em relação ao passado, objetivando a sua transformação. Sendo assim, é na ação que a consciência desenvolve a real capacidade de elaborar e executar um projeto para modificar a sua situação existencial.

A questão da elaboração de um projeto para alterar a situação existencial da nação não surge, segundo Vieira Pinto (1960a), da *meditação lógica, do esforço de intuição*, mas do ‘manuseio’ da situação concreta, ou seja, da vivência dos fatos pela incorporação da consciência a eles. Por acreditarmos que a reflexão se dá mediante a ação, dizemos que a

consciência crítica não dissocia teoria da prática. Ou seja, como a prática é a vivência das condições das circunstâncias particulares de um país subdesenvolvido, a teoria coexiste com essa existência. Contudo, a prática impulsiona a teoria e a teoria direciona a prática.

Dessa maneira, podemos dizer que a consciência é determinada pela prática social, mediada pelo trabalho. Isto porque o trabalho constitui uma categoria que revela a condição objetiva do homem, ou seja, a sua essência. O trabalho é aqui entendido como sendo tanto uma atividade exercida exteriormente pelo homem quanto um fator constitutivo da sua natureza. Além disso, o trabalho realiza, progressivamente, a humanização do homem, uma vez que cada um constrói a sua consciência a partir da realidade. Dessa maneira, Vieira Pinto afirma que o trabalho é a essência da práxis.

Com efeito, por ser o trabalho o início da ação transformadora do homem e da sociedade, Vieira Pinto (1960a, p. 60-1), nos disse que:

As teorias que ressaltaram o caráter alienador do ser humano, próprio do trabalho exercido em certo tipo de regime político, ou que o fundam no fato de separar o produto do seu criador, são extremamente valiosas e elucidativas de aspectos sociológicos da questão; mas não chegam a ser completa filosofia do trabalho, porque não examinam suficientemente a alteração que a transformação qualitativa do mundo, fazendo-o passar de subdesenvolvimento a desenvolvido, induz na consciência que promove tal transformação.

Ao analisarmos o trabalho, levando em consideração o seu aspecto 'amaneu', percebemos que esta categoria existencial reveste-se de um caráter transfigurador, ou seja, se constitui como sendo a via de acesso à realidade. Por ele, o mundo se abre à consciência e não há outro meio de captar a realidade senão adentrando na sua modalidade, na sua dinamicidade. O meio para realizar a união do homem com o mundo é a ação.

Diante disso, Vieira Pinto define a categoria trabalho tanto como prática social, por constituir-se em ação modificadora direta sobre a natureza material, como plano social, por realizar ações configuradoras no plano das relações sociais pela produção de idéias. Por isso, dizia, ainda, que o trabalho se constituía como sendo a única forma de adequarmos o pensamento à realidade material, por se processar mediante o ato transformado do homem. Em decorrência disso, afirmou que é do trabalho que se origina a consciência autêntica, que por sua vez gera a consciência da ideologia do desenvolvimento nacional — das massas populares.

Assim, terminadas as análises dos comportamentos individuais que decorrem das diferentes modalidades de consciência, passaremos, agora, a apresentar as diferenças e similitudes que há entre a consciência ingênua e a consciência crítica. De antemão, Vieira Pinto esclarece que nenhum indivíduo se assenta precisamente dentro de uma ou de outra, isto

porque os traços, no modo de pensar e agir, entrecruzam-se, perpassam-se. Contudo, ambas possuem feições próprias. De acordo com Vieira Pinto (1960a, p. 159), essas duas abordagens acerca da consciência constituem “dois paradigmas ¹⁰de interpretação acerca da consciência que se desenvolve e forma a consciência social da nação”. Passemos, então, a analisá-los.

A análise da constituição da consciência está situada no âmbito dos condicionamentos e fatores da realidade. Esses condicionamentos compõem a realidade, a circunstância em que as diversas consciências individuais se encontram. Assim, a dimensão desses condicionamentos e fatos se torna realidade objetiva quando é entendida a partir de uma situação existencial, objetiva, concreta, processual, intencional. Dessa maneira, a consciência, imersa nessa realidade, se constitui como objetiva, por ser reflexo dessa mesma realidade.

Contudo, o caráter condicionador da realidade sobre a consciência não é total, uma vez que a consciência tende a algo, busca sempre uma finalidade, o que a caracteriza como sendo insatisfeita, incompleta diante da realidade em que se encontra. Portanto, busca sempre a transformação da realidade por meio da práxis. Este fato coloca tanto a realidade quanto a consciência em uma situação existencial diferente da anterior.

A problemática em torno da consciência ingênua teve como ponto referencial uma realidade que se encontra em processo, e a consciência também se encontra imersa nessa situação, que é dinâmica e processual. Daí, a nossa dificuldade em precisar a consciência ingênua, visto que esta se concebe como estando separada da realidade em que se encontra.

A consciência ingênua, por formular uma representação da realidade e emitir um juízo de valor que seja válido para todos, a partir da sua realidade, não percebe o outro como capaz e em condições de elaborar uma representação da realidade para si mesmo; ela somente percebe o outro a partir do seu pensar.

A sua maneira de proceder não lhe permite compreender a sua realidade e o conjunto de condições que a afetam, visto que essas são “sempre limitadas e locais, que afetam o indivíduo e a realidade em toda sua extensão e complexidade” (PINTO, 1960a, p. 163). Dessa maneira, as formas de representações elaboradas por esta consciência têm como referencial o seu próprio mundo, o que a caracteriza como fechada e reduzida.

¹⁰ Por paradigma Vieira Pinto entende que “são pólos de uma multiplicidade que admite numerosos casos distintos, mas servem para facilitar didaticamente a caracterização de dois tipos, que, embora nunca se encontrem na forma pura em que iremos descrever, são suficientemente definidos por permitirem a análise das formas de consciência da realidade nacional” (Cf. PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional* — consciência ingênua. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960a, p. 159).

A análise de Vieira Pinto centra-se numa consciência ingênua, que se er separada da realidade, o que a caracteriza como sendo, estritamente, individual. Neste assume um posicionamento não idealista. Ao perceber uma 'nova' época, uma possibi de transformação da realidade brasileira, ele não separa a consciência dos condicionamentos existenciais, objetivos, concretos e processuais. Para ele, a consc encontra-se imersa na realidade social. Isto a caracteriza como histórica e transformada realidade que vivencia.

A consciência ingênua, 'progressivamente', diferencia o sujeito do objeto. Vieira diz que ela não tem consciência dos fatores e condicionamentos que a determinam. E julgar-se incondicionada e destacada do processo histórico, apresenta-se, de maneira sim destemida e arrogante.

Essa consciência não se angustia diante da realidade situacional do país, tampouco se confronta com os dados que lhes são fornecidos. Isto porque concebe a reali como sendo fixa e detectável, situando os dados da realidade no âmbito da verificação constatação do que é e não do que pode vir a ser. Por meio dessa análise, percebemos qu consciência ingênua não (co) habita com a realidade em processo. A consciência ingên portanto, não questiona, apenas transplanta as categorias de análise de uma realidade a outr

Neste sentido, dizemos que ela não leva em consideração os diferentes fatores condicionamentos da realidade de cada país. A sua análise, diante da realidade, é simétrica não dialética, levando-a a agir de forma a adequar a realidade à sua concepção de mundo, q compreende a realidade como sendo estática. Agindo assim, a consciência ingênua n consegue perceber que a concepção de mundo pode ser modificada a partir da realidade Assim, não percebe a realidade como constituída de múltiplos aspectos, mas a situa a partir d sua própria perspectiva, ou seja, *"ao fechar em si mesma, constitui-se em 'causa sui"* (PINTO, 1960a, p. 164).

O indivíduo é concebido por essa consciência como sendo inoperante. A realidade para essa consciência não é transformada pela ação do homem sobre a realidade em que s encontra, mas toda realidade, até mesmo a social, possui o seu curso 'natural'. Além disso, ela recusa o 'novo', pois busca a conservação dos fatos e da sua posição social. Por se constituir a única fonte de entendimento da realidade, ela se põe como absoluta — fechada em si mesma — não concebe o diálogo como 'condição existencial da realidade humana', do qual necessita para fazer-se a si mesma.

Neste sentido:

O diálogo não pode ser exercício, imaginário, a que o espírito se dedique para adestrar-se ou simplesmente para provar a sua verdade em presença de uma adversário fictício; tem de ser um drama concreto, travado entre existências que ocupam posições distintas no espaço social, antagônicas em virtude de razões que afetam existencialmente uma e outra. (PINTO, 1960a, p. 189).

A consciência ingênua, por recusar o diálogo como forma de entendimento da realidade a partir dos dramas que ela suscita, não possui disposição para entender o outro, nem a realidade que o circunda. Ela compreende, com isso, parte de si mesma. O aspecto de 'fechada em si mesma' a caracteriza como conservadora. Dessa maneira, ao se distinguir como não comunicável, ela inviabiliza todo e qualquer projeto democrático nascente, no 'novo' tempo que se apresenta.

Em seguida, apresentaremos algumas das qualidades que, para Vieira Pinto, compõem essa consciência, mas não as desenvolveremos. São elas: caráter sensitivo, caráter impressionista, condicionamento pelo âmbito individual, absolutização da sua posição, incoerência lógica, irascibilidade, incapacidade de dialogar, ausência de compreensão unitária, incapacidade de atuação ordenada, moralismo, idealização dos dados concretos, apelo à violência, desprezo pela massa, culto do herói salvador, messianismo da revolução, admisão da existência de problema supremo, coisificação das idéias, maledicência e precipitação de julgamento, desprezo pela liberdade, culto ao bom-senso, pessimismo, ufanismo, saudosismo, etc... Passemos, agora, à análise do que vem a ser a consciência crítica.

Ao contrário da compreensão da consciência ingênua, a consciência crítica apresenta-se dentro do campo do possível, ou seja, vê a possibilidade de emergir o 'novo' por meio da transformação do 'velho'. O surgimento do 'novo' não significará a destruição do 'velho', mas a convivência com ambas as posturas, uma vez que o velho não é sem o novo e vice-versa. Assim, podemos dizer que esta modalidade de consciência se explicará tendo em vista o movimento em curso da realidade.

A consciência crítica, por compreender a realidade no âmbito da totalidade e da objetividade, responderá aos desafios que esta realidade lhe propõe. Compreendemos que a realidade é processo, encontrando-se em constante movimento — cambiando entre o ser e o não ser. Ou seja, encontra-se situada no campo do vir a ser, sendo. A consciência crítica vai se tornando capaz de superar os diversos condicionamentos que a realidade objetiva apresenta em busca de sua libertação.

A passagem da consciência ingênua para a consciência crítica se realiza a partir de uma visão da realidade que permite o conflito, a crise como meio de transformação do estado em que se encontra em outro novo. Na efetivação dessa passagem, o que era antes tido como

velho encontra-se contido, reprimido no limiar do *novo*. Assim, como não há um novo em si, também não há velho em si. Dessa maneira, a negação do não ser (consciência ingênua) constitui-se, também, na afirmação do ser (consciência crítica).

Nessa perspectiva, a negação do outro passa pelo reconhecimento desse outro, enquanto algo diferente de mim, e que, portanto, limita o meu eu, impulsionando-o a ser o que ele não é, ou seja, fruto do pensamento do outro. À medida que a consciência crítica se percebe diante da realidade objetiva, ela reconhece o seu limite, mediante os condicionamentos e, simultaneamente, relativiza a sua capacidade de elaborar por si mesma uma compreensão da realidade em que está inserida. Isto porque a realidade é compreendida como processo. Para refletir o existente, ela se abre para novas possibilidades, tanto da realidade que a condiciona quanto de si mesma. Assim, a objetividade torna-se um elemento importante na constituição da consciência crítica, que sabe refletir acerca do mundo existente, enquanto algo que necessita ser modificado, transformado. Esta consciência, para Vieira Pinto (1960b, p. 16), “*não vê a realidade externa como exclusivo objeto de representação, mas espaço concreto*”. A realidade, para esta consciência, não se torna objeto de conhecimento, simplesmente, mas um campo de ação e transformação da mesma.

O movimento é um elemento que caracteriza e diferencia a consciência crítica da consciência ingênua. Este é um caráter que a define. Para melhor compreendê-lo, vejamos como Vieira Pinto (1960b, p. 519) o situa no âmbito da consciência crítica:

“a consciência crítica” é percepção de si mesmo e se descobre, por análise, em três componentes: em primeiro lugar, representa em idéia algo existente fora dela, o dado objetivo, o estado da realidade, que lhe compete captar e refletir, tendo ciência de estar produzindo em si o reflexo da existência das coisas; ademais, investiga os condicionamentos concretos que a movem a operar a apreensão de determinado aspecto real; e, por fim, é também representação das idéias gerais ou categorias que elaboram para si, ao contato com a experiência, e que lhe servem de conceitos máximos para apreciar os fatos e de normas de ação para os comportamentos a que se decide.

Primeiramente, a consciência crítica pergunta de si para em seguida compreender-se como elemento constitutivo da realidade da nação, e se descobrir enquanto idéias gerais, ou seja, como representação dessa realidade. Isto porque as idéias que a concebem são as mesmas que compõem a realidade da sociedade. Por esse motivo, a consciência crítica encontra-se situada no âmbito da prática social e participante da situação objetiva, quando investiga os condicionamentos de si mesma e da sociedade. A partir daí, ela relaciona as diversas atividades que a envolvem e acompanha o movimento da realidade sem nunca esgotá-lo. Assim, ela se concebe como produto das representações das categorias que elabora

para si. Com isso, ela supera a perspectiva da parcialidade dos fatos, colocando-se na perspectiva da totalidade.

Dessa maneira:

...a consciência crítica da realidade nacional é requisito imprescindível para a revolução que venha arrancar o país do estado de subdesenvolvimento econômico, Mas, é seguro também que essa só ocorrerá pela constituição de uma ideologia que, vinculada às massas, por elas compreendida e incorporada, desencadeie um movimento social, de que o aspecto econômico é apenas um setor, que termina por fazer a comunidade ascender a outro plano de existência histórica. Nisso consiste a revolução nacional (PINTO, 1960a, p. 94).

Para que isso ocorra, a forma de compreensão da realidade não pode ser entendida a partir de um processo linear, positivo, entendido dentro da lógica positivista onde a sucessão dos fatos se dá pela supressão dos anteriores — nesta perspectiva, o último estágio elimina por completo os anteriores —, mas apresentamos o verbo *suprassumir* para designar que o último estágio de uma consciência ou da realidade não elimina os anteriores. Visto que a consciência se reconhece na dependência do mundo e o mundo a constitui referência para a consciência, na medida em que é interrogada, leva à transformação da realidade social.

Podemos dizer, ainda, que a consciência crítica não é inatista, pois tem seu desenvolvimento no existir e na prática social. Não é posta por decreto divino, mas é processada a partir da experiência social acumulada por um grupo humano, quando indagado sobre determinada realidade. Esta consciência está posta no campo da transitoriedade. Quando atingimos graus diferentes de desenvolvimento, a consciência assumirá outras feições. Dessa maneira, a consciência crítica está situada no campo do possível do por vir. Mudando a realidade ela, também, se modifica. No entanto, para que ocorra essa mudança, é preciso que haja não somente transformações nos fundamentos econômicos da nossa sociedade, mas também na postura política que alterará a atual circunstância do nosso cotidiano que, por sua vez, nos capacitará para estabelecermos um relacionamento diferente no âmbito interno e externo da nossa sociedade.

Em suma, as características do pensar da consciência crítica apresentam-se dentro das seguintes categorias: existencialidade, objetividade, concretude, totalidade, processo, historicidade, práxis, intencionalidade, trabalho e teleológica.

2.5. Estado/Nação

Ao abordarmos a questão do *Estado/Nação* em Vieira Pinto, pretendemos identificar, nas obras desse pensador brasileiro, a fundamentação teórica que justifica ou, pelo menos, dá sentido e coesão interna à sua proposta.

Os trabalhos que esse autor publicou sobre a questão nacional estão situados na circunstância histórica em que Vieira Pinto se encontrava e atuava, principalmente quando fez parte do ISEB (Instituto Superior de Estados Brasileiros), nos anos 50 a 60 do século XX. Seu pensamento se explicita quando analisamos o próprio trabalho do autor no ISEB. Ele acreditou no êxito desse organismo e entendeu que o ISEB poderia dar existência histórica a um Brasil que estava por vir.

Nessa análise, situamos a temática da reflexão de Vieira Pinto como sendo de fundamental importância para a compreensão do seu pensamento nacionalista. Esta temática encontra-se presente em: *Ideologia e desenvolvimento nacional (1956)*, *Consciência e realidade nacional (1960)* e em *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento (1963)*. Como podemos notar, o seu pensamento sobre a categoria *Estado/Nação* se encontra situado entre fins dos anos 50 e início dos anos 60.

Dentre as obras de Vieira Pinto, a nosso ver, *Ideologia e desenvolvimento nacional*, texto de uma aula inaugural que proferiu no ISEB, em 1956, possui uma forma de ‘manifesto’ em favor do nacionalismo e de uma nação que busca a sua independência, sua autonomia e sua libertação do jugo dos países ditos desenvolvidos. Nessa obra, Vieira Pinto apresentou, em forma de teses, os eixos centrais das abordagens que iria desenvolver no percurso de sua vida. Dentre elas, destaca-se a categoria de *Estado/Nação*.

Para melhor compreendermos esta questão, analisá-la-emos tendo em vista o seguinte percurso: primeiramente, esta temática será abordada, enfocando o surgimento dessa categoria em um dado contexto histórico e as interpretações que Max Weber, Hobsbawn e Hannah Arendt oferecem a respeito dela; em segundo lugar, evidenciaremos as linhas interpretativas que buscaram discutir a construção de uma identidade nacional até o início dos anos 50; e, em terceiro e último lugar, destacaremos o posicionamento de Vieira Pinto, no período de 1956 a 1964, enfatizando as proposições em que este autor fundamenta a sua teoria acerca da categoria *Estado/Nação*.

A discussão em torno das categorias *Estado* e *Nação* segundo Bobbio (1993) e Outhwaite & Bottomore (1996) não possui um consenso no que diz respeito às suas formas e estruturas, sendo, por isso, tarefa difícil a de se chegar a uma conceituação. Dessa maneira, apresentaremos, primeiramente, como e em que período histórico a categoria *Estado* surgiu e que papel desempenhava. Em seguida faremos o mesmo acerca da categoria *Nação*.

Historicamente, podemos dizer que a origem do Estado encontra-se circunscrita no âmbito da modernidade. Neste período não há, portanto, um discurso homogêneo em torno dessa discussão. Com o intuito de apreender e sistematizar essa discussão, ela foi dividida em

dois períodos: o primeiro, podemos dizer que vai do século XIII ao XVI, circunscrito no âmbito da Europa cristã; e o segundo se define entre o século XVI ao XIX da época moderna.

Nesses dois momentos, o Estado possui feições diferentes, papéis e funções peculiares, dadas as características de cada período. Segundo Bobbio (1993), na Europa cristã medieval, o Estado político (*Status, Estat, Estate, Staat*) indicava a condição do país, tanto em seus traços sociais como políticos. Estes traços delineavam as formas que constituem sua organização, tanto a partir da condição do governante ou da classe dirigente que possui o poder político, como dos seus auxiliares das camadas que representavam a organização do poder que delas derivava.

É, portanto, na Europa do século XVI ao XIX, segundo Bobbio (1993) que encontramos a *matriz*, o ponto necessário de passagem da nova forma de organização do poder expressamente político. Podemos dizer que o alicerce do poder político encontra-se no seguinte tripé, segundo Bobbio (1993, p. 427): “*mundaneidade, finalidade e racionalidade*”. É justamente a racionalidade que possibilita a manifestação do poder por meio da criação de uma imagem única e unitária da estrutura organizada da vida associada. Essa concepção de Estado expressava a garantia da ordem e do bem estar. Por isso, o papel e as funções desse Estado político são, assim, descritos por Bobbio (1993, p. 27):

É fácil de entender, neste processo, o papel desenvolvido pelas chamadas premissas necessárias para o nascimento da nova forma de organização do poder. A unidade de comando, a territorialidade do mesmo, o seu exercício através de um corpo qualificado de auxiliares ‘técnicos’ são exigências de segurança e de eficiência para os estratos de população que de uma parte não conseguem desenvolver suas relações sociais e econômicas no esquema das antigas estruturas organizacionais e por outra individualizam, com clareza, na persistência do conflito social, o maior obstáculo à própria afirmação. Desde a sua pré-história, o Estado se apresenta precisamente como a rede conectiva do conjunto de tais relações, unificadas no momento político da gestão do poder.

Esta característica do Estado e do papel que desempenhava, encontrava-se na contramão do que desempenhara na época pré-moderna. Segundo ainda Bobbio (1993, p. 426), “*Weber definiu o caráter da centralização — válido, em nível histórico-institucional — em algo marcadamente politológico, como “monopólio da força legítima”*”.

Acerca da Nação, Gellner, no *Dicionário do pensamento social do século XX* (1996), nos mostra que esta pode ser compreendida como organização sociopolítica, tornando-se difundida na virada do século XVIII para o XIX. Nesse momento, ocorre a substituição da base econômica agrária para a industrial, originando um outro modelo de sociedade. No período pré-moderno, o termo designava corporações de estudantes, com bases regionais, nas universidades medievais, ou a totalidade da pequena nobreza em uma dada unidade política.

De acordo com Gellner (1996), seguindo o interesse de ordem lógica, é melhor restringir o termo ao fenômeno moderno de uma ampla população anônima, tanto compartilhando uma cultura erudita quanto dotada da tendência de possuir uma única autoridade política (embora, às vezes, um ou outro desses dois elementos possam dominar). Dessa forma podemos dizer que:

Neste tipo de mundo, uma “nação” é uma população ampla, anônima, que tanto partilha uma CULTURA comum quanto tem, ou aspira a ter, seu próprio espaço político. A identidade “nacional” torna-se preocupação geral e critério de legitimidade política. Tanto o critério exterior de uma cultura compartilhada quanto o critério subjetivo da vontade política estão presentes nessa definição, embora seu peso relativo possa variar (GELLNER, 1996, p. 508, grifo do autor).

O esclarecimento que fizemos em torno das categorias *Estado* e *Nação* levou a entender que os intelectuais nacionalistas defendiam uma harmonia entre o grupo político e o grupo étnico, ou seja, o Estado Nacional devia ser identificado como uma cultura nacional comprometida com a sua proteção. Dessa maneira, a unidade nacional e política que se desenvolve em torno do *Estado/ Nação*, que representa e expressa a vontade da maioria de uma nação, protege seus interesses e garante a perpetuação da cultura.

Esta questão é desenvolvida, no âmbito europeu, pelos seguintes autores: Max Weber, Hobsbawn e Hannah Arendt. Cada autor apresenta a sua interpretação do mundo a partir dos condicionamentos que a realidade lhes impõe. Diante disso, destacamos que os homens, por estarem condicionados às circunstâncias, ao tocar ou estabelecer uma relação duradoura com a realidade que os circunda, constituem-se em seres condicionados (ARENDRT, 2001). Assim sendo, apresentaremos, a seguir, as perspectivas dos autores anunciados acima, na ordem em que se apresentam.

Max Weber (1991), em seu texto *Economia e sociedade*, faz observações acerca da aproximação das concepções de pertencimento étnico e nacional, da ambigüidade dos termos como ‘etnia’, ‘comunidade étnica’ e ‘nação’, e para das dificuldades de precisá-los sociologicamente¹¹. Talvez, por esse motivo, esse autor tenha se prendido às construções simbólicas primordiais como elementos da definição de grupo étnico e nação, acentuando, ao mesmo tempo, seu caráter político. Os sentimentos ‘étnico’ e ‘nacional’, para ele, nutrem-se de diversas fontes que incluem política, poder, religião, habitus, condicionados pela idéia de raça e pela cultura, os quais são tidos como sentimentos específicos de honra étnica.

¹¹ As categorias: grupo étnico, o surgimento das comunidades (étnicas) e problemas relacionados às categorias de nação e nacionalidade também foram discutidas pelo autor (Cf. WEBER, Max. *Economia e sociedade*. V. I. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1991. p. 267-277).

Hobsbawn (1991) sugere, em sua abordagem, a aproximação entre concepções de nacionalismo e etnicidade, destacando o que denominou de 'nacionalismo étnico', que se tornou predominante no ambiente da segunda metade do século XIX. A predominância dessa característica se deu tanto pela provocação dos movimentos nacionalistas como pela intensificação dos movimentos migratórios, num contexto em que a discussão acerca da desigualdade das raças humanas tomava forma em alguns centros acadêmicos e impulsionava os nacionalismos ocidentais. Esse pressuposto de desigualdade, depois chamado de *racismo*, transformou-se, nos termos de Hannah Arendt (1989), na 'nova chave da história'. A idéia de raça, denotando hierarquia e desigualdade, dominou o pensamento nacionalista também no Brasil, juntamente com os posicionamentos mais elementares das ideologias nacionalistas — as idéias de território, história e cultura única. O discurso nacionalista brasileiro fundamentou-se nos temas de miscigenação e de assimilação como mecanismos de formação da nação, situando, no mesmo plano, a imigração européia, a questão racial e as diferenças regionais.

A respeito dessas questões, podemos dizer que a primeira das várias tentativas de intelectuais, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Arthur Ramos, preocupados em explicar a sociedade brasileira, fundamentou-se na interpretação da raça e do meio geográfico. Esses intelectuais foram extremamente pessimistas e preconceituosos com relação ao brasileiro, que foi classificado como 'apático' e 'indolente'.

Já os representantes da escola indianista e do modernismo procuraram valorizar o que possuía maior autenticidade brasileira. Nessa nova perspectiva, José de Alencar exaltou a figura do índio e da vida rural. Estas eram, segundo esse autor, as características mais genuínas e autênticas do nosso País. O movimento modernista de 1922 "*buscava nossas raízes nacionais, valorizando o que havia de autêntico no Brasil*" (OLIVEN, 2000, p. 67), e, em 1924, os intelectuais que lideraram esse movimento, enfatizam o caráter da cultura nacional como o meio de descobrirmos o Brasil pelos brasileiros. Esse movimento recusara, naquela época, o posicionamento regionalista e de valorização do passado, uma vez que acreditava na construção universal do homem brasileiro; o acesso a esse universal se daria por meio da afirmação do que chamaram de brasilidade.

Em 1929, no Recife, Gilberto Freyre lança o manifesto regionalista. Para Oliven (2000, p. 69), este "*movimento regionalista desenvolve basicamente dois temas interligados: a defesa da região como unidade de organização nacional e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil em geral e do Nordeste em particular*". A respeito disso, Freyre disse que esse movimento pretendia simplesmente inspirar uma nova organização do

Brasil. O seu posicionamento, embora tenha enfatizado a região, afirmava, também, que a única maneira de ser nacional universal num país é ser regional. Esses intelectuais, ao tentarem construir um caráter ou uma identidade nacional, deixaram-nos um legado. De acordo com Oliven (2000, p. 75), este legado possui as seguintes características: *“o manifesto suscita uma série de questões que são recorrentes em nossa história: estado unitário versus Federação, nação versus região, unidade versus diversidade, nacional versus estrangeiro, popular versus erudito, tradição versus modernidade”*.

A partir da Segunda Guerra Mundial, ainda sob o Estado Novo, a Assembléia Nacional Constituinte passou a analisar e fomentar uma nova organização administrativa e política para o Brasil. A partir daí, iniciava-se a crise da tese da ‘vocação agrária’ no país; já se fazia presente a configura o de um mercado interno; a constru o de infra-estrutura no país, por exemplo, através de ferrovias e aboli o da autonomia dos estados, em favor da unifica o do mercado interno.

Em meados dos anos 50 e início dos anos 60 do século passado, a questão nacional versus estrangeiro e a do Estado federativo versus Estado unitário se constituíram tema de debate. Essa temática tornou-se presente em nosso país no período de 1946 a 1964. A questão nacional e a modernidade foram retomadas e fizeram-se presentes nos debates dos intelectuais ligados ao ISEB e o CPC. Nesse mesmo período, foi criada a SUDENE com o intuito de reduzir as desigualdades regionais em nosso país e fortalecer o nacional em detrimento do regional.

Nessa mesma dire o, Moreira (1998) destacou que a constru o de Brasília tornou-se um ‘ponto de germina o’ da integra o entre os centros urbanos e as regiões agropecuárias do país. Este feito tornaria possível a participa o tanto do interior como dos setores industriais urbanos na amplia o do mercado interno. Nesse sentido, Brasília seria o elo, o símbolo da integra o nacional.

Foi dentro dessa perspectiva que Vieira Pinto apresentou o seu pensamento acerca do Estado/Na o. Os pressupostos de que o autor partia para analisar a constitui o do Estado/Na o são os da realidade concreta que o país estava vivenciando, por meio das massas populares, e das análises que outros autores já haviam apresentado.

O ponto de vista que dos autores anteriores para interpretar a realidade nacional   tido, por Vieira Pinto, como sendo do finito, estreito. Estes autores viram o país em situa o de atraso e caracterizaram a na o brasileira como não pensante. Dessa maneira, segundo Vieira Pinto, não perceberam o país como um todo, mas somente parte do que ele   e poderia ser. Embora as interpreta es que eles realizaram acerca da realidade do país, fossem destituídas

de uma visão histórica de totalidade, ou seja, de conjunto, elas conseguiram, segundo Vieira Pinto, captar as suas carências e identificá-las. Portanto, segundo o mesmo autor, para que pudéssemos compreender essa realidade, seria preciso, antes de tudo, haver categorias que pudessem nos auxiliar no exame dessa realidade para conseguirmos, a partir dela, formular uma representação.

Ao acentuar que a situação de atraso do país estava no aumento quantitativo de massas 'ignorantes' e 'apáticas', esses autores não percebiam que, à medida que as massas populares cresciam, começavam a ser força no mundo cultural e social e, conseqüentemente, tomavam consciência de sua situação. Sendo, assim, elas passavam a agir no sentido de conquistar espaço social e, também, buscar usufruir dos seus direitos sociais. Este, para Vieira Pinto, ao contrário do que pensavam os outros autores, seria o momento em que a consciência das massas populares despertaria e superaria o estado individual e se encontraria no âmbito da consciência coletiva.

Para Vieira Pinto (1956, p. 19), *"A metamorfose da consciência sensitiva em consciência representativa, não é apenas fato de ordem psicológica, mas também pode ser concebido como ordem metafísica, e é seguramente fato de decisiva significação histórica e social"*.

Disso decorre que o homem, ao possuir uma idéia da realidade em que se encontra, está, ao mesmo tempo, possuído por essa idéia; e, conseqüentemente, a idéia que possui não está agora simplesmente no plano abstrato, por ter sido originada na realidade concreta que é eminentemente social. Assim, para Vieira Pinto, a metamorfose é que impulsiona constantemente o sujeito para uma ação concreta, que aponta para o futuro da nação. Este futuro, por sua vez, não é concebido no passado, mas no presente que não é somente a fonte da construção e reconstrução do homem e da nação, como também é visto como sendo a atualização da história.

Assim, Vieira Pinto apresentou em seu pensamento a possibilidade de substituição de uma velha estrutura social por uma 'nova'. Por isso é que, segundo Debrun (1962, p. 244), a *"história, para Álvaro Vieira Pinto, é essencialmente a história do presente"*. O futuro, portanto, gestado no presente, enquanto processo e projeto, exige o conhecimento das condições existenciais da nação, para que toda representação desta tenha seu fundamento na realidade concreta.

A partir de então, Vieira Pinto procurou fundamentar e orientar o estudo da questão nacional tendo em vista a necessidade de conhecer o momento presente da nação. Este posicionamento é descrito da seguinte forma:

O reconhecimento objetivo do dado social, a exploração minuciosa, exata e lúcida do estado da nacionalidade sem a condição para que possa elaborar o melhor projeto possível do futuro, pela simples razão de que, quando obtemos a idéia clara do presente, vemos o que nela se contém potencialmente, permitindo-nos conceber o futuro como uma função imediata e contínua do presente, com o que se elimina o coeficiente de surpresa (PINTO, 1959, p. 22).

Em outras palavras, podemos dizer que a realidade se expressa em idéias que, por sua vez, contêm o conteúdo da realidade social. Assim, ao possuírem, na visão de Vieira Pinto, as idéias que melhor representam e interpretam a sua realidade, são as massas populares que, potencialmente, podem conceber o futuro da nação. A representação do projeto de desenvolvimento nacional, originado a partir da consciência das massas populares, por se constituir como processo de transformação social, orienta o movimento libertador da nação. Nesse processo de libertação, a nação deixa de ser um ser 'em-si' e torna-se um ser 'para-si' — um sujeito possuidor de consciência própria.

Como já mencionamos anteriormente em *consciência ingênua e consciência crítica*, Roux (1990, p. 246), a consciência se origina do trabalho. Sobre isso, Vieira Pinto nos diz que "*Para conquistar sua autonomia, o país dependente deve trabalhar para si*". Nesse sentido, as massas populares constituídas de trabalhadores, operários — todos que trabalham — devem se ocupar com a construção da nação.

Disso resulta que o desenvolvimento, concebido como processo e atividade transformadora — trabalho, fundamentado no esforço conjunto das forças nacionais — encontra-se norteado por uma 'idéia diretora'. Essa idéia diretora constitui a ideologia que centraliza a compreensão do estado atual da nação, porque a ideologia, para Vieira Pinto, possui a dimensão do coletivo.

Quando, porém, Vieira Pinto (1956, p. 37) aponta que a dinâmica do progresso é constituída do processo resultante da pressão das massas populares, realça que:

O conjunto de manifestações sociais que se denominam, de modo geral, reivindicações populares, — direitos, salários, condições de vida, etc. — apresenta-se fenomenalmente sob a forma de pressão exercida sobre as classes dirigentes, mas em verdade, é apenas expressão da exigência de desenvolvimento. Essas reivindicações exprimem a desconformidade que as massas fazem do seu estado vital e as condições econômicas e sociais do meio onde habitam.

A manifestação do grau de consciência presente nas massas populares, frente aos desafios da vida, fez com que Vieira Pinto acreditasse na capacidade de elas levarem a cabo o projeto de desenvolvimento nacional. Contudo, contrário ao pensamento de Marx e semelhante ao de Lukács, Vieira Pinto (1956) acreditava que, aos intelectuais comprometidos com as reivindicações das massas populares, caber-lhes-ia a tarefa de interpretar as aspirações

populares com o intuito de unificá-las em torno do projeto de desenvolvimento nacional. Sendo assim, ambos — massas populares e intelectuais ‘progressistas’ — não somente formulariam o projeto de desenvolvimento nacional, bem como o efetivariam. Dessa forma, o projeto de desenvolvimento nacional não poder ser concebido fora do âmbito do nacional. Pelo contrário, os sujeitos que empreendem este projeto estão situados nas condições existenciais da nação.

Os intelectuais que estão atentos às reivindicações das massas populares, ao possuírem previamente uma idéia do desenvolvimento nacional, estão também condicionados pela realidade circunstancial de onde essa idéia se originou, ou seja, pelos anseios das massas populares. Dessa maneira, a constituição da nação se processa a partir da conceituação e da vivência, reciprocamente. É dessa interação que se origina a consciência coletiva. Esta questão é expressa da seguinte maneira por Vieira Pinto (1960b, p. 30):

Entre mim e o ‘mundo’ interpõe-se o Brasil. E isto duplamente: não só porque essencialmente vejo o universo a partir de um ponto interior à realidade brasileira, porquanto não tenho acesso direto aos conhecimentos do mundo, e sim, aos do Brasil, enquanto refletidos no conjunto universal e refletindo, por sua vez esse conjunto; mas, também, porque não posso compreender a história do mundo passado e futuro, senão enquanto afeta o curso dos acontecimentos do meu próprio espaço nacional.

Segundo ele, a mediação nacional entre os intelectuais e as massas populares se estabelece a partir dos pressupostos metodológicos que os intelectuais, fundamentados no comprometimento com as massas populares, procuram evidenciar pela vivência coletiva em torno da ideologia do desenvolvimento nacional. Essa perspectiva metodológica, além disso, procura evidenciar, utilizando-se do princípio da contradição, os eixos centrais por que passa a questão nacional. São elas: periferia-centro; colônia-metrópole; mundo subdesenvolvido-mundo desenvolvido e nação dominada-nação dominante.

É nessa tensão que se encontra presente, como pano de fundo, a ‘ideologia da emancipação’, ou seja, o aspecto capaz de transformar a vida existencial da nação. Para Vieira Pinto, todas as nações podem, em estado de dependência, subdesenvolvimento, chegar ao desenvolvimento. No caso brasileiro, este caminho deve ser construído e trilhado por nós mesmos e da nossa maneira. As categorias têm que ser pensadas a partir dos nossos pressupostos existenciais, nos quais nos encontramos circunscritos.

O ponto de partida da investigação de Vieira Pinto é uma nação tutelada não somente externamente por uma metrópole, como também internamente pela elite dessa mesma nação. As massas populares viveram, até aqui, o momento de esclarecimento cultural, econômico, político e social, produzido pela atitude despótica e autoritária dos agentes internos e externos

responsáveis pela situação de subdesenvolvimento do país. Diante dessa situação, Vieira Pinto apontava a necessidade de as massas populares romperem com essas amarras nefastas.

É sentida a necessidade de a consciência social acabar com essa relação de exploração e de subordinação, pois, para Vieira Pinto, era possível a construção de uma nova realidade por meio da transformação do estado em que nos encontrávamos. Contudo, sabemos que a possibilidade de transformação da realidade só poderia advir das massas populares, ou seja, das condições que a negaram como sujeito histórico. A ideologia que liberta a nação não surge da consciência da elite, mas da consciência das massas populares, pois estas, mesmo se encontrando em situação de exclusão, continuam sendo a fonte das representações reais das condições de libertação do país. Para que as massas populares se libertassem do julgo da elite e se tornassem autoras de um processo revolucionário, elas deveriam efetivar uma práxis, ou seja, uma ação transformadora da realidade social. Essa ação deveria assumir um projeto nacionalista, que implicaria, o processo de libertação das massas populares e, também, a libertação da nação.

Assim, a efetivação de uma política nacionalista, segundo Vieira Pinto, só teria sucesso com o fim da alienação internacional do trabalho, o que, por sua vez, implicaria a libertação do país do domínio internacional. Contudo, a superação do estado de opressão passaria, primeiramente, pela consciência da situação de exploração por parte do país/nação espoliada e colonizada. Acerca disso, Vieira Pinto (1960b, p. 434) explicita que:

A política nacionalista deve ter como regra suprema abolir esta servitude internacional, pelo íntegro aproveitamento dele por parte do país, e fazendo-o realizar em modalidades superiores, verdadeiramente humanas, extinguindo as formas desumanas mantidas pelo estado de servitude colonial.

Vieira Pinto, com esse posicionamento, indicou-nos o caminho a ser trilhado para a superação do estado em que o país se encontrava, em termos de uma prática política, por meio da negação do domínio da metrópole. Essa superação não poderia ser assumida somente pelas massas populares, mas também pelos intelectuais responsáveis pelo desenvolvimento econômico e planejamento nacional. Caberia, também, a estes resguardar os interesses da nação em detrimento dos estrangeiros. Para que se pudesse levar a cabo o projeto de libertação do país, Vieira Pinto indicou, ao nosso ver, três formas. São elas: a) união das massas populares em torno da defesa da riqueza nacional; b) luta pela emancipação nacional; e, c) revolução social.

a) União das massas populares em torno da defesa da riqueza nacional

A consciência ideológica se intensifica e busca se organizar de um modo prático. Por isso, o operário nacional não deve, no dizer de Vieira Pinto, servir como força de trabalho para que o capital estrangeiro se modifique e acumule riquezas. A riqueza precisa ficar no âmbito nacional. O Brasil, como todos os outros países, deseja sair da situação de miséria e atraso para ocupar um lugar no conjunto das nações. Isso seria possível se os intelectuais e as massas populares assumissem fazer, construir a nação para si. Esta é a primeira condição de todas as demais.

A consciência crítica realiza o trabalho como sendo trabalho para si, para a nação. Essa é a condição essencial para alcançarmos a supremacia da economia nacional e executarmos o trabalho em função de *si* e *para si*. Com isso, devemos dizer 'não' à exploração de matérias-primas nacionais por parte das empresas internacionais.

Para Vieira Pinto, o Brasil queria ser desenvolvido, por isso desejava participar do processo de produção de riquezas; almejava sair da situação de atraso, buscando, com isso, ocupar lugar no conjunto das nações. Aqui se encontra a tese de Vieira Pinto que indica a construção do país pela força interna, estabelecendo o predomínio das aspirações das massas populares que estabelecerão a sua hegemonia no substrato nacional.

As massas populares fortalecem esse processo quando participam das decisões nacionais e à medida que se organizam, conseguem ascender socialmente se mantiverem organizadas. Essa postura nacional popular de Vieira Pinto (1960b, p. 446) é expressa da seguinte maneira:

O nacionalismo é fundamentalmente ideologia das massas porque visa libertá-las das opressões e espoliações de que são vítimas. Não tem nelas a inspiração, os motivos e a verdade de seus princípios, mas depende delas para ser historicamente eficaz. A política nacionalista funda-se no poder político das massas trabalhadores.

A capacidade de libertação da Nação depende da capacidade operativa das massas populares enquanto sujeitos da história. Com essa afirmação, Vieira Pinto vincula a verdade nacional a verdade popular. Essa verdade é expressa pelas manifestações populares organizadas em sindicatos, agremiações, federações, partidos políticos que viabilizam e defendem a implantação de uma política nacionalista em nosso país.

b) A luta pela emancipação nacionalista

A obtenção da autonomia da *nação* passa pelo plano do poder sobre os recursos econômicos e financeiros auferidos em território nacional. Daí decorre o convite, a convocação das massas populares a se aglutinarem, a resistirem às exigências dos interesses internacionais. Por isso, Vieira Pinto (1960b, p. 457) assinala que:

essencial é compreender que, em consequência do desenvolvimento econômico conquistado, atingimos uma fase imediatamente seguinte do nosso processo de consciência, fase qualitativamente diferente: não se trata mais agora de promover o desenvolvimento enquanto tal, mas de realizar a emancipação nacional com base no desenvolvimento.

Ao ser suprasumido, o projeto de desenvolvimento nacional, pela busca da emancipação, torna-se, agora, o alicerce em que se apóia todo o processo de transformação da realidade nacional. Essa nova etapa, segundo Vieira Pinto, seria feita se houvesse um repúdio sistemático ao capital estrangeiro.

Com o reconhecimento da consciência das massas populares, o desenvolvimentismo deixa de ser bandeira de luta e de organização. Por isso, o presente momento exige a bandeira da ideologia emancipatória, a luta pela soberania nacional. Na fase emancipatória, a bandeira da ideologia do desenvolvimento nacional torna-se o alicerce para a busca da emancipação. Este momento requer, portanto, a independência, a autonomia, a ruptura com o estranho (outro), ou seja, com o capitalismo internacional.

Esta postura radical, para Vieira Pinto, seria necessária para que não houvesse a estagnação na luta pela emancipação nem, tampouco, para que o conservadorismo ideológico crescesse, o que inibiria os movimentos que estivessem inseridos numa perspectiva libertadora. Vieira Pinto confirma essa postura da seguinte maneira:

Não advogamos medida utópica; defendemos uma atitude ideológica. Até bem pouco a bandeira do desenvolvimento, identificando-se com a do nacionalismo, se satisfazia as exigências da consciência mais adiantada do momento, hoje, tais exigências configuram um novo ideal, o da emancipação nacional, e o convertem em centro da nova ideologia, a qual representa o momento seguinte de um só e mesmo processo de consciência. Toda consciência social que atualmente omite a exigência de que o nosso desenvolvimento se emancipa do capital estrangeiro, perde o título de nacionalista, torna-se conservadora, porque reitera uma posição vivida e ultrapassada, a que defendia o desenvolvimento a qualquer custo, mesmo com o generoso apoio do capital estrangeiro (1960b, p. 458).

O capital estrangeiro, para Vieira Pinto, acentuava o caráter dialético do processo de desenvolvimento nacional, e suas contradições afloriam à medida que o capital nacional repudiava o internacional. Assim, para Vieira Pinto, a fase em que nos encontrávamos não era mais de luta pelo desenvolvimento, mas pela autoafirmação do nosso país, por intermédio

do controle do capital nacional. Nesse sentido, Vieira Pinto defendia a nacionalização das empresas internacionais que estivessem em nosso país.

A passagem do matiz desenvolvimentista a um tom de nacionalismo engajado na conquista da autonomia da *nação*, requer uma tomada de decisão, que é descrita, assim, por Vieira Pinto (1960b, p. 462):

Ou a tomamos, e conseguiremos realizar a economia nacional autêntica, emancipadora do País é condição de sua possibilidade de constituir-se sem ser histórico independente, ou nos descuidaremos de tomá-la, e procederemos a uma acumulação incompleta para nós, parcial naquilo que nos beneficia, deixando reverter à economia hegemônica, que nos domina, a menor parcela da acumulação aqui produzida.

O capitalismo, para este autor, é tido como uma conquista nacional, tanto para retirar as massas populares da situação em que se encontravam como para o fortalecimento do desenvolvimento nacional. Ao nosso ver, o processo de emancipação proposto por ele passa pela produção voltada para o país, ou seja, para si. Esse processo seria o resultado somente do trabalho das massas populares.

c) A revolução social

A *nação* encontra-se, segundo Vieira Pinto, diante de uma possibilidade de transformação efetiva da sua realidade por meio da ação operativa das massas populares, a qual seria mais eficiente se contasse com o apoio e amparo do Estado. As massas populares e os intelectuais engajados em torno dos interesses nacionais deveriam ser os defensores da *nação*, a ponto de combaterem os ideólogos do colonialismo, os defensores do capital privado que, segundo Vieira Pinto, são os aproveitadores do nosso atraso.

A partir de então, o nacionalismo defendido por esse autor atinge a instância do instituído. Nessa direção, Vieira Pinto (1960b, p. 466) salientou que:

Cabe ao Estado promover, pela política nacionalista, o aproveitamento do trabalho nacional como origem dos recursos internos, suprimindo o lucro estrangeiro e a ação dos seus agentes, nativos ou forâneos, sempre desmoralizadores do esforço do povo.

O esforço constituído em torno do capital nacional, para Vieira Pinto, apontava para a viabilidade da emancipação da *nação*. O esforço, agora, não estaria circunscrito ao desenvolvimento, mas ao processo de emancipação, que seria condição de sobrevivência e humanização das massas populares.

Segundo Vieira Pinto, as massas populares possuem uma dinâmica capaz de movimentar a *nação* em torno dos seus interesses, ou seja, do interesse do setor que se

constitui a maioria na sociedade. Assim, Vieira Pinto acreditava que as massas populares deveriam fazer a revolução social no país.

A revolução seria, portanto, incumbência das massas populares, e esse processo dar-se-ia com as ações do grupo que ela elegeu para formar o parlamento, que representa, democraticamente, a vontade popular. Para Vieira Pinto, esse seria o caminho formal e, portanto, o mais lento, embora fosse o mais adequado para se efetivar a revolução.

Contudo, Vieira Pinto (1960b, p. 470) salienta que as exigências nacionais poderiam se tornar prementes e, nesse caso:

A contradição fundamental de subdesenvolvimento, a divisão entre os setores entreguista e nacionalista da nossa economia, e o séquito de sérias situações que acarreta, como as desigualdades regionais, se agravará a tal ponto que será impossível impedir as forças expansivas autóctones, cuja progressão é incoercível, de abrir caminhos por meios violentos. Somente a remodelação da nossa estrutura econômica, modificando coletivamente as condições de vida das massas, conduzida por uma política nacionalista consequente, resolverá os problemas sociais do momento. Não há que contar com outro meio.

Somente a consciência nacional, na sua formação dialética, seria capaz de absorver os impactos provenientes da questão do desenvolvimento. É evidente também, que essa mudança qualitativa da consciência exigiria um acompanhamento educacional.

Não seria, portanto, o processo educativo formal e elitista o adequado para o trabalho da educação popular. O desafio nacionalista seria o da educação das massas populares, porque elas deveriam se preparar para as consequências do desenvolvimento. Esse seria o desafio político que deveria ser assumido pelas pessoas envolvidas com as aspirações e educação das massas populares.

Vieira Pinto ressaltou, assim, que as massas populares juntamente com os intelectuais que compartilham dos seus ideais seriam os únicos capazes de elaborar, participar e efetivar a revolução social. Portanto, a capacidade das massas e desses intelectuais não adviria dos meios letrados, mas de uma educação forjada da realidade concreta que teria, por finalidade, a libertação do país. Os rumos da educação deveriam se processar a partir do solo da experiência do homem situado que deseja levar a cabo o processo de libertação. Contrário a isso, Vieira Pinto (19601b, p. 503) nos diz que:

Um dos bons exemplos do modo ingênuo de pensar está em afirmar que a revolução de que necessitamos terá de ser feita não pela espada, nem pelo voto, mas pela escola. Deparamo-nos aqui com uma das simplicidades em que ocorrem até mesmo dignos e respeitáveis expoentes do pensamento de intenção nacionalista. A escola e a universidade não podem fazer a revolução de que o Brasil precisa, simplesmente porque é a revolução que tem de fazer a escola e a universidade de que o Brasil precisa. A escola não faz a revolução, porque a revolução tem de ser feita nela; logo, será conduzida por outras forças, que nela terão de operar a transformação indispensável.

Em suma, como pudemos perceber, o sujeito da práxis, isto é, as massas populares se constituem no pilar das representações em que se processa não somente a ideologia do desenvolvimento nacional como também o projeto de autonomia da *nação*. A via de acesso para que a consciência alienada pudesse entender e participar do processo de desenvolvimento e da autonomia da nação seria a educação; contudo, uma educação que levasse em conta as aspirações das massas populares, concebendo que não se educa somente no interior da escola formal, mas na escola da vida, pela vivência, pois a consciência das massas populares é originária do trabalho que executa para transformar as condições de vida que a realidade social suscita.

Dessa forma, a revolução proposta por Vieira Pinto passa pela resistência das massas populares ao capital estrangeiro, pela busca da autonomia do país, pelo voto e pela educação popular. Por outro lado, este autor percebe a urgência da transformação da estrutura econômica do país, por meio de uma espécie de aliança social. Contudo, se isso não ocorresse as massas populares utilizariam outros meios para que se efetivasse tal transformação.

A nossa observação em todo este capítulo destaca que as categorias *subdesenvolvimento*, *ideologia do desenvolvimento nacional*, *consciência ingênua e consciência crítica* e *Estado/Nação*, têm seus fundamentos no âmbito da consciência das massas populares. Nesse sentido, a teoria educacional em apreço foi desenvolvida a partir de uma perspectiva dialética, que relaciona educação e sociedade.

Em suma, a categoria *massas populares* tornou-se o fórum, o eixo vertebral da teoria educacional de Álvaro Vieira Pinto, fundamentando toda a sua reflexão tanto social quanto educacional. Acerca da concepção de educação desenvolvida por ele, abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 — CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Por consequência, deve-se admitir que a educação, tanto infantil como a de adultos, não tem contornos definidos (a não ser aproximados). Por essência é um processo de desdobramento do ser humano e da cultura *imprevisível* em seu curso, e que, apesar de possuir pontos de inflexão e de parada (época de crises e de obscurantismo), segue em sua marcha geral um caminho indefinidamente *progressista* no sentido da criação de melhores condições de vida e de maior expansão da cultura (Álvaro Vieira Pinto).

A educação é processo contínuo e permanente no indivíduo. Não pode ser contida dentro de limites pré-fixados. Em virtude do caráter criador do saber, que todo saber possui, o homem que adquire conhecimentos é levado naturalmente a desejar ir mais além daquilo que lhe é ensinado (Álvaro Vieira Pinto).

Até aqui, procuramos evidenciar os aspectos históricos e sociais do pensamento de Vieira Pinto e, também, a vinculação destes com as categorias do capítulo anterior, tanto do período histórico em que o autor esteve situado (capítulo 1) como dos ângulos político, social e econômico em que se assenta a sua reflexão acerca da educação (capítulo 2). Neste capítulo, procuraremos discutir a concepção de educação no pensamento de Álvaro Vieira Pinto. Como toda educação, entretanto, é constituída de intencionalidade — característica eminentemente humana — não podemos, dessa maneira, pensá-la sem um prévio conceito de homem.

Vieira Pinto aponta que a compreensão de uma realidade está intrinsecamente relacionada com a posição, os valores de uma consciência, situada numa determinada sociedade e grupo social. Nesse sentido, este autor nos diz que uma consciência aberta, tendida a uma realidade, interpreta esta realidade a partir de seus valores que são construídos, mediados pelas relações que estabelecemos num determinado grupo ou classe social. É a partir desse entendimento que Vieira Pinto mostra que toda interpretação de uma realidade possui uma determinada intenção: ou de transformação ou de conservação.

Dessa maneira, não é possível conceber um modelo de educação em abstrato, visto que a educação se processa dentro de uma determinada formação histórico-social, ou seja, depende tanto do legado das gerações que nos antecederam quanto da nossa capacidade de agir e criar uma nova forma de compreender a sociedade e a nós mesmos. Sendo assim, num primeiro momento, apresentaremos a concepção que Vieira Pinto elaborou acerca do homem e, num segundo, apresentaremos a sua concepção de educação.

Nessa perspectiva, Vieira Pinto nos diz que tanto a concepção de educação como a de homem reproduzem os interesses, os anseios da sociedade. Assim, a educação é vista como sendo produto da relação do homem com o seu meio social concreto. É dessa relação social que emergem os desafios dos saberes a serem apreendidos e aprendidos pelos membros da sociedade. Dessa maneira, cada indivíduo estará sendo impulsionado pelo seu meio social a construir e ampliar o seu conhecimento da realidade a partir de situações concretas e objetivas. Essa maneira de ver a educação é um contraponto ao modelo de educação proposto pela elite, que defendia *“em abstrato um ‘modelo’ de educação e pretende levá-lo à prática”* (PINTO, 1993, p. 36).

A educação que procede de caráter abstrato, impreciso, genérico, descolado do contexto histórico-social e existencial do educando, está, para esse autor, assentada no plano do pensar ingênuo. Esse modelo de educação, além dessas características, busca reduzir os males da sociedade aos defeitos da instrução. Esta perspectiva ainda acredita que:

... a educação pelo saber letrado é sempre privilégio de um grupo ou classe, de tal modo que, somente este grupo tem o direito assegurado de saber, somente os seus membros se especializam na tarefa de educar e somente este grupo tem o direito e o poder de legislar sobre a educação, ou seja, de definir em que deve consistir a educação institucionalizada, escolarizada (PINTO, 1982, p. 32).

Já num segundo momento, analisaremos a concepção de educação — originada da consciência das massas populares — vinculada ao desenvolvimento nacional, que se contrapõe a esta abordagem ingênua. O entendimento da educação das massas populares se dá por essa ser vista como sendo processual, concreta e histórica. Enquanto o homem busca entender a educação a partir da sua existência concreta, ao mesmo tempo ele se percebe como um ser que se desenvolve no tempo; ou seja, a investigação da realidade concreta e objetiva diz respeito tanto à própria história individual de cada homem, como também ao estágio de desenvolvimento em que a comunidade — em que este homem está situado —, se encontra.

Além disso, Vieira Pinto acreditava que a formação do homem perpassa por toda a sua vida. É dessa forma que a educação, ao ser vista como processo, se realiza. Dessa maneira, no percurso da vida, o homem estará aprendendo e se construindo. É nesse processo que nós encontramos, no real da sociedade, nossa essência de ser homem. Portanto, a dinâmica social indica um caminho para a educação, pois ela é sempre criação de algo novo. Por isso é que o referencial do processo educacional tem uma de suas matrizes na cultura.

O homem, por ser construtor de cultura e de instrumentos e meios de produção de que a sociedade necessita para a sobrevivência, constrói, também, nesse processo, a si mesmo. A educação é um dos elementos que viabiliza a cultura e encontra-se vinculada a ela, e que se

constitui num dos elementos formadores do homem numa determinada sociedade. Assim, a nossa maneira de entender a educação passa, em primeiro lugar, pela concepção de homem que a sociedade deve formar.

Desse modo, a discussão a ser travada em torno da educação — que constitui o veículo fomentador da ideologia do desenvolvimento nacional — tem como objetivo, além da formação do homem, a transformação da realidade histórica, social e existencial da sociedade brasileira. Por esse motivo, a educação precisa ser entendida não de modo abstrato, desligado da realidade histórica existencial dos seus agentes, mas, antes de tudo, refletir sobre os objetivos mais gerais da sociedade, ou seja, os interesses das massas populares. O conteúdo da educação deve emergir das condições existenciais, concretas e objetivas das massas populares, bem como a ideologia do desenvolvimento nacional deve ser expressão e fenômeno das mesmas.

Mediante essas explicitações, compreendemos que tanto o homem como a educação constituem-se produtos de uma sociedade. Neste sentido, passaremos a analisar, em primeiro lugar, a concepção de homem que a sociedade deseja formar e, em segundo, abordaremos a educação que deve acompanhar e promover o processo de desenvolvimento nacional com o intuito de efetivar a transformação social.

3.1. Concepção de homem em Vieira Pinto

A discussão acerca da concepção de homem, no pensamento de Vieira Pinto, fundamenta-se na categoria trabalho. Este fator constitutivo do homem revela a sua natureza, a sua essência e, conseqüentemente, realiza a sua humanização de forma progressiva. Por isso, a investigação acerca do homem passa pela investigação da produção do mundo que é compreendido como sua morada, seu local de permanência que circunda toda a sua pré-existência e existência.

Vieira Pinto, ao afirmar que o homem é um investigador e, concomitantemente, um dos elementos do problema investigado, revela que, ao procurar por sua gênese, não a encontrará circunscrita no intervalo de tempo entre o seu nascimento e a sua morte. Isto porque a sua origem não se dá, simplesmente, no momento em que ele se tornou um *ser no mundo*, mas no momento em que se tornou um *ser pertencente ao mundo* e, ao mesmo tempo, sujeito diante do mesmo, visto que o homem contemporâneo atual é o resultado de todos os empreendimentos acumulados de todos os que o precederam. Desse processo decorre, portanto, a configuração de uma situação coletiva, na qual ocupará um ponto particular, ou

seja, um lugar de onde receberá e exercerá influência *sobre* o mundo e o meio social em que está situado. Assim, o homem não é somente produto, mas também produtor do mundo.

Neste sentido, a nossa discussão acerca da concepção de homem, em Vieira Pinto, buscará evidenciar a constituição do homem, passando pela sua origem e formação histórica. Em seguida, analisaremos as categorias constituintes do homem. Contudo, a nossa discussão não pretende, em absoluto, exaurir a questão por se tratar de uma problemática complexa. Desenvolveremos, então, considerações relativas a esse campo específico de estudo que fundamenta e pode nos oferecer uma visão da totalidade do pensamento do autor. Mediante essas informações, passemos à análise dessa problemática.

Vieira Pinto, ao falar acerca da concepção de homem, situa o seu estudo no âmbito da “*existência concreta do mundo em evolução permanente, da vida, como dinamismo em expansão e complexidade crescente*” (PINTO, 1969, p. 18). Ou seja: o homem deve ser analisado a partir da ciência da história. A compreensão do homem historicamente deve, para Vieira Pinto, ser efetivada sob dois aspectos: o da história natural e o da história do homem, isto é, deste enquanto produtor de cultura. Estes dois aspectos não são separáveis. Enquanto buscamos compreender a história do homem, precisamos, segundo Vieira Pinto, ter a clareza de que a história da natureza e a história dos homens se condicionam. Assim, se de um lado, devemos partir do período pré-humano, passando por todo processo da posição evolutiva até o aparecimento do homem, por outro, no homem, após o surgimento da consciência reflexiva, do conhecimento, toda produção humana se constitui como fato social. Para melhor compreensão dessa questão, apresentaremos, a seguir, em linhas gerais, a constituição do homem como *ser do mundo* ou *ser mundano*, ou seja, como ser que é parte do processo evolutivo do mundo e como *ser social*, criador da sua natureza humana no seio da sociedade, da cultura.

Ao buscar explicar a formação do homem, Vieira Pinto recorreu à genealogia da formação do cosmos — desde o intervalo entre as formas mais simples de organização até o aparecimento do hominídeo. Foi neste intervalo que, para Vieira Pinto, ocorreu o desenvolvimento da matéria inerte¹ e, em seguida, o da matéria viva². Essas duas formas de matéria, a inerte e a viva, segundo Vieira Pinto, encontram-se nas fases primárias do processo evolutivo, não havendo, portanto, nelas o surgimento da consciência.

¹ Matéria inerte é aquela que apenas é do mundo e segue passivamente o processo do mundo. Não atua sobre o mundo (Cf. PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 22).

² A matéria viva embora pertença ao mundo, o interioriza, apossa-se dele e torna-se capaz de fazer o mundo ser dela, por meio do domínio que exerce sobre o mundo (Cf. PINTO, Álvaro Vieira. Op. cit., p. 23).

Segundo esse processo, Vieira Pinto apontou que, com a bifurcação do processo cosmológico e o delineamento da esfera biológica, a matéria viva percorre seis fases. Embora, nas duas primeiras, ainda, a consciência esteja presente, diz que a capacidade de reação da matéria viva, ao responder os estímulos do meio, possibilita a formação e desenvolvimento de habilidades mais organizadas. No final da segunda fase, percebe que há uma certa acumulação de experiência vivida na existência individual, devido ao desenvolvimento de reflexos condicionados. Esses reflexos são oriundos tanto do meio em que a matéria viva se encontra, como também do interior da própria matéria. Aqui, podemos dizer que já encontramos uma forma de relação, mesmo incipiente, da matéria viva com o seu meio.

Na terceira fase desse processo evolutivo, Vieira Pinto diz que já ocorre o despertar da consciência, embora se apresente sem a capacidade reflexiva. Ou seja, ela não alcança a *idealidade* — a consciência não consegue elaborar a idéia representativa da coisa; a representação da coisa, nessa fase, ainda é parte da coisa individual, no âmbito do aqui e agora. Este é o momento que antecede o desenvolvimento da ação do homem sobre a natureza, com o intuito de transformá-la por meio do trabalho. Nessa fase, a coisa, o mundo somente é entendido a partir do momento em que o vemos, nos encontramos diante dele. A capacidade simbólica do homem ainda não se encontra desenvolvida, pois, somente com o desenvolvimento da capacidade ideativa, reflexiva do ser vivo, é que ocorre, o que poderíamos dizer, um certo *estranhamento* do homem com o mundo, em função de uma diferenciação entre eles. A partir de então, para o homem, o mundo passa a ser entendido não mais como parte de si mesmo, porque, ao se perceber como um ser que age sobre o mundo em busca de sobrevivência, ele, agora, tem a consciência de que é diferente do mundo.

Segundo Vieira Pinto, esta fase, além de ser o momento em que ocorre a transição das estruturas animais superiores, antropomórficas para os graus do processo de hominização é, também, marcada por constituir-se no elo entre as formas superiores de animalidades pré-hominídia e as que apresentam as modificações iniciais do ser que futuramente será o homem.

Para Vieira Pinto, é na quarta fase da evolução biológica que se processa, nas formas *pré-sapiens* — em indivíduos do gênero *homo* — o desenvolvimento da capacidade de *ideação*; isto é, o homem primitivo já possui a capacidade de produzir idéias a partir de uma situação concreta, contudo essa idéia transcende a situação de onde ela se originou. Assim sendo, este autor disse que também ocorre o desenvolvimento da capacidade de vinculação de uma idéia a outras, originando, assim, o *universo do juízo* totalmente subjetivo — momento em que as idéias estabelecem relações entre si. A idéia, neste caso, deixa de ser sinal, signo da coisa e passa a ser sinal, signo de outra idéia, gerando, deste modo, o universo do pensamento.

Essas transformações são acompanhadas pelas seguintes modificações orgânicas: a liberação dos membros anteriores, que propiciará ao homem trabalhar e a especialização dos órgãos da fonação que desenvolverão o uso da linguagem. Ambos são elementos constitutivos do homem, enquanto ser social. Ademais, isso indica “*que o animal humano está se preparando para passar ao estado reflexivo, por efeito da complexidade crescente da organização do córtex cerebral*” (PINTO, 1969, p. 26).

Assim, Vieira Pinto disse que:

De agora em diante será possível dizer que ser o homem adquire a sobrevivência pela ação deliberada sobre o mundo, em função da representação cada vez mais clara que dele vai adquirindo, ou seja, que se mostra competente para *trabalhar*. Interfere no processo e estabelece modos de atuação sobre o mundo que importam em *produzir*, embora em estágio inicial, os meios de subsistência de que necessita. Em vez de simplesmente utilizar os recursos que acha à mão, começa a tomar medidas para fazê-los intencionalmente aparecer, desde os mais simples, a coleta de frutos ou raízes, que apesar de ser a mais elementar forma de produção, supõe entretanto a decisão de buscar as áreas mais favoráveis, mais abundantes em tais bens. Estamos já aqui em presença de uma modalidade incipiente de trabalho (1969, p. 26-7, grifos do autor).

Seguindo este processo dinâmico do desenvolvimento do mundo e do homem, dizemos que a característica do desenvolvimento do processo biológico, na quinta fase, segundo Vieira Pinto, está centrada no aparecimento do *conhecimento reflexivo*. Este, por sua vez, abrange as formas culturais e civilizatórias avançadas, onde se encontram realizações materiais e criações culturais que delimitam a distinção dos momentos superiores no processo histórico da hominização. Desse modo, nesta fase, o homem

Define-se pelo surgimento da sua *autoconsciência*. O homem toma consciência da sua *racionalidade*, reconhece nela um traço distintivo, que o institui na qualidade de um ser, um ‘reino’ à parte no processo evolutivo, e cultiva-a intencionalmente em si, na sua formação individual, e na espécie, ao estabelecer os modos de transmissão voluntária, socialmente organizada, educacional, do conhecimento. O ‘saber’ do animal transmite-se por herança, é uma transmissão de caráter biológico; cada geração lega à seguinte, no seu mapa genético, o conjunto de conhecimentos necessários e suficientes para enfrentar a conjuntura vital, o mundo em que o animal tem de viver. O saber no homem se transmite pela educação e por isso é uma transmissão de caráter social. Para que a geração seguinte possa receber a carga de caráter de cultura de que necessita para responder eficazmente aos desafios da realidade faz-se preciso que a precedente organize socialmente o modo de convivência entre as civilizações, de modo a possibilitar a transferência do legado representado pelo conhecimento. Com o saber aparece a capacidade de refletir sobre si mesmo, de tomar a própria consciência, com todo o conteúdo de idéias, imagens e articulações abstratas explicativas da realidade, por objeto de observação e de estudo (PINTO, 1969, p. 28, grifo do autor).

E, por fim, o processo de aprendizagem do legado cultural não é espontâneo, individual; não se processa, somente, por ensaios e erros, sem acumulação e transmissão social; pelo contrário, se faz de forma organizada, em virtude da difusão das técnicas de

transmissão direta, oral ou escrita, do conhecimento entre os indivíduos que supõe o caráter coletivo, social, constituído por progressiva acumulação histórica.

Nessa última fase do processo evolutivo biológico, o homem pratica observações conscientes, ensaia técnicas, cria as primeiras explicações racionais do mundo, da sociedade e da existência. Nesse sentido, ao utilizar-se de um método para realizar as suas atividades, as ações que o homem processa sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre a realidade em que está situado, tornam-se intencionais.

É a partir desta fase que a consciência adquire a sua dimensão de intencionalidade. Contudo, é na relação e ação com o mundo que a cerca que ela se caracteriza como sendo ingênua ou crítica. Esta diferenciação já foi desenvolvida no item 4 do capítulo 2.

Em suma, após ter percorrido essas várias fases, ou seja, o processo em que se deu a origem do homem, enquanto ser biológico, percebemos que, embora ele se constituísse como criador do processo cultural, não conseguiu realizar uma cisão entre o processo biológico e o processo de criação da cultura. Isto porque, para Vieira Pinto, o processo de criação cultural suprassumiu o processo evolutivo. Daí decorre que a construção da cultura pela ação do homem implicou também a reconstrução desse homem, uma vez que ele, ao ser o homem, ao ser criador da cultura, cria simultaneamente a si mesmo e insere, no legado do processo cultural, outra forma de ser e estar no mundo.

Assim sendo, o homem, ao se tornar ser cultural, possui a capacidade de armazenar idéias originadas das experiências que foi capaz de realizar e discernir, entre elas, as favoráveis, conservando-as como resultado desse processo. Em seguida, converte em idéias as imagens e lembranças, os princípios originados da realidade sensível. Dessa maneira, a cultura vai se destacando do mundo material, quando o homem, intencionalmente, constrói instrumentos artificiais para auxiliá-lo no domínio da natureza; é quando as idéias constituem-se na antevisão da sua atuação e transformação no mundo.

Assim, a cultura torna-se indissociável do processo de produção da existência do homem e dos meios de produção, visto que do processo de produção originam-se os bens de consumo e os bens de produção. Quanto aos bens de consumo, o homem transforma os resultados materializados das suas experiências com as coisas em idéias gerais, mediante a ação produtiva; quanto aos bens de produção, subjuga a realidade às idéias que representarão novas atividades humanas.

A cultura, para Vieira Pinto (1969), tanto pode ser entendida como um bem de consumo, como também um bem de produção. Dizemos que, quando diz respeito a idéias que buscam compreender e interpretar uma realidade, há objetos fabricados por meio do emprego

de técnicas conhecidas, que municiarão a geração presente para explorar os recursos necessários à sua sobrevivência. Nessa perspectiva, a cultura é vista como sendo um bem de consumo que a sociedade, por intermédio da educação, distribuirá a seus membros. A cultura, como um bem de produção, é vista como o acervo de conhecimentos e de instrumentos que vão permitir a exploração coletiva do mundo pelo homem, um meio de operar sobre a natureza, num esforço social a serviço da sobrevivência do indivíduo e da espécie.

A cultura apresenta, então, duas características básicas: ela é conservadora de valores, descobertas, técnicas, instrumentos de produção etc; e, ao mesmo tempo, é produtora de novas possibilidades de explorar a realidade, de obter os meios de sobrevivência. Nestes aspectos, a atividade do homem sobre a natureza não implica somente uma ação, mas também uma ideação dessa ação; ou seja, toda ação intencional do homem na direção de construir a sua existência não se processa, simplesmente, de forma espontânea, mas, metodicamente, por meio de uma antevisão dos resultados de uma ação.

O homem, além de ser produto do processo cultural, é também produtor de sua existência e dos seus meios de sobrevivência para si e para a geração futura. Pela ação produtiva é que o homem se origina enquanto ser homem. Ou seja, para Vieira Pinto, o trabalho é a categoria mediadora entre o mundo e a sua existência no âmbito do mundo cultural. O ato de trabalhar — agir sobre o mundo com o intuito de transformá-lo e transformar-se — leva o homem a ser sujeito e objeto do processo de desenvolvimento das relações produtivas de cultura.

O ato de agir sobre o mundo possibilita ao homem desenvolver e ampliar a sua capacidade cognitiva e criativa. Contudo, nessa mesma direção, Vieira Pinto (1960b, p. 139) nos diz que *“a certeza última que o estado do mundo que proporciona a situação para o estar nele é condição decisiva para o ser do homem”*. Esta afirmação constitui um dos pilares da sua concepção de homem.

Decorrente dessa afirmação, ele diz que o homem se constitui pelos seus atos à medida que busca auto-realizar-se. É a partir daí que o homem domina a natureza, cria instrumentos jamais existentes em seu meio cultural e modifica o seu *habitat* cultural. Mas para que isso ocorra, primeiramente, ele precisa estar no mundo que existe independentemente dele, ou seja, não depende de sua vontade a escolha do local onde irá nascer — a sua escolha é exercida após estar no mundo — pois o mundo é onde ele forma, por impressões passivas e reações ativas, o seu ser. O estar no mundo é um dado, mas o ser no mundo é um processo.

A relação existente e atuante do homem com o mundo e com os outros homens em sociedade não suprime a sua dimensão de ser condicionado, ao contrário, atribui-lhe outra

condição, a de ser social. O homem, na dimensão de ser social, não está isento da sua condição anterior, a de ser condicionado, pois, desde o seu processo evolutivo natural até o processo de criação da cultura, constitui-se como um ser condicionado e, ao se tornar criador de cultura e de bens de produção, passa a se relacionar com outros homens pelos feitos que realizou. Essas ações são comunicadas à geração seguinte por meio de um legado cultural que vai se formando com o passar do tempo. Ao receber e transmitir informações sobre as suas ações no mundo natural e cultural, este processo o eleva à condição de ser social.

Nessa mesma direção, Vieira Pinto aponta que da dimensão de ser condicionado e de ser social decorre que o homem, na qualidade de criador de cultura, também se torna portador da cultura. Isso considerando-o, existencialmente, no âmbito das relações sociais concretas que compõem a sua essência criadora de cultura. Embora a essência do homem seja constitutiva do seu condicionamento existencial e das relações sociais, contudo, o que a define não é o fato de possuir uma essência uniforme, pois depende das condições de desenvolvimento da sociedade a que pertence. As sociedades encontram-se em circunstâncias históricas desiguais no que diz respeito ao seu processo de desenvolvimento. Este fato é decorrente da desigualdade do poder de dominação da cultura e dos bens de produção que, a partir dela, o homem cria para a sua sobrevivência. Vieira Pinto expressou o seu posicionamento acerca dessa questão da seguinte maneira:

Tendo compreendido que a conquista do mundo se faz pela apropriação da racionalidade dos processos que nele se desenrolam, e sua transferência, em forma de representação cognoscitiva, para a consciência do homem. Torna-se claro que a essência humana concretamente não pode ser uniforme, mas é função do domínio efetivo que cada comunidade exerce sobre a natureza. Depende do modo como a explora, fundamentalmente se o faz para si ou para outro, criando assim para os seus membros a possibilidade de realização neles da humanidade, ou seja, definindo o teor de cumprimento do ser do homem no âmbito social a que cada indivíduo pertence (1969, p. 531).

A ação do homem, no âmbito das relações sociais, em uma sociedade, é marcada e determinada pelas condições em que ela se encontra, pois a condição do homem é reflexo da condição social e vice-versa.

Em outras obras, Vieira Pinto (1960b, p. 136) radicaliza a questão do estar e do ser no mundo, como produto e produtor de cultura, da seguinte maneira: *“Só sou porque estou ou, noutras palavras, sou o que sou porque estou no mundo onde estou”*.

O mundo condiciona e determina o ser do homem. O homem, ao ser condicionado pelo mundo, capta esta situação e busca transcender este estado. Contudo, a dimensão de transcendente caracteriza o homem como ser aberto que se inscreve na sua situação concreta, real, que a condiciona. O mundo não se resume a um dado físico e material — concebido

numa perspectiva de continente territorial — mas é definido pela realidade histórica. Com isso, o que especifica historicamente o universo onde nos encontramos situados é o fato de esse se configurar, estritamente, no âmbito da nação brasileira.

Contudo a abordagem de Vieira Pinto acerca desta temática não se reduz a uma simples identificação entre o ser do homem com o ser da nação, pois os dados da nação não são, por si só, envolventes físicos e culturais do homem. A passagem da consciência individual à consciência nacional, mediada pelo projeto de desenvolvimento nacional, continua a ser a característica fundamental do homem formado pela nação. Assim, o homem se constitui, no âmbito nacional, num ser deste projeto. É neste sentido que:

É pelo seu projeto de destino que a nação se converte em um todo envolvente. Este como o temos dito, não é o mero espaço preenchido por coisas e ocorrências, mas a universal conexão de sentido que afeta tudo quanto aí existe. Descobrimos agora a fonte de tal destino: é o projeto de ser, a decisão de autodeterminação, de tirar de si a forma de que se quer revestir (PINTO, 1960b, p. 160).

O ser do homem e o ser da nação são constituídos no âmbito da sociedade brasileira que os determina e condiciona estes, contudo, se identificam, se unem, enquanto projeto da nação. O homem, ao pensar a nação, é determinado pela realidade nacional que está pensando.

Em suma, a nosso ver, toda discussão acerca da concepção de homem, em Vieira Pinto, deve levar em consideração as categorias que determinam e constituem o ser do homem. São elas: trabalho, ação, reflexão, amaterialidade, cultura, história, realidade, processo, transcendência, consciência ingênua e consciência crítica, nação e educação. Embora essas categorias sejam constitutivas do ser do homem, elas, isoladamente, nada representam, nem tampouco dizem algo sobre o homem, uma vez que este deve ser concebido em sua totalidade e concretude.

Além dessas categorias, destacamos outras a partir das exposições de Freitas (1998, p. 177). Quando este buscou compreender a concepção de homem em Vieira Pinto, explicitou-a, tendo como base algumas expressões: “homem-em-situação”, que exprime “*o ser do homem como algo que se confunde com o meio e o trabalho*”. E, em outra passagem do seu texto, Freitas apresenta outra expressão fundamental que constitui o ser do homem no mundo da cultura: “homem-em-comunicação”. Essa expressão indica que o homem, ao ser criador da cultura, cria também a linguagem que constitui o veículo mediador de comunicação, possibilitando-lhe relacionar-se com o mundo, com os seus semelhantes e consigo mesmo.

No dizer de Freitas (1998, p. 179):

Álvaro Vieira Pinto realimenta algumas de suas expectativas em torno do trabalho,

entre as quais, a de que o ato de trabalhar deveria ser entendido como promotor da consciência crítica. Sua leitura de Marx e de alguns marxistas pouco alterou-lhe essa percepção. Se o trabalho era a fonte do entendimento da comunicação humana e o responsável pelo trânsito nas realidades temporais superpostas, o método apropriado para investigar as estruturas subdesenvolvidas deveria ser solicitada à Antropologia, ou, como ele mesmo designava, Antropologia existencial.

Em outras palavras, a categoria *cultura* é de fundamental importância para a compreensão do homem e das suas relações sociais. O homem, ao se configurar como ser do processo cultural, se constitui, simultaneamente, como ser inacabado, ser que se faz pelos seus atos e faz a nação. Aqui encontramos a característica fundamental do processo educacional. Não há homem pronto, acabado. Ele se faz mediante as transformações e o processo de desenvolvimento nacional que nunca cessarão, pois sempre haverá novas situações postas para o homem se transformar e transformar a nação.

As categorias que constituem o ser do homem não podem ser analisadas separadamente, pois a visão de conjunto que elas apresentam, traz uma abordagem *interacionista*. Isto pode ser percebido, na obra de Vieira Pinto, quando ele diz que o homem é tanto sujeito do processo criador da cultura e do mundo, como também objeto desse mesmo processo. Aqui se evidencia uma característica interacionista, uma vez que o homem se faz e se refaz a partir de sua interação contínua com o mundo. Se Vieira Pinto diz que o que existe é um *ser-em-situação*, podemos dizer, então, que é, nesta circunstância, que a atividade que o homem exerce sobre o mundo reflete diretamente no seu ser e o 'dissolve', enquanto ser no mundo, formando, assim, uma certa identidade entre o ser do homem e ser do mundo.

Em decorrência disso, o homem-em-situação também se apresenta como ser-em-comunicação. Ao agir sobre o mundo, ele comunica a sua presença transformadora sobre si mesmo e sobre o mundo aos outros homens com quem convive e, ainda, viverá por meio de sua convivência no mundo.

É com o exercício da capacidade transformadora e comunicativa que o homem se torna ser histórico. Os seus atos realizam a mediação comunicacional entre os homens.

A comunicação, em uma dada sociedade atrasada como a nossa, se faz pela interferência dos homens na realidade do país. Este é o meio mais eficaz de expressar os valores, as crenças, os posicionamentos políticos e econômicos. É pela ação que o homem comunica o seu grau de insatisfação frente aos desafios de construção da sociedade. Ao se posicionar, comunica a sua insatisfação e o desejo de mudar, transformar a sociedade, como também comunica o seu desejo de deixar tudo como está. Dessa maneira, está posto o dilema das relações sociais frente ao desafio da implementação do projeto de desenvolvimento nacional. Este dilema é apresentado por Vieira Pinto (1960b, p. 139) da seguinte maneira:

Longe de ser cavilação filosófica fastidiosa ou propaganda política interesseira, a ideologia do desenvolvimento nacional pela qual pugnamos neste trabalho tem por fundamento último a certeza, derivada da analítica existencial, de que o "estado" do mundo, que proporciona a situação para o "estar" nele, é condição decisiva para o "ser" do homem. Vejamos, pois, que a ideologia do desenvolvimento é na sua essência um humanismo. O subdesenvolvimento constitui a situação existencial do desumanismo. Nele o ser do homem está impedido de atingir condições de vida capazes de lhe dar o modo de existir que, correspondendo à fase histórica vigente, define a essência do homem (grifos do autor).

Para a nação e o homem romperem com esse dilema e buscarem a sua libertação e a do país, é preciso que a ideologia do desenvolvimento nacional seja disseminada por todos os cantos do território nacional. Nesse sentido, cabe à educação a tarefa de não somente formar o homem de acordo com a realidade que se apresenta como também de ser instrumento de difusão da ideologia do desenvolvimento. Assim posta a concepção de homem, analisaremos a seguir a concepção de educação no pensamento de Vieira Pinto.

3.2. Concepção de educação popular

Embora as categorias de *subdesenvolvimento*, *ideologia de desenvolvimento*, *consciência ingênua e crítica*, *Estado/ Nação* se constituam como base para a discussão acerca da concepção de educação popular em Vieira Pinto, a categoria *massas populares* vem a ser a que melhor exprime o lugar epistemológico e ontológico dessa questão. As demais categorias são, também, importantes, pois, gravitam em torno das massas populares. Em decorrência da caracterização das massas populares no pensamento de Vieira Pinto, procuramos esclarecer como este autor explicitou a concepção de educação e a finalidade que ela perseguia.

Sobre as massas populares, já fizemos, em capítulo anterior, uma discussão. A nosso ver, tornou-se nítido o compromisso e a perspectiva que Vieira Pinto assumiu frente à realidade brasileira e às massas populares no período em que atuou no ISEB. O seu posicionamento e compromisso com as massas populares traduziram-se em parâmetro tanto de partida como de chegada no que diz respeito à estruturação do seu pensamento.

Sendo assim, para compreendermos esta questão, evidenciaremos a compreensão do que seja: a) lugar epistemológico e ontológico das massas populares no pensamento de Vieira Pinto; b) concepção de consciência ingênua e crítica da educação; c) educação e ideologia do desenvolvimento nacional; e, d) concepção de educação infantil e de adultos.

3.2.1. Lugar epistemológico e ontológico das *massas populares* no pensamento de Álvaro Vieira Pinto

O pensamento, neste estudo, articula inúmeras idéias em torno das massas populares, situando-as, hierarquicamente, no topo enquanto constituintes e fundamentadoras do mesmo.

Vejamos o que Araújo nos diz sobre esta questão:

Por lugar epistemológico está se procurando caracterizar a posição, a partir da qual a teorização educacional em apreço se realiza. O termo, lugar, não tem aqui um sentido espacial, mas ontológico. Portanto, é aqui entendido como o ponto a partir do qual se dispõe e se organiza um dado discurso: ele é que alicerça toda a teorização, constituindo-se em sua base conceitual (1995, p. 124).

A categoria *massas populares*, desenvolvida em capítulo anterior, não se reduz somente, no pensamento de Vieira Pinto, a uma discussão conceitual ou teórica, a um instrumento de apreensão e compreensão de uma determinada realidade, a uma expressão fenomênica, nem, tampouco, a uma posição mais hierarquicamente superior em relação aos demais conceitos-chave, também desenvolvidos no capítulo anterior. A nosso ver, as massas populares que devem ser compreendidas, também, dentro de uma perspectiva ontológica, possuem as seguintes características e determinações: a) reguladora; b) viva e c) dinâmica.

- a) São reguladoras por serem as únicas possuidoras de idéias e categorias reguladoras do desenvolvimento nacional;
- b) são força viva por que transformam qualitativamente a sua consciência e por terem como mediação a situação real em que se encontram e por agirem no mundo;
- c) são dinâmicas porque a formação e o aumento de sua autoconsciência acontecem de forma processual e progressiva.

De acordo com isso, as massas populares podem ser compreendidas como sendo a força motriz ou geradora das idéias norteadoras que compoem a ideologia do desenvolvimento nacional. Cabe-nos, ainda, ressaltar que Vieira Pinto assinala que a consciência passa por várias etapas e, em cada uma delas, encontra-se em um grau diferente de compreensão da sua realidade concreta. A consciência das massas populares, em decorrência disso, não se apresenta de forma homogênea, ou melhor, no mesmo nível de desenvolvimento, no seio de uma determinada sociedade.

Resumindo as etapas por que passa a consciência, destacamos três. Na primeira etapa, a consciência do indivíduo, do homem-em-situação, operário, povo, trabalhador rural, estudante, etc, que constituem as massas populares, forma-se em contato com a situação circunstancial em que a sua existência concreta e objetiva se desenvolve. Dessa maneira, a

formação da consciência tem como referência, ponto de partida, “*os dados sensíveis que constituem o material concreto*” (PINTO, 1963, p. 268), contudo, não em sua totalidade, mas em uma multiplicidade de aspectos. Embora a consciência nascente já se compreenda diferente das demais, ainda não consegue, contudo, elaborar, expressar a sua indignação, inconformismo diante da sua realidade existencial. A consciência das massas populares, ainda não percebe a essência de sua existência.

A segunda etapa caracteriza-se pela capacidade de abstração, de representar, levando em conta o princípio de totalidade, a sua realidade concreta. O que antes era visto em forma de multiplicidade, agora se apresenta em forma de unidade. Nesta perspectiva, a consciência *desentranha-se* da realidade concreta, levando em conta a sua dinâmica, contradição e multiplicidade e a unifica a partir do conceito que formula dessa realidade. Nesta etapa, as massas populares passam a compreender que a realidade imediata, aparente, constituída de multiplicidade que antes percebia, agora, não passa de uma pseudoconcreticidade. A consciência das massas populares encontra-se munida de uma formulação teórica. Deste ponto de vista, a consciência passa de emudecida, diante do drama social em que vivia, a uma força viva, a uma exigência consciente. Nesta etapa, as massas populares descobrem a sua própria voz e passam a ‘reclamar’, lutar contra a situação de miséria em que vivem. Mesmo assim, os seus protestos são de forma isolada, não conseguindo, portanto, detectar a fonte, a raiz da sua situação circunstancial. A consciência das massas populares, nesta fase, passa a exprimir em formas de juízos a sua situação diante do mundo em que vive e atua. Assim, ela supera o plano da percepção sensível não, contudo, o da existência material, revelando, portanto, a capacidade reflexiva sobre a sua condição existencial — suprasumindo o concreto ao abstrato, especulativo. O indivíduo é, portanto, capaz de refletir sobre si mesmo.

E, por fim, a terceira etapa, em que a consciência passa do estado de inconformismo ao especulativo e de projeto. Assim, o homem-em-situação percebe-se como um ser de projeto, sendo produto e produtor de uma idéia. O projeto não se efetiva enquanto uma idéia; ele tem sua gênese e fim na ação, no trabalho. Por isso, o homem, nesta etapa, caracteriza-se como sendo um ser de ação. O projeto é constituído de uma idéia que o mobiliza. E toda ação exige em contrapartida uma reflexão sobre si mesma que, por sua vez, suscita uma outra idéia que a mobiliza para a ação. Assim, a idéia é tão processual e dinâmica quanto a dimensão da realidade concreta, onde se efetiva a ação. É neste ir e vir que se processa a sua relação concreta. Nem a realidade concreta, nem o ser do homem podem ser considerados estáticos. Cada ação efetivada desencadeia transformações objetivas, tanto na realidade concreta, existencial de cada homem, quanto na consciência das massas populares.

Como pudemos perceber, a consciência que intervém no mundo para transformar a sociedade teve seu ponto de partida no concreto, na multiplicidade em forma de conceito. É nesta forma de uma unidade conceitual que a consciência se distingue e nega a multiplicidade do mundo sensível. É nesta unidade conceitual que a consciência se percebe como estando habitada por uma idéia que não é sua. Agora, ao desvencilhar-se de uma idéia múltipla da realidade, esta consciência vai à realidade concreta e busca elaborar um projeto de interferência nesta mesma realidade. Dessa maneira, as massas populares, ao voltarem à realidade histórico-social que as circunda, inicia o processo de transformação a partir do momento que passam a exigir os seus direitos, sua participação nos rumos das decisões do país.

Até o presente momento, apresentamos como a categoria *massas populares* tornou-se a força motriz, o conceito-chave para a compreensão do pensamento de Vieira Pinto e para a concepção que este autor elaborou acerca da educação popular. Todavia, como a questão da consciência já foi explicitada no capítulo dois (2), a consciência além de, em sua formação, percorrer diferentes etapas, encontra-se dividida em duas modalidades: consciência ingênua e consciência crítica.

Posto, assim, a importância que as massas populares ocupam no pensamento de Vieira Pinto, apresentaremos, a seguir, concepção de consciência ingênua e crítica da educação.

3.2.2. Concepção de consciência ingênua e crítica de educação

Vieira Pinto, ao explicitar a sua noção de consciência e os seus dois modos de representação do mundo, do homem e de si mesma em suas obras: *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1959); *Consciência e realidade nacional: consciência ingênua* (1960); *Consciência e realidade nacional: consciência crítica* (1960), no seu artigo intitulado: *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento* (1963) — publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* — não só confirma, com também, reforça o modo pelo qual a consciência se constitui. Mas é em *Sete lições sobre educação de adultos* (1982), cujas reflexões datam de 1966, e *Ciência e existência — problemas filosóficos da pesquisa científica* (1969), que este autor desenvolve a sua concepção de educação, partindo da categoria consciência ingênua e crítica.

Para ele, a constituição da consciência, no que se refere ao seu modo de pensar, de sentir, de perceber, de representar, de compreender e de projetar-se, desenvolve-se em uma contínua relação com o mundo, os objetos, o sujeito e consigo mesma. Mas a sua dimensão

somente se configura quando a consciência elabora uma representação mental a partir da realidade exterior concreta, do mundo em que se encontra situada, do objeto e de si mesma. É desse referencial de consciência que Vieira Pinto desenvolve as noções de consciência ingênua e de consciência crítica.

A primeira, *consciência ingênua*, não inclui em sua constituição nem “a compreensão das condições e determinantes que a fazem pensar como pensa” e nem mesmo “a referência ao mundo objetivo como seu determinante fundamental” (PINTO, 1983, p. 59). A representação que elabora sobre a realidade é absoluta, ou seja, a compreensão do mundo, das coisas é oriunda das suas idéias. A representação e compreensão que formula não provêm nem de uma realidade concreta, nem de idéias anteriores. Esta modalidade de consciência apresenta-se como sendo a-histórica, incondicionada, *em si mesma*.

Compreendendo assim a consciência ingênua, podemos, então, dizer que ela não chega a constituir-se como autoconsciência. A autoconsciência só existe quando o estado presente da consciência apresentar-se imbuído dos determinantes da realidade objetiva com que se relaciona. A consciência é sempre consciência de algo ou alguma coisa, isto é, a consciência encontra-se sempre em relação, tendida a algo.

A segunda, *consciência crítica*, é constituída pela representação mental do mundo exterior e de si mesma em face aos seus condicionamentos objetivos, concretos, ou seja, que fundamentam o seu modo de ser. Esta consciência, ao referir-se a si mesma, sempre se percebe como sendo e estando no mundo, no espaço e no tempo — a sua forma e conteúdo imbricam-se, inter-relacionam-se. Daí ser histórica e processual.

Neste sentido, a constituição da consciência crítica se dá quando esta se percebe, como sendo e estando no mundo, mediada pelas condições históricas e sociais. Mediante essa compreensão, dizemos que uma consciência consegue chegar ao estado de autoconsciência quando ela elabora uma justificativa de si mesma, levando em conta o seu grau de desenvolvimento e o do país ao qual pertence.

Até aqui expusemos a forma e o conteúdo representacional tanto da consciência ingênua quanto da consciência crítica; a partir de então, explicitaremos como cada uma delas compreende a questão da educação.

A consciência ingênua, para Vieira Pinto, concebe o educando como sendo ‘ignorante’ em sentido absoluto. O aluno é visto como uma massa amorfa que precisa ser modelada por

meio da aquisição do saber letrado. Nesta perspectiva, o aluno é visto como um objeto³ da educação, sem a dignidade de sujeito, sem a possibilidade de constituir-se como autoconsciência, podendo, portanto, somente ser educado, instruído. Para esta forma de consciência, a transmissão do saber e do conhecimento educacional processa-se de 'fora' para 'dentro'.

A educação, nesse processo de transmissão de conhecimento, não é dinâmica, mas estática. Mesmo quando acontece em momentos, períodos e lugares diferentes, ela não modifica, nem mesmo, os seus interesses e o modo como deve ser transmitida, além do que, a educação, para os membros da elite, é tida como um dever 'moral' da sociedade, não como um ato eminentemente social, do Estado. Esse rigor metodológico perseguido pela elite é, muitas vezes, confundido com o rigor científico, reforçando, assim, o poder da elite por meio do conhecimento que detém.

No que se refere à questão da ignorância, a criança e o adulto das classes populares são incluídos no rol dos ignorantes – em sentido absoluto— pois não são vistos, pela elite, como 'ignorantes de algo' mas de 'algum conhecimento concreto'. E os membros da elite, dentro desta mesma perspectiva, não são ignorantes. Assim, percebemos que essa modalidade de consciência apresenta, intencionalmente, uma duplicidade de critérios: *"o homem do povo é ignorante porque não sabe, enquanto que o membro da elite é culto porque sabe alguma coisa"* (PINTO, 1983, p. 62). Neste sentido, na compreensão da elite, não é permitido a qualquer indivíduo ignorar alguma coisa que é sabido por outrem. Este tipo de posicionamento, a nosso ver, minimamente, pode ser considerado como irreal ou ideológico. Sempre nos enganamos quando, levados por uma paixão e fixando ou focalizando toda a nossa atenção em um dos lados de um objeto ou de uma realidade, tendemos, por este único lado, julgar o objeto, a realidade inteira.

Sendo este o modo de compreensão de educação da consciência ingênua, passemos agora a discorrer sobre a compreensão de educação da consciência crítica.

A consciência crítica, para Vieira Pinto, compreende o aluno como sendo um "sabedor e desconhecedor" e como "sujeito da educação"⁴ (1983, p. 63-4). A educação,

³ Na relação $S \Rightarrow O$, que se constitui na perspectiva da consciência ingênua, o aluno (O) enquanto objeto, encontra-se destituído da sua condição de sujeito. O professor (S) enquanto transmissor do conhecimento constitui-se como sujeito da educação. Enquanto o aluno é tido como um recipiente vazio que absorve o conhecimento 'dado' pelo professor, o professor, nesta visão, encontra-se no rol da elite intelectual letrada do país.

⁴ O aluno e o professor na perspectiva da consciência crítica são sujeitos (S) e objetos (O) do processo educativo. Na interrelação entre $S(O) \Leftrightarrow O(S)$, tanto o aluno quanto o professor são objetividades, conservando, enquanto objetos, a sua condição de sujeitos. A ação educativa ocorre mediante o encontro de duas consciências, a do professor com a do aluno, que ensinam e aprendem. Embora, ambos possuam graus diferentes de conhecimentos.

nesta perspectiva, não pode ser vista, estritamente, como transmissão de conhecimento de um indivíduo que sabe (o professor) a outro que não sabe (o aluno). Tanto o aluno quanto o professor são vistos como aprendizes ensinadores. No ato de aprender e ensinar, ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo. É claro que o professor sabe mais, tem mais conhecimento que o aluno⁵, mas, nem por isso, vê o aluno como destituído de conhecimento, de cultura, visto que ele, antes e sem o domínio das 'palavras', efetua o seu pensar em função do seu contexto, do seu mundo.

Vieira Pinto, ao diferenciar a consciência crítica da ingênua, diz que a primeira dota o indivíduo de novos conhecimentos que, poderão ser assimilados ou rejeitados por ela. A rejeição ou assimilação de conhecimentos, por parte dos alunos, tem como parâmetro a sua realidade existencial, objetiva, concreta.

É nesse sentido que uma alteração no estado do país implementa novas necessidades à educação. Em cada alteração nos rumos sociais, políticos e econômicos do país, surgem novos saberes, numa perspectiva etapista que emergem das novas condições existenciais da sociedade. Diante de novas exigências sociais surgirão novos saberes que serão implementados por outra emergente, e, assim, sucessivamente.

Em suma, o saber para a consciência reduz-se a "*um conjunto de conhecimentos absolutos, abstratos e a-históricos*", sendo, portanto, "*produto do espírito causal de parte da realidade do mundo*", enquanto que, para a consciência crítica "*o saber é o produto da existência real, objetiva, concreta, material do homem em seu mundo*" (PINTO, 1983, p. 65).

O saber, para a consciência crítica, possui as seguintes características: a) relativo — refere-se ao seu conteúdo que se modifica com as mudanças materiais da sociedade; b) existencial — diz respeito à constituição da realidade do indivíduo, ou seja, à nossa condição, ao nosso ser e existir; c) concreto — compreende aquilo que um indivíduo pode conhecer, criar e imaginar em função da etapa do desenvolvimento de sua realidade social e existencial, dando-lhe a possibilidade de constituir-se em consciência para si; d) empírico — o saber deriva da capacidade racional; e) histórico — etapas de desenvolvimento de cada Estado/nação. As sociedades encontram-se em grau de atraso econômico e de desenvolvimento em relação às outras. Não há sociedade pré-lógica, pré-culta; f) não-dogmático — as afirmações primeiras e últimas do saber são tidas como postulados provisórios, podendo ser

⁵ Ter mais conhecimento, saber mais não significa, necessariamente, ter mais compreensão da realidade objetiva em que se vive. Somente a consciência que compreende a realidade em seu processo de transformação, que se forma em-situação e, tem consciência de saber o que sabe é que conhece a realidade que vive.

necessariamente superadas, buscando um grau mais aproximado, exato da realidade; e, por fim g) fecundo — é um saber gerador de um novo saber, sendo transformador da realidade.

Até aqui, apresentamos como as concepções de consciência ingênua e crítica evidenciam, no dizer de Vieira Pinto, a sua compreensão acerca da educação, da sua forma e conteúdo e da relação professor/ aluno. A seguir, analisaremos a educação como projeto da ideologia do desenvolvimento nacional brasileiro.

3.2.3. Educação e ideologia do desenvolvimento nacional

Vieira Pinto, em seus textos, vincula a educação à ideologia do desenvolvimento nacional, visto que, para ele, a importância social da educação das massas populares concretizar-se-á quando esta se tornar, simultaneamente, uma das formas de divulgação da ideologia do desenvolvimento nacional das massas populares. Nesse sentido:

... é indispensável acolhê-la, para integrar o nosso tema. Do que precede, ressalta que a ideologia do desenvolvimento não é doação feita à classes populares, para que cada um a absorva na medida da sua capacidade; ao contrário, é transmutação que se opera na intimidade do 'homem em situação', e de que resulta a clarificação conceitual da representação que faz do seu status social e da sua evolução histórica. É processo imanente, mas admite a aceleração por influência exterior. Isto é que constitui a noção social de educação (PINTO, 1956, p. 49).

A educação, para Álvaro Vieira Pinto, deveria ser promoção das massas populares que precisariam construir o seu modo de pensar por si mesmas, já que têm capacidade para isso. A educação, por constituir-se como processo, realiza, no interior do homem em-situação, a transformação do seu ser. Ao fazer isso, o homem toma consciência da sua situação, sua posição no meio social em que vive e atua sobre ele com o intuito de transformá-lo.

Lembremo-nos de que o homem em-situação está circunscrito num campo que, em parte, o determina social e culturalmente, o que só é percebido quando esse homem constrói para si representações do seu estado existencial. Esse processo de construção das representações, ao realizar-se no campo da vivência, colabora para que o homem a perceba, no sentido de que tanto a realidade social como também ele — o homem — se modificam. A transmutação da realidade e do próprio homem situa-o dentro da possibilidade de constante transformação, ou seja, da possibilidade de ele ser o que ainda não é. Dessa maneira, ele se concebe como ser em formação, ligado ao processo histórico e social do seu país.

Em decorrência disso, podemos dizer que a formação do homem, na perspectiva histórica, social e cultural, se processa no âmbito de uma determinada comunidade. Essa comunidade é tanto produto das relações do homem em sociedade como também

condicionante dessa mesma relação. Não há produção humana sem um condicionamento dessa produção e vice-versa. É na esfera onde se processam as relações sociais, ou seja, na sociedade, que o homem se faz e se refaz. A sociedade, ao ser produzida a partir dessas relações sociais, desenvolve, no percurso de sua construção, de seu desenvolvimento, uma herança cultural e histórica que condiciona as ações do homem que nela nasce e daqueles que irão nascer. A essa herança cultural e histórica, Vieira Pinto (1960a, p. 18), denominou de consciência comunitária, pois:

A cada momento do processo histórico a sociedade, por seus diversos grupos sociais, produz coletivamente várias imagens de sua existência e tais representações é que irão determinar os julgamentos sobre os fatos, os projetos de ação e as idéias que a comunidade adotará.

É no interior de uma comunidade que o homem se realiza não somente como ser social, mas também como ser portador de sociabilidade e de cultura. Assim, a comunidade da qual este homem participa, não pode ser vista como estática, mas dinâmica, pois a ação dos homens em uma determinada sociedade determina esta dinamicidade. A ação dos homens, por ser transformadora e conservadora da realidade em que está situado, imprime, nele e na comunidade, uma nova dimensão — a de dinamicidade.

Nesse sentido, para Vieira Pinto, as aspirações, os projetos gestados pelo homem no interior de uma comunidade expressam percepções diferentes da realidade que as determina. No dizer de Vieira Pinto, as percepções e representações da realidade de uma comunidade são expressas por duas modalidades diferentes de consciência: a ingênua e a crítica que já foram mencionadas e desenvolvidas em capítulo anterior. É daqui que se originam, para essa comunidade/nação, projetos de desenvolvimento que possuem objetivos e finalidades diferentes entre si.

Como foi mencionado e desenvolvido nos tópicos *ideologia e desenvolvimento nacional e massas populares*, em capítulo anterior, estes para Vieira Pinto, constituem-se em fonte originária da ideologia do desenvolvimento nacional em sua totalidade. Passemos, a seguir, a evidenciar as feições dos projetos educacionais dessas modalidades de consciência, enfatizando a concepção de educação popular defendida por Vieira Pinto.

Para desenvolvermos essa questão, apresentaremos a concepção e a finalidade dessas duas perspectivas de educação — a popular e a da elite. Vieira Pinto, ao apresentar a sua primeira tese acerca da finalidade da educação popular na sociedade subdesenvolvida como a nossa, disse que:

Uma teoria da educação deverá surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem deseja formar para promover o desenvolvimento do país. Em função

desse objetivo, deverão ser revistos os atuais esquemas educacionais, a fim de que, sem abandonar o que seja aconselhável manter a tradição, se concentrem os esforços pedagógicos na criação de nova mentalidade. As gerações em crescimento deverão ser preparadas para a compreensão do seu papel histórico, na transição de fase por que está passando o mundo brasileiro, capacitando-se das suas responsabilidades nesse processo. É tarefa imensa a programação desse setor da ideologia do desenvolvimento... Apresenta-se, assim, a educação como aspecto capital da teoria do desenvolvimento (1956, p. 49-50).

A educação, por se constituir parte essencial do projeto de desenvolvimento nacional na feição popular, origina-se da realidade concreta, da vivência das massas populares e torna-se, portanto, representação da consciência popular. É nessa perspectiva que a educação, para Vieira Pinto, possui, num primeiro momento, a tarefa de formar um tipo de homem que não só pensa o processo de desenvolvimento nacional, mas também o elabora a partir de sua vivência existencial. Portanto, este deve ser o papel das massas populares. A transformação da consciência social do país se efetiva, simultaneamente, a partir de uma mudança na mentalidade dos homens frente a uma realidade objetiva e concreta. A mudança na mentalidade não se processa anterior ou posteriormente à alteração da estrutura social, ela se dá no decorrer dessa transformação social.

A preparação das gerações em crescimento se faz durante o processo de transição por que está passando o país, visto que as massas populares são, no dizer de Vieira Pinto, as únicas capazes de elaborar e levar a cabo a ideologia do desenvolvimento nacional. A educação, portanto, não é um projeto à parte desse processo, ao contrário, se processa imanente a ele, tendo como finalidade divulgar e promover a formação do homem em sociedade.

Contudo, os intelectuais, representantes da elite brasileira, assumiam as mesmas idéias dos pensadores dos países metropolitanos acerca das condições dos países pobres e subdesenvolvidos, dizendo que esse estado revelaria sua carência de educação. Essa visão foi expressa por Vieira Pinto (1960b, p. 379-80) da seguinte maneira:

Assim sendo, mais do que modificar os termos do intercâmbio econômico, o que importa em primeiro lugar é educar as massas ignorantes dos países estagnados. O que lhes falta é, como efeito, educação, esta é a necessidade capital, porquanto só depois de adquirirem lhes será possível cuidar convenientemente das graves questões materiais que as afetam...

Ao apontar a educação como sendo o resultado dos males da sociedade, a elite e os pensadores dos países dominantes acabaram camuflando a real situação de atraso do país, pois as manifestações populares eram, para estes intelectuais, frutos da 'incompreensão' e da

'ignorância', da ausência de educação. Essa postura, segundo Vieira Pinto, se justificava porque os intelectuais dos países subdesenvolvidos seriam os 'menos aptos' a entenderem o pensamento emergente das massas populares e, ao mesmo tempo, eram os personagens mais dóceis às influências externas, assumindo, conseqüentemente, o projeto de educação alheio. A elite intelectual brasileira, ao agir assim, concebia a educação como "sendo privilégio de uma minoria dominante" e expressava "naturalmente os ideais desta" e visava "a reproduzir membros do grupo superior, tais como são naturalmente" (PINTO, 1960b, p. 381).

Esse posicionamento da nossa elite é reflexo da cultura exterior, isto é, da sociedade que ela tem como modelo. Contudo, ao fazer isso, os representantes da elite brasileira, segundo Vieira Pinto, legitimavam a forma como esta sociedade se encontrava: dividida em classes sociais opostas. A educação originada desse modelo de sociedade não garantia a formação de todos os membros da mesma, de forma igual, visto que, nela, para Vieira Pinto (1982, p. 32):

- não há interesse nem possibilidade em formar indivíduos iguais, mas se busca manter a desigualdade social presente. Por isso, em tais sociedades, a educação pelo saber letrado é sempre privilégio de um grupo ou classe, no sentido de se segue:
 - somente este grupo tem assegurado o direito (real, concreto) de saber (p. ex., alfabetização);
 - somente membros desse grupo se especializam na tarefa de educar;
 - somente esse grupo tem o direito e o poder de legislar sobre a educação, ou seja, de definir aquilo em que deve consistir a educação institucionalizada, escolarizada (Grifo do autor).

A educação que a elite almejava manter em nosso país, segundo este mesmo autor, além de legitimar e reforçar o *status quo*, era projetada a partir de uma imagem, do reflexo da realidade exterior desse país. Portanto, não partia das aspirações da sua realidade concreta, existencial. Essa forma de educação seria, por princípio e finalidade, excludente.

As concepções e as finalidades da educação da elite e a popular são antagônicas, por três motivos, a saber:

- a) enquanto a primeira busca 'imitar', transplantar da realidade do país desenvolvido a sua concepção de educação, visando a garantir a participação de uma minoria dessa população no processo educativo do país, sendo, portanto, um meio de reproduzir a desigualdade existente na sociedade, a segunda parte da realidade concreta, levando em consideração o estado vivencial do país e da maioria da população — as massas populares;
- b) enquanto a primeira, de cunho conservador, concebe a educação separada, desvinculada de um projeto transformador da sociedade, sendo vista como um projeto que perpetua a elite no poder, a segunda, nos moldes populares, é, para Vieira Pinto, parte essencial do processo de desenvolvimento nacional, objetivando a transformação da realidade

do país subdesenvolvido;

c) enquanto a primeira concebe a educação a partir dos 'bancos' escolares e a restringe às fases infantil e juvenil da vida do ser humano, a segunda enfatiza que a educação diz respeito ao percurso da existência humana em uma dada sociedade e que não se processa somente no espaço escolar, mas também na vida, na vivência. Isto porque a sociedade, para Vieira Pinto (1982, p. 30), "*atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano, com o intuito de integrá-lo ao modo de ser social*", pois a situação que circunscreve a vida dele

é também um processo pedagógico, dotado de formidável poder de produzir e de ensinar idéias... É tão educativo quanto a escola, ou antes, mais educativo ainda, porque dele não há evasão, não há dificuldade em aprender as suas lições, que penetram na vivência, nele não há férias, porque é o sofrimento de cada dia (PINTO, 1960b, p. 381).

Ao apresentar, dessa maneira, como se processa a educação na sociedade subdesenvolvida, evidenciou a existência de um duplo processo pedagógico divergente no seu interior. O primeiro, caracterizava "*a escola, distanciada da realidade, inapta a exprimir e transmitir a consciência social útil*" à sociedade; e, em contrapartida, a segunda admitia que "*a realidade, sempre presente, rica de experiências pungentes, de lições sem palavras, formadora da outra espécie de consciência e constituindo o pensamento de consideráveis contingentes da comunidade*" (PINTO, 1960b, p. 381).

As divergências entre esses processos pedagógicos se acentuam ainda mais quando os intelectuais, representantes da nossa elite, não reconhecem que:

O erro fundamental da pedagogia erudita e simplista dos nossos pedagogos oficiais está em supor que tem por objeto indivíduos não educados, num grau nulo de conhecimento e de educação, o analfabeto adulto ou a criança em via de se alfabetizar pelo regime de trabalho a que será obrigada. Na verdade, porém, tais indivíduos estão de posse de uma educação suficiente para as condições de vida que levam, e portanto se quisermos alterar-lhes a educação, o que há de fazer não é simplesmente infundir-lhes conhecimentos, mas transformar-lhes as circunstâncias gerias de vida, o modo de trabalho, para que em nova situação tenham necessidade de saber que a instrução superior lhes deve conferir (PINTO, p. 1960b, p. 183).

A formação do homem proposta por esses intelectuais, representantes da elite brasileira, se processava pela imitação da cultura dos países dominantes. Esses países, de acordo com Vieira Pinto, seriam, para a nossa elite, os portadores, guardiões da cultura e do conhecimento que, na visão dela, deveríamos imitar. Em contrapartida, Vieira Pinto afirmava que as massas populares, ao se constituírem como portadoras e fomentadoras da ideologia do desenvolvimento nacional, explicitam que a formação do homem se processa mediante os desafios que a realidade suscita. Dentro dessa perspectiva, cabe ao homem, em situação e em processo de formação, transformar a realidade e fazer sucumbir o estado de opressão em que

se encontra. Para Vieira Pinto, o meio que as massas populares tinham para sair dessa condição, seria levar a cabo o projeto de desenvolvimento nacional que elas próprias deveriam formular.

A formação do homem, para este autor, se processava a partir de uma realidade concreta em que ele se encontrava, pois é o homem em-situação que tem para si a clareza dos obstáculos que a condição histórica de subdesenvolvimento lhe impõe. Os homens que configuravam a face das massas populares, segundo Vieira Pinto, por se conceberem nessa situação, tinham a consciência do seu estado e, procuravam, por meio de sua ação, transformar essa realidade. A realidade em que estes homens se encontravam, comunicava-lhes a sua condição, o seu estado. A partir de então, eles elaboram os seus projeto de intervenção nessa realidade, partindo dos conteúdos que ela própria suscita. Assim, a compreensão da situação das massas populares só pode ser percebida pelo intelectual, pelo pedagogo, pelo educador que estiverem ligados à realidade, ou seja, atentos às lições que ela nos transmite.

Neste caso, podemos dizer que as massas populares formam a sua concepção de mundo a partir de sua vivência — no seu cotidiano.

Dessa forma, para Vieira Pinto (1982, p. 54) *“É imprescindível que o educador se converta à sua realidade, seja antes de tudo do seu próprio povo, ou melhor, das camadas populares de sua nação. Aceitar ‘ser do’ país é o primeiro passo para compreender e ‘ser’ do país”* (Grifo do autor); ou seja, a tarefa da promoção da transformação social não se realiza por um educador que esteja descomprometido com a realidade do seu país e com o seu povo. É condição indispensável para discutir sobre a educação e os rumos do desenvolvimento nacional ‘ser do’ país e compreendê-lo a partir do estado em que se encontra, ou seja, subdesenvolvido. Contudo, o estado da nação não indica a determinação do seu ser, mas a possibilidade de transformação, de transmutação do estado atual em outro novo, de desenvolvimento.

Percebemos, então, que as massas populares, ao almejarem sair da situação em que se encontravam, segundo Vieira Pinto, deveriam lutar em favor de seus direitos sociais, do aumento da capacidade produtiva da nação, para que a independência do país se concretizasse; ou seja, as massas populares deveriam lutar contra a alienação internacional do trabalho. Ao fazerem isso, elas buscariam ampliar a sua participação nas decisões políticas do país, com o intuito de alterar a sua realidade e, conseqüentemente, dar outra dimensão à formação do homem em situação.

É na relação que se processa entre o homem e o mundo em que vive e vice-versa, que podemos inferir que a educação não é simples transmissão, doação de conhecimento que se transmite de uma consciência iluminada, esclarecida a uma consciência inculta, ignorante.

Vieira Pinto (1960b, p. 446-47), sobre o analfabeto, disse que este é:

um homem privado da capacidade de ler e da necessidade de ler. É o indivíduo que, no seu modo de vida, nada tem a fazer com a leitura, não precisa das informações que o livros ou o jornal lhe facultariam, porque os que verdadeiramente lhe interessam, essas lhe chegam por outras vias de comunicação do saber.

Acerca dessa questão, destacamos que o MEB, a UNE, a JUC, a AP e o MEP, nos anos 50 e 60, participaram das campanhas oficiais de "erradicação" do analfabetismo. É sabido que esses movimentos foram importantes para o processo de democratização do nosso país e no que diz respeito à denúncia do estado em que se encontrava. Contudo, quanto ao analfabetismo, o estudante ligado à UNE e ao MEB, dentre outros movimentos, ao oferecer, primeiramente, a educação letrada aos analfabetos, não percebeu que a condição de analfabeto se relacionava diretamente com a de subdesenvolvimento do país. Para Vieira Pinto, a alteração da condição de analfabeto residia na passagem do estado de subdesenvolvimento ao de desenvolvimento. A educação não poderia, para este autor, anteceder o processo de desenvolvimento, pois a luta contra o subdesenvolvimento já alteraria a consciência dos analfabetos, uma vez que o analfabetismo foi visto, por Vieira Pinto, como reflexo do subdesenvolvimento.

Agindo assim, as campanhas contra o analfabetismo revelavam e reforçavam, de forma inconsciente, a visão ideológica da classe dominante culta. Ao procurarem educar os analfabetos, esses movimentos desconsideravam o contexto social e vivencial em que estavam situados, pois não percebiam que o que definia o analfabeto como sendo analfabeto não era a incapacidade de ler e escrever. Essa ingenuidade foi expressa por Vieira Pinto (1960b, p. 447-

48) da seguinte maneira:

Afora os erros doutrinários em que incidem, explicáveis pelos preconceitos e interesses das classes que promulgaram o texto legal, incorrem também na cegueira sociológica de não reconhecer o papel decisivo a ser desempenhado pelos analfabetos votantes na superação do próprio analfabetismo, no dia em que forem dotados do direito de eleger os seus representantes. Estes não serão nem melhores nem piores que os atuais representantes das camadas oficialmente alfabetizadas, mas de certo o exercício do dever cívico pelas massas iletradas constituirá fator de rápida superação do seu estado de incultura.

O autor não negou que o processo educativo se daria por meio do encontro entre duas consciências no ato da aprendizagem, visto que a educação também "é uma transmissão de uma consciência a outra", isto é, "de uma coisa que um já possui e o outro ainda não".

Contudo, o processo educativo não se fazia mediante a entrega de um “*embrulho de uma pessoa para outra*”, pelo contrário, este seria um processo que visava a “*possibilitar uma modificação*” na maneira como essa outra pessoa “*está capacitada para receber embrulhos*” (PINTO, 1982, p. 21-2).

Segundo Vieira Pinto, a condição de analfabeto em que a grande maioria da população se encontrava, não poderia ser vista como a falta de condições para uma pessoa votar, tomar decisões políticas. Todos se encontravam em condições de decidir pelo voto os rumos políticos da nação em que viviam. Para ele, a alfabetização não se processava antes da alteração da situação social, política e econômica em que o analfabeto se encontrava. Pelo contrário, a alfabetização se realizava pelo homem em-situação, pois, a participação dos analfabetos em sindicatos, agremiações e outros, se daria quando estes fossem vistos não como um empecilho ao processo democrático do país. A participação na escolha de seus representantes seria, para Vieira Pinto, o primeiro passo para a alteração do estado de submissão em que os analfabetos se encontravam.

Em decorrência disso, este autor assinala que o processo de alteração da consciência do país seria acompanhado pela transformação qualitativa da consciência nacional. Isto porque esta consciência estava em relação dialética com as modificações objetivas da realidade, pois:

de um lado, é produzida pelo grau de apropriação do real por parte da comunidade, para seu benefício, mas por outro, o domínio da realidade depende da percepção que a consciência social tem do estado da realidade e da lógica dos acontecimentos. Quando falamos de consciência em geral, dizemos sempre a da comunidade em conjunto, portanto, predominantemente a consciência das massas, e não de uma suposta elite minoritária de dirigentes e proprietários. Logo, a educação, consistindo no processo pelo qual se expande e multiplica a consciência social útil, tem de ser fundamentalmente popular (PINTO, 1960b, p. 502).

Dessa maneira, ele definiu a educação como sendo popular e sem privilégio de uma elite. Portanto, a tarefa de pensar essa nova forma de educação não poderia ser confiada aos ‘pedagogos oficiais’ que, para Vieira Pinto (1960b, p. 503) eram “*personagens ausentes do processo histórico social*”, visto que trasladavam as idéias dos países centrais para os da periferia sem nenhuma crítica a essas idéias e procuravam adaptá-las a nossa realidade social que era completamente diferente daquela de onde elas se originavam.

A forma de educação que o país em processo de desenvolvimento “*necessita é assunto eminentemente político*”, deveria ser definida a partir de uma “*teoria sociológica do processo nacional, pelos representantes políticos da consciência comunitária*” (PINTO, 1960, p. 503) pois, para Vieira Pinto, até hoje, na história da humanidade, nenhum grupo de privilegiados, abriu mão de seus privilégios em benefícios de um outro grupo. Dessa forma:

A função proveitosa que a universidade deve desempenhar terá de lhe ser imposta de fora para dentro, pelas forças políticas, particularmente as massas trabalhadoras organizadas, que, ao impulsionar a alteração da sociedade, a transformação em órgão cooperante ao desenvolvimento do País (PINTO, 1960b, p. 503).

De acordo com a sua perspectiva, as instituições educacionais do país — escolas e universidades — não se encontram desconexas da consciência das classes sociais que legislavam sobre a educação. A educação ministrada nessas instituições seria fruto daquilo que as classes dirigentes desejariam formar. Por isso, é que:

não há educação, em “caráter abstrato”, a não ser na fala dos publicistas simplórios. Há sempre “uma educação”, aquela que concretamente se cumpre no âmbito social, por serem tais as condições de seu exercício e as idéias que a orientam (PINTO, 1960b, p. 504, grifo do autor).

Na verdade, o que Vieira Pinto perseguia, era a substituição dessa forma de educação — a que mantinha o privilégio de uma minoria da população — por uma outra que expressasse a vontade da maioria, ou seja, das massas populares. As idéias das massas populares, ao serem originadas a partir de sua situação social, do estado do subdesenvolvimento, expressariam a única representação da vontade da maioria, pois, além de popular, seria uma educação democrática. Posto assim o caráter popular e democrático da sua concepção de educação, vinculado à ideologia do desenvolvimento nacional, passaremos, a seguir, à questão da educação infantil e à de adultos.

3.2.4. Concepção de educação infantil e de adultos

A criança e o adulto, antes de entrarem na escola, encontram-se em processo de aprendizagem — são aprendizes —, de aquisição de saber e de conhecimento, pois ao serem do mundo, relacionam-se intrínseca e fecundamente consigo mesmos, com o mundo e com a sociedade. É nessa relação que aprendem as ‘primeiras lições’ da vida, antes mesmo daquelas que, posteriormente, serão ensinadas na escola, ou seja, do ensino das primeiras letras, dos primeiros signos lingüísticos, na ambiência escolar. A educação infantil e a de adultos, nesta perspectiva, são um *continuum*, ou seja, seguem de um a outro, pois para Vieira Pinto (1982, p. 29), elas se referem “(...) à existência humana em toda a sua duração” e se processam ao longo da vida do indivíduo e da sociedade. Todos se educam constantemente.

As relações do adulto com a sociedade e com o seu mundo criam necessidades e hábitos de convívio social, em função do trabalho — atividade humana sobre algo ou alguma coisa, que realiza para si e para os outros, no interior de uma sociedade. Ao efetivar esta

atividade, concomitantemente, o homem cria objetos, instrumentos e a si mesmo. Neste ato de criação, ele transforma a si mesmo, ou seja, faz-se e percebe-se diferente das coisas e dos outros homens, por sua especificidade no ato de criar. É pela ação mediada por objetos e signos no mundo e com mundo que o ser humano se desenvolve e constrói conhecimentos.

A educação, desse modo, é entendida como processo de formação do homem que se realiza tanto pela sociedade quanto pelo próprio homem sobre o desenvolvimento do seu ser, visando a sua integração, ao aperfeiçoamento e aproveitamento do seu ser social.

O que difere a educação infantil da de adulto, no âmbito da sociedade, é a experiência acumulada que criança e adulto realizam no percurso de suas vidas. A sociedade, fruto de uma organização cultural, transmite a seus membros um conhecimento que vem sendo socioculturalmente acumulado de forma coletiva. Daí, a educação da criança não acontece do mesmo modo que a do adulto. Cada fase da vida, por ser específica e singular a cada indivíduo, em função das diferentes fases de desenvolvimento da sociedade, faz com que a educação aconteça a partir de desafios e expectativas que a sociedade suscita em cada indivíduo.

O desenvolvimento da sociedade, por ser processual, continuamente suscita diferentes expectativas e projetos em seus membros. Nisto difere a educação da criança da do adulto, visto que a criança encontra em outra etapa do processo de desenvolvimento da sociedade. Assim, a educação da criança não se relaciona diretamente com a de adulto, mas com a etapa de desenvolvimento histórico e cultural da sociedade. Por isso, a criança, na especificidade do desenvolvimento, não pode ser vista como um homem incompleto, inacabado, mas como um ser que atravessa uma fase do seu processo existencial, em que as suas ações evidenciam, também, implícita e explicitamente, as circunstâncias — o processo sociocultural da sociedade a que pertence.

A educação infantil e a de adulto, a nosso ver, se desenvolvem em cada fase do existir do ser humano, inserido no processo de desenvolvimento histórico, social e cultural de uma dada sociedade. Ou seja, o ato de aprender tanto da criança como do adulto, na escola formal, não pode ser visto, simplesmente, a partir do plano do "(...) desenvolvimento psicológico", no dizer de Vieira Pinto (1982, p. 72-3), visto que, este os compreende "como um dado em si, primitivo, autônomo independente do processo social no qual repousa".

É preciso que os educadores, no âmbito da educação formal, tenham como parâmetro que os educandos, em contínuo desenvolvimento, são, concomitantemente, aprendizes e produtores de saberes históricos, sociais e culturais; que o desenvolvimento psicológico da criança ou do adulto se efetiva no âmbito de uma sociedade que também se encontra em

processo, em expansão, passando por diferentes etapas de seu desenvolvimento histórico, econômico, social e cultural. A existência humana assume feições sociais e culturais diferentes por expressar as dimensões desta sociedade.

Disso decorre que a educação infantil, por depender das condições circunstanciais e existenciais da sua família e do seu país, possui feições e contornos diferentes da educação de adultos.

Dessa maneira, a educação não diz respeito ao ser do homem, mas à sua prática, à sua ação em sociedade. O processo educativo é um ato eminentemente intencional, conservador e transformador. É intencional porque toda ação provém de uma consciência que visa a algo, refere-se a alguma coisa; é conservador porque o ato de destruição implica conservação de algo; nada se é destruído por completo, há sempre algo desta destruição que se conserva; e por fim, é transformador porque é processual. É um ato modificador que faz com que a sociedade e os seus membros passem de um estado existencial a outro 'mais elevado', isto é, passagem da situação de submissão, aceitação e efetivação de projetos alheios, dos outros à outra situação de efetivação consciente de seus projetos.

É por isso que, para Vieira Pinto, a finalidade da educação não se limita à comunicação do saber formal, científico, técnico, teórico, artístico etc, pois o que se intenta, por meio dela, é a mudança da condição humana dos alunos que adquirem o saber. A educação altera o ser do homem. Com aquisição do saber, este passa a ver o mundo e a si mesmo a partir do ponto de outra perspectiva. A educação é um elemento transformador de seu mundo.

É neste sentido que o conteúdo trabalhado na educação infantil e na de adultos além de ser diferente ultrapassa, rompe, transcende os limites da intencionalidade desejada pelo educador, por ela não possuir contornos definidos, mas aproximativos. É, eminentemente um processo de desdobramento do ser humano, da capacidade criadora e imprevisível. Segue um caminho indefinido e progressivo de criação de melhores condições. Ela é, ao mesmo tempo, consciência do não saber, situando-a num permanente e constante campo de possibilidades frente as suas condições existenciais, gerando, assim, novos conhecimentos em direções variadas.

Em suma, fundamentando-nos nisto, dizemos que, no ato de aprender, ocorre o indispensável encontro das consciências, a do aluno com a do professor, uma transmitindo conhecimento à outra. Ambas são conhecedoras e desconhecedoras de conhecimentos, de algo ou de alguma coisa. Nesta perspectiva, não se trata, como foi dito anteriormente de entregar um embrulho de uma pessoa para outra, mas de possibilitar uma modificação no

modo como essa outra pessoa, que é o aluno, está capacitado para receber esse embrulho. Além disso, a postura que o professor precisa assumir, inicia-se quando este modifica a sua concepção de educação. Esta precisa ser entendida como sendo um ato intransitivo, quer dizer, o educador não pode transformar a outrem que não esteja se transformando no próprio trabalho de ensinar. Por isso dizemos que ao ensinar ele aprende. A natureza da educação é inacabada, inconclusa, mediadora entre as consciências.

O método educacional que possibilita a relação de ensino e aprendizagem a partir do encontro das consciências, do aluno e do professor, tem que ser definido em dependência do seu significado social, ou seja, do elemento humano ao qual vai ser aplicado, de quem o deve executar, dos recursos econômicos existentes, das condições concretas nos quais será levado à prática.

Ao perseguirmos a configuração dos contornos da concepção de educação popular em Vieira Pinto, percebemos que ela é de feição histórica, antropológica, cultural, social e existencial. Para que isso fosse possível, nós a apresentamos a partir de suas características, ou seja, a educação foi evidenciada levando em consideração o seu caráter cultural e teleológico. Como pudemos perceber, ao longo do desenvolvimento desse capítulo, a preocupação de Vieira Pinto centrava-se no problema educação, na formação do homem.

Para este autor, a situação de subdesenvolvimento apresentava-se como uma condição concreta e contraditória do estado existencial, cultural e social, determinado pela contingência sócio-econômica da sociedade em que se encontrava situado. É nessa perspectiva que Vieira Pinto situa a questão educacional, não de forma abstrata, mas concreta. Dessa maneira, não é possível, para esse autor, discorrer sobre a educação sem referir-se ao homem, visto que a sociedade em que este homem se encontra em processo de transição e em busca de uma conquista, um fim, não pode ser vista como sendo estática, mas dinâmica. O homem que se forma no decorrer desse processo, só pode necessitar de uma teoria educacional que o conceba como um ser que está em constante formação. Contudo, a finalidade última desse processo de formação, proposta por Vieira Pinto, visa à conquista da autonomia do homem em-situação e da própria nação.

Além disso, Freitas (1998, p. 190) acerca da visão antropológica de Vieira Pinto, nos disse que: *“a educação seria um ato inerente à existência humana em qualquer circunstância histórica, razão pela qual afirmava que sempre houve educação, mesmo entre os iletrados”*. Contudo, a visão de educação de Vieira Pinto não é somente histórica, mas, sobretudo, existencial, pois a realidade circunstancial de cada homem depende do estado de desenvolvimento da nação a que pertence. Nesse caso, podemos dizer que, para Vieira Pinto,

o homem se define também como um ser em-convívio, por estar em convivência ininterrupta com a sua realidade histórico-existencial. É no convívio profundo do homem com a realidade mediata que o cerca, que emergem os conteúdos que propiciam a educação do homem em sociedade. A escola não deve ser compreendida como descompassada da realidade, isto porque os seus conteúdos são frutos dessa mesma realidade. A escola e a vida se completam, ou melhor, são partes de totalidade em vista da educação do homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso que fizemos através dos capítulos deste estudo, buscou circundar e evidenciar algumas categorias que fundamentam a teoria educacional de Vieira Pinto, e, também, apontar como o seu horizonte teórico contribuiu para compreendermos a realidade brasileira.

Ao tomar o seu pensamento como objeto de estudo, buscamos estruturar os fundamentos de sua teoria educacional. O pensamento de Vieira Pinto procurou, até certo ponto, ser proposta para a realidade brasileira no momento em que atuou na ambiência do ISEB, entre os anos 50 e 60 do século XX.

Fundamentalmente, o nosso propósito foi compreender e interpretar o pensamento de Vieira Pinto. Externamente, nos detivemos, por meio de uma hierarquização temática do conteúdo elaborado pelo autor, em apontar algumas categorias. O conteúdo conceitual de cada categoria resulta de um desenvolvimento que foi se explicitando, conforme o autor ia expondo as suas idéias, o seu pensamento. Podemos constatar, em suas obras que os esboços de seu pensamento são oriundos de 1956, e que, por sua vez, foram publicados em 1959.

As categorias basilares do pensamento de Vieira Pinto — estruturadas no capítulo dois (2), além de constituírem-se como meio de cognição da obra desse autor, evidenciam a sua visão de mundo que é constituída pelas dimensões antropológica, política, sociológica, econômica e educacional. As dimensões política e educacional são de cunho democrático.

A visão de mundo de Vieira Pinto, ao constituir-se dessas dimensões, explicita uma teoria educacional, pois no dizer de Fullat (1994, p. 70):

Uma teoria educativa é um marco conceitual de constante referência que justifica e, por fim, orienta a atividade educadora. Tal marco abraça elementos científicos — biológicos, psicológicos, sociológicos ... — e elementos não científicos — concepções filosóficas do mundo e do homem, morais, estéticas, políticas, teológicas.

Em Vieira Pinto, a compreensão interna de sua teoria educacional procurou precisar a sintonia existente entre a concepção de educação popular e a realidade brasileira, para poder captar suas pretensões, suas críticas, suas aproximações, suas divergências, suas lacunas e seu inacabamento. Foi por meio dessa interlocução que se deram nossas análises em torno dos fundamentos da teoria educacional deste autor. Diante desse exercício de captação e aproximações da realidade brasileira, pudemos fazer observações quanto à sua possibilidade e validade epistemológicas.

Esse pensamento educacional, cujo baixo fluxo editorial testemunha não tem sido discutido, significativamente, em âmbito acadêmico. Basta, apenas, realizar um levantamento bibliográfico para se aperceber disso. Quantitativamente, além das obras de Vieira Pinto, foram analisadas doze publicações entre livros e artigos, dentre as quais não encontramos nenhuma que tenha sido realizada no âmbito da educação. Contudo, aquelas que analisamos referem-se à questão educacional de uma forma ou de outra, embora não sendo objeto direto dessas pesquisas.

As poucas publicações que encontramos sobre o autor, foram analisadas tendo em vista a aproximação com o nosso objeto de pesquisa.

Nosso estudo procurou levar em consideração o que o conjunto de suas obras espelham, individualmente, visões particulares do autor. Isso deixa uma questão em aberto na análise do seu pensamento que a qual pode ser explicitada da seguinte maneira: como distinguir entre o essencial e o acidental, na obra completa de um autor? Se em sua totalidade já é difícil fazer essa distinção quanto mais em uma obra parcelada. E, mesmo realizando uma análise de conjunto da obra de um autor, nos encontramos diante da dificuldade de distinguir o essencial do acidental. Nesse caso, Goldmann (1967, p. 12), acerca dessa questão, nos indica que:

...são isolados de seu contexto certos elementos parciais de uma obra, deles são feitas totalidades autônomas e constata-se em seguida a existência de elementos análogos em uma outra obra, com o qual se estabelece, então, uma aproximação. Cria-se assim uma analogia artificial, deixando de lado, conscientemente ou não, o contexto, que é inteiramente outro, e que dá mesmo a esses *elementos semelhantes uma significação diferente*.

Mais adiante, ainda Goldmann (1967, p. 13), com relação a essa mesma questão, ressalta que: *"a separação entre o essencial e o acidental só pode se fazer pela integração dos elementos ao conjunto, das partes ao todo*. Eis uma problemática para as análises feitas no âmbito das ciências humanas. Ciente dos nossos limites, passaremos, então, a apresentar nossas considerações finais acerca do pensamento em questão.

Tendo em vista apresentar alguns aspectos críticos, Vieira Pinto, ao apresentar a sua crítica à situação em que o país se encontrava, tinha como parâmetro um desenvolvimento nacional que parta do interior da nação construída pelas várias leituras que fizera. A expressão de sua visão de mundo tem como finalidade apontar, a partir da consciência real, uma consciência possível, em outras palavras: Vieira Pinto só consegue falar em subdesenvolvimento tendo em vista o desenvolvimento, isto é, as conquistas sociais, econômicas, culturais e de domínio do saber alcançado pelos países centrais.

Ao refletir sobre a nossa realidade de país subdesenvolvido, evidencia as suas contradições internas, vinculando-as à consciência ingênua, à consciência crítica e às externas que se estabelecem entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos. Nessa contradição, a conquista do poder pelas massas populares não altera profundamente as relações de produção do país, pois o capitalismo é uma conquista para o país subdesenvolvido. Assim, nos perguntamos: seria o capitalismo nacionalista o promotor do fim das desigualdades sociais e econômicas em nosso país?

No campo da tensão, Vieira Pinto só consegue falar em consciência crítica, tendo vista um modelo externo. Este modelo não deixa de ser referência para a construção de uma consciência crítica dos países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento, proposto por ele, isenta-se de qualquer conflito violento. O seu pensamento não apresentou um postulado sequer que indicasse que o desenvolvimento que defendia não fosse nos moldes capitalistas. Nessa mesma direção, Vieira Pinto apresenta-se, a nosso ver, do ponto de vista marxista, como um reformista, não sendo, portanto, um revolucionário. A perspectiva proposta por este autor em questão elimina o conflito de classe e propõe uma aliança em torno dos objetivos comuns, com o intuito de vencer o subdesenvolvimento, por meio do aumento da produtividade, da pacificação social e da preservação do bem estar comum. Não há um rompimento, uma cisão na passagem de um país velho para o novo, como defendiam os marxistas. A promoção do desenvolvimento se dá, dentro de uma perspectiva capitalista.

A superação do subdesenvolvimento, para este autor, dar-se-ia pelo empenho das massas populares e dos intelectuais ligados a elas. Para ele, o subdesenvolvimento representava a situação de desumanização do ser do país. Tendo isso em mente, aponta o desenvolvimento como estruturante do verdadeiro humanismo. Nessa perspectiva, aponta para a formação de um homem novo dentro de uma estrutura carcomida, velha. A nosso ver, isto constitui um equívoco, pois o desenvolvimento do mundo capitalista acentua a exclusão, a fragmentação, o empobrecimento, o estado de apartheid social.

A sua posição frente ao nacionalismo impedia, até certo ponto, a abertura para a alteridade, e o seu posicionamento frente aos países desenvolvidos não é de diálogo, mas de fechamento. Essa atitude reforça o sentimento de inferioridade diante da nação desenvolvida. Assim, esta nação sempre se constitui, internamente, em ameaça interna. O nacionalismo proposto por Vieira Pinto, ao reclamar a nacionalização da política, tendo como pressuposto a defesa e independência nacional, aponta que não há soberania sem cultura nacional. Aqui

Vieira Pinto apresenta sua visão de nacionalismo dissociada do nacionalismo da cultura nacional.

Com relação aos aspectos positivos, do ponto de vista teórico, quanto à questão da totalidade e da visão de conjunto, Vieira Pinto, por meio de um diálogo fecundo com a realidade brasileira, merece destaque, pois, ao discorrer sobre as categorias consciência ingênua e consciência crítica, efetivou sua análise baseando-se no princípio da contradição. É claro que esta pretensão nem sempre fica clara, devido à ausência de citações em suas obras. Esta ausência dificultou-nos deveras as análises.

O autor, ao apresentar com clareza a associação da idéia à prática, evidenciou como esta associação surge como força impulsionadora, capaz de efetivar as transformações sociais. Contudo, criou a necessidade de uma elaboração da realidade em que está situado, ou seja, uma representação que fosse capaz de chegar à compreensão da realidade e à transmutação da condição de subdesenvolvimento para a de desenvolvimento.

Para isso, disse que seria preciso realizar uma leitura de nossa realidade em sua totalidade. Em sua abordagem, apresentou uma compreensão da realidade que não excluiria nenhuma situação que pudesse ser pensada. Podemos afirmar que tal pensador teve o mérito de não fragmentar o homem e o seu pensamento, pois ele sabia que mundo e homem, sujeito e objeto se colocam num mesmo movimento dialético.

É inegável que ele tenha aberto uma nova perspectiva de investigação para a realidade brasileira, quando indicou um caminho original para a leitura e interpretação do pensamento filosófico em nosso país. Acerca disso Rodrigo (1988, p. 30) destaca que:

A análise crítica que Vieira Pinto empreende a algumas correntes do pensamento europeu constitui, sob muitos aspectos, trabalho filosófico original mais original e mais sério do que boa parte dos volumosos tratados e compêndios que já se escreveram sobre a filosofia neste país.

Esta autora, mais adiante, ressalta que é indiscutível que o pensamento de Vieira Pinto representa uma ruptura com o pensamento que, até então, constituía a base das análises dos pensadores de seu tempo.

O autor, a nosso ver, inaugura, no contexto brasileiro, uma visão positiva acerca das massas populares. Estas, ao serem possuidoras de uma protoconsciência, ao se encontrarem em constante atividade, alargam, conseqüentemente, a sua visão de mundo, sendo, portanto, as únicas capazes de construir uma representação da realidade em que se encontram situadas, com o intuito de transformá-la. Ao agir e criar uma representação da realidade em que se encontram, as massas populares estão construindo a ideologia do desenvolvimento nacional.

Ao fazer isso, estas passam a ter, segundo Vieira Pinto, consciência de que as soluções dos problemas que enfrentam não são encontradas no âmbito local ou setorial, nem, tampouco, na esfera individual, de modo isolado, visto que os problemas que enfrentam têm solução, antes de tudo, a partir do contexto em que os mesmos se encontram. Ao contrário, seria por meio da consciência coletiva que as massas populares encontrariam as soluções dos seus problemas. Assim, as massas populares se constituem como fomentadoras e promotoras da ideologia do desenvolvimento nacional.

Visão semelhante a essa, guardadas as devidas proporções e especificidades epistemológicas, encontra-se em Gramsci, que descreve a capacidade intelectual e criadora do operário seguinte forma:

Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico, e de que mesmo a expressão de Taylor, do "gorila amestrado", é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, um mínimo de atividade intelectual criadora) (GRAMSCI 2001, p. 18).

Podemos, com base nessa citação, afirmar que Vieira Pinto e Gramsci acreditaram na ampliação da consciência das massas populares. Acerca destas, podemos dizer que a questão que Vieira Pinto levantou é de caráter específico para o contexto de país subdesenvolvido. Acertadamente, estabelece que as massas populares, ao realizarem a revolução social, estão concomitantemente revolucionando a escola e a universidade. Assim, a 'transformação' da escola e da universidade realizar-se-á, simultaneamente, no percurso do processo histórico revolucionário.

No âmbito dos anos 60, este autor, ao apresentar o seu pensamento acerca da reforma da universidade, impulsiona a UNE nessa direção. Podemos dizer que a sua teoria educacional, assim como as demais teorias educacionais, como afirma Fermoso (1982) não coincide com as teorias científicas, pois essas últimas *explicam* o mundo e se expressam em leis, enquanto as teorias educativas constituem-se em *práticas*, não sendo explicativas. As teorias educativas se propõem a prescrever e não a explicar. Segundo esse mesmo autor, "*As teorias da educação são um conjunto de princípios coerentes, de conselhos e recomendações a influir na prática*" (FERMOSO, 1982, p. 26).

A teoria educativa de Vieira Pinto, ao se referir à realidade que estava vivenciando, propunha uma revolução, uma mudança na estrutura do sistema educacional. Essa revolução, no entanto, é processual e não 'ruptural'. A transformação na educação não se efetiva e não

se torna eficaz no âmbito das reformas pedagógicas, mas no da transformação da sociedade. Neste sentido, este autor, construiu um novo paradigma para as análises das questões educacionais de nosso país. A sua visão representou um marco, uma virada para a construção de uma nova abordagem educacional em nosso meio.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. **Temas básicos da Sociología.** Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1956.
- ADORNO, T. **Educação e emancipação.** Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARAÚJO, José Carlos Sousa. **Filosofia da educação e a realidade brasileira no pensamento marxista.** Campinas, SP: Unicamp, Faculdade de Educação, 1995. (Tese de Doutorado)
- ARENDT, Hannah. **A Condição humana.** Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARTE NO BRASIL.** São Paulo: Abril Cultural, v. II, p. 672. 1979.
- BARROS, Edgard Luiz de. **A Guerra Fria.** São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.
- BERGER, Manfredo. **Educação e dependência.** 3. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo.** 5. ed. Brasília: Editora da UnB, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Trad. Carmen C. Varriale [et al.]. 5. ed. Brasília, Editora UnB, 1993.
- BONELLI, Regis. **Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil.** Rio de Janeiro: SENAI/DN/DITEC/DPEA, CIET, 1995. 259 p.
- BORNHEIM, Gerd A. O Pensamento marxista e a exigência de sua renovação. In: **Encontros com a Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v. 4, p. 82-94.
- BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de Sociologia.** Trad. Maria Letícia G. Alcoforado & Durval Ártico. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CARDOSO, F. H & FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CHACON, Vamiréh. **A Construção da brasilidade – Gilberto Freyre e sua geração.** Brasília: Paralelo 15 – São Paulo. Marco Zero, 2001.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência - aspectos da cultura popular no Brasil.** 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

- CHAUI, Marilena de Souza. **Seminários: nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COHN, Gabriel. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.
- CORBISIER, Roland. **Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- CORBISIER, Roland. Filosofia no Brasil. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v. 4, p. 52-67.
- COSTA, Marisa C. V. Manifestações iniciais da educação libertadora no Rio Grande do Sul. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(1): 31-43, Jan./Jun. 1991.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- DEBRUN, Michel. O Problema da ideologia do desenvolvimento. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, II (2): 236-79, 1962.
- FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social; extensão, limites e perspectivas**. Capinas, Unicamp, 1985. p. 170. (Tese de Doutorado).
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In: MOTA (Org.) Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- FERMOSO, Paciano. **Teoria de la educación: una interpretación antropológica**. Barcelona: Ediciones CEAC, 1982.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 4 ed., Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Recife, PE: Escola de Belas Artes de Pernambuco, 1959. (Tese de concurso para a cadeira de história e filosofia da educação)
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FULLAT, Octavi. **Filosofias da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, 1994.
- FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método - traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 3 ed., Trad. Flávio Paulo Meurer, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GADOTTI, Moacir. **Histórias das idéias pedagógicas**. 6 ed., São Paulo: editora Ática, 1998.
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e filosofia**. Trad. Lupe C. Garaude e José A. Giannotti. 5 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1972.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Trad. Luiz F. Cardoso, Carlos N. Coutinho e Gisch V. Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e filosofia política**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia . A filosofia de Benedetto Croce**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da modernidade**. Trad. Ana Maria Bernardo et ill. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das ciências filosóficas: 1830**. Trad. Paulo Meneses & Paulo Machado. São Paulo: Loyola, 1985. (O pensamento Ocidental)
- HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito. (Parte I)** 3 ed., Trad. Paulo Meneses. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

- HEGEL, G.W.F. **Introdução à história da filosofia**. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)
- IANNI, Otctavio. Condições sociais do processo democrático. In: **Educação e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 4(12): 56-72, nov. 1959.
- IANNI, Otctavio. **O Colapso do populismo no Brasil**. 4 ed., São Paulo: brasiliense, 1978.
- JAGUARIBE, Hélio. ISEB - um breve depoimento e uma reapreciação crítica. In: **Cadernos de Opinião**. Rio de Janeiro: INÚBIA, Paz e Terra, n. 14, p. 94 - 110, Out./Nov. 1979.
- KOSIK, K. **A Dialética do concreto**. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LEBRUN, Gerard. A "realidade nacional" e seus equívocos. In: **Revista Brasiliense**. São Paulo, (44) 42-62, 1962.
- LICHTHEIM, George. **As Idéias de Lukács**. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- MARIANI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARX, Karl & ENGELS, F. **A Ideologia alemã (I - Feuerbach)**. Trad. José Carlos Bruni e Marco A. Nogueira. 6. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.
- MENDES, Dumerval Trigueiro (Org.). **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MOREIRA LEITE, D. **O Caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins (1956-1961)**. Vitória, E.S: Edufes, 1998.
- MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinariedade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Trad. Edgard de Assis Carvalho. Natal: EDURN, 2000.
- NIETZSCHE, F. **A Gaia ciência**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NIETZSCHE, F. **Obras incompletas**. Trad. Rubens Rodrigues Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores)
- ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais: 1945-1964. In: MOTA (Org.). Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

- OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Trad. Eduardo F. Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. Trad. Maria Júlia Gldwasser. São Paulo: Ática, 1990.
- PAIM, A. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967.
- PAIVA, Vanilda (Org.) et alii. **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1985.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: **Comunicação**. Rio de Janeiro, (7):16-65, 1984.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder & TELLES, Vera Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário (notas de uma pesquisa). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 3 (6): 129-149, set. 1983.
- PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser et alii. Seis interpretações sobre o Brasil. In: **50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da universidade**. Rio de Janeiro: UNE, 1961.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional – consciência ingênua**. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1960a.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional – consciência crítica**. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1960b.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. 2 ed., Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1959.
- PINTO, Álvaro Vieira. Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, MG: Universidade de Minas Gerais, III(2): 252-79, Jul. 1963.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- PISNK, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930 – 1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

- PRADO JR. Caio. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- ROBERTS, J. M. Em defesa do Ocidente. In: **História do século 20**. São Paulo: Abril Cultural, 1968. v. 5.
- RODRIGO, Lídia Maria. **O Nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil**. Rio de Janeiro, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROUX, Jorge. Álvaro Vieira Pinto: educação e projeto nacional. In: **Revista da Educação Municipal**, São Paulo: Cortez, número 2(5), 1989.
- ROUX, Jorge. **Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e Terceiro Mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SÁ, Nicanor Palhares. **Política educacional e populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- SADER, Eder & PAOLI, Maria C. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A Aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SAVIANI, Demeval. Gilberto Freyre e Álvaro Vieira Pinto. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, 66 (159): 277-8, maio/agosto, 1987a.
- SAVIANI, Demeval. Tributo a Álvaro Vieira Pinto. In: **Educação e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 27, p. 147-9, Set. 1987b.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Prefácio. In: RODRIGO, Lídia Maria. **O Nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil**. Rio de Janeiro, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SILVA, Walteir. Identidade nacional, modernidade e trópico. In: **Revista Perspectiva Filosófica**. v. VI, n. 12, p. 43-57, Jun.-Dez./1999.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização brasileira**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA (Org). Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.